

Revista Portuguesa de **Arqueologia**

VOL. 25 | 2022

Revista **Portuguesa de Arqueologia** | Vol. 25 | 2022

Revista Portuguesa de **Arqueologia**

VOL. 25 | 2022

Conselho Editorial

Andrea Martins | Representante da Associação dos Arqueólogos Portugueses

António Faustino Carvalho | Professor da Universidade do Algarve

Jean-Yves Blot | Arqueólogo naval - CHAM - Centro de Humanidades

Maria Catarina Coelho | Subdiretora-Geral | DGPC

Rui Morais | Professor da Universidade do Porto

Vítor Dias | Diretor do Museu Monográfico de Conímbriga

Vítor Oliveira Jorge | Professor aposentado da Universidade do Porto

Coordenação executiva

António Marques de Faria | DGPC | DCM

Design gráfico

Miguel Brás | DGPC | DCM

Data de impressão | Dezembro de 2022

Tiragem | 300 exemplares

ISSN: 0874-2782

Depósito Legal: 125568/98

Edição

Direção-Geral do Património Cultural
Palácio Nacional da Ajuda
1349-021 Lisboa

Impressão e acabamento | AGIR – Produções Gráficas

dgpc@dgpc.pt

www.patrimoniocultural.gov.pt

A DGPC respeita os originais dos textos que lhe são enviados pelos autores, não sendo, assim, responsável pelas opiniões expressas nos mesmos, bem como por eventuais plágios, cópias, ou quaisquer outros elementos que de alguma forma possam prejudicar terceiros.

Revista **Portuguesa**
de **Arqueologia**

REPÚBLICA
PORTUGUESA
CULTURA

PATRIMÓNIO
CULTURAL

VOL. 25 | 2022



9–22	Impacte arqueológico da barragem do Sabor: novos conhecimentos de arte rupestre e o património como recurso para o desenvolvimento sustentável Sofia Figueiredo Persson, Andreia Silva, Joana Valdez Tullett, Elin Figueiredo & Javier Larrazabal Galarza	81–111	Crónica de onomástica paleo-hispânica (31) António Marques de Faria
25–33	Recursos piscícolas do Mesolítico Final no sítio do Vidigal (Costa Sudoeste portuguesa) Sónia Gabriel, Joaquina Soares & Carlos Tavares da Silva	113–127	Cerâmica e animais: representações zoomórficas em <i>terra sigillata</i> hispânica Macarena Bustamante Álvarez & Cleia Detry
35–56	Os processos de formação do registo arqueológico no recinto de fossos da Ponte da Azambuja 2 (Portel, Évora) Filipa Rodrigues	129–142	Apostilas epigráficas - 14 José d'Encarnação
59–79	A proveniência do metal utilizado nos povoados calcolíticos da bacia do Guadiana Médio: as razões isotópicas do chumbo de prováveis lingotes de cobre António M. Monge Soares, Pedro Valério, Susana Sousa Gomes & Maria Fátima Araújo	145–160	Elementos para a compreensão do povoamento antigo no Baixo Dão Pedro Matos & Helena Catarino
		163–181	Alguns considerandos sobre a Antiguidade Tardia no Alentejo centro-oriental, a partir de um conjunto de fechos de cinturão Rui Mataloto & Filipa A. Santos
		183–199	O caso do vale do Baixo Sabor: o primeiro projeto de grande escala da Arqueobotânica portuguesa João Pedro Tereso & Filipe Costa Vaz
		201–204	Proteção legal de património arqueológico (2021): procedimentos

Impacte arqueológico da barragem do Sabor: novos conhecimentos de arte rupestre e o património como recurso para o desenvolvimento sustentável

Sofia Figueiredo Persson* | sofia.persson@iconictheory.net

Andreia Silva** | andreia.silva@iconictheory.net

Joana Valdez Tullett*** | jvaldeztullett@gmail.com

Elin Figueiredo**** | esf@fct.unl.pt

Javier Larrazabal Galarza***** | jlarrazabal@gmail.com

*Iconictheory, Portugal.

**Departamento de História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal.

***Wessex Archaeology (UK), Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património, CEACCP, Portugal.

****Centro de Investigação de Materiais CENIMAT/i3N, NOVA School of Science and Technology, Portugal.

*****Departamento de Prehistoria, Arqueología, Antropología Social y Ciencias y Técnicas Historiográficas, Universidad de Valladolid, Espanha, e Laboratório de Paisagens, Património e Território, Lab2PT, Portugal.

Resumo

Este artigo pretende dar a conhecer a arte rupestre descoberta no âmbito da construção do Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor, focando os casos mais significativos e expressivos. A consideração, no Plano de Salvaguarda do Património, de um estudo específico para a arte rupestre, produziu importantes resultados, com um aumento substancial no registo de afloramentos ao ar livre, blocos decorados e placas gravadas, com cronologias que se estendem desde o Paleolítico até ao Período Contemporâneo. Neste artigo, discutem-se ainda os caminhos abertos por este aumento de potencial patrimonial para o território, evidenciando os desafios e oportunidades para quem os quer percorrer.

Abstract

This paper focuses on the more significant and expressive rock art examples, which were identified prior to the construction of the Hydroelectric dam of the Sabor Valley (Trás-os-Montes, Portugal). The consideration, in the Plan for Heritage Safeguard, of a specific study of rock art resulted in important results and a great increase in the identification and recording of decorated open-air outcrops, blocks and carved plaques, with chronologies extending between the Palaeolithic and the Contemporary period. In this article we will also discuss the new avenues of investigation opened by this substantial increase of heritage sites, highlighting the challenges and opportunities for future studies.

1. Introdução

A Empreitada Geral de Construção do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor (AHBS) teve início em 2008 e fez-se acompanhar pela submersão de mais de 3000 ha de vale distribuídos por 60 km de rio (Fig. 1). O rio Sabor localiza-se no Nordeste de Portugal, cruzando o distrito de Bragança no sentido Norte-Sul. Nasce na serra de Parada, em Espanha, a cerca de 1600 m de altitude e corre, inicialmente, num vale regular e pouco profundo. Recebia depois as águas de pequenos afluentes, penetrando profundamente nos xistos e quartzitos silúricos, mantendo-se posteriormente encaixado até à confluência da ribeira da Vilarica, a 3 km da foz (Fig. 2) (Taborda, 1987, p. 48).



Fig. 1 – Percurso e localização do rio Sabor no Nordeste Transmontano, Portugal, e no contexto peninsular.



Fig. 2 – Albufeira do escalão de montante do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor.

De forma a minimizar os impactes da obra sobre um conjunto alargado de elementos patrimoniais neste vale atualmente submerso, foi elaborado um plano orientador de todos os trabalhos arqueológicos denominado de Plano de Salvaguarda do Património (PSP) (PSP, 2009). O PSP integrava um conjunto de estudos específicos, tais como o estudo da Pré-História, o estudo da Proto-História, o estudo da Romanização, o estudo etno-arqueológico de Cilhades, o estudo da Idade Média, o estudo de elementos edificados e o estudo de arte rupestre.

O artigo que se apresenta procura relatar os novos conhecimentos gerados pelos trabalhos arqueológicos desenvolvidos durante a execução da Empreitada Geral de Construção do AHBS, e discutir o seu futuro enquanto possíveis recursos para desenvolver uma região de interior empobrecida, envelhecida e despovoada. Para tal, será focado o estudo de arte rupestre do Baixo Sabor, também designado de “Levantamento da Arte Rupestre localizada na área de afetação do Empreendimento” no PSP. Este estudo teve, desde a sua aprovação em fevereiro de 2010 até à entrega do relatório final, uma duração total de cinco anos e dois meses. Contou com uma equipa flutuante, da qual fizeram parte as primeiras três autoras deste artigo, que chegou a ter quase 20 elementos, entre arqueólogos, desenhadores, fotógrafos, geógrafos e topógrafos.

2. Historiografia e conhecimento atual

Elaborar uma historiografia com uma ampla janela temporal para o estudo dos grafismos rupestres do vale do Sabor é, à partida, uma tarefa pobre. Isto porque, se nos focarmos unicamente neste vale, até à primeira metade do século XX apenas poderíamos apresentar uma breve lista de afloramentos rochosos, detetados e sumariamente descritos sem qualquer enquadramento teórico (Figueiredo, 2015). Mas o vale insere-se num território mais vasto, que compõe o seu contexto arqueológico regional, e que conta com uma série de outros sítios de arte rupestre, como a serra de Passos ou o vale do Côa (Sanches, 1997, Baptista, 1999). De facto, uma mudança verdadeiramente significativa no panorama de abordagem à arte rupestre regional apenas se precipitou no contexto das descobertas e subsequente polémica do vale do Côa, em 1995, aquando da descoberta de quatro sítios paleolíticos no vale do rio Sabor: Ribeira da Sardinha (Torre de Moncorvo), Fraga Escrevida (Paradinha Nova), Pousadouro (Grijó) e Sampaio (Alfaião) (Baptista, 2009; Figueiredo & *alii*, no prelo). Destes, apenas a Ribeira da Sardinha viria a ser afetada pelo empreendimento do AHBS.

Em 1997, foi realizado o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do AHBS, onde se assinalava a existência de 14 afloramentos com arte rupestre na zona a afetar pelo empreendimento. Em 2008, com o Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto (RECAPE), este número subiu para as 42 ocorrências. Após o início dos trabalhos de acompanhamento da obra, mas ainda antes da aprovação do PSP e subsequente entrada ao serviço da sua estrutura e equipa de execução, mais 10 afloramentos foram assinalados, aumentando o número para as 52 ocorrências. Este era o panorama aquando da nossa chegada e início dos trabalhos, em 2009. Importa referir que, se por um lado foi necessário fazer uma revisão das 52 ocorrências assinaladas, uma vez que entre elas se contavam afloramentos sem quaisquer grafismos rupestres, por outro, a quase cada deslocação que era feita ao terreno novas rochas decoradas eram detetadas, demonstrando o potencial arqueológico da região. Assim, para além dos trabalhos de levantamento de arte rupestre e acompanhamento de obra do empreendimento, durante o ano de 2011 realizou-se uma prospeção arqueológica intensiva e sistemática na área a afetar pelo empreendimento.

Com o término dos trabalhos de campo no final do ano de 2013, o inventário de arte rupestre contava agora com 234 afloramentos gravados e/ou pintados; 753 blocos decorados inseridos em património edificado, 16 blocos soltos e cerca de 2100 fragmentos e placas de arte móvel. Foi, por conseguinte, no estudo de arte rupestre que o fator de multiplicação de novos achados foi mais elevado, desde o início dos trabalhos arqueológicos inerentes ao empreendimento, aumentando oito vezes o inicialmente previsto.

3. Metodologias

Aquando do estabelecimento do estudo dos grafismos rupestres do Baixo Sabor, e tal como assinalado, tinham sido inventariados no RECAPE um total de 42 afloramentos, para os quais se previa o mesmo tipo de abordagem metodológica, independentemente da tipologia do achado, que passava pelas seguintes tarefas: levantamento gráfico por decalque, levantamento fotográfico, levantamento topográfico e, em casos a propor, o levantamento tridimensional.

O cumprimento destes objetivos passou por várias etapas, durante as quais tivemos que ir redefinindo metodologias e propósitos. Tal circunstância deveu-se não só ao aumento substancial do número de elementos com grafismos rupestres como, também, à heterogeneidade dos suportes identificados (desde placas a blocos passando por afloramentos isolados ou estações rupestres) e ao amplo espectro cronológico dos motivos aí presentes (Paleolítico, Pré-História Recente, Proto-História, História). Assim, foi adotada uma metodologia mais heterogénea, capaz de realizar o registo das ocorrências nos prazos previstos.

As metodologias de registo levaram em consideração os possíveis tipos de documentação em arte rupestre, a afetação que a rocha iria sofrer e o valor patrimonial da mesma. Dentro dos tipos de registo discriminaram-se o registo cartográfico, fotográfico, gráfico, topográfico, tridimensional e a realização de sondagens. Nas possíveis afetações consideraram-se a Afetação Direta Irreversível (ADI) (e.g. perda material); Afetação Direta por Submersão (ADS); Sem Afetação (SA); Afetação Indireta a menos de 1 m de vias ($AI < 1m$ via); Afetação Indireta a menos de 10 m das vias de acesso à obra ou pistas ($AI < 1m$ via); Afetação Indireta a menos de 50 m de estaleiro ou de áreas de trabalho ($AI < 50m$ est/a.trab); Afetação Indireta por risco de abalroamento por escombros ($AI - Risco$ ablr); e, a Afetação Indireta por risco de impacto de estilhaços e vibrações provenientes de pegadas de fogo ($AI < Pg$ de fogo). Finalmente, foram definidos três valores patrimoniais: alto, médio ou baixo. Dentro das três variáveis a considerar, esta era obviamente a mais subjetiva, tentando-se contornar o facto com uma definição de critérios básicos que passavam pela sua cronologia; originalidade dos motivos; a situação dos motivos que se poderiam encontrar isolados, associados ou sobrepostos; a implantação do sítio e a sua relação com outros elementos patrimoniais; e, o estado de conservação da rocha/painel/motivos.

Para além do registo de arte rupestre e da abertura de sondagens, a equipa de arte rupestre foi ainda responsável por uma série de outros trabalhos tais como a prospeção, o acompanhamento especializado de desmatamentos, o acompanhamento especializado em escavações arqueológicas e o apoio na preservação *in situ* de afloramentos rochosos com arte rupestre (Figueiredo & *alii*, 2022).

4. Novos achados

4.1. O Paleolítico e as placas do Medal

O Terraço Fluvial da Foz do Medal, designado por comodidade apenas de Medal, encontra-se atualmente submerso. Situava-se na margem esquerda do rio Sabor no concelho do Mogadouro (Fig. 3). Apesar de se tratar de um terraço fluvial de baixa altitude, apenas 9 m acima do nível do rio, apresentava uma sequência sedimentar complexa, com níveis de ocupação desde o Paleolítico Médio até à Idade do Bronze (Figueiredo & *alii*, 2014; Gaspar & *alii*, 2014). Nalguns destes estratos foram encontradas centenas de fragmentos de placas com gravuras paleolíticas, que constituem atualmente a maior coleção de ar livre registada em território ibérico (Figueiredo, Xavier & Nobre, 2015). No total, foram exumados cerca de 1500 fragmentos gravados. Destes, 24 foram adstritos ao Gravettense, 4 ao Solutrense e, cerca de 1200 ao Magdalenense (Figueiredo & *alii*, 2016). As restantes placas encontravam-se descontextualizadas ou, em casos excecionais, reportavam-se à Pré-História Recente. A gramática figurativa da coleção paleolítica é composta pelos grandes temas comuns a toda a Europa, com a representação de equídeos, bovídeos, caprídeos e cervídeos.



Fig. 3 – Terraço Fluvial do Medal, antes da submersão, na margem esquerda do rio Sabor e margem direita da ribeira do Medal.

No seguimento da identificação e documentação no campo dos elementos de arte rupestre, os trabalhos de gabinete conheceram duas fases distintas. Uma primeira ainda no contexto de obra, onde em cerca de dois anos (2013 e 2014) se realizaram os levantamentos e estudos iniciais das placas e, uma segunda fase resultante de projetos de investigação posteriores, onde os levantamentos iniciais foram revistos e se encetou um conjunto de estudos arqueométricos. Até ao momento, estes estudos centraram-se na coleção magdalenense. Importa referir que esta coleção se encontra extremamente fragmentada, uma vez que a Unidade Estratigráfica 1055 (U.E. 1055), de onde a maioria provém, se constituía como depósito secundário tendo deslizado da sua posição original, provocando alguma erosão superficial e fracturação de muitas das placas.

As análises realizadas às representações de equídeos e bovídeos (Figueiredo & *alii*, 2020) demonstraram uma familiaridade com o estilo IV tal como definido por Leroi-Gourhan (1995) e a Fase 3 do vale do Côa (Gameiro & *alii*, 2020; Santos, 2017). Os animais desta fase têm corpos proporcionais,

com formas naturalistas e frequentes representações anatómicas que incluem pormenores da cabeça tais como bocas, orelhas, narinas e olhos em forma de amêndoa, bem como a variação cromática da pelagem. Dois pares de pernas são normalmente apresentados com cascos, frequentemente em perfil uniangular. A técnica mais comum é a incisão, que aparece em formas simples e repetidas (Fig. 4) (Santos, 2017).

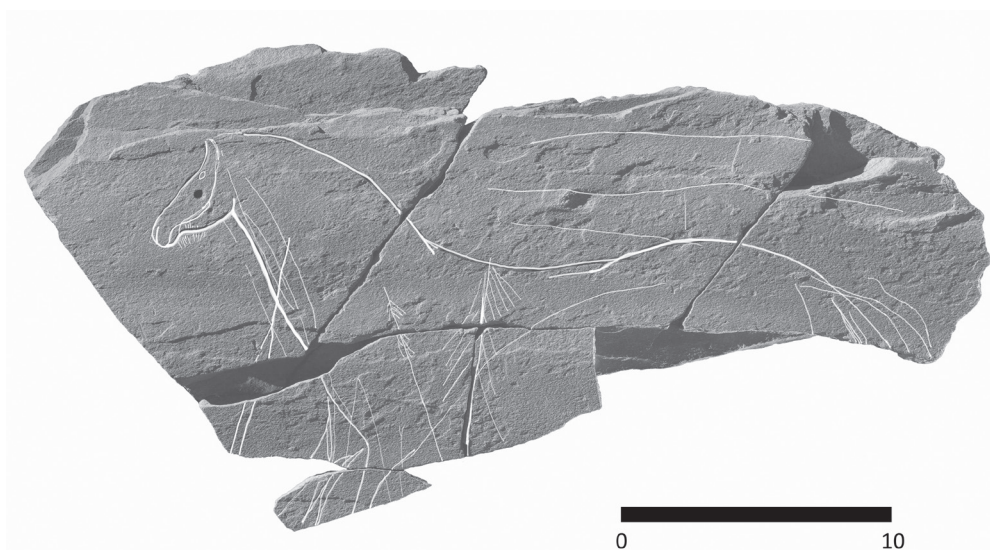


Fig. 4 – Placa MD.32 do Terraço Fluvial do Meda, de xisto e grauvaque, com a representação de um cavalo. Levantamento gráfico sobre fotografia ortorretificada. A escala é de 10 cm.

As análises laboratoriais permitiram concluir que a matéria-prima usada era a local, xistos e grauvaques, tendo sido recolhida pelas diferentes comunidades nas proximidades dos seus habitats. Ao contrário de sítios como Labastide, Le Mas d’Azil ou La Marche (Bahn, 1997; D’Errico, 1992; Méléard, 2008), não foram detetados quaisquer tratamentos das superfícies das placas, quer por ação do fogo ou aplicação de pigmentos, ainda que tenham sido encontrados nódulos de ocre na U.E. 1055 (Figueiredo & *alii*, 2020). Apesar da fragmentação da coleção, pode concluir-se que as placas originais deveriam ser de dimensões razoáveis. Estes dados poderão indicar uma possível utilização das placas na estruturação do espaço, à semelhança de Gönnersdorf, onde foram utilizadas como pavimento dentro de áreas de habitação (Bosinski, D’Errico & Schiller, 2001).

4.2. O período de transição e a Pré-História Recente

Dentro das centenas de motivos identificados em afloramentos ao ar livre no vale do Sabor, detetou-se um conjunto específico que poderá ser atribuído ao período cronológico da transição entre o Pleistocénico e o Holocénico (Figueiredo & Xavier, 2020). Este conjunto distribui-se por seis rochas, sendo que nas três primeiras, caracterizadas pelo recurso à incisão fina e ao seu difícil acesso, a sua atribuição é mais segura que nas outras três, onde as figuras foram executadas através de picotagem e se situam em locais de acesso mais fácil.

Nas três rochas que constituem o primeiro grupo, a Rocha de Pedra de Asma 7, a Rocha de Pedra de Asma 11 e a Rocha da Ponte do Sabor, os motivos são quase todos geométricos ou abstratos, destacando-se a representação de um caprídeo na Pedra de Asma 7. É de realçar o seu esbatido formalismo

naturalista e o emprego da incisão de traço múltiplo para o preenchimento do corpo na sua execução (Fig. 5). As suas dimensões são muito reduzidas, encontrando-se sob uma série de gravuras com cronologias modernas e contemporâneas. Os paralelos estilística e geograficamente mais próximos encontram-se no vale do Côa, nas figuras incisadas que compõe a designada Fase 4 (Aubry & *alii*, 2017; Santos, 2017). Estas caracterizam-se pelo geometrismo das formas, pelo preenchimento interno dos corpos, pela total ausência na representação de detalhes anatómicos e por dispor, pelo menos, de um par de patas em perfil biangular (Santos & *alii*, 2018).



Fig. 5 – Painel A da Rocha da Pedra de Asma 7, com representação de um caprídeo destacada. A escala é de 15 cm.

As três rochas que constituem o segundo grupo, Rocha de Santo Antão da Barca, Rocha do Veado do Cabeço do Aguilhão e Abrigo de Parada, caracterizam-se pela representação preferencial de cervídeos, ainda que se tenham registado caprídeos no Abrigo de Parada (Silva, Xavier & Figueiredo, 2016; Teixeira, 2016). Podemos destacar o veado do Cabeço do Aguilhão, representado em perfil, com alguns membros em perspetiva e com a cornadura bem desenvolvida, típica de um macho adulto. Curiosamente, no que concerne a paralelos para este grupo, a concentração deste tipo de animais no Côa parece diminuir, sendo no vale do Tejo que motivos semelhantes assumem uma frequência verdadeiramente expressiva (Gomes, 2010), sobretudo para os períodos II e III, relativos ao Mesolítico e ao Neolítico.

Ao contrário do que era talvez expectável, a arte rupestre enquadrável na Pré-história recente do vale do Sabor, e salvo algumas exceções, é aquela que apresenta maiores dificuldades quanto à sua caracterização e inserção cronológica. As várias sondagens arqueológicas por nós realizadas, com o objetivo de contextualizar manifestações rupestres compreendidas como pertencendo à Pré-História Recente, não produziram os resultados desejados (Figueiredo, 2017). Excetuando quatro abrigos com pintura esquemática (Abrigo da Ribeira do Xedal, Fraga do Fojo, Rocha 2 da Ribeira do Medal e Abrigo da Ribeira do Resinal), os restantes sítios por nós inseridos na Pré-História Recente contam quase exclusivamente com figurações geométricas ou abstratas como covinhas, incisões lineares ou as designadas unhadas do diabo, que podem conhecer intervalos temporais extremamente amplos, desde a Pré-História até ao Período Contemporâneo (Xavier & *alii*, 2014). Assim, e não havendo um contexto arqueológico mais preciso, a sua inserção num período temporal mais concreto torna-se extremamente complicada.

4.3. A Proto-História e as placas do Castelinho

A estação arqueológica que melhor representa a arte rupestre Proto-histórica do vale do Sabor é, efetivamente, o Sítio Fortificado do Castelinho, comumente designado de Castelinho. Atualmente submerso pelas águas da albufeira montante da Barragem do Baixo Sabor, este sítio implantava-se num pequeno outeiro sobranceiro à margem direita do rio Sabor e à antiga aldeia de Cilhades, que se localizava em território da freguesia de Felgar, no concelho de Torre de Moncorvo.

Conhecido desde os inícios do século XX (Alves, 1934), o Castelinho só foi intervencionado no século XXI, no âmbito do empreendimento AHBS, entre fevereiro de 2011 e novembro de 2013. Neste sítio arqueológico foram identificadas várias estruturas (muralhas, fossos, celeiros, lajeados, torreões) e níveis cronológicos, integrados em 6 fases distintas, ainda que apenas quatro dessas fases apresentassem claras evidências de ocupação humana (Fase II, III, IV e V). No geral, estes quatro momentos de ocupação foram datados entre o século III/1.º quartel do século II a.C. e os finais do século I/inícios do século II d.C. A última fase, a Fase VI, correspondia ao momento de abandono da estação e de cultivo agrícola do espaço (Santos, 2015, pp. 273–274).

No Castelinho, foram exumados 521 exemplares de arte móvel integrados em substratos e em estruturas das Fases III, IV, V e VI, assim como um afloramento ao ar livre, com motivos incisos de carácter abstrato e geométrico (Silva, 2020). Relativamente à arte móvel, seguindo o referencial rochoso adotado por Aubry & Sampaio (2012) para o vale do Côa, a maioria dos suportes integravam a categoria das plaquetas, placas e blocos, tendo-se também registado iconografia em seis pesos de tear e num polidor. Nestes suportes foram contabilizados, até ao momento, 1420 motivos gravados que se inserem em diferentes categorias temáticas: geométricos, abstratos, figurativos, alfabéticos e indeterminados. Embora os motivos mais representados incorporem sobretudo as duas primeiras categorias referidas, temos de destacar os motivos figurativos, nomeadamente os equídeos, pelo seu número excecional de 150 representações, e os antropomorfos pela informação ideológico-ritual que tem proporcionado (Fig. 6). O estudo destas questões tem permitido interpretar a arte móvel do Castelinho como elementos apotropaicos e sacralizadores, assim como manifestações do culto da heroicização dos antepassados, patente em diferentes elementos figurativos peninsulares (Abásolo, 1977, p. 90). Ainda que na Península Ibérica se conheça cerca de três dezenas de sítios com arte móvel da Idade do Ferro, é com a arte parietal de Foz Côa que estas gravuras apresentam maior afinidade estilística e tecnológica. Contudo, ao contrário das narrativas do Côa, em que aparecem refletidas tanto cenas de caça como bélicas, no Castelinho surgem apenas cenas cinegéticas concentradas sobretudo na montaria ao javali (Fig. 7). Assim sendo, o estudo dos contextos, das narrativas e dos paralelos das gravuras do Castelinho permitiram perceber que estamos perante elementos associados a rituais simbólico-religiosos praticados pelas comunidades da II Idade do Ferro, datados especificamente entre os séculos IV e I a.C. (Silva, 2020, p. 92). De notar que entre as escavações realizadas no Sabor, a escavação do sítio de Quinta de Crestelos revelou um local onde possivelmente se praticariam rituais festivos, com práticas de comensalidade e também práticas metalúrgicas durante a II Idade do Ferro (Figueiredo & *alii*, 2019a).

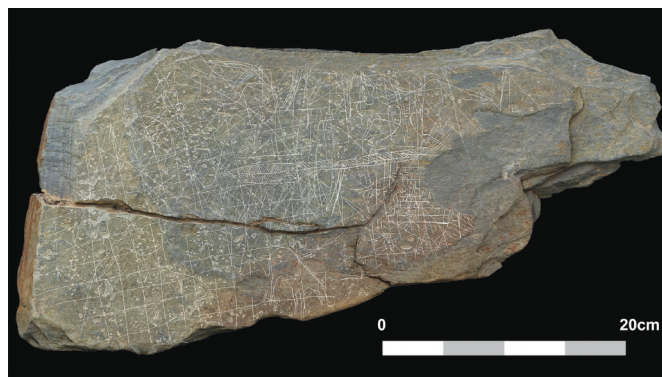


Fig. 6 – Placa 1 do Castelinho com representação de cena de caça ao javali. Levantamento gráfico sobre fotografia ortorretificada.

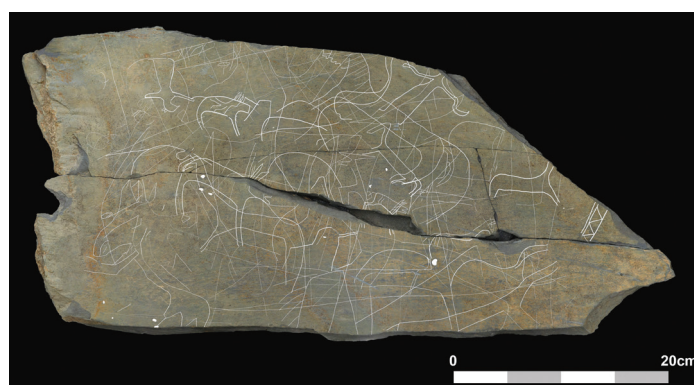


Fig. 7 – Placa 336 do Castelinho com representação de cavaleiros, antropomorfos e vários zoomorfos. Levantamento gráfico sobre fotografia ortorretificada.

4.4. O período histórico e os blocos decorados de Cilhades

Tradicionalmente, os estudos de arte rupestre centram-se cronologicamente na Pré- e Proto-História. Não obstante, e como tem sido por nós exposto em diversos trabalhos (Figueiredo & *alii*, 2012; Figueiredo, 2017), as populações não deixaram de gravar ou de pintar em períodos históricos. O trabalho de campo no vale do Sabor e os registos efetuados por outros colegas que se debruçaram sobretudo sobre os Períodos Moderno e Contemporâneo no âmbito do empreendimento (Silva & Figueiredo, 2015), demonstraram a existência de grafismos gravados em vários blocos inseridos em estruturas edificadas, distribuídos por toda a área da albufeira.

Alargamos assim as nossas pesquisas a estes suportes, sendo que no final dos trabalhos de campo tinham sido identificados 81 elementos edificadas (habitações, capelas, moinhos, etc.) com cerca de 750 blocos decorados (Silva & Figueiredo, 2015). Destes elementos, 49 encontravam-se em Cilhades.

A aldeia de Cilhades foi ocupada durante a Idade Média, a Idade Moderna e o Período Contemporâneo, tendo sido abandonada no século XIX. Aquando dos nossos trabalhos, subsistiam grande parte dos edifícios construídos em alvenaria de xisto, bem como outras construções como muros apiários, muros de socalco, poços e levadas de água. Após o seu abandono, os edifícios foram aproveitados sazonalmente como casas de apoio à atividade agrícola.

No estudo aí realizado foram identificados cerca de 500 blocos decorados, com motivos desde a

Pré-História até ao Período Contemporâneo, passando pela Proto-História, Período Medieval e Moderno. A maioria dos motivos encontrava-se gravada nos alçados principais das paredes exteriores dos edifícios. Nestes, foram sobretudo gravadas representações de carácter geométrico, constituindo-se por organizações lineares, reticulados e tabuleiros de jogos. Foram também registados vários alfabetiformes, onde predominavam os nomes próprios ou nomes de localidades. Por fim, um grupo muito importante constituía-se por cruzes latinas e esteliformes, motivos conotados com uma simbologia ligada à proteção (Fig. 8). Duas ocorrências de características muito particulares foram balizadas temporalmente na Pré-História Recente e na Proto-História. Num dos casos tratava-se de uma estela antropomorfa de granito, habitualmente inserida no Calcolítico. O outro correspondia a um cavaleiro inciso, tipologicamente semelhante aos motivos identificados no vizinho povoado do Castelinho e datados da Idade do Ferro.



Fig. 8 – Laje reaproveitada como soleira de porta numa casa de apoio agrícola em Cilhades (EP 684), com representações cruciformes.

5. O património como recurso para o desenvolvimento sustentável

O património cultural tem sido encarado como um recurso chave para o desenvolvimento sustentável, sobretudo a partir de inícios do século XXI (Evans & Shaw, 2004; Ottone, 2022). Mas o património em si não gera quaisquer atividades económicas ou sociais, se o seu potencial não for devidamente compreendido e as estratégias certas para a sua dinamização implementadas. Diferentes modelos de gestão patrimonial têm resultados muito distintos, que não se prendem com o maior ou menor valor do património (por exemplo, se está ou não classificado pela UNESCO) (Clarke, 2009). Por norma, sítios patrimoniais que conseguem alcançar impactos significativos, seguem uma lógica clara na identificação dos problemas que tem de ser abordados, uma compreensão de como podem catalisar uma mudança, e de quais os recursos para obter os impactos sociais e económicos desejados. O efeito do património na economia é atualmente muito visível no turismo cultural e criativo, sendo que usufruir do património histórico-cultural e preservar a sua autenticidade surgem como um dos cinco eixos estratégicos estabelecidos pelo Governo de Portugal na Estratégia Turismo 2027 (Araújo, 2017). A dinamização do património como um ativo torna-se ainda mais relevante em regiões como Trás-os-Montes, um território despovoado e envelhecido com a maior taxa de pobreza em Portugal continental (Peralta, Carvalho &

Esteves, 2022), onde a valorização dos recursos endógenos pode e deve reforçar a qualidade de vida das populações, criando novas oportunidades. Assim, o acervo patrimonial único descoberto na construção do AHBS constitui um bem extraordinário para impulsionar as dinâmicas socioeconómicas regionais.

Neste território, e para além da arte rupestre, somam-se, pela sua excecionalidade, sítios arqueológicos como a Quinta de Crestelos, o Terraço Fluvial do Medal e o Castelinho. Contudo, e apesar de o PSP ter estabelecido que a salvaguarda do património se realiza através da produção de conhecimento (Dordio, 2015), os prazos exíguos exigidos pela arqueologia empresarial ou de salvamento, limitaram seriamente as interpretações científicas dos dados. Soma-se o facto de que a publicação do conhecimento produzido sob a forma de uma coleção de Monografias nunca se veio a realizar (Dordio, 2015), ainda que esta necessidade tivesse sido discutida no âmbito do PSP. Por conseguinte, encontram-se por concretizar toda uma série de estudos aprofundados, capazes de potencializar projetos futuros de valorização e animação patrimonial (Dordio, 2022, p. 41). Na realidade, as investigações científicas realizadas posteriormente à conclusão do AHBS resultaram de projetos científicos individuais, materializados em dissertações de mestrado (e.g., Silva, 2020), teses de doutoramento (e.g. Larrazabal, em fase de conclusão), projetos pós doutorais (e.g., Figueiredo, 2020) ou de sinergias esporádicas entre equipas de investigação (Figueiredo & *alii*, 2019a; Figueiredo & *alii*, 2019b; Gaspar & *alii*, 2016), o que permitiu alguma continuidade, ainda que muito aquém do desejado.

De forma a dinamizar o património como ativo gerador de riqueza importava, por conseguinte, criar uma estratégia onde se aliassem os interesses municipais e estatais ao setor privado local e à investigação, fortalecendo redes e criando produtos/serviços, por exemplo de turismo cultural e criativo, que permitissem melhorar a qualidade de vida das populações locais (Figueiredo & *alii*, 2021; Silva, Figueiredo & Figueiredo, 2021).

6. Conclusão

A construção do AHBS permitiu a descoberta de um património imenso e inédito no quadro da arqueologia nacional e internacional. O investimento e estudo pioneiro de arte rupestre, à escala deste projeto, permitiu o registo de 234 afloramentos gravados e/ou pintados, 753 blocos decorados inseridos em património edificado, 16 blocos soltos e, cerca de 2100 fragmentos e placas de arte móvel. A título de comparação, podemos mencionar o vale do Tejo onde, nos anos 70 do século XX por falta de legislação específica para o património, ficou submerso o maior complexo de arte rupestre da Península Ibérica, conhecido até à data; o vale do Côa, onde a falta de um planeamento sério nos trabalhos arqueológicos levou a graves consequências financeiras que são do conhecimento geral (Baptista, 1999); e, por último, o projeto arqueológico do Alqueva, onde as principais críticas apontadas se prenderam precisamente com a falta de um estudo específico sobre a arte rupestre, reconhecido pelo próprio responsável como sendo a maior lacuna do projeto (Silva, 2002, pp. 60–61). Assim, no vale do Sabor, foi pela primeira vez implementado, em 2010, um estudo específico de arte rupestre.

Apesar de os resultados obtidos, tanto em fase de obra como em projetos posteriores de carácter mais pontual e individual, não terem ainda proporcionado a dinâmica cultural desejada para o território, o seu potencial é imenso, dependendo sobretudo das estratégias definidas e dos parceiros associados. Esperamos assim, num futuro próximo, poder contribuir ainda mais para aprofundar o conhecimento sobre a arte rupestre do vale do Sabor, bem como colaborar para a dinamização de atividades que usem este património como recurso impulsionador do desenvolvimento da região.

Bibliografia citada

ABÁSOLO ÁLVAREZ, José Antonio (1977) – Las estelas decoradas de la región de Lara de Los Infantes: estudio iconográfico. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*. 43, pp. 61–97.

ALVES, Francisco Manuel (1934) – *Memórias arqueológicas-históricas do distrito de Bragança*. Tomo 9: Bragança.

ARAÚJO, Luís, ed. (2017) – *Estratégia Turismo 2027: liderar o turismo do futuro*. Turismo de Portugal I. P. (TdP), República Portuguesa.

AUBRY, Thierry; GAMEIRO, Cristina; SANTOS, André; LUÍS, Luís (2017) – Existe Azilense em Portugal? Novos dados sobre o Tardiglaciário e o Pré-Boreal no Vale do Côa. In ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea, eds. – *Arqueologia em Portugal: 2017 – Estado da questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 403–418.

AUBRY, Thierry; SAMPAIO, Jorge Davide (2012) – Novos dados para a abordagem técnica da arte rupestre e móvel do vale do Côa. In SANCHES, Maria de Jesus, ed. – *1.ª Mesa-Redonda Artes rupestres da Pré-História e da Proto-História: paradigmas e metodologias de registo*. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural, pp. 185–206.

BAHN, Paul (1997) – *Journey through the Ice Age*. London: Weidenfeld & Nicholson.

BAPTISTA, António Martinho (1999) – *No tempo sem tempo: a arte dos caçadores paleolíticos do Vale do Côa*. Vila Nova de Foz Côa: Instituto Português de Arqueologia.

BAPTISTA, António Martinho (2009) – *O paradigma perdido: o vale do Côa e a arte paleolítica de ar livre em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento; Parque Arqueológico do Vale do Côa.

BOSINSKI, Gerhard; D'ERRICO, Francesco; SCHILLER, Petra (2001) – *Die gravierten Frauendarstellungen von Gönnersdorf*. Stuttgart: Steiner.

CLARKE, Mike, ed. (2009) – *World Heritage status: is there opportunity for economic gain? Research and analysis of the socio-economic impact potential of UNESCO World Heritage status*. Cumbria: Lake District World Heritage Project.

D'ERRICO, Francesco (1992) – Technology, motion, and the meaning of Epipaleolithic Art. *Current Anthropology*. 33:1, pp. 94–109.

DORDIO, Paulo (2015) – O Plano de Salvaguarda do Património do Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor (PSP do AHBS), 2010–2015. *Côavisão: Economia, Ciência e Cultura*. 17, pp. 132–169.

DORDIO, Paulo (2022) – O Plano de Salvaguarda do Património do Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor (2010–2015). *Património a Norte*. 12, pp: 5–53.

EVANS, Graeme; SHAW, Phyllida (2004) – *The contribution of culture to the regeneration in the UK: a review of evidence. A report to the Department for Culture, Media and Sport*. London: Metropolitan University.

FIGUEIREDO, Elin; SILVA, Rui; LARRAZABAL GALARZA, Javier; CAMACHO, Edgar; BRAZ FERNANDES, Francisco (2019a) – 2nd Iron Age iron slags from Quinta de Crestelos (Mogadouro, Portugal): first results from SEM-EDS and synchrotron XRD analysis, Poster apresentado na Conferência Materiais 2019, Lisboa, Portugal, 14–17 abril 2019.

FIGUEIREDO, Elin; LARRAZABAL GALARZA, Javier; SILVA, Rui (2019b) – Iron slags from Quinta de Crestelos (Bragança, NE Portugal): metallurgy in a Pre-Roman context. Apresentação oral a convite no Innovationen Metall – technisch und sozial, Metall im Unteren Guadalquivir, organização Deutsches Archäologisches Institut (Madrid), Valencia, Espanha, 18–20 setembro 2019.

FIGUEIREDO, Sofia Soares (2015) – *Relatório final de carácter monográfico: levantamento de arte rupestre*. AHBS, Empreitada Geral da Construção do Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor. AHBS/RPSP.957.00.

FIGUEIREDO, Sofia Soares (2017) – *A arte esquemática do Nordeste transmontano: contextos e linguagens*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

FIGUEIREDO, Sofia Soares; BOTICA, Natália; BUENO RAMÍREZ, Primitiva; TSOPRA, Anna; MIRÃO, José (2020) – Analysis of portable rock art from Foz do Medal (Northwest Iberia): Magdalenian images of horses and aurochs. *Comptes Rendus Palevol*. 19:4, pp. 63–77.

FIGUEIREDO, Sofia Soares; FERNANDES, António Batarda; LAINHO, Susana; GARCIA, Joaquim (2022) – In situ rock art preservation in the Sabor Valley (Northwest Iberia). In FERNANDES, António Batarda; MARSHALL, Melissa; DOMINGO, Inés, eds. – *global perspectives for the conservation and management of open-air rock art sites*. London: Routledge.

FIGUEIREDO, Sofia Soares; NOBRE, Luís; GASPAS, Rita; CRISTO ROPERO, Araceli; FERREIRA, João; SILVA, Maria João; MOLINA HERNÁNDEZ, Francisco Javier (2014) – Foz do Medal Terrace – an open-air settlement with palaeolithic portable art. *INORA: International Newsletter on Rock Art*. 68, pp. 12–20.

FIGUEIREDO, Sofia Soares; NOBRE, Luís; XAVIER, Pedro; GASPAS, Rita; CARRONDO, Joana (2016) – First approach to the chronological sequence of the engraved stone plaques of the Foz do Medal alluvial terrace in Tras-os-Montes, Portugal. *Arqueologia y Prehistoria del Interior Peninsular*. 04 Extra, pp. 64–77.

FIGUEIREDO, Sofia Soares; SILVA, Andreia; MACIEL, José; FIGUEIREDO, Elin; LARRAZABAL GALARZA, Javier; BORGES, Adriano Ferreira; BOTICA, Natália (2021) – An empty stomach has no ears: a project to involve Douro valley local communities in the Iron Age through rock art heritage. Apresentação oral no EAA 2021 Towards an inclusive future: a strategy for rock art research, management and social value. Kiel, Alemanha, 8–11 Setembro 2021.

FIGUEIREDO, Sofia Soares; VALDEZ TULLETT, Joana; FÁBREGAS VALCARCE, Ramón; LOMBERA HERMIDA, Arturo de; RODRÍGUEZ ÁLVAREZ, Xosé Pedro (no prelo) – Palaeolithic rock art of North Portugal and Galicia (Spain). *The Prehistoric Rock Art of Portugal*. London: Routledge.

FIGUEIREDO, Sofia Soares; XAVIER, Pedro (2020) – Ensaio de interpretações para a arte de transição do Vale do Sabor. *Arqueologia & História*. 70, pp. 171–184.

FIGUEIREDO, Sofia Soares; XAVIER, Pedro; NEVES, Dário; DIAS, Rodrigo; COELHO, Sílvia (2012) – As teorias da arte no estudo da arte rupestre: limites e possibilidades. In SANCHES, Maria de Jesus, ed. – *1.ª Mesa-Redonda Artes rupestres da Pré-História e da Proto-História: paradigmas e metodologias de registo*. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural, pp. 81–93.

FIGUEIREDO, Sofia Soares; XAVIER, Pedro; NOBRE, Luís (2015) – Placas móveis com grafismos rupestres paleolíticos do Terraço do Medal (Nordeste, Portugal): uma primeira análise a temas e estilos. In COLLADO GIRALDO, Hipólito; GARCÍA ARRANZ José Julio, eds. – *Proceedings from the XIX International Rock Art Conference IFRAO*. Tomar: Instituto Terra e Memória, pp. 1573–1588.

GAMEIRO, Cristina; AUBRY, Thierry; ALMEIDA, Francisco; DIMUCCIO, Luca; GABRIEL, Sónia; GASPAS, Rita; GOMES, Sérgio; FÁBREGAS VALCARCE, Ramón; FIGUEIREDO, Sofia; MANZANO, Carmen; MARREIROS, João; OLIVEIRA, Cláudia; SANTOS, André Tomás; SILVA, Maria João; TERESO, João Pedro; XAVIER, Pedro (2020) – Archaeology of the Pleistocene-Holocene transition in Portugal: synthesis and prospects. *Quaternary International*. 564, pp. 113–137.

GASPAS, Rita; CARRONDO, Joana; NOBRE, Luís; RODRIGUES, Z.; DONOSO, Glória (2014) – Espaço para a morte. O Terraço da Foz do Medal (vale do Sabor, nordeste de Portugal) durante a Idade do Bronze. *Estudos do Quaternário*. 10, pp. 59–72.

GASPAS, Rita; TERESO, João; DETRY, Cleia; MARTÍN SEIJO, Maria; VAZ, Filipe; PEREIRA, Sérgio; SASTRE, José; FIGUEIREDO, Sofia; TERESA PINTO, Ana; HONRADO, João; BEJA, Pedro (2016) – Very long-term ecological research: understanding drivers of biodiversity change over 30,000 years in LTER Sabor. Apresentação oral no ILTER – International Long-Term Ecological Research Network, Kruger National Park, South Africa, 9–13 Outubro 2016.

GOMES, Mário Varela (2010) – *Arte rupestre do Vale do Tejo: um ciclo artístico-cultural pré e proto-histórico*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

LARRAZABAL GALARZA, Javier (no prelo) – *Território e sociedade: O vale do Baixo Sabor na Idade do Ferro e nos inícios da integração no mundo romano*. Universidade do Minho. (Tese de Doutoramento).

LEROI-GOURHAN, André (1995) – *Préhistoire de l'art occidental. Nouvelle édition revue et augmentée*. Paris: Citadelles & Mazenod.

MÉLARD, Nicolas (2008) — Pierres gravées de La Marche à Lussac-les- Châteaux (Vienne). *Gallia Préhistoire*. 50:1, pp. 143–268.

OTTONE, Ernesto, ed. (2022) – *Re|shaping policies for creativity: addressing culture as a global public good*. Paris: UNESCO.

PERALTA, Susana; CARVALHO, Bruno; ESTEVES, Mariana (2022) – *Portugal, balanço social 2021: um retrato do país e de um ano de pandemia*. Lisboa: BPI, Fundação “La Caixa”, Nova School of Business & Economics.

PSP, 2009. — *Plano de Salvaguarda do Património do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor*, EDP.

SANCHES, Maria de Jesus (1997) – *Pré-História Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro (O abrigo do Buraco da Pala no Contexto Regional)*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.

SANTOS, André Tomás (2017) – *A arte paleolítica ao ar livre da bacia do Douro à margem direita do Tejo: uma visão de conjunto*. Universidade do Porto.

SANTOS, André Tomás; AUBRY, Thierry; BARBOSA, António Fernando; GARCÍA DíEZ, Marcos; SAMPAIO, Jorge Davide (2018) – O Final do ciclo gráfico paleolítico do Vale do Coa: a arte móvel do Fariseu (Muxagata, Vila Nova de Foz Côa). *Portugalia*. Nova Série. 39, pp. 5–96.

SANTOS, Filipe J. C. (2015) – Arquitecturas da II Idade do Ferro: A evolução do sistema defensivo do sítio fortificado do Castelinho (Cilhades, Felgar, Portugal). In RODRÍGUEZ MONTEERRUBIO, Óscar; PORTILLA CASADO, Raquel; SASTRE BLANCO, José Carlos; FUENTES MELGAR, Patricia, eds. – *Fortificaciones en la Edad del Hierro: control de los recursos y el territorio*. Valladolid: Glyphos, pp. 242–276.

SILVA, Andreia (2020) – *Representações antropomórficas na arte móvel da Proto-História do vale do Sabor (Trás-os-Montes Oriental)*. Universidade do Minho. (Dissertação de Mestrado).

SILVA, Andreia; FIGUEIREDO, Sofia Soares (2015) – O estudo de gravuras rupestres em blocos de edificadros: o exemplo de Cilhades (Trás-os-Montes, Portugal). In COLLADO GIRALDO, Hipólito; GARCÍA ARRANZ, José Julio, eds. – *Proceedings from the XIX International Rock Art Conference IFRAO*. Tomar: Instituto Terra e Memória, pp. 919–934.

SILVA, Andreia; FIGUEIREDO, Elin; FIGUEIREDO, Sofia Soares (2021) – História da Idade do Ferro gravadas na rocha: entre o real e o imaginário. CENIMAT/i3N, Universidade do Minho. Vídeo apresentado na Noite Europeia dos Investigadores (NEI), 4 Setembro 2021.

SILVA, Andreia; XAVIER, Pedro; FIGUEIREDO, Sofia Soares (2016) – A simbologia dos veados na Pré-História recente do Nordeste Transmontano: formas pintadas e gravadas. In CORDEIRO MACENLLE, Rebeca; VÁZQUEZ MARTÍNEZ, Alia, eds – *Estudos de Arqueoloxía, Prehistoria e Historia Antiga: Achega dos novos investigadores*. Santiago de Compostela: ARCIAN Andavira Editora, pp. 55–61.

SILVA, António Carlos (2002) – Avaliação dos impactes arqueológicos em Alqueva: a formação do “Quadro Geral de Referência”. *Al-Madan*. IIª série. 2, pp. 56–62.

TABORDA, Virgílio (1987) – *Alto Trás-os-Montes: estudo geográfico*. Lisboa: Livros Horizonte.

TEIXEIRA, Joana Castro (2016) – O Abrigo de Parada, um sítio de arte rupestre do Vale do Sabor (Alfândega da Fé, Bragança, Trás-os-Montes). In SANCHES, Maria de Jesus; CRUZ, Domingos J., eds. – *Estudos pré-históricos vol. XVIII. actas da II mesa redonda. Artes rupestres da Pré-História e da Proto-História: estudo, conservação e musealização de maciços rochosos e monumentos funerários*. Viseu: Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta, pp. 41–70.

XAVIER, Pedro; CRISTO ROPERO, Araceli; MACIEL, José; FIGUEIREDO, Sofia Soares (2014) – Do ver ao compreender as gravuras “fusiformes” do vale do Sabor. In HONRADO CASTRO, José; BREZMES ESCRIBANO, Miguel Ángel; TEJEIRO PIZARRO, Alicia; RODRÍGUEZ MONTEERRUBIO, Óscar, eds. – *Investigaciones arqueológicas en el Valle del Duero. II Jornadas de Jóvenes Investigadores del Valle del Duero. Vol. 2: Neolítico y Calcolítico en el valle del Duero*. Valladolid: Glyphos Publicaciones, pp. 87–98.

Recursos piscícolas do Mesolítico Final no sítio do Vidigal (Costa Sudoeste portuguesa)

Sónia Gabriel*/**/** | sgabriel@dgpc.pt

Joaquina Soares***/**** | joaquinasoares1@gmail.com

Carlos Tavares da Silva***/**** | cea.maeds@amrs.pt

*Laboratório de Arqueociências, Direcção-Geral do Património Cultural. Calçada do Mirante à Ajuda, n.º 10A, 1300-418, Lisboa, Portugal.

**InBIO – Rede de Investigação em Biodiversidade e Biologia evolutiva, Laboratório Associado; CIBIO – Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos, Universidade do Porto.

***UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

****MAEDS – Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal/AMRS.

Os autores escrevem segundo o Acordo Ortográfico de 1945

Resumo

O sítio do Vidigal é um dos locais do Mesolítico Tardio da planície costeira entre Sines e o Cabo Sardão. O sítio localiza-se na margem sul do Barranco do Queimado, a uma altitude de ca. 50 m e ca. 2 km de distância da costa actual. Os restos de peixes analisados foram recuperados durante a primeira fase de trabalhos arqueológicos, realizados em 1975. Mais de 80% dos restos identificados nas camadas C1 e C2 pertencem a tubarões e raias (Chondrichthyes). Além destes, o conjunto ictiofaunístico permite documentar a presença de peixes grandes, como a corvina (Sciaenidae), o cherne (Polyprionidae), a garoupa (Serranidae), o pargo, o dentão e a dourada (Sparidae), bem como a moreia (Muraenidae), o atum e a cavala (Scombridae). A presença de um pequeno atum (*Thunnus* sp.) na segunda fase de ocupação de Vidigal (C2), constitui o primeiro registo do género em sítios arqueológicos da Pré-História de Portugal.

Em termos gerais, a ictiofauna de Vidigal e de outros sítios da costa Sudoeste sugerem a exploração dos recursos mais proveitosos, encontrados nos ambientes marinhos mais próximos da costa.

Abstract

Vidigal is one of many known Late Mesolithic sites along the stretch of the coastal plain between Sines and Sardão Cape. The site is an open-air settlement situated on the southern bank of Barranco do Queimado, at an elevation of 45 m and 2 km away from the current seashore. The fish remains reported had been recovered during a first archaeological survey in 1975. Our data shows that more than 80% of the remains belong to sharks and rays including smooth-hound sharks (Triakidae) and stingrays (Myliobatidae). Among the teleosts, the assemblage includes meagre (Sciaenidae), groupers (Polyprionidae and Serranidae), porgies (Sparidae), moray eel (Muraenidae), tuna, and mackerel (Scombridae). The presence of tuna (*Thunnus* sp.) is the first record of its kind in prehistoric archaeological sites from Portugal. In general terms, fish remains from Vidigal, and other sites on the Southwest coast, suggests the exploitation of the most profitable resources, found in marine environments closer to the coast.

1. Introdução

O estabelecimento pré-histórico do Vidigal, sujeito a dinâmica erosiva, em parte associada a práticas agrícolas, distribuía-se por cerca de 0,5 ha, podendo a sua extensão ter sido originalmente superior, e instalou-se sobre solo resultante da alteração de arenito dunar, e de topografia aplanada, com cerca de 50 m de altitude; termina em escarpa talhada no referido grés, na margem esquerda do Barranco do Queimado. Nessa vertente, abre-se uma pequena cavidade utilizada actualmente para armazenagem de alfaías agrícolas, uso que terá removido provável depósito arqueológico de que restaram materiais pré-históricos atípicos, atribuíveis a um Neolítico indiferenciado. O local dista cerca de 2 km da margem atlântica e pertence a enclave do concelho de Sines situado a sul do Barranco do Queimado, freguesia de Porto Covo (Fig. 1).



Fig. 1 – Localização dos sítios do Mesolítico Final e Tardio do Vidigal, Samouqueira 1 e Fiais, em imagem satélite Google Earth. Localização do Alentejo litoral na Península Ibérica.

O sítio de ar livre do Vidigal foi identificado em 1973 pelo Grupo de Trabalhos de Arqueologia do Gabinete da Área de Sines (G.A.S.) através de prospecção de superfície, reveladora de artefactos em pedra lascada tipologicamente próximos dos do Meso-Neolítico Antigo regional, de conchas de moluscos marinhos e de fauna mamalógica selvagem. No Outono (Outubro) de 1975, realizaram-se sondagens-teste com 2 m² (Sond. A) e 6 m² (Sond. B), cuja estratigrafia revelou três fases de ocupação. A Fase I, datada no intervalo de 5730–5640 cal BC, 2σ (Beta-452078, 6800±30BP) (Soares & Tavares da Silva, 2020) e a Fase II (camada de concheiro), centrada em meados do VI milénio cal BC, são compatíveis com o Mesolítico Final da região de Sines. Porém, a fase mais recente (Fase III), que abrange o último quartel do VI milénio cal BC, coloca problemas de interpretação a que não podemos, por agora, responder. Embora de cronologia neolítica, forneceu restos faunísticos exclusivamente selvagens. Se as Fases I e II do Vidigal podem ser atribuídas a momentos tardios do Mesolítico Final, a Fase III poderá corresponder a um Mesolítico muito tardio, à semelhança do ocorrido no Vale do Sado (Soares, 2016), ou a um acampamento do Neolítico

Antigo, de curta duração e de economia recolectora.

Em 1987, o sítio foi visitado por Lawrence G. Straus, que mostrou interesse no estudo do mesmo, tendo projectado a realização de uma campanha de escavações, que viria a dirigir, no ano seguinte (Straus, Altuna & Vierra, 1990; Le Gall, Straus, Vierra & Altuna, 1992; Le Gall, Altuna & Straus, 1994). A cronologia radiocarbónica então obtida a partir de amostras de ossos foi relativamente baixa (Camada 3-6640±90BP, Ly-4695, e Camada 2- 6030±180 BP, GX-14557), e afectada por elevados desvios-padrão, mormente a da C.2, mas o conjunto faunístico (de largo espectro) mostrou-se exclusivamente selvagem, revelando uma economia característica do Mesolítico Final.

Em revisitação ao local, realizada em 2015, verificámos que o sítio arqueológico havia sido amplamente destruído pelo plantio mecanizado de pinheiro. Esta situação incitou-nos a rever e publicar os resultados da longínqua e muito restrita intervenção de campo por nós efectuada em 1975. Iniciamos essa publicação com o estudo da fauna piscícola, que vem reforçar a importância da pesca nas estratégias de subsistência das comunidades pré-históricas da Costa Sudoeste (Le Gall & *alii*, 1992; Le Gall, Altuna & Straus, 1994; Gabriel, 2015; Soares & Tavares da Silva, 2018).

Com este trabalho pretende-se identificar e caracterizar o espectro faunístico recuperado no concheiro de Vidigal, comparando os resultados obtidos com os de estudos prévios realizados sobre o sítio (Le Gall, Altuna & Straus, 1994; Le Gall & *alii*, 1992), e com outros conjuntos inseridos nas mesmas cronologias e área geográfica (Lentacker, 1986; Gabriel, 2015).

2. Material e métodos de análise

O material analisado é o recuperado na campanha arqueológica levada a cabo no ano de 1975. Para identificação taxonómica comparou-se o material com as colecções osteológicas de referência do Laboratório de Arqueociências da Direcção Geral do Património Cultural (LARC-DGPC) (Moreno & *alii*, 2003). Na identificação de tubarões e raias (Elasmobranchii), sub-representados nas colecções, utilizou-se ainda o atlas de Kosuch & Fitzgerald (1989).

A análise zooarqueológica segue os procedimentos preconizados em Caastel (1976) e Wheeler & Jones (1989). Todos os restos e fragmentos de osso foram incluídos nas contagens. Para a estimativa de tamanhos utilizou-se o método da proporcionalidade (*i.e.*, comparação dos ossos arqueológicos com homólogos de tamanho conhecido).

A classificação taxonómica segue a proposta no catálogo de peixes de Eschmeyer (Fricke, Eschmeyer & van der Laan, 2021). Os nomes comuns das espécies representadas são os propostos por Sanches (1989).

3. Resultados

O conjunto estudado é composto por um total de 2460 restos recuperados em três camadas arqueológicas escavadas nas sondagens A e B. As frequências registadas são comparáveis na segunda e terceira fase de ocupação, onde são mais abundantes: Camada 2 (50%, N= 1227); e Camada 1 (46%, N= 1144). A primeira fase de ocupação (Camada 3), constitui cerca de 4 % (N= 89) do total analisado (Fig. 2).

Cerca de 94% (N= 2304) do conjunto recuperado em Vidigal são vértebras. Além destas, regista-se

ainda a presença de raios de barbatana, costelas pleurais, dentes soltos, e diversos ossos craniais (6%, N= 156) (Quadro 1).

Alguns dos restos analisados encontram-se queimados: N= 164 na C2; N= 58 na C1; e N= 9 na C3; possivelmente em resultado das acções de limpeza e manutenção do espaço, ou da confecção dos espécimes para consumo.

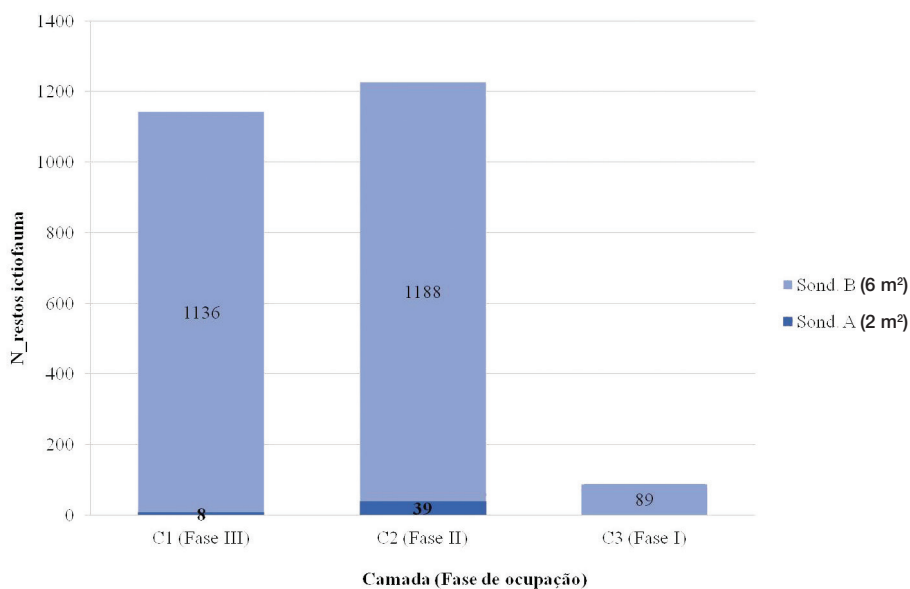


Fig. 2 – Ictiofauna de Vidigal. Número de restos recuperados por sondagem e fase de ocupação.

3.1. Caracterização da ictiofauna

Os restos de tubarões e raias (Elasmobranchii) são o grupo mais frequente em todas as fases de ocupação, representando respectivamente 85,49% (N= 978), 82,64% (N= 1014), e 75,28% (N= 67) dos restos identificados nas camadas C1, C2 e C3 (Quadro 2). A maioria dos restos analisados são vértebras de Carchariniformes, provavelmente cações da família Triakidae (Quadro 1). Os tubarões desta família são de tamanho moderado (até cerca de 2 m de comprimento) e podem ser encontrados em todos os mares costeiros quentes e temperados; alimentam-se principalmente de invertebrados e peixes ósseos de fundo e de águas intermédias (Compagno, 1984). No Verão aproximam-se mais da costa, a solo ou em pequenos cardumes.

Entre os restos de elasmobrânquios recuperados na C1, identificam-se ainda duas placas dentárias de ratão-água (Myliobatiformes), que representam menos de 1% do total identificado (Quadros 1 e 2).

A representatividade esquelética registada para os peixes ósseos inclui diversos ossos do crânio (N= 142), vértebras (N= 259), costelas e raios das barbatanas, e fragmentos cuja identificação não foi possível (N= 14) (Quadro 1), sugerindo que vários dos táxones identificados tenham sido trazidos inteiros, ou sumariamente processados (i.e. sem guelras e sem escamas), para o sítio.

Embora menos abundante, o grupo dos peixes ósseos (Actinopterygii) é o mais diversificado, registando-se a presença de peixes de cinco famílias comuns à segunda e terceira fases de ocupação (C1 e C2) (Quadro 2).

[illegible]

Quadro 1 – Representatividade esquelética registrada por táxon e camada (C). Legenda táxones: CRCH= Carchariidae; MYBT= Myliobatidae; MH= Muraena helena; Ssc= cf. *Scorpaenidae*; THU= *Thunnus* sp.; PPR= *Polyprion americanus*; PPR/SRR= cf. *Polyprionidae*/Serranidae; SRR= Serranidae; SU= *Squalus auratus*; PGR= *Pagrus* sp.; DTX= *Dentex* sp.; SPU= *Scorpaenidae*; SCL= *Sciaenidae*; ACTP= *Actinopterygii*.

Taxa	C1	%	C2	%	C3
ELASMOBRANCHII					
Tubarão-marracho / Cação – Carchariniformes (cf. Triakidae)	682	59,62	754	61,45	54
Ratão-águia - Myliobatiformes	2	0,17			
Elasmobranchii indet.	294	25,70	260	21,19	13
ACTINOPTERYGII					
Muraenidae					
Moreia - <i>Muraena helena</i>	4	0,35	12	0,98	
Scombridae					
Sarda - cf. <i>Scomber scombrus</i>	4	0,35	5	0,41	
Atum - <i>Thunnus</i> sp.			1	0,08	
Polyprionidae / Serranidae					
Cherne - <i>Polyprion americanus</i>	1	0,09	1	0,08	1
Cherne/Garoupa - cf. Polyprionidae/Serranidae	7	0,61	8	0,65	7
Serranidae indet.					1
Sparidae					
Dourada - <i>Sparus aurata</i> /cf. <i>Sparus aurata</i>	4	0,35	6	0,49	
Pargo - <i>Pagrus</i> sp./cf. <i>Pagrus</i> sp.	7	0,61	22	1,79	
Capatões - <i>Dentex</i> sp./cf. <i>Dentex</i> sp.	3	0,26	1	0,08	1
Sparidae/cf. Sparidae	45	3,93	60	4,89	1
Sciaenidae					
Corvina - cf. <i>Argyrosomus regius</i>	1	0,09			
cf. Sciaenidae			2	0,16	
Actinopteri indet.	90	7,87	95	7,74	11
TOTAL	1144	100,00	1227	100,00	89

Quadro 2 – Ictiofauna encontrada em Vidigal: lista taxonómica, número de restos e frequências relativas.

Os esparídeos (Sparidae) representam globalmente 7,25% (N= 89) do total identificado na C2, e 5,16% (N= 59) na C1, encontrando-se representados a dourada, o pargo e o capatão, presente também na C3. Além dos esparídeos, foram identificados restos de moreia (*Muraena helena*), sarda (*Scomber scombrus*), atum (*Thunnus* sp.), cherne/garoupa (*Polyprion americanus*/ cf. Polyprionidae/Serranidae), e corvina (*Argyrosomus regius*) (Quadro 2).

Um dos táxones que se destaca desta lista é o atum (*Thunnus* sp.). A sua presença na segunda fase de ocupação do Vidigal (C2) constitui o primeiro registo do género em sítios arqueológicos da Pré-História de Portugal. Estima-se que a vértebra pré-caudal identificada corresponda a um animal em torno aos 70–80 cm de comprimento.

As dimensões individuais são um aspecto relevante do conjunto analisado. Embora a fracção recuperada inclua restos de peixes de pequenas dimensões, cujo tamanho não foi possível estimar, o tamanho individual registado documenta a presença de pargos (*Pagrus* sp.) entre 15 e 50 cm, douradas

(*Sparus aurata*) entre 20 e 40 cm, capatões (*Dentex* sp.) entre 70 e 89 cm, moreias (*Muraena helena*) entre 79–89 cm, chernes/garoupas (cf. *Polyprionidae*/Serranidae) entre 50 e 87 cm, e uma corvina (*Argyrosomus regius*) com pouco mais de 100 cm (Fig. 3).

Embora não tenha sido possível identificar especificamente os restos de cação, o tamanho das vértebras analisadas compara bem com as de um *Galeorinus galeus* de 148 cm de comprimento.

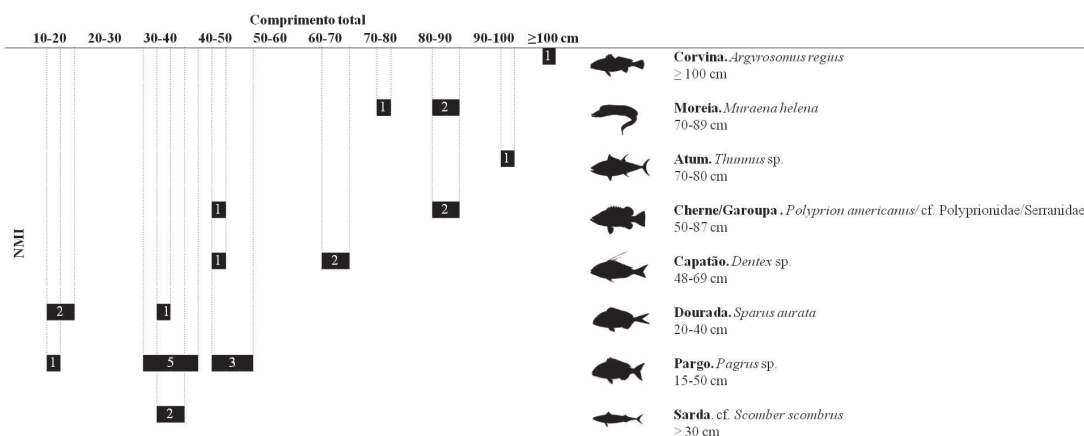


Fig. 3 – Tamanhos estimados para oito dos onze táxones identificados.

Do ponto de vista biológico, salienta-se que a maioria das espécies representadas são neríticas, ou seja, próprias das águas que cobrem a plataforma continental, podendo a maioria delas aproximar-se da costa o suficiente para serem pescadas a partir das praias ou das margens. A moreia (*Muraena helena*) é a única espécie que vive nos fundos rochosos do litoral (bentónica), passando a maior parte do tempo escondida em cavidades e gretas rochosas. O ratão-águia (*Myliobatis aquila*) pode ser encontrado em fundos arenosos ou nadando a meia água. Mais demersais (nadando próximo do fundo, onde se alimentam) são o cherne e/ou garoupa (*Polyprion americanus*/ cf. *Polyprionidae*/Serranidae), a corvina (*Argyrosomus regius*), ou o cação (cf. *Triakidae*). O atum (*Thunnus* sp.) e a sarda (*Scomber scombrus*) são peixes pelágicos (nadam na coluna de água).

A dourada (*Sparus aurata*) frequenta pradarias marinhas e fundos arenosos, e a zona de rebentação, podendo ser capturada em diversas zonas do litoral. Na Primavera pode frequentar águas salobras, formando grandes concentrações em zonas de albufeiras ou estuários em diferentes momentos do seu ciclo biológico.

A moreia é a menos gregária das espécies identificadas. As corvinas, solitárias durante grande parte do seu ciclo anual, agregam-se durante as migrações que empreendem na época de reprodução (Primavera/Verão), altura em que se aproximam muito da costa. Nesta mesma altura, também os chernes/garoupas, sobretudo os indivíduos adultos (de maior tamanho), costumam aparecer solitários, perto da costa, associados a fundos de cascalho ou areia.

Os esparídeos (*Sparidae*), mais ou menos gregários, podem ocorrer em concentrações limitadas, formando pequenos cardumes.

Oceânicos, os atuns formam cardumes que sazonalmente se aproximam da costa. Também a sarda se aproxima da costa na Primavera, desovando no início do Verão.

4. Discussão e conclusões

O concheiro de Vidigal é um dos sítios que permite documentar e discutir a actividade piscatória do Mesolítico Final no Sudoeste português. Por proximidade geográfica, cronológica e contextual, a referência para comparar os dados obtidos dos peixes de Vidigal é a ictiofauna previamente analisada por Le Gall (Le Gall, Altuna & Straus, 1994), e a recuperada nos concheiros mesolíticos de Samouqueira e Fiais (Gabriel, 2015, p. 311).

Um aspecto a ter em conta é a frequência dos restos de elasmobrânquios (tubarões e raias), que representam mais de 80% dos restos identificados nas C1 e C2 (Quadro 2). Esta é uma pauta anteriormente observada por Le Gall para o sítio de Vidigal (Le Gall, Altuna & Straus, 1994, p. 63), e que ocorre também na Samouqueira, onde os elasmobrânquios representam cerca de 64% dos restos identificados (Gabriel, 2015, p. 311). Este grupo encontra-se presente em todos os sítios mesolíticos da costa Sudoeste, Sado e Tejo, mas é nos concheiros de Vidigal ($\geq 80\%$), Samouqueira (64%), Fiais (52%) que as suas frequências atingem valores mais importantes. Valores comparáveis são registados também na região do Sado, no sítio de Poças de São Bento (Alcácer do Sal), onde os elasmobrânquios representam cerca de 62% do total identificado (Gabriel, 2015, p. 311).

É provável que a diversidade de tubarões e raias no ambiente marinho os tenha convertido num recurso atraente e intrigante para inúmeras sociedades marítimas, como sugere a sua presença em sítios arqueológicos de todo o mundo. Os elasmobrânquios são ricos em proteína, vitamina A e óleo (Olsen, 1999), e os seus tecidos (dentes, pele, vértebras) podem ser utilizados para produção de ferramentas, armas e ornamentos (Kosuck, 1993; Davis, Gabriel & Simões, 2018, p. 129). No caso de Vidigal, não existe evidência deste aproveitamento.

Embora não tenha sido possível identificar os restos recuperados a nível específico, é provável que cerca de 90% dos restos examinados pertençam a indivíduos da família Triakidae (cação). Durante o Verão, este grupo de peixes aproxima-se da costa, a solo, ou em pequenos cardumes que exploram os fundos móveis (gravilha/areia) em busca de peixes e crustáceos.

Na generalidade, a diversidade encontrada entre os peixes ósseos coincide com o espectro identificado anteriormente (Le Gall, Altuna & Straus, 1994, pp. 64–65): esparídeos (Sparidae); escienídeos (Scianidae); serranídeos (Serranidae); e escombrídeos (Scombridae). Este agregado, a que se acrescenta a presença de moreia, é muito semelhante ao registado na Samouqueira (Gabriel, 2015, pp. 251–252). O espectro faunístico (peixes) em sítios mesolíticos da costa portuguesa sugere que as comunidades humanas conheciam o seu meio e a diversidade de recursos disponíveis ao longo do ano, fixando-se de forma mais ou menos duradoura em locais onde a obtenção de determinado recurso fosse mais exequível.

A generalidade das espécies representadas em Vidigal sugere como mais provável a pesca durante a Primavera /Verão. A diversidade ictífica e os tamanhos representados reflectem uma certa variedade de ambientes marinhos e um conhecimento das condições de pesca exigidas, embora não exista evidência material dos aparelhos de pesca, como anzóis, arpões ou pesos de rede. Os restos de espécies neríticas, e de outras que sazonalmente se aproximam da costa, sugerem que a pesca costeira seria prática comum. Com base na etologia dos táxones representados, podem ser ponderadas várias técnicas. Por exemplo, alguns dos peixes identificados são solitários (moreia, cherne/garoupa, e também a corvina, a dourada e o capatão, sobretudo os adultos mais velhos), enquanto outros se juntam em cardumes (esparídeos juvenis e sarda). Alguns esparídeos, chernes/garoupas, corvinas, poderão ter sido pescados, quer com redes, quer com anzol ou arpões, neste caso para captura dos indivíduos de maior tamanho.

Os pelágicos que se agregam em cardumes perto da costa não foram encontrados em número que permita sugerir um tipo de pesca especializada (dirigida a uma única espécie). No caso do atum (*Thunnus* sp.), a captura de exemplares isolados de pequeno tamanho é concebível utilizando redes e arpões, e sem a mobilização de esforço de pesca que implicaria a captura de grandes exemplares em mar aberto.

Em traços gerais, a ictiofauna de Vidigal sugere a exploração dos recursos mais vantajosos, encontrados nos ambientes marinhos mais próximos da costa.

Bibliografia citada

BÖKKÖNYI, Sándor (1970) – A new method for the determination of the number of individuals in animal bone material. *American Journal of Archaeology*. 74, pp. 291–292.

CASTEEL, Richard W. (1976) – *Fish remains in archaeology and palaeoenvironmental studies*. London: Academic Press.

CHAPLIN, Raymond Edwin (1971) – *The study of animal bones from archaeological sites*. London: Seminar Press.

COMPAGNO, Leonard J. V. (1984) – *FAO species catalogue Vol.4. Sharks of the world. An annotated and illustrated catalogue of shark species known to date. Part 2. Carcharhiniformes*. Roma: United Nations Development Programme Food and Agriculture Organization of the United Nations.

DAVIS, Simon; GABRIEL, Sónia; SIMÕES, Teresa (2018) – Animal remains from Neolithic Lameiras, Sintra: the earliest domesticated sheep, goat, cattle and pigs in Portugal and some notes on their evolution. *Archaeofauna*. 27, pp. 93–172.

FRICKE, Ron; ESCHMEYER, William N.; VAN DER LAAN, Richard, eds. (2021) – *ESCHMEYER'S CATALOG OF FISHES: GENERA, SPECIES, REFERENCES*. Versão electrónica consultada em 15 de Maio 2021 < <http://researcharchive.calacademy.org/research/ichthyology/catalog/fishcatmain.asp> >

GABRIEL, Sónia Marques (2015) – *La ictiofauna del Holoceno Inicial y Medio de Portugal*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências, Universidade Autónoma de Madrid.

KOZUCH, Laura (1993) – *Sharks and shark products in prehistoric South Florida*. Gainesville, FL: University of Florida.

KOZUCH, Laura; FITZGERALD, Cherry (1989) – A guide to identifying shark centra from southeastern archeological sites. *Southeastern Archeology*. 8, pp. 146–157.

LENTACKER, An (1986) – Archaeozoology of late prehistoric Portuguese sites with marine and riverine resources. In BRINKHUIZEN, Dick Constantijn; CLASON, Antje Trientje – *Fish and archaeology. Studies in osteometry, taphonomy, seasonality and fishing methods*. Oxford: Bar Publishing, pp. 80–84.

LE GALL, Olivier; ALTUNA ETXABE, Jesús; STRAUS, Lawrence Guy (1994) – Les faunes mésolithique et néolithique de Vidigal. *Archaeozoologia*. 7:1, pp. 59–72.

LE GALL, Olivier; STRAUS, Lawrence Guy; VIERRA, Bradley; ALTUNA ETXABE, Jesús (1992) – Ichthyofaunas and seasonality at Vidigal. *Mesolithic Miscellany*. 13:2, pp. 13–18.

MORENO GARCÍA, Marta; PIMENTA, Carlos Manuel; DAVIS, Simon; GABRIEL, Sónia (2003) – A osteoteca: uma ferramenta de trabalho. In MATEUS, José Eduardo, Moreno García, Marta, eds. – *Paleoecologia Humana e Arqueociências. Um programa multidisciplinar para a Arqueologia sob a tutela da Cultura*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 235–261.

OLSEN, Albert Mervyn (1999) – Using sharks. In STEVENS, John Donald, ed. – *Sharks*. New York: Checkmark Press, pp. 206–213.

SANCHES, José Gonçalves (1989) – *Nomenclatura portuguesa de organismos aquáticos (proposta para normalização estatística)*, Publicações avulsas do I.N.I.P., 14. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação das Pescas.

SOARES, Joaquina (2016) – Rethinking the Mesolithic of the Sado paleo-estuary, Portugal: semi-sedentary hunter-gatherers. In BJERCK, Hein Bjartmann; BREIVIK, Heidi Mjelva; FRETHEIM, Silje E.; PIANA, Ernesto; MONTSERRAT TIVOLI, Angélica; ZANGRANDO, Atilio Francisco; SKAR, Birgitte, eds. – *Marine ventures – archaeological perspectives on human-sea relations*. Sheffield: Equinox Publishing, pp. 241–260.

SOARES, Joaquina; TAVARES DA SILVA, Carlos (2018) – Living in the southwest Portuguese coast during the Late Mesolithic: The case study of Vale Marim I. *Journal of Archaeological Science: Reports*, pp. 1011–1025.

SOARES, Joaquina; TAVARES DA SILVA, Carlos (2020) – A ocupação mesolítica da Gaspeia. *Setúbal Arqueológica*. 19, pp. 73–102.

STRAUS, Lawrence Guy; ALTUNA ETXABE, Jesús; VIERRA, Bradley (1990) – The concheiro at Vidigal: a contribution to the Late Mesolithic of southern Portugal. In VERMEERSCH, Pierre M.; VAN PEER, Philip, eds. – *Contributions to the Mesolithic in Europe. Papers Presented at the Fourth International Symposium "The Mesolithic in Europe"*. Leuven 1990. UISPP/Leuven University Press, pp. 463–474.

WHEELER, Alwyne; JONES, Andrew K. (1989) – *Fishes*. Cambridge: Cambridge University Press.

Os processos de formação do registo arqueológico no recinto de fossos da Ponte da Azambuja 2 (Portel, Évora)

Filipa Rodrigues* | afrodrigues@letras.ulisboa.pt

*UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 1600-214, Lisboa, Portugal.

A autora escreve segundo o Acordo Ortográfico de 1945

Resumo

Este artigo pretende averiguar os processos que estiveram na origem da formação do registo arqueológico do recinto de fossos do Neolítico Final da Ponte da Azambuja 2 (Portel, Évora).

A partir das características registadas no sítio — estruturas, estratigrafia e cultura material — conclui-se que há uma relação entre os lugares escolhidos para a implantação dos recintos de fossos e a geologia local, que existem processos mecânicos que alteram a morfologia original das estruturas, que no Fosso 1 pode ter havido uma paliçada e que há processos culturais e não-culturais na formação do preenchimento dos fossos escavados na Ponte da Azambuja 2.

Abstract

This paper will address the processes that resulted in the formation the archaeological record of the Late Neolithic ditched enclosures of Ponte da Azambuja 2 (Portel Évora).

The features recorded at the site — structures, stratigraphy and material culture — allowed us to conclude that there is a link between the places chosen for the establishment of the ditched enclosures and local geology, that the original morphology of the structures was altered by mechanical processes, that Ditch 1 may have featured a palisade and that both cultural and non-cultural processes have contributed to the formation of the ditch infills excavated at Ponte da Azambuja 2.

1. Introdução

Os processos de formação do registo arqueológico das estruturas que amplamente designamos por fossos estão bibliograficamente pouco documentados. Porém, tem sido sugerido que, em alguns casos, são processos culturais, com génese no comportamento humano, que estão na sua origem (Márquez & Jiménez, 2010).

Assim, considerando que “el problema de la interpretación de los recintos de Fossos es, principalmente, un problema sobre la formación del registo arqueológico” (Márquez & Jiménez, 2010, p. 375), pretende-se neste artigo perceber quais os processos que estiveram na génese da formação do registo arqueológico do recinto de fossos pré-históricos da Ponte da Azambuja 2 (Portel, Évora), procurando seguir o seu contexto sistémico *sensu* Schiffer (1987).

Procura-se, a partir da interpretação de um sítio específico, dar um contributo para este debate, que se pretende sustentado numa base empírica cada vez mais sólida.

2. O sítio

O recinto de Fossos da Ponte da Azambuja 2 foi intervencionado no ano de 2008, no âmbito da Categoria D do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, devido à implementação do projecto de Aproveitamento Hidroagrícola do Monte Novo – Bloco 1, Conduta 1.1, desenvolvido pela Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A.

A escavação arqueológica realizada, limitada à área da conduta, revelou dois troços de fossos, designados por Fosso 1 e Fosso 2. A observação de diferentes fotografias aéreas da plataforma onde se implanta o sítio permite supor a existência de, pelo menos, três recintos não sobrepostos.

Estes fossos foram abertos numa área onde o *parent material* se encontrava visivelmente alterado, friável e, por esse motivo, manuseável.

De acordo com a Carta Geológica de Portugal (Folha 40-B, escala 1:50 000), a lito-estratigrafia da área onde se localiza a Ponte da Azambuja 2 é caracterizada por rochas intrusivas, representadas no maciço eruptivo de S. Manços, entre a Formação dos “Xistos de Moura” e os gnaisses migmatíticos, ambos pertencentes ao substrato Hercínico (Área da Vendinha). Trata-se de tonalitos gnáissicos de grão médio e fino (Δ qz) compostos por quartzo, plagioclase, biotite e hornblenda verde. Residualmente apresentam ainda mirmequite, feldspato potássico, apatite, esfena, zircão, minério opaco e, raramente, granada e turmalina.

O preenchimento dos fossos da Ponte da Azambuja 2 ocorreu durante a segunda metade do IV milénio a.n.e. Este enquadramento cronológico é baseado na coerência da cultura material recolhida em ambos os fossos, que revela um preenchimento na mesma etapa cronológica e cultural. Na ausência de datações absolutas, devido ao baixo teor de colagénio das amostras enviadas para datação, é exequível afirmar, a partir das características da cultura material (Rodrigues, 2017), que essa ocupação terá ocorrido nos últimos 250 anos do IV milénio a.n.e.

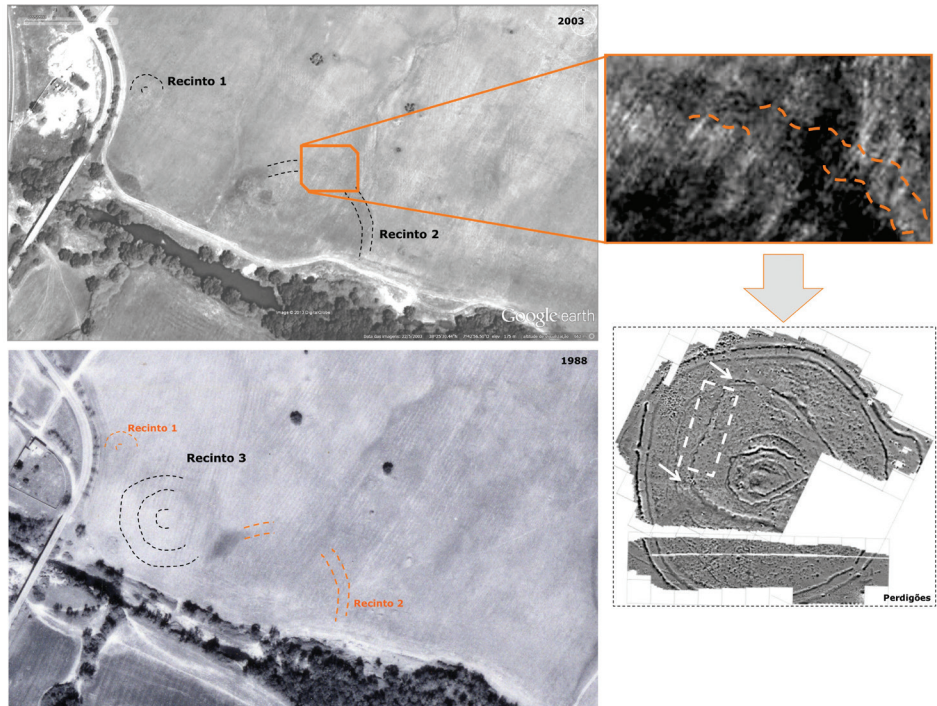


Fig. 1 – Fotografias aéreas com indicação dos recintos da Ponte da Azambuja 2. A escavação arqueológica de 2007 ocorreu no Recinto 1.

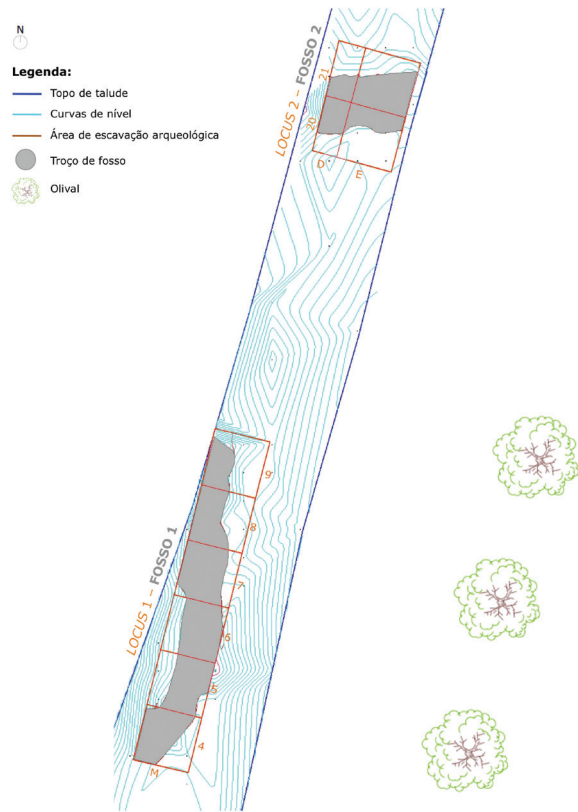


Fig. 2 – Implantação dos Fossos 1 e 2 da Ponte da Azambuja 2, nas áreas de escavação.

2.1. Estruturas e estratigrafias

2.1.1. Estruturas

Fosso 1

Trata-se de uma estrutura negativa com cerca de 20 m de comprimento e 1,5 m de largura. O troço de fosso intervencionado tinha uma morfologia tendencialmente circular, descrevendo uma curva bastante pronunciada. A geologia local dificultou a definição dos limites da estrutura, pois as diferenças entre o enchimento e o *parent material* eram, por vezes, ténues. Quando essa situação se verificava, a definição do limite da estrutura foi feita com base na presença/ ausência de artefactos. Este foi o caso do limite leste das quadrículas M/ 4, 8 e 9 e do limite norte da quadrícula M/9. Nos locais onde foi possível obter os dois limites da estrutura (quadrícula M/ 5, 6), observou-se uma secção transversal em U.

Na base da estrutura, foram identificados dois “buracos de poste”, que se encontravam afastados entre si cerca de 5 m (quadrículas M.4 e M.7). Ambos eram delimitados por blocos de granito de médias dimensões, em cunha, desempenhando a funcionalidade de “calços”. O seu interior estava preenchido com seixos. Estes “buracos de poste” encontravam-se à mesma cota: M.4 = 170.43 e M.7=170.49.

Fosso 2

O Fosso 2 apresentava uma secção transversal em U, com o declive sul mais abrupto que o norte, e um perfil longitudinal rectilíneo. Trata-se de uma estrutura com cerca de 2,30 m de largura e 0,86 m de profundidade.

Não foram identificadas quaisquer estruturas no seu interior.

2.1.2. Estratigrafia

A estratigrafia identificada no interior dos fossos escavados na Ponte da Azambuja 2 é a seguinte:

Fosso 1

Camada Æ: Depósito de superfície, silto-argiloso, de grão fino, muito duro, de cor castanha amarelada (Munsell 2.5 YR 8/4 pale yellow), com presença de escassos seixos de morfologia equante, de pequenas dimensões, sub-rolados; da observação efectuada nos cortes do Fosso 1, não havia artefactos pré-históricos nesta camada.

Camada 101: Depósito argiloso, muito fino, extremamente dura, de cor negra (Munsell 7.5 YR 3/1 – brownish black), com presença comum de seixos de morfologia equante, sub-rolados ou rolados; do ponto de vista artefactual registou-se uma grande densidade, quer de indústria lítica quer de fragmentos de cerâmica; muitos seixos apresentavam sinais de rubefacção.

Camada 102: Depósito areno-argiloso, moderadamente dura, de cor castanha amarelada (Munsell 10 YR 5/6 – yellowish brown), na qual há uma redução significativa dos seixos presentes em 101 e um aumento da presença de blocos pétreos de médias dimensões de xisto e granito; denotou-se igualmente, uma redução na densidade de artefactos, registando-se uma diminuição expressiva na componente lítica e um aumento no tamanho dos fragmentos de cerâmica (grande parte com os perfis

inteiros); esta camada foi identificada primeiro na quadrícula M/9 (limite da estrutura), tendo sido designada de camada 102; com a abertura em área identificou-se esta mesma realidade numa cota inferior, tendo sido denominada de camada 103; após a escavação destas dois contextos verificou-se que se tratava da mesma unidade estratigráfica arqueológica, ou seja, a camada 102 é igual à 103.

Camada 104: Este depósito apresenta as mesmas características sedimentológicas de 102, embora se note uma ligeira diferença de cor (Munsell 10 YR 5/8 – yellowish brown); os materiais arqueológicos recolhidos nesta camada vão reduzindo em profundidade, até se tornar arqueologicamente estéril (os últimos materiais recolhidos seriam, aparentemente, de infiltrações, estando os fragmentos de cerâmica rolados e com superfícies friáveis).

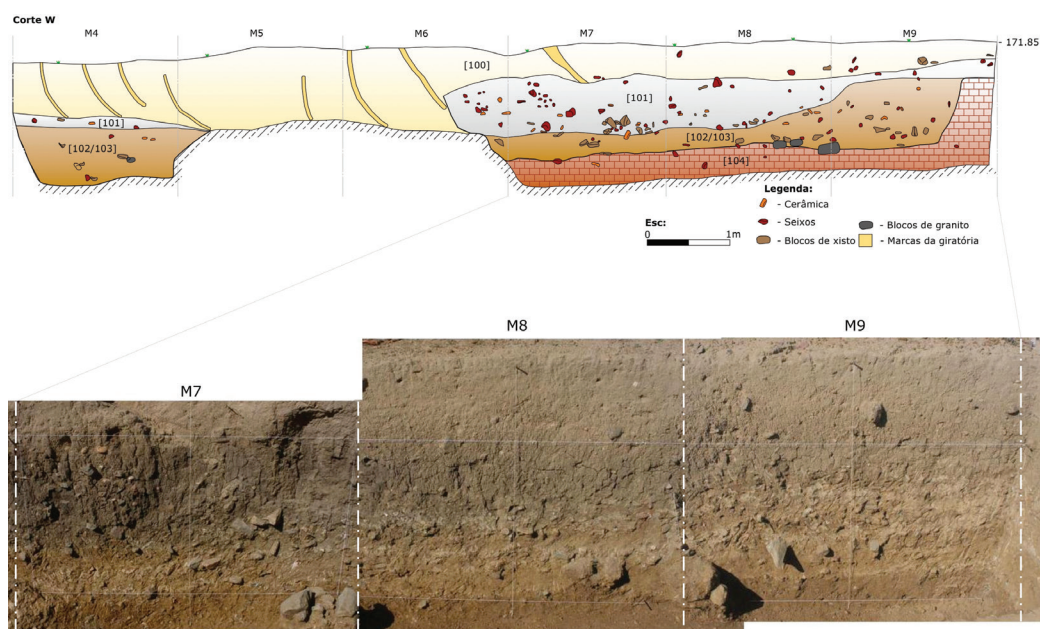


Fig. 3 – Corte W do Fosso 1 e pormenor fotográfico das quadrículas M. 7, 8, 9.

Fosso 2

Camada Æ: Depósito de superfície, silto-argiloso, de grão fino, muito dura, de cor castanha amarelada (Munsell 2.5 YR 8/4 pale yellow), com presença de escassos seixos de morfologia equante, de pequenas dimensões, subrolados; da observação efetuada nos cortes do Fosso 2, não se verificaram artefactos pré-históricos nesta camada.

Camada 201: Depósito argiloso, muito fino, extremamente duro, de cor negra (Munsell 7.5 YR 3/1 – brownish black), com presença comum de seixos de morfologia equante, sub-rolados ou rolados; do ponto de vista artefactual registou-se uma grande densidade, quer de indústria lítica quer de fragmentos de cerâmica, salientando-se a presença de um número considerável de “ídolos de cornos” no quadrante SE de E.21; a fauna mamalógica apresentava-se bem preservada; muitos seixos apresentam sinais de rubefacção.

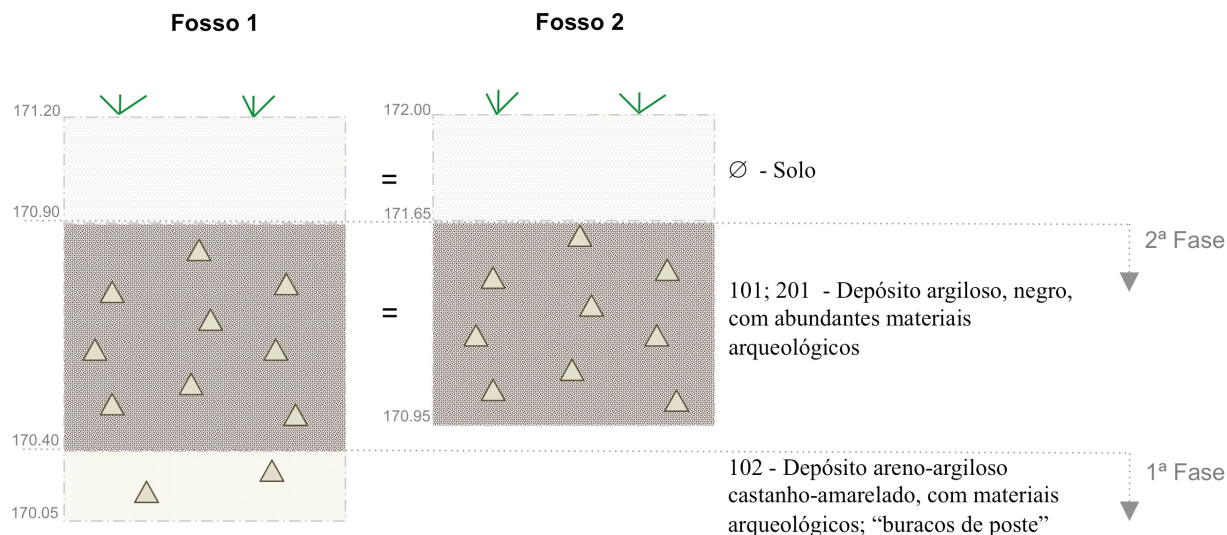


Fig. 4 – Representação esquemática da estratigrafia identificada no interior dos Fossos 1 e 2 da Ponte da Azambuja 2 e respectivas equivalências (representação média de cotas).

3. Os processos de formação do registo arqueológico no recinto de fossos da Ponte da Azambuja 2

A interpretação da formação do registo arqueológico procurou seguir o contexto sistémico *sensu* Schiffer, através da definição dos processos que o definem (Schiffer, 1987).

3.1. Construção

Porque a construção de um fosso delimitador de um recinto é, para todos os efeitos, uma manipulação artificial da paisagem natural de um território, verificou-se se outros recintos de fossos coevos ($n=10$) localizados no Alentejo se encontravam igualmente implantados em locais com rochas friáveis. Para isso, e na ausência de Cartas Geológicas à escala 1:50 000 para as áreas analisadas sistematizou-se essa informação na Carta Geológica do Sul de Portugal, à escala 1: 500 000, procurando, igualmente, as descrições realizadas pelos investigadores que trabalharam em cada um destes locais.

A sistemática presença de recintos de Fossos em locais geologicamente favoráveis à escavação destas estruturas negativas valida a ideia de que no momento da sua construção os construtores já sabiam da sua viabilidade. Ou seja, a sua execução requer um saber fazer que implica, em primeiro lugar, a escolha de um local que permita a sua execução. Parece assim haver um determinismo geológico na escolha dos lugares de implantação de um recinto de fossos, eventualmente causado por restrições tecnológicas.

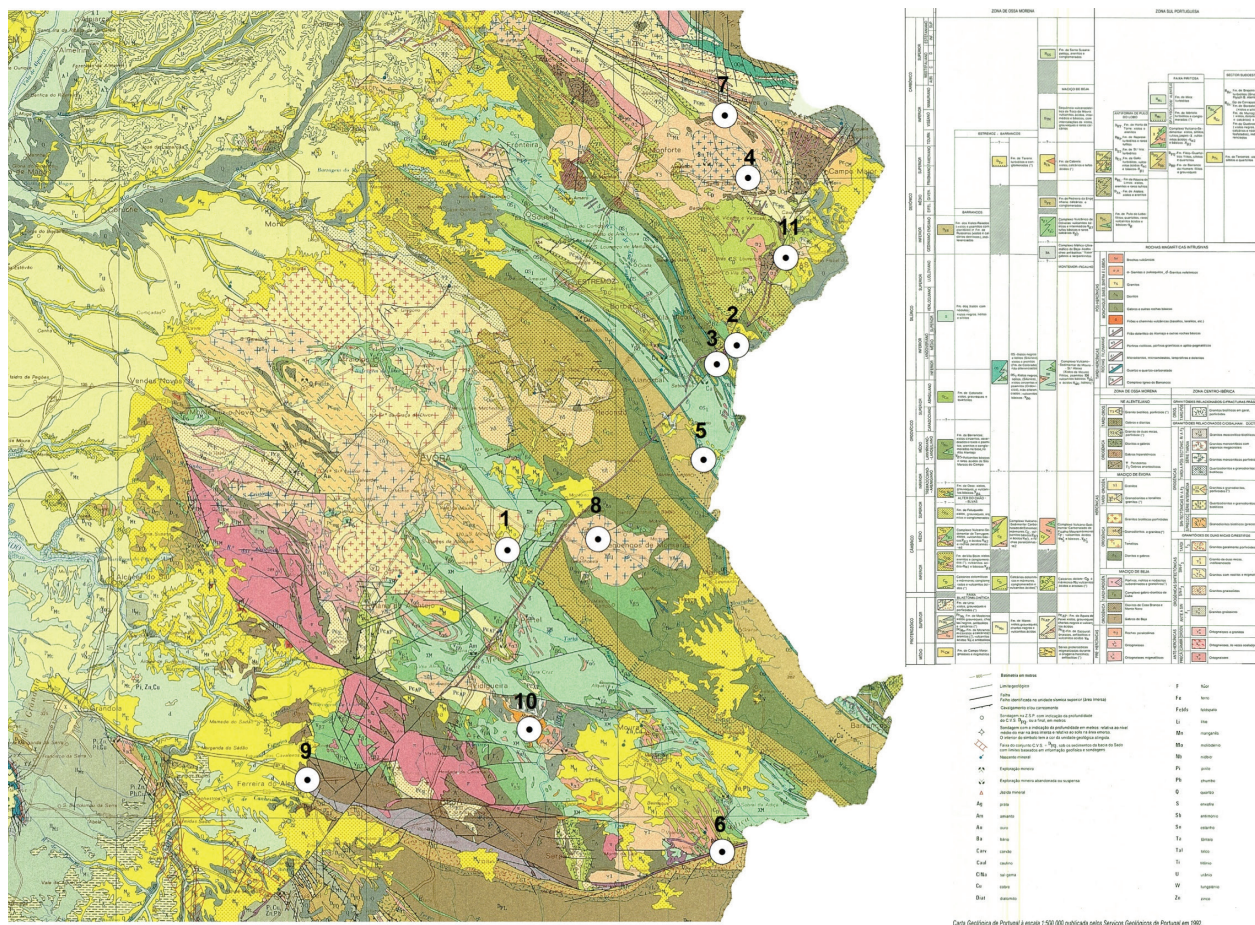


Fig. 5 – Implantação dos recintos de Fossos do Neolítico Final, na Carta Geológica de Portugal, à escala 1: 500 000.

Ou seja, há lugares escolhidos, que parecem ter subjacente uma questão pragmática relacionada com a exequibilidade da sua escavação/ construção.

3.2. Uso

Escolhido o local, inicia-se o processo de execução das estruturas, que corresponde a uma alteração na orografia do território. Através das características dos fossos da Ponte da Azambuja 2 – morfologia e elementos construtivos – pretende-se perceber quais as transformações que as estruturas terão sofrido desde a sua construção até aos dias de hoje, comparando esses dados com os resultados obtidos num trabalho de Arqueologia Experimental, realizado no Reino Unido. Com o objectivo de estudar as alterações processadas nas estruturas negativas e materiais que ali ficam enterrados, foi escavado, no Verão de 1960, um fosso no calcário Cretácico, em Overton Town, com as seguintes características (Jewell & Dimbleby, 1966):

N.º	SÍTIO	DESCRIÇÃO
2	Juromenha 1 (Alandroal, Évora)	“_“
3	Malhada das Mimosas (Alandroal, Évora)	“_“
4	Cabeço do Torrão (Elvas, Portalegre)	“De facto, no Cabeço do Torrão, as terras que constituem o nível de aterro sobre a rocha apresentam uma constituição fortemente arenosa, com incorporação muito abundante de elementos de alteração e desagregação da rocha local. Foi, aliás, este facto que facilitou a escavação das estruturas negativas e terá potenciado processos tendencialmente rápidos de sedimentação no interior das estruturas.” (Lago & Albergaria, 2001, p. 54)
5	Águas Frias (Alandroal, Évora)	“_“
6	Igreja Velha de São Jorge (Vila Verde de Ficalho, Serpa)	“ [...] a zona onde as estruturas das diversas épocas se encontram implantadas é, geologicamente, uma brecha calcária [...]”; “[...] esta estrutura [...] surge na periferia norte do topo aplanado do afloramento de brecha calcária (o xisto surge a pouco mais de dois metros a norte da estrutura).” (Soares, 1994, p. 42)
7	Moreiros 2 (Monforte, Portalegre)	“O sítio implanta-se no topo aplanado e desimpedido de um pequeno relevo de encostas suaves com um substrato rochoso granítico alterado, a poucas centenas de metros de uma portentosa nascente.” (Boaventura, 2006, p. 68)
8	Perdigões (Reguengos de Monsaraz, Évora)	“ [...] destaca-se topograficamente este afloramento diorítico [...]. A natureza deste tipo de rocha, muito branda porque extremamente alterada, era ideal para a instalação de um povoado com as características deste, incluindo grandes estruturas escavadas na rocha. Se estamos perante o melhor cenário “subterrâneo” possível para que com pouco esforço tais empreendimentos fossem realizados, parece-nos evidente que a adopção deste espaço para a sua concretização pressupõe um conhecimento objectivo e prévio da realidade geológica.” (Lago & alii, 1998, p. 49)
9	Porto Torrão (Ferreira do Alentejo, Beja)	“ [...] o sítio arqueológico se localiza já em formações de Miocénico marinho, constituída por aréolas, arenitos e calcários esbranquiçados. Identificaram-se ainda impregnações calcárias superficiais e crostas (“caliço”), que correspondem a um calcário branco pulverulento ou concrecionado em posição horizontal, de possível cronologia terciária.” (Valera & Filipe, 2004, p. 31)
10	Fareleira 3 (Vidigueira, Beja)	“The archaeological context included a wide range of negative structures, excavated in the soft local bed rock consistent with an habitation context [...]” (Figueiredo, 2013)

Quadro 1 – Descrição da geologia identificada nos recintos de Fossos do Neolítico Final, localizados no Alentejo Central.

A escavação posterior desse mesmo fosso, em 1968, permitiu o estudo da geomorfologia de uma secção da estrutura, efectuando-se o controlo do recuo das suas paredes (“vertente”) e consequente acumulação de detritos na sua base (“taludes de detritos”). Através destas observações, Crabtree (1971) concluiu que a erosão mecânica, clima, orientação do fosso, etc., influencia de forma significativa a alteração da sua morfologia e sequente processo de preenchimento da estrutura negativa, contribuindo para a posterior interpretação estratigráfica. Observaram-se duas características:

1. A queda, numa fase inicial, de material geológico do topo das paredes da estrutura, formando um talude na base do fosso;
2. A formação de assimetrias nas paredes da estrutura que inicialmente tinha paredes similares, através da erosão mecânica da rocha, influenciada pelos agentes naturais (Jewell & Dimbleby, 1966).

Overton Town: Fosso experimental, 1960	
Orientação	NE-SW
Dimensões	
Profundidade	c. 1,20 m
Largura	c. 3 m (topo)/ c. 2,5 m (base)
Comprimento	c. 28 m (topo)/ c. 20 m (base)

Quadro 2 – Características do fosso experimental de Overton Town, conforme Crabtree (1971).

Embora as especificidades de cada região não permitam generalizações dos seus resultados a outros contextos históricos e arqueológicos, designadamente no que respeita aos processos de preenchimento das estruturas negativas (Schiffer, 1987), relembre-se, para efeitos de interpretação, a morfologia dos fossos da Ponte da Azambuja 2. Ambos tinham o mesmo tipo de secção, tendencialmente em forma de U. Porém, a morfologia inicial do Fosso 1 poderá ter sido distinta aquando da sua construção. Considerando quer os dados estratigráficos, nomeadamente a presença da camada 102, identificada na base da estrutura, quer as observações descritas em Overton Town, admite-se a hipótese de esta estrutura ter possuído paredes subverticais rectas, que configurariam uma secção transversal em V e não em U, como se constatou com os trabalhos arqueológicos.

Embora se aceite que o transporte literal da situação reconhecida no trabalho experimental para o registo arqueológico da Ponte da Azambuja 2 tenha alguns pormenores facilmente criticáveis — por um lado, a geologia do local é distinta e, portanto, o seu comportamento face à erosão mecânica é diferenciado, e, por outro lado, as condições climáticas que se fizeram sentir nos anos experimentais (invernos rigorosos) não coincidem com o clima à época da ocupação do sítio arqueológico — a explicação de que a secção transversal do Fosso 1 pode ter sofrido alterações desde a sua construção até ao seu preenchimento devido à erosão das paredes da estrutura, é a que melhor se aplica ao registo identificado. Esta mesma situação foi admitida noutros locais da Europa, sendo esse o caso, por exemplo, dos recintos de Fossos da zona Centro-Oeste de França (Burnez & Louboutin, 2002).

Já o Fosso 2 da Ponte da Azambuja 2 não apresenta uma primeira camada de enchimento semelhante à do Fosso 1; porém, constata-se uma assimetria na secção do seu perfil transversal. Apesar da sua morfologia tendencialmente em U, o declive sul desta estrutura é mais abrupto que o norte. Se esta imagem reporta à situação inicial do fosso ou se é o resultado de processos mecânicos como os que foram verificados em Overton Down — nomeadamente variações na insolação e na exposição à chuva e vento (Crabtree, 1971) — é algo que não se pode afirmar. Contudo, a suposição de um desgaste de uma das faces do Fosso 2 devido à exposição que eventualmente esteve submetida, não pode ser descartada.

A hipótese de que os fossos podem ter estado expostos durante um determinado período de tempo está diretamente relacionada com uma das questões fundamentais acerca destas estruturas: terá existido ou não uma utilização primária das mesmas, antes de terem ficado completamente colmatadas?

No caso do Fosso 1, esta questão encontra resposta não só nas características da morfologia e estratigrafia da estrutura mas também na presença de “buracos de poste” na sua base. Estes últimos permitem admitir a existência de pelo menos dois postes de madeira no interior do Fosso 1, subentendendo-se uma componente positiva prévia à sua colmatagem definitiva. Tendo em consideração (1) a presença de fossos, (2) “buracos de poste” e, por conseguinte, (3) uma estrutura de madeira com postes colocados na vertical, propõe-se a existência de estruturas de tipo paliçada e/ou cerca no interior do Fosso 1.

Ao admitir-se que os “buracos de poste” identificados na base do Fosso 1 estariam integrados numa paliçada, já que estão presentes os indicadores indirectos da sua existência, qual seria a sua configuração? Poderão dois postes afastados cerca de 5m constituir uma paliçada?

Em Klingenberg, um sítio integrado na designada *Michelsberg Kultur*, foram identificadas tábuas de madeira queimadas no interior de um dos Fossos que compõem o sítio, interpretadas como parte integrante de uma vedação, edificada a partir de postes colocados espaçadamente na vertical, aos quais seriam agregadas, na horizontal, as referidas tábuas. Esta interpretação tem sido alvo de algumas críticas, que questionam a formação do registo arqueológico, nomeadamente a hipótese que se coloca para a deposição das tábuas no interior da estrutura negativa (Andersen, 1997). Todavia esta prática não é desconhecida das sociedades neolíticas, tendo sido verificada e corroborada noutro tipo de construções, como por exemplo as edificações identificadas nos lagos suíços. Neste caso, para além das estruturas habitacionais, foram reconhecidos outros tipos de paliçadas — as cercas ou *fences* — para as quais se admite uma utilização como estruturas para a defesa do lugar.

O afastamento dos “buracos de poste” registados na base do Fosso 1 — cerca de 5 m — associado à ausência de vestígios que indiquem uma linha de postes ininterrupta, permite aceitar que a técnica construtiva sugerida para Klingenberg, também reconhecida nos lagos suíços, corresponde ao registo arqueológico da Ponte da Azambuja 2. Deste modo, a paliçada/ cerca da Ponte da Azambuja 2 seria construída com recurso a alguns postes espaçados, complementados com tábuas ou traves dispostas na horizontal.

A diferença entre os locais referidos e o registo arqueológico da Ponte da Azambuja 2 está na distância entre “buracos de poste”, o que, parentemente, anula esta hipótese. No entanto, existem várias explicações para a ausência de mais “buracos de poste”: nada impede que tenham sido abertos no sedimento, sem qualquer tipo de calço, e que, por isso, não tenham sido identificados no processo de escavação. Tal facto não se deve a uma intervenção pouco cuidada, mas sim a eventuais processos naturais ou antrópicos que terão influenciado a sua conservação. Em Sarup II, a possibilidade da remoção de postes aquando do final de um curto ciclo de vida do lugar foi considerada pelo seu investigador (Andersen, 1997). Também se pode supor o apodrecimento do poste no local, sendo a madeira progressivamente substituída pelo sedimento envolvente, devido à actividade de insetos fleófagos e vermes anelídeos (Barker, 1982):

as fungal deterioration goes to completion, especially in archaeological context, the recognizable characteristics of wood are totally lost. Frequently the residues are readily dispersed by other processes, leaving little trace. Archaeologically, the most obtrusive evidence of decayed wood is the postmold (Schiffer, 1987, p. 171)

— e esse não é visível no registo da Ponte da Azambuja 2.

Independentemente do tipo de estrutura presente no Fosso 1 da Ponte da Azambuja 2, importa reter que há uma construção, simples ou complexa, no seu interior, que foi executada com o recurso a matérias-primas perecíveis, das quais se sabe muito pouco. Sabe-se (1) que a madeira terá sido o elemento natural privilegiado neste tipo de construção e (2) que a sua durabilidade é efémera, tendo um ciclo de vida bastante mais curto que uma estrutura pétreo.

Neste âmbito, quer Barker (1982) quer Schiffer (1987), fazem referência a um trabalho experimental desenvolvido pelo Risborough Laboratory of the Building Research Establishment, sobre a taxa de decomposição de madeiras. Muito embora sejam efectuadas as devidas ressalvas sobre um número considerável de factores ambientais que influenciam a conservação deste material, foram testadas várias madeiras, com e sem tratamento prévio (normalmente efectuado através da carbonização da extremidade do poste que ficaria enterrada), de forma a aferir a sua durabilidade média. Das várias madeiras examinadas, uma das que demonstrou maior resistência, e que é perfeitamente compatível com o registo arqueológico da Ponte da Azambuja 2, foi o carvalho. Neste caso, o tempo médio de vida do poste era idêntico quer nos exemplares com tratamento quer nos exemplares não tratados, estando a sua duração cifrada em cerca de oito anos.

Ponte da Azambuja 2 Formação do registo arqueológico: estruturas		
Questões	Respostas	Explicação
O local onde se implanta tem alguma relação com elementos específicos do território?	Sim	Implantação de recintos de Fossos do Sudoeste Peninsular (e não só) demonstra um determinismo geológico: só existem onde há afloramento rochoso brando, fácil de escavar.
As estruturas sofreram algum tipo de alteração após a sua construção?	Talvez	Na Ponte da Azambuja 2, o Fosso 1 pode ter tido um colapso das suas paredes numa fase inicial da sua construção; o Fosso 2 poderá ter ficado exposto à erosão mecânica provocada pelos agentes naturais, o que explicaria a assimetria das suas paredes.
Há indicadores que podem revelar um eventual uso primário dos Fossos?	Sim	O Fosso 1 da Ponte da Azambuja 2 apresenta dois “buracos de poste” na sua base, tornando viável a hipótese da existência de uma paliçada.

Quadro 3 – Resumo das questões colocadas e respostas proporcionadas pelo registo arqueológico das estruturas da Ponte da Azambuja 2.

Para a Ponte da Azambuja 2 não existem dados empíricos suficientes que permitam apontar uma funcionalidade para a estrutura que terá existido no Fosso 1, tendo ficado genericamente integrada no tipo “paliçada”. No entanto, o tipo de uso dado aos recintos de Fossos durante o Neolítico Final tem na análise da cultura material um dos seus melhores indicadores. Habitualmente, do interior do preenchimento dos

fossos que delimitam os recintos, é exumada uma quantidade muito significativa de elementos da cultura material que comprova a utilização frequente de um numeroso conjunto de cerâmicas, líticos, fauna, cuja simetria e paralelismo com os designados sítios de habitat não deve passar despercebida, nem tão pouco ser relegada para um plano de somenos importância.

Esta grande densidade de artefactos no interior dos fossos tem sido utilizada como argumento para justificar a hipótese interpretativa de deposição deliberada e intencional, carregada de carga simbólica, destes componentes. Para os autores que se revêem nesta linha teórica de pensamento, os materiais arqueológicos são introduzidos intencionalmente no interior das estruturas, em acções de limpeza da superfície de um terreno onde foram realizadas actividades conectadas com o subsistema simbólico das comunidades, justificando deste modo, a natureza dicotómica do registo arqueológico observado num grande número de recintos: fossos com enorme acumulação de material cultural vs restante superfície com escassas evidências de ocupação (Márquez & Jiménez, 2010).

Sendo questionada a deposição intencional de artefactos no interior dos fossos, a questão que se coloca é a seguinte: não será esta grande quantidade e densidade de material cultural o resultado normal da existência de uma comunidade que ocupa o lugar em permanência, estando, nesta época, completamente sedentarizada e enraizada naquele local?

A cultura material recolhida na Ponte da Azambuja aponta nesse sentido: a presença de tipologias e morfologias típicas dos “povoados”, a estandardização das formas cerâmicas, que apontam o caminho da especialização, o uso maioritário de matérias-primas locais, parecem demonstrar que a sua produção se deve a uma comunidade que ocupou efectivamente o lugar e que ali se estabeleceu por um determinado e significativo período de tempo. Neste sentido, acredita-se que se aquele lugar tivesse sido temporariamente ocupado por comunidades de diferentes proveniências, haveria uma maior variabilidade tipológica e formal quer no aparelho cerâmico quer na indústria lítica, uma maior diversidade morfológica, assim como haveria uma presença mais significativa das matérias-primas exógenas.

3.3. Abandono

Na década de '70 do século XX, Schiffer (1987) constatou que o registo arqueológico resultava de dois factores: processos culturais (*c-transforms*), provenientes do comportamento humano, e processos não-culturais (*n-transforms*), com origem nas condicionantes naturais e ambientais. Associados a estes processos, surgem os conceitos de deposição primária, relacionada com deposições culturais, e de deposição secundária, conotada com deposições não-culturais.

São estas ideias que estão na base do debate sobre a formação estratigráfica e deposição da cultura material no interior dos fossos que cercam os recintos pré-históricos. Qual a origem dos depósitos? Têm origem nos comportamentos humanos ou nas dinâmicas naturais?

Baseado em trabalhos experimentais realizados em Inglaterra, Schiffer (1987) explica o preenchimento de estruturas negativas através de processos não-culturais. A partir das características ambientais e fenómenos naturais associados, são descritos os processos de preenchimento de fossas, igualmente aplicáveis aos fossos, em (1) locais com invernos frios e elevada precipitação e em (2) zonas áridas.

Processos não-culturais no preenchimento de estruturas negativas (Schiffer, 1987)		
Invernos rigorosos: 2 fases de preenchimento		Zonas Áridas
1ª Fase	Fase rápida, com génese na deterioração das paredes da estrutura; se a estrutura tiver paredes íngremes, a acção das baixas temperaturas e das águas correntes irá erodir rapidamente a parte superior da estrutura; o sedimento será composto por partículas finas, embora testemunhos mais grosseiros estejam igualmente presentes; devido à acção mecânica as paredes da estrutura podem assumir uma morfologia distinta da original (menos íngreme).	Prevalência de processos eólicos no preenchimento da estrutura; regista-se um padrão que alterna areias eólicas e siltes com sedimento laminado proveniente do transporte hídrico.
2ª Fase	Habitualmente resulta na acumulação de partículas finas, de origem eólica, devido ao crescimento de ervas daninhas (proporcionada pelo microambiente que se gera no interior de uma estrutura negativa parcialmente preenchida); a continuidade do preenchimento fica assegurado pela acção da água e dos animais; esta acumulação de sedimento tem uma elevada componente orgânica, tornando-se um habitat favorável para vermes anelídeos.	

Quadro 4 – Características do preenchimento de estruturas negativas por processos não-culturais, em locais com Invernos rigorosos e chuvosos, e zonas áridas (segundo Schiffer, 1987).

Conclui-se que os agentes que interferem nestes processos são de natureza distinta, pelo que a formação do registo arqueológico é necessariamente desigual. O esquema abaixo apresentado descreve sinteticamente as observações descritas pelo autor.

Márquez & Jiménez (2010) defendem a existência de actividades humanas deliberadas no preenchimento das estruturas. Os autores referem dois aspectos que consideram ser uma característica comum a todos os recintos: a) a sua invisibilidade à superfície; b) a intencionalidade dos enchimentos das estruturas, demonstradas pela deposição estruturada de artefactos, restos de animais e/ou restos humanos. Aplicando o conceito de “contexto sistémico” criado por Schiffer (1987), os investigadores espanhóis consideram que os objectos que participariam no conjunto de actividades desenvolvidas no interior dos recintos, passariam do seu contexto sistémico para o contexto arqueológico mediante determinadas regras definidas pelos agentes humanos. Estas regras, aplicadas no momento de descarte e deposição, criaram padrões que se repetem no registo arqueológico deste tipo de sítio.

Para estes investigadores, ficaria interpretada a estratigrafia interna identificada num grande número de fossos do SW Peninsular: por um lado, explicaria os processos de sedimentação rápida que grande parte dos investigadores constata e, por outro, ficaria resolvida a razão da invisibilidade de grande parte destes sítios à superfície, da ausência de níveis de ocupação no interior dos recintos e das deposições intencionais, muitas vezes identificadas no interior das estruturas negativas.

Processos culturais no preenchimento de estruturas negativas (Márquez & Jiménez, 2010)		
Padronização do registo arqueológico	P	Formação intencional e dirigida
Descarte e deposição intencional de resíduos no interior das estruturas negativas, na medida em que não aparecem depósitos superficiais de ocupação; inicialmente, estes resíduos deveriam fazer parte de acumulações de descarte provisional; considera-se que as paliçadas e as terraplanagens também possam ter sido desmontadas e/ou destruídas de forma deliberada.	P	Actividades que conservaram a “memória” do sítio, mas não o sítio em si (P inexistência de níveis de ocupação);
Deposição e enterramento intencional de grandes quantidades e densidade de material cultural, previamente retirado da superfície; esta hipótese corrobora os aspectos gerais dos depósitos formados de modo rápido, conforme é defendido para a grande parte dos recintos.	P	“Conservação selectiva” do material cultural, que ficou protegido da deterioração provocada por agentes naturais e antrópicos;
Passagem intencional e calculada do contexto sistémico para o contexto artefactual Objectivo: fazer desaparecer os objectos do contexto social que lhes atribuíam um sentido		

Quadro 5 – Características do preenchimento de estruturas negativas por processos culturais (segundo Márquez & Jiménez, 2010).

Porém, esta visão antropocêntrica dos processos de formação do registo arqueológico afasta os processos pedogenéticos e sedimentológicos que necessariamente ocorrem em todos os sítios arqueológicos. De igual forma, não pondera os vários processos de modificação pós-deposicional que podem ter ocorrido nos últimos seis mil anos: processos físicos de erosão, processos físico-químicos e biológicos, migração de substâncias, processos físicos e biológicos de pedoturbação e, até mesmo, processos antrópicos não intencionais, que podem ter contribuído para o preenchimento destas estruturas (agricultura, desflorestação, etc.) (Angelucci, 2003).

No recinto de Fossos da Ponte da Azambuja 2, considera-se que processos não-culturais baseados na interacção entre pedogénese e sedimentação são a explicação que melhor se aplica ao registo arqueológico.

No caso do Fosso 1, foram identificadas, para além do solo (Æ) que cobre toda a plataforma onde se implanta o sítio arqueológico, duas camadas de enchimento:

- a camada 101, interpretada como um depósito formado durante a fase de abandono do lugar;
- a camada 102, interpretada como um depósito formado durante a fase de “uso” da estrutura.

Estas conclusões baseiam-se na análise das (1) características dos depósitos; (2) da morfologia e tipologia da(s) estrutura(s); (3) da implantação do sítio arqueológico.

As características da camada 102 – textura, cor, granulometria – bastante semelhantes ao substrato no qual o Fosso foi aberto, apontam para que a sua formação tenha origem na desagregação das paredes

da estrutura. Esta interpretação encontra-se atestada pela arqueologia experimental, conforme referido anteriormente (Crabtree, 1971). Esta premissa reflecte a ideia de que uma estrutura desta tipologia esteve, por um (in)determinado período de tempo, aberta e exposta aos agentes naturais e ambientais. No caso da Ponte da Azambuja 2, esta unidade arqueológica era de tal forma semelhante ao substrato geológico que, durante o processo de escavação, o critério de diferenciação entre ambos seguiu a lógica da presença/ausência de materiais arqueológicos.

Ainda na camada 102, e no caso das quadrículas M/4 e 7, a identificação de “buracos de poste” às cotas 170.43 e 170.49, respectivamente, indica que, na fase de construção da estrutura de madeira, indirectamente sugerida pelos seus suportes, o fosso estaria parcialmente preenchido com esta unidade, uma vez que a sua base de sustentação foi escavada neste depósito. Admite-se assim, um interregno entre a abertura do Fosso e a construção de uma eventual paliçada, ainda que não seja possível calcular quanto tempo possa ter ocorrido entre uma e outra acção, devido à inexistência de indicadores que permitam avaliar a velocidade dos processos de sedimentação. Todavia, esses processos tiveram continuidade após a colocação dos postes de madeira, já que a camada 102 cobre ambos os “buracos de poste”. A remoção do poste ou a sua degradação no local, são assim hipóteses viáveis, sendo a madeira substituída pelos sedimentos que se encontravam à sua volta. Terá havido, desta forma, um momento em que essa estrutura de madeira deixou de servir o seu propósito.

De acordo com esta possibilidade, que é estimulada pelo registo estratigráfico e estrutural (ver 2.2) do sítio, o que terá acontecido posteriormente ao Fosso? Terá assumido outra função ou a estratigrafia permite supor uma outra estratégia?

A camada 101 apresenta características sedimentares que sugerem uma formação através de um processo semelhante a uma coluvião. A desorganização interna deste estrato, a equivalência, do ponto de vista da textura e granulometria, aos solos que se formam na região (horizonte B), a dispersão vertical e horizontal dos artefactos, conferem-lhe a aparência de uma acumulação de material transportada a partir da superfície topográfica existente à época da ocupação.

Estes dados associados às condições de implantação do sítio arqueológico consubstanciam a ideia de que a estrutura negativa terá funcionado como uma “armadilha” de solos expostos aos processos de erosão, que necessariamente ocorrem em sistemas hidrológicos de vertente. Saliente-se que o sítio arqueológico em apreço implanta-se numa vertente com declive entre os 6-8%, na qual se registam riscos de erosão elevados, facilitados pela estrutura litológica do local — rochas intrusivas — que detêm uma eficiência de escoamento reduzida. Esta interpretação encontra suporte nas explicações geo-arqueológicas, que admitem que “even gently sloping (2–3°, 3–5%) plateau edge, as well as moderately (4–7°, 6–12%) to strongly sloping (8–11°, 13–20%) upper slopes may show evidence of erosion” (Goldberg & Macphail, 2007, p. 77). Assim, a realidade empírica presente na área escavada indica que a camada 101 do Fosso 1 formou-se a partir de processos de erosão ocorridos na superfície do terreno, e que esses mesmos processos erosivos (e não de meteorização), conduziram os sedimentos para o interior da estrutura negativa, devido à ação da gravidade. Se este processo terá lixiviado ou não toda a ocupação humana do local, é algo que por agora não podemos responder.

Contudo, podemos assumir que terá havido uma ocupação humana intensa nesta área, determinada, em parte, pela cor desta unidade arqueológica. Excluídos fenómenos como o efeito do excesso de água no solo, ou o material de origem dos sedimentos, a cor registada — negra — sem paralelo nos solos da região, reflecte a presença de “solos de ocupação”, normalmente mais escuros que os solos naturais, devido ao enriquecimento orgânico e acumulação de húmus, consequente da actividade humana (Woods, 2009).

Se esta camada se formou a partir de processos de erosão de solos de ocupação que se encontravam à superfície e se selava a unidade precedente, a lógica será concluir que a deposição da camada 101 terá ocorrido num momento pós abandono da estrutura.

Num período indeterminado, mas certamente pós-ocupação, a plataforma estabiliza e inicia-se um processo pedogenético fora do fosso, que oculta não só a estrutura negativa, mas também o seu preenchimento. Forma-se assim a designada unidade ΔE , que ocupa toda a plataforma, facto corroborado quer no corte estratigráfico da escavação arqueológica quer nos cortes das linhas de água ali existentes.

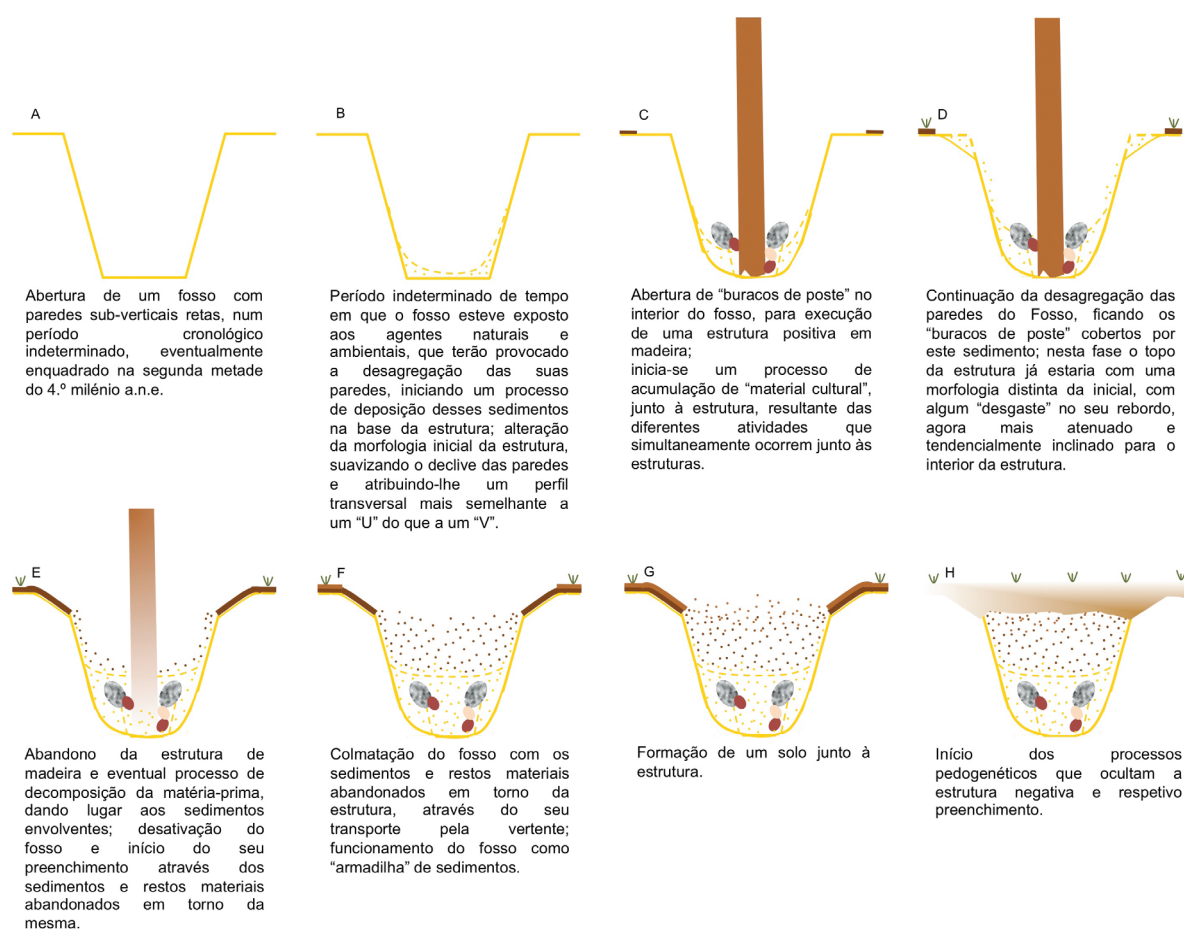


Fig. 6 – Representação esquemática e interpretativa das diferentes fases de formação do registo arqueológico no Fosso 1 da Ponte da Azambuja.

No que respeita aos processos de formação estratigráfica do Fosso 2, verifica-se um fenómeno semelhante aos das últimas etapas de colmatação do Fosso 1: (1) preenchimento através de um processo semelhante a uma coluvião e (2) ocultação da estrutura, através de processos pedogenéticos, que originaram um horizonte de solo na plataforma.

Embora se admita uma história distinta para o Fosso 2, relacionada com práticas de natureza cultural, reveladas pela presença e relação de alguns objectos conectados com práticas mágico-simbólicas das comunidades do final do Neolítico (Rodrigues, 2013) nada existe no registo estratigráfico que permita admitir cenários de despejo e colmatação intencional da estrutura. Desta forma, aplica-se a mesma

explicação que se encontra exemplifica a partir da imagem F da Fig. 6.

Partindo do princípio de que “the overall artifact in a deposit is a direct trace of the concentrating and dispersing effects of various formation processes” (Schiffer, 1987, p. 282), analisa-se ainda neste ponto, os elementos da cultura material, designadamente a sua densidade e dispersão, de forma a avaliar as diferentes situações registadas em cada uma das estruturas escavadas. Para isso serão utilizados os dados gerais dos artefactos e ecofactos que oferecem informações mais significativas do ponto de vista quantitativo: a cerâmica, os líticos e a fauna mamalógica.

Assim, porque esta análise é feita essencialmente de quantidades, observe-se os números gerais que compõem o registo material da Ponte da Azambuja 2:

Ponte da Azambuja 2						
Área de Escavação	Área escavada	Cerâmica	Pedra lascada	Fauna mamalógica	% TOTAL	TOTAL
Fosso 1	24 m ²	9 339	2 098	648	64	12 085
Fosso 2	12 m ²	5 741	407	731	36	6 879
TOTAL	36 m ²	15 080	2 505	1 379	100	18 964

Quadro 6 – Relação área escavada/ quantidade de artefactos exumada, subdividida pelas três principais categorias: cerâmica, indústria lítica de pedra lascada e fauna mamalógica.

Do quadro acima apresentado sobressaem duas constatações:

- 1) a primeira é a de uma grande quantidade de artefactos numa área de escavação relativamente pequena (36 m²);
- 2) a segunda é a de que essa mesma densidade não se altera significativamente entre áreas de escavação, independentemente de se tratar ou não da mesma estrutura negativa.

Ou seja, embora o Fosso 2 tenha uma área de escavação menor e embora a estrutura negativa aí escavada seja mais pequena, há, comparativamente ao Fosso 1, uma compatibilidade no número de artefactos recolhidos.

Estes dados permitem efectuar um exercício simples de projecção de densidade de artefactos numa determinada área do sítio, recorrendo a uma regra de três simples. Se considerarmos que (1) o recinto da Ponte da Azambuja 2 pode ter um diâmetro de 35 m (c. de 960 m de área), (2) que em 36 m² foram recolhidos 15 080 fragmentos de cerâmica, 2 505 artefactos de pedra lascada e 1 379 fragmentos de fauna mamalógica e (3) que os valores são mais ou menos constantes num e noutro Fosso, é possível calcular o número de cada categoria artefactual no sítio arqueológico, ou, pelo menos, numa das estruturas negativas escavadas. Assim, o valor estimado para cada uma das categorias artefactuais é o seguinte:

- cerâmica = 402 824, 5;
- indústria lítica de pedra lascada = 66 914, 81;
- fauna mamalógica = 36 836, 53.

Ainda que o exercício acima exposto seja apenas hipotético, que existam múltiplas variáveis não consideradas, e que os valores referidos digam respeito apenas a uma estrutura, o facto é que há neste sítio arqueológico uma probabilidade muito elevada de existir uma alta densidade de material arqueológico — artefactos e ecofactos — padronizado e orientado para tarefas conectadas com o quotidiano: cerâmicas utilitárias e de armazenagem, líticos para uso em actividades agrícolas e cinegéticas (e.g. lâminas retocadas e ponta de seta), animais domésticos, etc.

Os dados provenientes da cultura material apontam para o preenchimento dos fossos com génese em processos naturais, com pouca interferência dos processos culturais. Para esta afirmação contribui não só a densidade de material, mas também a sua distribuição horizontal e vertical.

No Quadro abaixo apresentada foram considerados os artefactos anteriormente enumerados — cerâmica, indústria lítica de pedra lascada e fauna mamalógica — as diferentes camadas identificadas no Fosso 1, a potência estratigráfica de cada uma delas e as quadrículas que orientaram a área de intervenção (2 x 2 m).

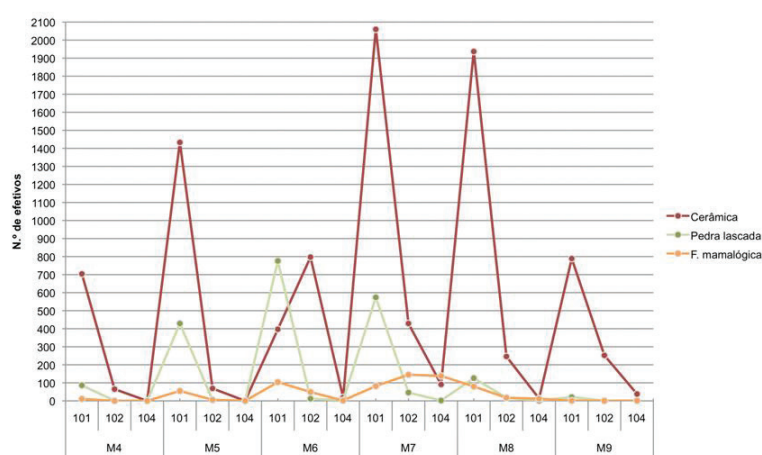


Fig. 7 – Dispersão horizontal e vertical do conjunto artefactual recolhido no Fosso 1 da Ponte da Azambuja 2.

Verifica-se uma grande quantidade de fragmentos cerâmicos na camada 101, da quadrícula M/7, que corresponde a cerca de 515 fragmentos por m², numa potência inferior aos 35 cm. Acontece o mesmo com a indústria lítica de pedra lascada, que atinge o número mais elevado de efectivos na camada 101, da quadrícula M/6 (cerca de 194 elementos por m², numa potência de 29 cm) e com a fauna mamalógica, que, ao contrário dos outros dois componentes, encontra nas camadas da base do Fosso a sua maior expressão. Se este último aspecto poderia criar expectativas quanto à eventual estruturação ou conexão anatómica de restos faunísticos, a sua análise revelou uma situação distinta, caracterizada por restos ósseos muito fragmentados (inclusivamente com fracturas recentes, devido à dificuldade inerente ao processo de escavação de argilas compactas) e meteorizados.

Fosso 1: densidade de materiais arqueológicos					
	Camada	P. E.	Cerâmica	Pedra Lascada	Fauna Mamalógica
M4	101	0,46	704	86	11
	102	0,38	65	1	-
	104	-	-	-	-
M5	101	0,27	1433	429	55
	102	0,50	69	4	6
	104	-	-	-	-
M6	101	0,29	397	776	104
	102	0,20	797	12	49
	104	0,10	19	3	2
M7	101	0,32	2060	574	82
	102	0,56	429	46	145
	104	0,14	91	2	138
M8	101	0,60	1937	126	80
	102	0,67	246	17	17
	104	0,17	13	1	12
M9	101	0,36	789	21	1
	102	0,74	252	1	-
	104	0,50	38	-	1

Quadro 7 – Densidade de materiais no Fosso 1 da Ponte da Azambuja 2, distribuída por categoria artefactual e quadrícula de escavação (P.E. = potência estratigráfica, dada em cm).

Já no que respeita à distribuição espacial — horizontal e vertical — observa-se:

1. Na cerâmica e nos líticos, uma tendência para a diminuição no número de efectivos desde o topo até à base da sequência estratigráfica identificada no interior do Fosso 1; ou seja, há uma distribuição vertical assimétrica, mas constante, demonstrando que na primeira etapa de enchimento do Fosso — a designada “fase de uso” da estrutura — a acumulação de itens culturais, normalmente conectados com as actividades quotidianas, é relativamente diminuta quando comparada com a fase subsequente;
2. Apenas na quadrícula M/6 há um aumento do número de fragmentos de cerâmica na camada 102, sem colagens entre eles;
3. Uma tendência semelhante no caso da fauna mamalógica, com excepção feita à quadrícula M/7 já anteriormente mencionada.

Quanto ao Fosso 2, o tipo de tratamento efectuado deve ser distinto, pois foi identificada apenas uma unidade de enchimento, com subdivisões internas artificiais. Interessa assim ver quantidade de material existente em cada nível artificial, de modo a perceber se também se regista uma diminuição

do número de efectivos desde o topo até à base da estrutura. Uma vez que os materiais recolhidos são provenientes do interior da estrutura negativa, optou-se por fazer uma leitura generalista quer da estrutura quer da unidade de enchimento. Assim:

Fosso 2: densidade de materiais arqueológicos				
Camada	NA	Cerâmica	Pedra Lascada	Fauna Mamalógica
201	1	864	35	-
	2	469	16	8
	3	2031	161	152
	4	819	98	158
	5	616	57	136
	6	506	6	126

Quadro 8 – Densidade de materiais no Fosso 2 da Ponte da Azambuja 2, distribuída por categoria artefactual e unidade de enchimento.

Nesta estrutura reconhece-se a mesma densidade artefactual do Fosso 1, ainda que a sua distribuição vertical demonstre uma situação distinta: não se nota uma progressão descendente no número de artefactos desde o topo até à base da estrutura negativa, mas sim um momento intermédio — 30 cm abaixo da superfície de escavação (n.a.3) — onde há uma súbita concentração dos vários componentes da cultura material, sendo que é a partir dessa cota que se verifica uma progressiva diminuição no número de efectivos. Essa situação é, no entanto, estável no caso da fauna mamalógica, eventualmente devido ao seu grau de fracturação.

Ponte da Azambuja 2 Formação do Registo Arqueológico: Cultura Material		
Questões	Respostas	Explicação
Haverá processos naturais ou culturais na formação dos preenchimentos das estruturas negativas?	Sim, há processos naturais Sim, há processos culturais	O Fosso 1 foi preenchido, num primeiro momento, com elementos provenientes da desagregação das paredes e, numa segunda etapa, por coluvião. O Fosso 2 apresenta, na sua base, e por isso num momento inicial do seu preenchimento por coluvião, um conjunto artefactual que reporta para práticas mágico-simbólicas.

Quadro 9 – Resumo da questão colocada e resposta proporcionada pelo registo arqueológico das estruturas da Ponte da Azambuja 2.

4. Conclusões

Conclui-se o seguinte:

1. Quer na Ponte da Azambuja 2 quer nos recintos de fossos analisados cartograficamente há uma relação entre a geologia do local de implantação e a construção dos fossos, orientada para a exequibilidade do projecto;
2. No caso da Ponte da Azambuja 2 admitem-se alterações na morfologia original dos fossos provocadas por processos mecânicos associados ao período de tempo em que as estruturas estiveram expostas aos diferentes agentes naturais;
3. Há uma utilização primária do Fosso 1, propondo-se, a partir das características estratigráficas e do reconhecimento de “buracos de poste” no interior da estrutura, a existência de uma estrutura tipo paliçada;
4. Há processos naturais na origem de formação dos preenchimentos dos fossos escavados na Ponte da Azambuja 2, assim como há processos culturais, identificados no Fosso 2;
5. Sugere-se que grande parte do preenchimento destas estruturas se tenha formado por colúvion, havendo posterior formação de solo e processos pedogenéticos que ocultaram as estruturas negativas.

Bibliografia citada

ANDERSEN, Niels H. (1997) – *The sarup enclosures. The funnel beaker culture of the sarup site including causewayed camps compared to the contemporary settlements in the area and other european enclosures*. Aarhus: Jutland Archaeological Society.

ANGELUCCI, Diego (2003) – A partir da terra: a contribuição da Geoarqueologia. In J. E. Mateus, José Eduardo; MORENO GARCÍA, Marta M. Moreno-García, eds. – *Paleoecologia humana e arqueociências. um programa multidisciplinar para a arqueologia sob a tutela da cultura*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 35–84.

BARKER, Philip (1982) – *Techniques of archaeological excavation*. London: Batsford.

BOAVENTURA, Rui (2006) – Os IV e III milénios a.n.e. na região de Monforte para além dos mapas com pontos: os casos do *cluster* de Rabuje e do povoado com Fossos de Moreiros 2. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 9:2, pp. 61–73.

BURNEZ, Claude; LOUBOUTIN, Catherine (2002) – The causewayed enclosures of Western-Central France from the beginning of the fourth to the end of the third millennium. In VARNDILL, Gillian; TOPPING, Peter eds. – *Enclosures in Neolithic Europe. Essays on causewayed and non-causewayed sites*. Oxford: Oxbow Books, pp. 11–27.

CRABTREE, Keith (1971) – Overton down experimental earthwork, Wiltshire 1968. *Proceedings of the University of Bristol Spelæological Society*. 12, pp. 237–244.

FIGUEIREDO, Margarida (2013, 5-Fevereiro) – Fareleira 3 ditched enclosure. Retrieved 2014, 20-Junho. In *Portuguese prehistoric enclosures* < www.portugueseenclosures.blogspot.pt >.

GOLDBERG, Paul; MACPHAIL, Richard I. (2007) – *Practical and theoretical geoarchaeology*. Oxford: Blackwell Publishing.

JEWELL, Peter Arundel; DIMBLEBY, Geoffrey W. (1966) – The experimental earthwork on Overton Down, Wiltshire, England: the first four years. *Proceedings of the Prehistoric Society*. 13, pp. 313–342.

LAGO, Miguel; DUARTE, Cidália; VALERA, António; ALBERGARIA, João; ALMEIDA, Francisco; CARVALHO, António Faustino (1998) – Povoado dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz): dados preliminares dos trabalhos arqueológicos realizados em 1997. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 1:1, pp. 45–152.

LAGO, Miguel; ALBERGARIA, João (2001) – O Cabeço do Torrão (Elvas): contextos e interpretações prévias de um lugar do Neolítico alentejano. *Era Arqueologia*. 4, pp. 39–62.

MÁRQUEZ ROMERO, José Enrique; JIMÉNEZ JÁIMEZ, Víctor (2010) – *Recintos de fosos: genealogía y significado de una tradición en la Prehistoria del suroeste de la Península Ibérica (IV – III milénios AC)*. Málaga: Universidad.

MUNSELL SOIL COLOR COMPANY, Munsell soil color charts, Munsell color, Macbeth Division of Kollmorgen Corporation, Baltimore, Maryland, USA. 1950, revised 1975.

RODRIGUES, Filipa (2013) – Ídolomania: figuras antropomórficas e “ídolos de cornos” do recinto de Fossos do Neolítico Final da Ponte da Azambuja 2 (Portel, Évora). In ARNAUD, José Morais; MARTINS, Ana; NEVES, César, eds. – *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 435–446.

RODRIGUES, Filipa (2014–2015) [2017] – Quais as características dos artefactos recolhidos no recinto de fossos da Ponte da Azambuja 2 (Portel Évora). *Arqueologia e História*. 66–67, pp. 19–42.

SCHIFFER, Michael B. (1987) – *Formation processes of the archaeological record*. Salt Lake City, UT: University of Utah Press.

SOARES, António Monge (1994) – Descoberta de um povoado do Neolítico junto à Igreja Velha de São Jorge (Vila Verde de Ficalho, Serpa): resultados preliminares. *Vípasca*. 3, pp. 41–49.

VALERA, António Carlos; FILIPE, Iola (2004) – O povoado do Porto Torrão (Ferreira do Alentejo): novos dados e novas problemáticas no contexto da calcolitização do Sudoeste peninsular. *Era Arqueologia*. 7, pp. 23–32.

WOODS, William (2009) – Os solos e as ciências humanas: interpretação do passado. In TEIXEIRA, Wenceslau Gerales, KERN, Dirse Clara; MADARI, Beata Emöke; LIMA, Hedinaldo Narciso; WOODS, William I., eds. – *As terras pretas de índio da Amazônia: sua caracterização e uso deste conhecimento na criação de novas áreas*. Manaus: Empraba Amazônia Ocidental, pp. 62–71.

A proveniência do metal utilizado nos povoados calcolíticos da bacia do Guadiana Médio: as razões isotópicas do chumbo de prováveis lingotes de cobre

António M. Monge Soares* | amsoares@ctn.tecnico.ulisboa.pt

Pedro Valério* | pvalerio@ctn.tecnico.ulisboa.pt

Susana Sousa Gomes* | susana.gomes@ctn.tecnico.ulisboa.pt

Maria Fátima Araújo* | faraujo@ctn.tecnico.ulisboa.pt

*Centro de Ciências e Tecnologias Nucleares (C2TN), Departamento de Engenharia e Ciências Nucleares, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa.

Os autores escrevem segundo o Acordo Ortográfico de 1945

Resumo

É vulgar o registo de artefactos de cobre em sítios calcolíticos não funerários do Sul de Portugal, designadamente nos situados na bacia baixo-alentejana do rio Guadiana. A proveniência desse cobre só agora começou a ser investigada fazendo uso da análise isotópica do chumbo (Pb) de artefactos, minérios e vestígios de operações metalúrgicas. Três machados planos e um artefacto tabular, plano-convexo, certamente resultante de um vazamento em molde univalve rectangular, provenientes desta região meridional, que têm sido por nós interpretados como lingotes, foram objecto de análise elementar e microestrutural, bem como da determinação da sua composição isotópica em Pb. Verificou-se que todos eles são constituídos por um cobre muito puro, apresentando ainda a microestrutura de vazamento, embora sejam observáveis algumas maclas, porventura resultantes de operações de forja a quente para o destacamento de fragmentos de matéria-prima a serem utilizados na manufactura de artefactos de pequena dimensão (punções e lâminas, por ex.), usuais nestes primórdios da metalurgia. Quanto às razões isotópicas de Pb, estas indiciam uma origem provável para o cobre de dois dos lingotes em depósitos mineiros da região sudeste da Zona Centro-Ibérica, enquanto a assinatura isotópica de um dos machados-lingote, caracterizada por um chumbo altamente radiogénico, aponta para uma proveniência do metal da mina de El Milagro (Bobia de Arriba, Onís, Astúrias). No que respeita ao quarto lingote, não foi possível determinar uma origem fiável para o cobre com que foi manufacturado, uma vez que apresenta uma assinatura isotópica não coincidente com nenhuma das assinaturas constantes das bases de dados disponíveis para a Península Ibérica. Os resultados sugerem, por conseguinte, para além de uma utilização de matéria-prima de depósitos mineiros próximos dos locais de fundição, a existência de uma rede de trocas a média e longa distância, tal como evidenciado para outras matérias-primas, designadamente as utilizadas em artefactos de prestígio, como são os casos da variscite e do marfim, presentes em diversos contextos calcolíticos desta região.

Abstract

It is common to record copper artefacts in non-funerary Chalcolithic sites in southern Portugal, namely those located in the Lower Alentejo basin of the Guadiana River. The provenance of this copper has only just begun to be investigated using lead isotopic analysis (LIA) from artefacts, ores and traces of metallurgical operations. Three flat axes and a tabular, flat convex artefact,

this resulting from a casting in a rectangular univalve mould, which we have interpreted as ingots, were object of chemical and microstructural analysis, as well as the determination of their Pb isotopic signatures. It was found that all of them are made of very pure copper, still presenting an as-cast microstructure, although with a low density of twin grains, possibly resulting from hot-forging operations to cut fragments of raw material for the manufacture of small artefacts (awls, blades, for instance). Regarding Pb isotopic ratios, the signatures of two ingots indicate a probable provenance from mineral deposits in the south-eastern Central Iberian Zone, while the isotopic signature of one of the axe-ingots, characterized by a highly radiogenic lead, points to a copper origin from El Milagro mine, located in the Cantabrian region (northern Iberian Peninsula). The Pb isotopic ratios of the last ingot do not match any lead isotope signature of the Iberian LIA data bases. Therefore these data suggest long-distance exchange networks, as has been shown for other raw materials used in prestige artefacts, such as variscite and ivory present in various Chalcolithic contexts in this southern region of the Iberian Peninsula.

1. Introdução

Os dados obtidos na investigação arqueológica, suplementada por análises no domínio da arqueometalurgia que têm sido levadas a cabo nestes últimos vinte anos, permitem elaborar uma síntese sobre a primeira metalurgia do cobre no Sul de Portugal. Assim, as primeiras manifestações dessa metalurgia surgem no Calcolítico, na primeira metade do III milénio a.C., observando-se um incremento da diversificação das tipologias artefactuais na segunda metade desse milénio, nomeadamente em contextos campaniformes (Soares & *alii*, 2017). Os primeiros artefactos mais vulgares são formas simples, de pequena dimensão, designadamente punções ou furadores e lâminas. Surgem, também, machados planos, embora muito menos abundantes que os atrás mencionados, a que se adicionam, durante o Campaniforme, as pontas de seta e os punhais, usualmente de lingueta, muito raramente rebitados. Todos estes artefactos são de base cobre: de cobre puro com poucas impurezas de arsénio (As), prata (Ag), níquel (Ni) ou antimónio (Sb), por exemplo, ou então de cobre arsenical ($As > 2\%$), composições elementares que parecem reflectir a composição dos minérios de cobre de onde este metal terá sido extraído (Valério, Soares & Araújo, 2016).

A redução dos minérios de cobre efectuava-se em vasilhas-forno/cadinhos de cerâmica, em simples lareiras, não existindo registo de qualquer tipo de forno metalúrgico nesses primeiros tempos (Rovira, 2016). A atmosfera produzida é variável, relativamente pouco redutora, não permitindo, portanto, a redução dos minerais de ferro existentes na ganga dos minérios de cobre, o que conduz a teores muito reduzidos de ferro ($Fe < 0,05\%$) no cobre assim obtido.

Na manufactura dos artefactos, a cadeia operatória curta (vazamento em molde, martelagem e recozimento) é a mais comum, enquanto a cadeia longa (vazamento, martelagem, recozimento e martelagem final) é utilizada apenas numa minoria de artefactos e, habitualmente, só nas áreas destes a serem utilizadas para corte ou como perfurantes. Por outro lado, os dados existentes não indicam uma relação significativa entre o teor de arsénio e a dureza dos artefactos calcolíticos, qualquer que seja a cadeia operatória utilizada na sua manufactura (Valério, Soares & Araújo, 2016, Fig. 10).

Os minérios de cobre que foram objecto de exploração nestes primeiros tempos consistem em carbonatos e óxidos, onde predominam as malaquites, azurites e cuprites (minerais supergénicos), com teores relativamente elevados de cobre, que são facilmente reduzidos e que produzem quantidades muito pequenas de escórias (Rovira, 2016; Valério & *alii*, 2020).

Se o conjunto de dados sobre a metalurgia do III milénio a.C. permite clarificar vários aspectos dessa metalurgia primitiva existem, contudo, ainda outros a necessitarem de uma investigação aprofundada. É o caso, por exemplo, da identificação dos depósitos mineiros que foram objecto de exploração nessa época, designadamente na Zona Sul Portuguesa (ZSP), que integra a Faixa Piritosa Ibérica (FPI), e na Zona de Ossa-Morena (ZOM), zonas geológicas que abarcam a maior parte do Sul de Portugal. A referência, desde o século XIX, à descoberta de martelos mineiros de pedra junto ou nas escombrelas de algumas dessas minas (Flores & Araújo, 1945; Costa, 1870) constitui um indício da exploração desses depósitos em épocas recuadas, que vão desde o Calcolítico até à Época Romana, pelo menos em alguns casos no que se refere a esta última. No entanto, intervenções arqueológicas de campo nessas ocorrências mineiras só muito recentemente têm sido realizadas e têm sido raríssimas (Gauß, 2016). Também igualmente escassas têm sido as investigações procurando determinar uma correspondência precisa e fiável entre o metal cobre utilizado na manufactura de um artefacto e o depósito mineral donde esse metal provém (Gauß, 2016; Soares & *alii*, 2020). Um outro domínio de investigação arqueometalúrgica muito pouco utilizado entre nós diz respeito à determinação dos locais onde se procedia à redução dos minérios —

junto às minas ou nos povoados — necessitando-se, para isso, de uma análise sistemática dos restos das operações metalúrgicas (cadinhos, escórias, algaravizes, fragmentos de minérios, nódulos metálicos, lingotes) encontrados em intervenções arqueológicas e que permitam atribuí-los à redução de minérios (“smelting”) ou à simples fundição de cobre metálico para a manufactura de artefactos. O desenvolvimento deste tipo de investigação fazendo uso de análises científicas clássicas, como a análise química elementar e/ou a microscopia óptica, suplementada pela microscopia electrónica de varrimento, combinada com a utilização da análise isotópica do Pb dos artefactos e de restos de operações metalúrgicas permitirá um salto qualitativo (e quantitativo) na definição e interpretação das redes pré-históricas de trocas ou “comércio” de cobre. Claro que para se cumprir este desiderato é também necessário dispôr-se de uma boa base de dados de assinaturas isotópicas do Pb do maior número possível de ocorrências mineiras de cobre, de modo a fazer uma comparação fiável das assinaturas isotópicas entre artefactos e minérios, permitindo, assim, determinar a proveniência do cobre utilizado, quer na manufactura, quer nas operações metalúrgicas onde entra esse metal.

Investigações deste tipo estão, ainda, a dar os primeiros passos no nosso país (Baptista & *alii*, 2019–2020; Gauß, 2016; Müller & Cardoso, 2008; Müller & Soares, 2008; Soares & *alii*, 2020; Soares, Valério & Valera, 2021). Queremos com o trabalho, que agora se apresenta, exemplificar a metodologia utilizada, integrada no que atrás se referiu, e as inferências que se podem estabelecer a partir dos resultados obtidos. Assim, este estudo consistiu em análises de diversos tipos de quatro artefactos calcolíticos provenientes de sítios da bacia do Guadiana, que considerámos como lingotes de cobre, cujos resultados parcelares já foram objecto de publicação (Ferraz, 1994; Vidigal & *alii*, 2016; Soares, Araújo & Cabral, 1994; Soares, Valério & Valera, 2021; Soares & *alii*, 1996; 2020; Valera & *alii*, 2020), mas que aqui são conjugados procurando constituir um exemplo das potencialidades deste tipo de estudos.

2. Lingotes de cobre calcolíticos

Referiu-se atrás que um campo da investigação arqueometalúrgica muito pouco utilizado entre nós diz respeito à determinação dos locais onde se procedia à redução dos minérios — junto às minas ou nos povoados. Numa das poucas escavações arqueológicas realizadas em minas pré-históricas no nosso país, a que foi levada a cabo por Gert Goldenberg e colaboradores na mina de cobre de Mocissos (Alandroal), além de os vestígios dos trabalhos mineiros e das operações metalúrgicas aí realizadas terem sido datados pelo radiocarbono, verificou-se também que a redução do minério fazia parte das operações levadas a cabo junto à mina (Hanning, Gauß & Goldenberg, 2010; Müller & *alii*, 2007). Também junto às minas da Ganhoteira e Fajoas (Torre de Coelheiros, Évora) foram encontrados restos de vasilhas-forno ou cadinhos com vestígios de uso, bem como nódulos de cobre e escórias, sugerindo também operações de redução de minério junto àquelas minas (Soares & *alii*, 2020). Por outro lado, as escavações arqueológicas que têm sido realizadas no grande povoado muralhado do Zambujal (Torres Vedras) indiciam que a maior parte das operações metalúrgicas registadas neste sítio arqueológico estarão relacionadas com a fundição e manufactura de artefactos de cobre, embora análises de alguns (muito poucos) cadinhos sugiram que também a redução de minérios ocorreria naquele povoado (Gauß, 2016). Por outro lado ainda, pequenos fragmentos de minérios de cobre (malaquite essencialmente) foram registados no povoado calcolítico de S. Pedro (Redondo) (Valério & *alii*, 2020), onde também foram recolhidos numerosos fragmentos de cadinhos cerâmicos, muitos deles com vestígios de uso. Embora estas cerâmicas não tenham ainda sido objecto de análises arqueometalúrgicas, a presença daqueles fragmentos de minérios no povoado

sugere que neste se procederia à sua redução. A evidência obtida até agora parece algo contraditória sugerindo, porventura, que as operações de redução do minério (“smelting”) poderiam ocorrer, quer junto às minas, quer nos povoados. No entanto, deve-se notar que os teores de cobre relativamente baixos nos minérios, mesmo nos minérios de cobre secundários (carbonatos e óxidos) explorados em época pré-histórica e na região em causa, implicaria o transporte de grande quantidade, em peso e volume, de matéria-prima (minério), mesmo se concentrada, para ser processada nos povoados. Este transporte não parece muito exequível se a área de *habitat* ficasse a largas dezenas de quilómetros da mina ou minas exploradas. Assim, parece que seria muito mais fácil a circulação de cobre sob a forma metálica: pequenos nódulos metálicos que se obtinham nas operações de redução dos minérios ou objectos já acabados, predominando, nesta época, os de pequenas dimensões, o que, quer num caso, quer noutro, também parece que não seria muito satisfatório. Contudo, se o cobre circulasse sob a forma de lingotes, com algumas centenas de gramas de peso, o seu transporte e manuseamento seria fácil e explicaria a ocorrência vulgar da manufactura dos pequenos instrumentos de cobre que se regista na maior parte dos sítios de *habitat* calcolíticos na região em causa.

Mas o que se entende por lingote? Pode definir-se lingote como um bloco de metal, no caso em apreço de cobre, que resulta do vazamento em molde desse metal após fusão e que tem por fim o armazenamento ou transporte fácil do mesmo, sendo destinado, subsequentemente, à manufactura de artefactos (utensílios, armas, objectos de adorno, etc.) em operações de fundição, normalmente em espaços que funcionem como oficinas metalúrgicas. Um lingote pode ter formas diversas e pesos diversos, dependendo da forma e do tamanho do molde onde o metal em fusão foi vazado, podendo ou não ter sofrido algum trabalho de forja subsequente ao vazamento. Na literatura arqueológica portuguesa tem surgido, embora raramente, a atribuição da funcionalidade de lingote de cobre a determinadas formas de artefactos manufacturados nesse metal, as quais passaremos em revista a seguir.

2.1. Lingotes informes (nódulos metálicos)

Victor Gonçalves, no estudo que efectuou sobre as escavações que levou a cabo nos sítios calcolíticos de Cerro do Castelo de Corte de João Marques e Cerro do Castelo de Santa Justa (Alcoutim), onde registou diversos restos de operações metalúrgicas que aí se teriam realizado, bem como artefactos de cobre, atribui a um fragmento informe, encontrado no segundo daqueles sítios, a possível funcionalidade de lingote (Gonçalves, 1989, vol. 1, pp. 280, 281, 481; vol. 2, pp. 167, 306). Se se observar o desenho do mesmo (Gonçalves, 1989, vol. 2, p. 167) ou a foto (Gonçalves, 1989, vol. 2, p. 306) é fácil de verificar que se tratará de um nódulo metálico, com o peso de 5,59 g (Gonçalves, 1989, vol. 1, p. 280), ignorando-se por que motivo foi considerado um possível lingote. Note-se que um peso desta ordem de grandeza é o peso da maior parte dos furadores de cobre, pequenos artefactos muito vulgares em contextos de *habitat* calcolíticos, que constituem, aliás, a maior parte dos artefactos metálicos registados naqueles dois sítios. Nódulos metálicos, relativamente pequenos como é este do Cerro do Castelo de Santa Justa, são expectáveis de serem encontrados em contextos ligados à produção de artefactos metálicos, produção essa que existiria no sítio em causa, quer devido a perdas durante operações de fundição, quer resultantes da fragmentação, em operações de forja, de lingotes propriamente ditos para a manufactura de artefactos.

Um outro artefacto informe (Fig. 1), mas muito maior (66 mm x 24 mm x 9 mm, dimensões máximas), considerado como sendo um lingote de cobre, foi registado na Camada 2 (Calcolítico Pleno) do povoado calcolítico de Leceia (Oeiras), (Cardoso e Fernandes, 1995). Embora Leceia não se situe na

bacia do Guadiana, julgamos importante referi-lo aqui, dado o seu manifesto interesse, além de que a sua origem poderá estar no Sudoeste Ibérico. As análises efectuadas permitiram verificar que se tratava de um artefacto de composição, quer química, quer micro-estrutural, muito heterogénea. Uma parte era constituída por escória com dendrites de cobre, enquanto a restante por cobre bastante puro com matriz de grão grosseiro e, em algumas zonas, de grão mais fino com maclas de recristalização. Por outro lado, num bordo do artefacto observam-se marcas de corte, possivelmente efectuadas para destacar um fragmento ou fragmentos e que tornaram esse bordo mais ou menos rectilíneo em toda a sua extensão e espessura. Os autores do estudo interpretam este artefacto como um lingote, o qual teria sofrido as operações que se elencam a seguir, as quais podem explicar os factos observados:

uma massa de cobre inicial, ainda com bastante escória, terá sido martelada de forma a isolar a parte mais enriquecida em cobre, separando-a da zona mais impura ... a fracção mais enriquecida em cobre foi-se deformando plasticamente, enquanto a zona onde predominaria a escória, mais frágil, se fragmentaria... este tratamento mecânico terá sido feito a frio, presumivelmente com pequenos aquecimentos sucessivos... [estes] teriam por finalidade “amaciar” o material “encruado”, facilitando o prosseguimento da deformação, conducente à concentração da parte mais rica em cobre [libertando-a da escória] ... existe uma zona de grão mais fino que pode dar consistência à hipótese de uma significativa deformação antes e/ou durante o aquecimento (responsável pelas recristalizações); esta hipótese é também apoiada no facto de se observar “prega” de dobragem, provavelmente resultante de uma operação de corte por cisalhamento (Cardoso & Fernandes, 1995, pp. 158, 159).

É, pois, de aceitar que este artefacto de cobre informe e com restos de escória funcionou como lingote, constituindo o primeiro exemplar deste tipo cuja funcionalidade se provou com elevada fiabilidade.

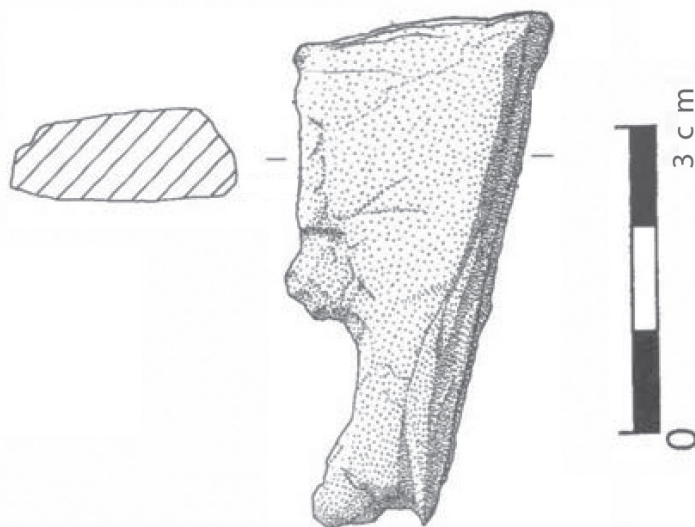


Fig. 1 – Lingote de cobre do povoado calcolítico de Leceia (baseado em Cardoso & Fernandes, 1995, Fig. 2).

2.2. Lingotes em placa tabular

Recentemente foi publicado um artefacto de cobre com uma forma tabular, de cantos arredondados, com uma secção plano-convexa (Fig. 2), encontrado à superfície no recinto de fossos calcolítico da Folha do Ouro 1 (Serpa), tendo sido também interpretado como um lingote (Valera & *alii*, 2020; Soares, Valério & Valera, 2021). A sua forma prismática, de base rectangular, ligeiramente plano-convexa, resulta de ter sido utilizado, muito provavelmente, para a sua manufactura, um molde univalve rectangular, de paredes verticais, com o fundo ligeiramente côncavo (muitas vezes designado na literatura como *cadinho*), cuja forma é vulgar em contextos metalúrgicos no Calcolítico do Sudoeste Peninsular.



Fig. 2 – Lingote tabular plano-convexo da Folha do Ouro 1 (FO1-1).

A este muito provável lingote falta, num dos cantos, uma porção de metal. A “fractura” encontra-se boleada, não se observando quaisquer vestígios de corte. A interpretação para esta “fractura” será descrita mais adiante.

Existem paralelos para esta forma de lingote de cobre — em Gamonedo (Onís, Astúrias), próximo da mina de cobre calcolítica de El Milagro, foram encontrados, num depósito com 14 artefactos de cobre, 10 lingotes com dimensões e formas muito semelhantes a este da Folha do Ouro 1 (Blas, 1979–1980; Reguera & *alii*, 2019).

2.3. Machados-lingote

Um machado plano de cobre proveniente do sítio calcolítico de Porto Mourão (Moura) constitui, na investigação arqueológica portuguesa, o primeiro exemplar de um artefacto com esta tipologia que foi interpretado como lingote, tendo particularmente em atenção as suas características micro-estruturais e químicas. A estes dados poderá adicionar-se o facto de ter sido encontrado com restos de um tecido de linho que o envolveria, além de que a fractura que apresenta possuir uma ligeira rebarba de dobragem ao longo de uma das arestas maiores (Ferraz, 1994; Soares, Araújo & Cabral, 1994). Posteriormente, um outro machado plano de cobre de Porto Mourão e ainda um outro do povoado calcolítico de Três Moinhos (Baleizão, Beja) (Fig. 3) foram também por nós interpretados como lingotes (Soares & *alii*, 1996; 2020).



Fig. 3 – Machados-lingote: 1 - Três Moinhos (TM-1); 2 - Porto Mourão (PM-1); 3 - Porto Mourão (PM-2). Note-se a prega/rebarba de dobragem, assinalada por setas, no machado-lingote PM-1.

A atribuição da funcionalidade de lingote a machados planos tem sido uma matéria controversa na arqueologia peninsular (Ruiz & *alii*, 2019). Julgamos que a composição elementar e as características microestruturais, além de alguns aspectos morfológicos observáveis macroscopicamente, quer na superfície, quer nas fracturas dos exemplares considerados como possíveis lingotes, podem constituir parâmetros para fortalecer uma atribuição fiável de funcionalidade. Mesmo somente estes parâmetros macroscópicos são, muitas vezes, indicativos dessa funcionalidade. Vejam-se, por exemplo, os fragmentos de machados planos com vestígios de corte por percussão, designadamente gumes sem quaisquer vestígios de uso (Fig. 4), que constituem restos metalúrgicos vulgares em povoados calcolíticos na península de Lisboa, como acontece em Vila Nova de São Pedro, Leceia, Zambujal, Outeiro de São Mamede, Fórnea e Castro do Penedo (Cardoso, 2004); sendo relativamente raros no Sudoeste, foram registados apenas no Monte da Tumba (Silva & Soares, 1987) e nos Perdigões (Valera, inf. pessoal). Note-se o número de ocorrências de minérios de cobre nesta região, ao contrário do que acontece na península de Lisboa, de onde estão praticamente ausentes. Também é de notar a proveniência dos três machados-lingote aqui referidos, a indiciar que, apesar da proximidade dos jazigos minerais, este tipo de armazenamento e transporte de metal seria largamente utilizado.



Fig. 4 – Gumes de machados planos, que se poderão considerar como lingotes, do povoado calcolítico de Vila Nova de São Pedro, com marcas de corte por percussão, realizadas provavelmente com o auxílio de machados e cinzéis líticos (escala de 10 cm).

Se a atribuição da funcionalidade de lingote a alguns machados planos é ou tem sido controversa, deverá, no entanto, referir-se o que João Luis Cardoso & Júlio Roque Carreira (2003, pp. 124–125) afirmam (afirmação com a qual se concorda plenamente):

não será pela via da eficácia funcional que se poderão justificar os grandes utensílios de cobre calcolíticos, como os machados de cobre, material cuja ductibilidade inviabilizaria rapidamente o fio cortante dos respectivos gumes, tendo, deste modo, uma eficácia muito inferior aos machados de anfiboloxisto. É no quando da sua utilização como peças de prestígio, utilizadas apenas em funcionalidades muito especiais, ou, simplesmente, como matéria-prima, que a sua ocorrência deverá ser interpretada. É neste último sentido que também aponta a presença de diversos gumes de machados, cortados por serragem ou punção dos corpos dos machados correspondentes.

Deverá, também, referir-se que a funcionalidade de lingote tem sido atribuída a machados planos registados em contextos do Calcolítico e da Idade do Bronze de várias regiões europeias, designadamente em França, Itália, Irlanda e Grã-Bretanha (Briard, 1976; Delrieu & *alii*, 2015; Gandois & *alii*, 2019). Trata-se de artefactos com a forma de machados planos, habitualmente sem vestígios de trabalho de forja pós-vazamento. Além disso, o vazamento parece ser normalmente de qualidade inferior, uma vez que se observam fissuras, chochos e, algumas vezes, pequenas depressões e pequenos vacúolos, estes resultantes da emissão de gases ou vapor de água durante o arrefecimento. Por vezes, apresentam um perfil ligeiramente plano-convexo, indicativo de terem sido obtidos, neste caso, num molde univalve. Também em alguns exemplares, os machados-lingote terão sido objecto de polimento, porventura para mostrar a qualidade do metal cobre com que foram manufacturados.

2.4. Outros

Existem na literatura referências a outros artefactos considerados como lingotes calcólicos de cobre, mas que ainda não nos foi possível observar *in loco*. Embora tenham sido encontrados em sítios arqueológicos relativamente afastados da bacia do Guadiana, a origem do cobre poderá, muito possivelmente, estar nas unidades geotectónicas da ZSP, da ZOM ou, mesmo, da Zona Centro-Ibérica (ZCI), pelo que poderão servir de paralelos para lingotes que poderão ser, no futuro, encontrados na bacia deste rio peninsular. Não parecem existir quaisquer análises químicas ou micro-estruturais, nem mesmo descrições pormenorizadas destes possíveis lingotes, mas uma ou outra imagem dos mesmos já foi publicada, o que permite, numa primeira aproximação, admitir, ou não, ser verosímil essa atribuição. Referimo-nos a um lingote (Fig. 5A) proveniente do povoado calcólico do Outeiro Redondo (Sesimbra), aproximadamente paralelepípedo, com cerca de 5 x 1,7 x 1,1 cm e faces algo rugosas, onde se observam várias fissuras e pequenas depressões (Cardoso, 2004, Fig. 59; 2010, Fig. 42; 2019, Fig. 60). Também do povoado calcólico do Outeiro de São Mamede (Bombarral) se encontram referidos dois possíveis lingotes de cobre (Fig. 5B), além de alguns gumes de machados planos com vestígios de terem sido cortados (Cardoso & Carreira, 2003). Um dos lingotes aparenta poder ser integrado no tipo tabular atrás referido, com secção rectangular (Cardoso & Carreira, 2003, Fig. 39, n.º 8), enquanto o outro, aparentemente reduzido a um pequeno fragmento, apresenta uma face plana com três traços incisivos (marca?) (Cardoso & Carreira, 2003, Fig. 40, n.º 6), para os quais não encontramos quaisquer paralelos em restos metalúrgicos pré-históricos publicados.

Por fim, não queremos deixar de referir os lingotes de Cabezo Juré (Alosno, Huelva), povoado calcólico com inúmeros vestígios da metalurgia do cobre, situado no sudoeste andaluz, muito próximo da fronteira portuguesa. Segundo Nocete (2004, p. 302)

en los lingotes metálicos,...,tenemos también una fuerte normalización, acusada en los elevados pesos (hasta 79,17 gramos) que lo diferencia de cualquier otro artefacto, en la longitud (entre 13-15 cm), anchura (entre 0,8-1,2 cm), grosor (0,6-0,9 cm), sección (cuadrada) y extremos (punta plana y punta plana/aguzada) (fig. 14.5).

Por esta descrição e por observação da figura referida por Nocete, parece que os lingotes de Cabezo Juré se confundem com cinzéis algo longos e, embora machados planos e fragmentos de machados tenham também sido registados no sítio em causa, não são considerados com a funcionalidade que temos vindo a abordar. Por outro lado, a precisão ou, antes, o preciosismo do peso típico de lingote de cobre (aproximado ao centígrama) parece-nos sem qualquer razão de ser.

Não há dúvida, por conseguinte, que a atribuição da funcionalidade de lingote a alguns artefactos tem sido e parece continuar a ser controversa. Contudo, a análise química e microestrutural, conjugada com a análise morfológica do artefacto, pode constituir uma ferramenta poderosa para uma atribuição fiável a um determinado exemplar.

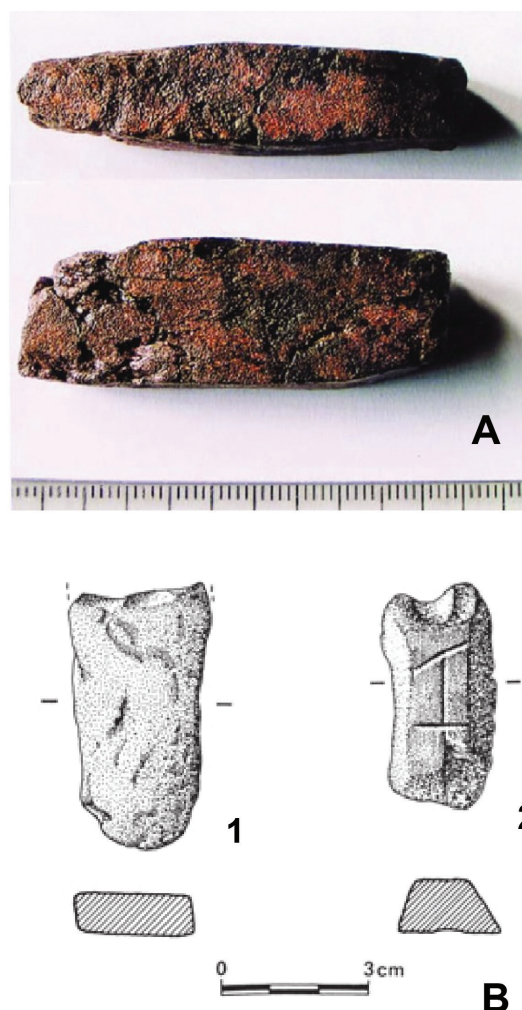


Fig. 5 – Possíveis lingotes de cobre calcolíticos: A- Outeiro Redondo (Sesimbra), segundo Cardoso (2004, Fig. 59); B1 e B2 - Outeiro de São Mamede (Óbidos), segundo Cardoso & Carreira (2003, Figs. 39:8 e 40:6, respectivamente).

3. Artefactos, possíveis lingotes: análise elementar e micro-estrutural

No Quadro 1 apresentam-se os pesos e os teores elementares dos artefactos (fragmentados), considerados como possíveis lingotes, provenientes de sítios calcolíticos da bacia do Guadiana Médio, nomeadamente os dois machados-lingote de Porto Mourão, um outro machado-lingote de Três Moinhos e a placa tabular da Folha do Ouro 1, cuja descrição macroscópica foi referida atrás. Como se pode observar nesse Quadro, qualquer um destes lingotes foi manufacturado em cobre muito puro — impurezas de arsénio com teores baixos ou muito baixos, teores de ferro também muito baixos, típicos da metalurgia pré-histórica peninsular, enquanto um teor relativamente alto (0,78%) de antimónio (Sb) foi determinado no machado-lingote de Três Moinhos, o que, como veremos adiante, nos poderá ajudar na procura de uma origem para o cobre deste artefacto.

Sítio (Referência)	Artefacto	Peso (g)	Cu (%)	As (%)	Sb (%)	Pb (%)	Fe (%)	Ref. bibliográfica
Porto Mourão (PM-1)	Machado plano	385	99,9	n.d.	n.d.	n.d.	<0,05	Valério, Soares & Araújo, 2016
Porto Mourão (PM-2)	Machado plano	178	99,5	0,40	n.d.	n.d.	<0,05	Soares & <i>alii</i> , 2020
Três Moinhos (TM-1)	Machado plano	170	98,8	0,44	0,78	n.d.	<0,05	Vidigal & <i>alii</i> , 2016
Folha do Ouro 1 (FO1-1)	Placa tabular	240	99,8	0,14	n.d.	n.d.	<0,10	Valera & <i>alii</i> , 2020

Quadro 1 – Pesos e composições químicas dos lingotes de cobre calcolíticos da bacia do Guadiana Médio (n.d.: não detectado).

Todos estes lingotes foram sujeitos a análise microestrutural. Na Fig. 6 podem observar-se microestruturas típicas destes quatro artefactos. Em todas elas se observa a microestrutura característica de vazamento, constituída por dendrites de cobre primário e uma rede interdendrítica de eutético Cu-Cu₂O, além de algumas (poucas) maclas, quer nas dendrites, quer na zona do eutético, o que é indicativo da ocorrência de alguma deformação plástica, seguida de recristalização. Essa deformação plástica poderá ser atribuída a trabalho de forja para obtenção de fragmentos do lingote a serem utilizados posteriormente na manufatura dos artefactos. Por outro lado, em todos os machados-lingote se observam fissuras e poros (chochos), que constituem testemunhos de uma solidificação deficiente, o que torna o artefacto sem funcionalidade como machado, mesmo sem considerar que a sua ductilidade inviabilizaria rapidamente a eficácia dos respectivos gumes.

Embora as fissuras e os poros não sejam visíveis nas microestruturas do provável lingote FO1-1, este apresenta, tal como os anteriores, uma microestrutura com numerosas inclusões de cuprite segregadas para os limites de grão (Fig. 6 D1). A contrastação da amostra (Fig. 6 D2), além de evidenciar a estrutura dendrítica de vazamento, evidenciou também o zonamento dos grãos, com os limites destes enriquecidos no eutético Cu-Cu₂O e com uma reduzida densidade de maclas. Estas características são, como referido atrás, indicativas de uma fraca deformação em trabalho de forja, deformação essa que poderá ter sido efectuada a quente ou a frio, e terá tido como finalidade destacar um fragmento (ver Fig. 2) para a manufatura de um pequeno artefacto. Se foi a frio, o que nos parece pouco provável, terá sido seguida dum tratamento térmico insuficiente para homogeneizar totalmente a microestrutura, não se vislumbrando qual a finalidade prática desse tratamento térmico. A forja a quente parece-nos ser mais convincente pois conduziria a um amaciamento do metal, tornando mais fácil o destacar do fragmento, ao mesmo tempo que poderia provocar um boleamento da fractura, tal como se observa em FO1-1.

Deste modo, a análise química e microestrutural, conjugada com a análise morfológica, permite atribuir, com uma elevada fiabilidade, a funcionalidade de lingote a estes artefactos de que temos vindo a tratar.

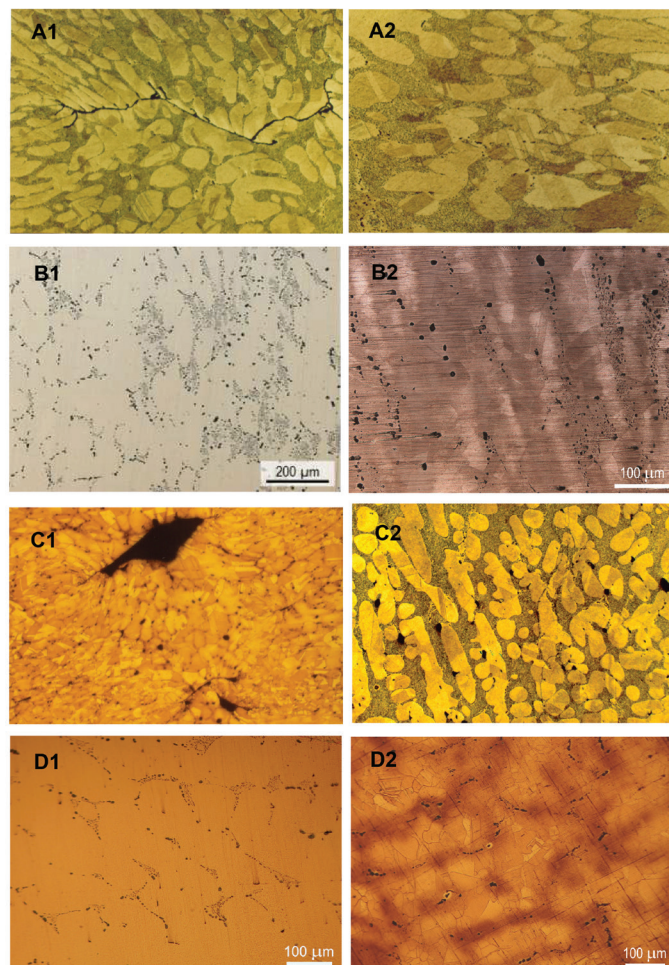


Fig. 6 – Microestruturas dos lingotes de cobre obtidas por microscopia óptica. A - Machado-lingote PM-1: A1 - dendrites de cobre primário e rede interdendrítica do eutético Cu-Cu₂O, observando-se uma fissura e alguns poros (após contrastação, 50x); A2 - microestrutura característica de solidificação após vazamento com algumas maclas, quer nas dendrites, quer na zona do eutético (após contrastação, 100x). B - Machado-lingote PM-2: B1 - microestrutura de solidificação após vazamento, observando-se as inclusões de Cu₂O e alguns poros (sem contrastação); B2 - grãos, de dimensão grande, com algumas maclas (após contrastação). C - Machado-lingote TM-1: C1-dendrites mostrando orientação em relação aos poros e fissuras (após contrastação, 40x); C2 - dendrites zonadas coexistindo com grãos maclados (após contrastação, 80x). D - Lingote tabular FO1-1: D1 - inclusões de cuprite (Cu₂O) segregadas nos limites de grão (sem contrastação); D2 - grãos mal definidos com uma reduzida densidade de maclas (após contrastação).

4. Determinação da proveniência do cobre utilizado nos possíveis lingotes

Sendo estes artefactos lingotes, constituem, por conseguinte, o material ideal para, através da determinação da sua assinatura isotópica de Pb, procurar conhecer a origem do metal com que foram manufacturados e, a partir desse conhecimento, inferir sobre as redes e as rotas de trocas ou de intercâmbio que estão por detrás da circulação do cobre nestes primeiros tempos da metalurgia na bacia do Guadiana Médio.

No Quadro 2 encontram-se os valores das razões isotópicas do Pb dos quatro lingotes. A metodologia utilizada na determinação dessas razões isotópicas encontra-se em Soares & *alii* (2020).

Sítio	Amostra	Referência	$^{206}\text{Pb}/^{204}\text{Pb}$	2σ	$^{207}\text{Pb}/^{204}\text{Pb}$	2σ	$^{208}\text{Pb}/^{204}\text{Pb}$	2σ	$^{208}\text{Pb}/^{206}\text{Pb}$	2σ	$^{207}\text{Pb}/^{206}\text{Pb}$	2σ
Três Moinhos	Machado-lingote	TM-1	31,2250	0,0012	16,3298	0,0007	38,8069	0,0019	1,24281	0,00002	0,52297	0,00001
Porto Mourão	Machado-lingote	PM-1	18,3370	0,0014	15,6657	0,0013	38,5016	0,0031	2,09966	0,00004	0,85432	0,00002
Porto Mourão	Machado-lingote	PM-2	18,5909	0,0006	15,6838	0,0006	38,7776	0,0019	2,08584	0,00005	0,84362	0,00001
Folha do Ouro 1	Placa tabular	FO1-1	18,3194	0,0016	15,6663	0,0014	38,4779	0,0037	2,10039	0,00007	0,85517	0,00002

Quadro 2 – Razões isotópicas do Pb de lingotes de cobre calcolíticos da bacia do Guadiana Médio, segundo Soares & alii, 2020 (PM-1, TM-1), Soares, Valério & Valera, 2020 (FO1-1) e inéditas (PM-2).

Dada a situação geográfica e a cronologia calcolítica destes lingotes, a origem do cobre deverá procurar-se, numa primeira abordagem, nas zonas tecno-estratigráficas que lhe ficam próximas. A área onde se inserem os sítios arqueológicos encontra-se na ZOM ou na transição da ZSP com a ZOM, situando-se a norte desta última a ZCI, que também poderá ter fornecido o metal. Por sua vez, na ZSP encontram-se os depósitos massivos de sulfuretos polimetálicos característicos da FPI. A base de dados de razões isotópicas do Pb utilizada neste trabalho foi construída a partir dos resultados já publicados de análises isotópicas de minérios de cobre das três zonas geológicas referidas: Marcoux & Sáez, 1994 (ZSP); Stos-Gale & alii, 1995 (ZSP); Marcoux, 1998 (ZSP); Hunt, 2003 (ZSP e ZOM); Tornos & Chiaradia, 2004 (ZOM); Klein & alii, 2009 (ZSP, ZOM e ZCI); Gauß, 2016 (ZSP, ZOM e ZCI); Soares & alii, 2020 (ZOM); Sáez & alii, 2021 (ZOM e ZCI).

Contudo, se se observarem as razões isotópicas do machado-lingote de Três Moinhos verifica-se que estas são bastante diferentes das correspondentes aos outros três lingotes, sendo características de um minério com chumbo altamente radiogénico ($^{206}\text{Pb}/^{204}\text{Pb}=31,2250$; $^{208}\text{Pb}/^{206}\text{Pb}=1,24281$). Minérios que apresentam razões isotópicas desta ordem de grandeza, na Península Ibérica, são apenas conhecidos os explorados nas minas calcolíticas de El Milagro e de La Profunda, na Corniça Cantábrica (Huelga & alii, 2014a; 2014b), e em algumas minas no batólito de Los Pedroches, na zona oriental da Sierra Morena (ZCI) (Sáez & alii, 2021). Na Fig. 7 encontra-se a representação gráfica das razões isotópicas do Pb do machado-lingote de Três Moinhos e dos minérios de cobre das minas de El Milagro e La Profunda, bem como dos minérios de cobre das minas da ZCI. Observando os diagramas representados à esquerda na Fig. 7 verifica-se uma aparente coincidência entre a assinatura isotópica de TM-1 com as assinaturas isotópicas de minérios de El Milagro e de La Profunda e, também, com a recta de mistura correspondente aos minérios da mina Casa del Perro - La Virgen (ZCI), situada no batólito de Los Pedroches, próximo da localidade de Andújar, Jaén. Contudo, se se observarem os diagramas à direita na Fig. 7, onde estão representadas as razões isotópicas $^{207}\text{Pb}/^{204}\text{Pb}$ vs $^{206}\text{Pb}/^{204}\text{Pb}$, $^{208}\text{Pb}/^{204}\text{Pb}$ vs $^{206}\text{Pb}/^{204}\text{Pb}$ e $^{208}\text{Pb}/^{204}\text{Pb}$ vs $^{207}\text{Pb}/^{204}\text{Pb}$, as quais são normalmente mais discriminantes que as utilizadas nos diagramas à esquerda, verifica-se que existe uma excelente coincidência entre a assinatura isotópica de TM-1 e a recta de

mistura correspondente aos minérios com chumbo altamente radiogénico da mina de El Milagro, o que já não acontece com as rectas de mistura correspondentes à mina La Profunda e à mina Casa del Perro - La Virgen. Além disso, TM-1 tem, na sua composição elementar, uma impureza (Sb) com um teor distintivo, impureza essa que também é característica dos minérios de El Milagro (Reguera & *alii*, 2019). Assim, quer a assinatura isotópica, quer a composição elementar, do machado-lingote de Três Moinhos são indicativas de que a origem do cobre com que foi manufacturado se encontra na mina de El Milagro, nas Astúrias.

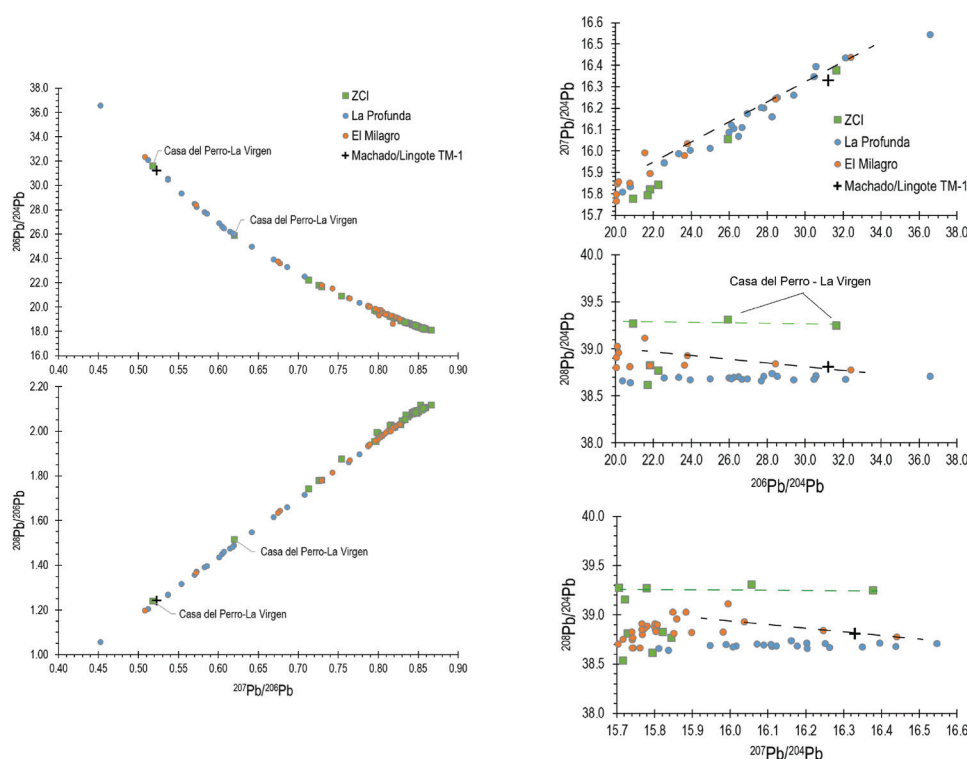


Fig. 7 – Razões isotópicas do Pb do lingote TM-1 comparadas com os campos isotópicos das minas El Milagro e La Profunda (Cordilheira Cantábrica) e da ZCI. Nos diagramas da direita encontram-se as rectas de mistura dos minérios de cobre com chumbo altamente radiogénico da mina El Milagro (a preto) e da mina Casa del Perro - La Virgen, ZCI (a verde).

No que se refere aos outros três lingotes, com assinaturas isotópicas de Pb, em que este não é altamente radiogénico, deverá investigar-se se o cobre terá a sua proveniência em minas da ZSP ou da ZOM ou, ainda, da ZCI. Na Fig. 8 encontra-se a representação gráfica das razões isotópicas desses três lingotes e de minérios de cobre da ZSP, na qual as razões referentes aos depósitos massivos de sulfuretos da FPI se apresentam com uma simbologia diferente da das razões isotópicas correspondentes aos outros depósitos de minérios de cobre dessa mesma zona geológica. Uma vez que o campo isotópico correspondente aos depósitos vulcanogénicos massivos de sulfuretos (VHMS - “volcanic-hosted massive sulphides”) se encontra bem amostrado e delimitado, facilmente se verifica pela observação dos diagramas representados nesta figura que o cobre destes lingotes não deverá provir de qualquer mina deste grupo. Já

o mesmo não se poderá afirmar liminarmente no referente a um qualquer outro depósito filoniano da Faixa Piritosa Ibérica. A base de dados (das razões isotópicas do Pb) dos minérios de cobre destes depósitos é ainda muito reduzida e há algumas assinaturas isotópicas de minérios desta Zona que se aproximam das dos lingotes, principalmente no que se refere ao machado-lingote PM-1 e ao lingote tabular FO1-1. Deverá, por conseguinte, ser verificado se haverá ou não uma melhor correspondência com minérios da ZOM ou da ZCI.

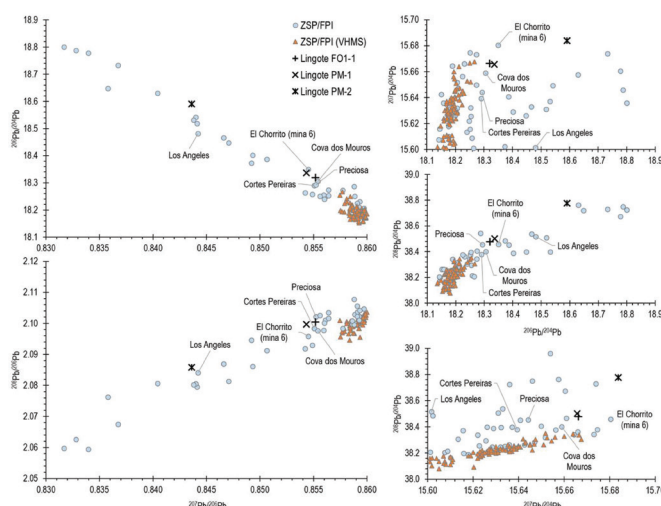


Fig. 8 – Razões isotópicas do Pb dos lingotes PM-1, PM-2 e FO1-1 comparadas com o campo isotópico da ZSP/FPI (VHMS - depósitos de sulfuretos massivos polimetálicos; indicação de minas com assinaturas isotópicas de Pb próximas das dos lingotes em estudo).

Na Fig. 9, comparam-se as razões isotópicas dos três lingotes em causa com as razões isotópicas de minérios de cobre da ZOM e da ZCI. Verifica-se que, embora os campos isotópicos da ZOM e da ZCI se sobreponham em grande extensão, as composições isotópicas dos lingotes PM-1 e FO1-1 têm uma melhor correspondência com composições da ZCI do que com as da ZOM, ao contrário do que seria de esperar, dado que os sítios arqueológicos donde provêm os artefactos se situam nesta última ou na fronteira sul da mesma. Os minérios de cobre da mina Encarnación (Guarromán, Jaén) têm uma assinatura isotópica praticamente coincidente com a do machado-lingote PM-1, enquanto o lingote tabular FO1-1 apresenta uma assinatura isotópica muito semelhante, quer à do minério da mina Encarnación, quer à do minério de Cerro Plaza (Cardena, Córdoba), situando-se qualquer destas minas na área oriental da Sierra Morena. Quanto ao machado-lingote PM-2, a sua assinatura isotópica não coincide, nem se aproxima de qualquer das assinaturas isotópicas constantes actualmente nas bases de dados da ZOM e da ZCI, tal como acontece com a ZSP, como vimos anteriormente, pelo que não é possível atribuir ao cobre com que foi manufacturado uma proveniência fiável.

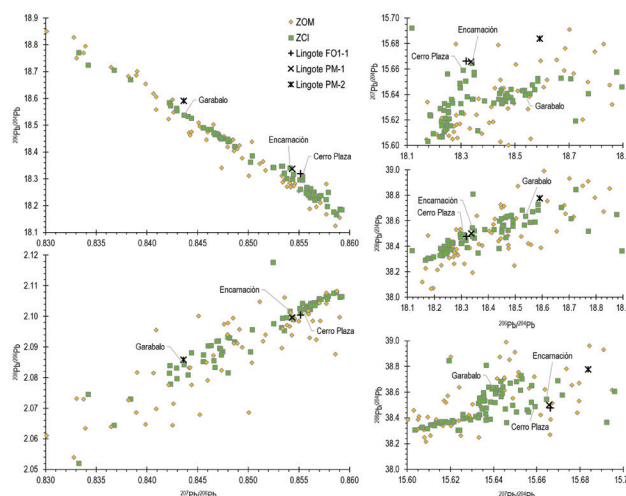


Fig. 9 – Razões isotópicas do Pb dos lingotes PM-1, PM-2 e FO1-1 comparadas com os campos isotópicos da ZOM e da ZCI (indicação de minas com assinaturas isotópicas de Pb próximas ou mesmo coincidentes com as dos lingotes em estudo).

5. Considerações finais

A identificação de artefactos de cobre como lingotes tem sido bastante rara e controversa na literatura arqueológica, designadamente sobre a metalurgia calcolítica do sudoeste da Península Ibérica. Contudo, a composição química e a caracterização microestrutural, complementadas por uma análise morfológica macroscópica, permitem, quanto a nós, proceder a essa identificação com um grau de fiabilidade aceitável. Com excepção de algumas massas de cobre informes a que tem sido atribuída a função de lingotes, mas cuja funcionalidade é de difícil atribuição, até por ausência de análises elementares e micro-estruturais, apenas uma meia dúzia de artefactos podem, com uma certa margem de segurança, ser considerados como lingotes. Destes fazem parte três machados planos, cuja composição elementar e características micro-estruturais — cobre muito puro, microestrutura de vazamento com vestígios ténues de deformação plástica realizada muito provavelmente em forja, a quente, com o intuito de destacar um fragmento ou fragmentos para a produção de artefactos — indiciam essa funcionalidade de lingote, enquanto a existência de fissuras e numerosos chochos excluem uma funcionalidade de machado. Também o artefacto tabular, proveniente do recinto de fossos da Folha do Ouro 1, cuja forma é resultante de um simples vazamento em molde, sem trabalho ulterior de fundição para lhe dar uma outra forma, encontrado quase completo, faltando-lhe apenas um fragmento de um dos cantos, possivelmente devido a ter sido destacado para produção de algum pequeno artefacto (um punção, porventura), pode ser, consequentemente, considerado como lingote. A sua forma é até agora única no registo arqueológico referente ao Calcolítico do Sudoeste, mas encontra paralelos estreitos no depósito de Gamonedo (Astúrias), onde foram encontrados 10 exemplares, também considerados como lingotes.

A determinação das razões isotópicas do Pb permitiu atribuir à matéria-prima (cobre) com que estes lingotes foram manufacturados uma proveniência fiável, com excepção do machado-lingote PM-2, encontrado no povoado calcolítico de Porto Mourão, cuja assinatura isotópica não tem correspondência em qualquer das bases de dados consultadas (ZSP, ZOM, ZCI). Contudo, estas bases de dados encontram-se em constante evolução e espera-se que mais análises isotópicas sejam efectuadas, de modo a obter uma caracterização isotópica dos numerosos depósitos mineiros ainda não amostrados destas regiões geológicas, o que permitirá, porventura, uma atribuição de proveniência ao cobre deste lingote de Porto Mourão.

Quanto aos outros três lingotes considerados, as respectivas razões isotópicas indiciam uma proveniência longínqua para a matéria-prima com que foram manufacturados, contrariamente ao que seria expectável, dada a proximidade de depósitos mineiros dos locais onde foram encontrados e a cronologia calcolítica que lhes é atribuída, correspondente aos primórdios da metalurgia na bacia do Guadiana. Assim, o cobre do machado-lingote PM-1 de Porto Mourão será proveniente da mina Encarnación, enquanto o do lingote tabular da Folha do Ouro 1 (FO1-1) será possivelmente desta mina ou da mina Cerro Plaza, qualquer delas situadas na região oriental da Sierra Morena, relativamente próximas uma da outra. Numa primeira aproximação, poderia julgar-se que esta atribuição de proveniências seria pouco aceitável, tendo em conta as distâncias (c. 300 km) que separam os sítios onde estes lingotes foram encontrados e a zona oriental da Sierra Morena, onde estas duas minas se localizam (Fig. 10).

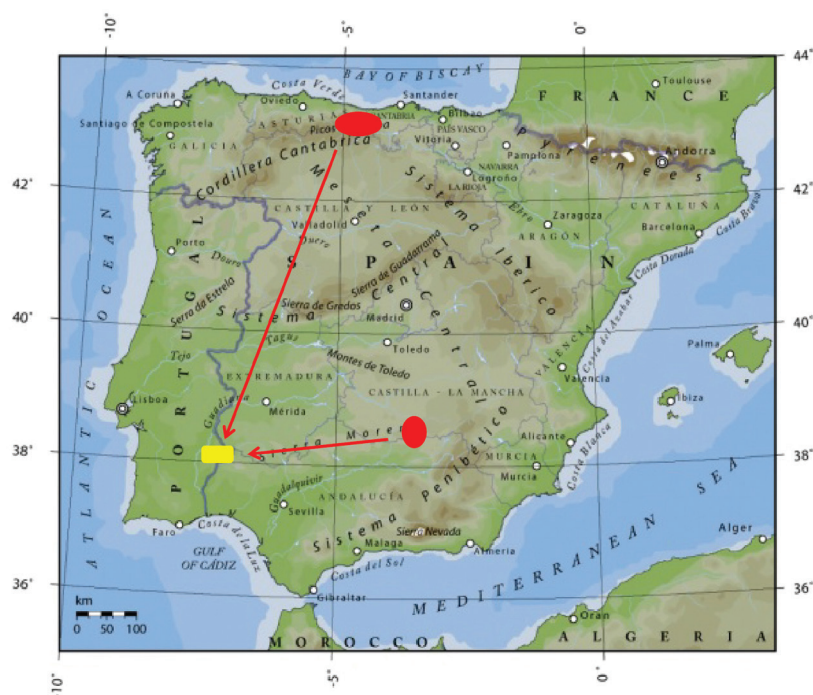


Fig. 10 – Localização da região da bacia do Guadiana onde foram encontrados os lingotes de cobre referidos neste estudo e das prováveis regiões de proveniência do cobre com que foram manufacturados — Cordillera Cantábrica (TM-1) e Sierra Morena (PM-1 e FO1-1).

Contudo, a composição isotópica do outro lingote, o “machado plano” TM-1, encontrado no povoado calcolítico de Três Moinhos, não muito distante do recinto de fossos da Folha do Ouro 1, indicia a utilização de um cobre proveniente da mina de El Milagro, situada ainda a uma maior distância, cerca do dobro da distância anterior. Deverá também ter-se em atenção que uma ponta Palmela do povoado calcolítico do Zambujal e um machado plano do povoado calcolítico do Penedo, ambos situados na península de Lisboa, apresentam também um chumbo altamente radiogénico ($^{206}\text{Pb}/^{204}\text{Pb}=91,762$ e $^{206}\text{Pb}/^{204}\text{Pb}=30,700$, respectivamente; ver Gauß, 2016; Soares & *alii*, 2020). A proveniência do cobre destes artefactos, tendo em conta as suas assinaturas isotópicas do Pb, será a mina La Profunda, no primeiro caso, ou esta, a mina El Milagro ou a mina Casa del Perro - La Virgen, no batólito de Los Pedroches, no segundo caso (ver Fig. 7).

Num trabalho relativamente recente de Mercedes Murillo e de Ignacio Montero (2017) afirma-se que os estudos de proveniência dos artefactos metálicos calcolíticos, ultimamente levados a cabo, não indicavam a existência de redes de troca a longa distância no Calcolítico, na Península Ibérica, embora revelassem uma grande quantidade de fontes de matéria-prima (depósitos minerais) a serem utilizados. E acrescentam:

To date, no case has been documented with the presence of extra-peninsular metal, nor we do have evidence of metal originating from other regions of the Peninsula (for example, no metal from the Asturian-Leonese mines [La Profunda, El Milagro, El Aramo] has been identified in the South of Iberia. During these first periods of metallurgy, the abundant copper resources of the Iberian Peninsula cause it to remain out of long-distance metal exchange (Murillo & Montero, 2017, p. 280).

Por conseguinte, ao contrário do que se julgava, as redes de intercâmbio do cobre existentes no Calcolítico, pelo menos no que diz respeito ao Sudoeste Peninsular, incluindo a península de Lisboa, tinham também uma componente de longa distância, como os resultados do nosso trabalho indiciam.

Agradecimentos

Agradece-se a José António Rhodes Sérgio e a José Gonçalo Valente a cedência dos machados-lingote PM-1 e PM-2, respectivamente, para a realização das análises referidas no texto. Agradece-se, igualmente, à Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) o financiamento do C2TN através do Projecto UIDB/04349/2020, bem como o apoio do “Servicio General de Geocronología y Geoquímica Isotópica (GEOCRON) de la Universidad del País Vasco (SGIker - UPV/EHU/ERDF, EU)” na determinação das razões isotópicas do Pb dos lingotes de cobre discutidos neste trabalho.

Bibliografia citada

BAPTISTA, Pedro; MONTERO RUIZ, Ignacio; SILVA, Ricardo Costeira da; SILVA, Ana Rita; VILAÇA, Raquel (2019–2020) – Do Bronze ao Ferro na Cova da Beira: novos dados sobre a Quinta da Samaria (Fundão/Covilhã). *Eburobriga*. 10, pp. 49–60.

BLAS CORTINA, Miguel Ángel de (1979–1980) – El depósito de materiales de la Edad del Bronce de Gamonedo (Astúrias). *Zephyrus*. 30–31, pp. 268–276.

BRIARD, Jacques (1976) – La paléoméallurgie en France. In GUILAINE, Jean, ed. – *La Préhistoire Française*. Vol. II. Paris: CNRS, pp. 237–245.

CARDOSO, João Luis (2004) – *A Baixa Estremadura dos finais do IV Milénio a.C. até à chegada dos romanos: um ensaio de história regional*. Oeiras: Câmara Municipal.

CARDOSO, João Luis (2010) – O povoado calcolítico fortificado do Outeiro Redondo (Sesimbra). Resultados das escavações efectuadas em 2005. In GONÇALVES, Victor S.; SOUSA, Ana Catarina, eds. – *Transformação e mudança no Centro e Sul de Portugal: o 4º e o 3º Milénio a.n.e.* Cascais: Câmara Municipal. pp. 97–129.

CARDOSO, João Luis (2019) – Outeiro Redondo – Sesimbra – Escavações 2005–2016. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 25, pp. 87–338.

CARDOSO, João Luis; CARREIRA, Júlio Roque (2003) – O povoado calcolítico do Outeiro de São Mamede (Bombarral): estudo do espólio das escavações de Bernardo de Sá (1903/1905). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 11, pp. 97–228.

CARDOSO, João Luis; FERNANDES, Francisco Braz (1995) – Estudo arqueometalúrgico de um lingote de cobre de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 5, pp. 153–164.

COSTA, Francisco António Pereira da (1870) – Notícia de alguns martellos de pedra, e outros objectos, que foram descobertos em trabalhos antigos da mina de cobre de Ruy Gomes no Alentejo. *Jornal de Ciencias Mathematicas, Physicas e Naturaes*. 2, pp. 75–79.

DELRIEU, Fabien; GANDOIS, Henry; LE CARLIER DE VESLUD, Cécile; MÉLIN, Muriel; BARDEL, Véronique; CATTIN, Florence; GABILLLOT, Maréva (2015) – Un nouvel assemblage de haches-lingots dans la vallée du Rhône: le dépôt de Loyettes (Ain). *Bulletin de l'Association pour la Promotion des Recherches sur l'Âge du Bronze*. 13, pp. 41–49.

FERRAZ, Maria Teresa (1994) – Análise metalográfica do machado plano de cobre proveniente do povoado de Porto Mourão. In CAMPOS CARRASCO, Juan M.; PÉREZ MACÍAS, Juan Aurelio; GÓMEZ TOSCANO, Francisco, eds. – *Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana: actas del Encuentro Internacional de Arqueología del suroeste [(celebrado en) Huelva y Niebla, 25 a 27 de febrero de 1993]*. Huelva: Universidad, pp. 196–197.

FLORES, Francisco de Almeida; ARAÚJO, Carlos de (1945) – História da exploração da Mina de Ruy Gomes. *Estudos, Notas e Trabalhos do Serviço de Fomento Mineiro*. 1:3–4, pp. 296–303.

GANDOIS, Henry; BURLOT, Aurelien; MILLE, Benoit; LE CARLIER DE VESLUD, Cecile (2019) – Early Bronze Age axe-ingots from Brittany: evidence for connections with south-west Ireland?. *Proceedings of the Royal Irish Academy*. 119C, pp. 1–36.

GAUß, Roland (2016) – *Zambujal und die Anfänge der Metallurgie in der Estremadura (Portugal)*. *Technologie der Kupfergewinnung, Herkunft des Mealls und soziokulturelle Bedeutung der Innovation*. Früher bergbau und Metallurgie auf der Iberischen Halbinsel, Faszikel 1. Tübingen: Wasmuth.

GONÇALVES, Victor S. (1989) – *Megalitismo e metalurgia no Alto Algarve Oriental: uma aproximação integrada*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

HANNING, Erica; GAUß, Roland; GOLDENBERG, Gert (2010) – Metal for Zambujal: experimentally reconstructing a 5000-year-old technology. *Trabajos de Prehistoria*. 67:2, pp. 287–304.

HUELGA SUÁREZ, Gonzalo; MOLDOVAN, Mariella; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Manuel; BLAS CORTINA, Miguel Ángel de; GARCÍA ALONSO, José Ignacio (2014a) – Defining the lead isotopic fingerprint of copper ores from north-west Spain: the El Milagro mine (Asturias). *Archaeometry*. 56:1, pp. 88–101.

HUELGA SUÁREZ, Gonzalo; MOLDOVAN, Mariella; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Manuel; BLAS CORTINA, Miguel Ángel de; GARCÍA ALONSO, José Ignacio (2014b) – Isotopic composition of lead in copper ores and a copper artefact from the La Profunda mine (León, Spain). *Archaeometry*. 56:4, pp. 651–664.

HUNT ORTIZ, Mark A. (2003) – *Prehistoric mining and metallurgy in south west Iberian Peninsula*. Oxford: BAR Publishing.

KLEIN, Sabine; DOMERGUE, Claude; LABAYE, Yann; BREY, Gerhard Peter; KAENEL, Hans-Markus von (2009) – The lead and copper isotopic composition of copper ores from the Sierra Morena (Spain). *Journal of Iberian Geology*. 35:1, pp. 59–68.

MARCOUX, Eric (1998). Lead isotope systematics of the giant massive sulphide deposits in the Iberian Pyrite Belt. *Mineralium Deposita*. 33, pp. 45–58.

MARCOUX, Eric; SÁEZ RAMOS, Reinaldo (1994) – Geoquímica isotópica del plomo de las mineralizaciones hidrotermales tardihercínicas de la faja pirítica ibérica. *Boletín de la Sociedad Española de Mineralogía*. 171, pp. 202–203.

MÜLLER, Roland; CARDOSO, João Luis (2008) – The origin and use of copper at the Chalcolithic fortification of Leceia, Portugal. *Madrider*

Mitteilungen. 49, pp. 64–93.

MÜLLER, Roland K.; GOLDENBERG, Gert; BARTELHEIM, Martin; KUNST, Michael; PERNICKA, Ernst (2007) – Zambujal and the beginnings of metallurgy in southern Portugal. In LA NIECE, Susan; HOOK, Duncan; CRADDOCK, Paul, eds. – *Metals and mines: studies in archaeometallurgy*. London: Archetype Publications; The British Museum. pp. 15–26.

MÜLLER, Roland; SOARES, António M. Monge (2008) – Traces of early copper production at the Chalcolithic fortification of Vila Nova de São Pedro (Azambuja, Portugal). *Madriider Mitteilungen*. 49, pp. 94–114.

MURILLO BARROSO, Mercedes; MONTERO RUIZ, Ignacio (2017) – The social value of things. Amber and copper in the Iberian Chalcolithic. In BARTELHEIM, Martin; BUENO RAMÍREZ, Primitiva; KUNST, Michael, eds. – *Key resources and socio-cultural developments in the Iberian Chalcolithic*. Tübingen: Universität, pp. 273–290.

NOCETE, Francisco (2004) – *Odiel. Proyecto de investigación arqueológica para el análisis del origen de la desigualdad social en el Suroeste de la Península Ibérica*. Sevilla: Consejería de Cultura, Junta de Andalucía.

REGUERA GALÁN, Aida; BARREIRO GRILLE, Tania; MOLDOVAN, Mariella; LOBO, Lara; BLAS CORTINA, Miguel Ángel de; GARCÍA ALONSO, José Ignacio (2019) – A provenance study of Early Bronze Age artefacts found in Asturias (Spain) by means of metal impurities and lead, copper and antimony isotopic compositions. *Archaeometry*. 61:3, pp. 683–700.

ROVIRA LLORENS, Salvador (2016) – La metalurgia calcolítica en el suroeste de la Península Ibérica: una interpretación personal. *Menga*. 7, pp. 53–65.

RUIZ TABOADA, Arturo; PEREIRA SIESO, Juan; URIARTE GONZÁLEZ, Antonio; MURILLO BARROSO, Mercedes; MARTÍNEZ NAVARRETE, María Isabel; MONTERO RUIZ, Ignacio (2019) – El depósito de Yuncilllos (Toledo) y los depósitos de hachas planas en la Península Ibérica: una propuesta cronológica. *Spal*. 28:1, pp. 57–77.

SÁEZ RAMOS, Reinaldo; NOCETE CALVO, Francisco; GIL IBARGUCHI, José Ignacio; RODRÍGUEZ BAYONA, Moisés; INÁCIO, Nuno; QUISPE GUZMÁN, Dino; RODRÍGUEZ ALLER, Javier; SANTOS ZALDUEGUI, José Francisco (2021) – A lead isotope database for copper mineralization along the Guadalquivir River Valley and surrounding areas. *Journal of Iberian Geology*. 47, pp. 411–427.

SILVA, Carlos Tavares da; SOARES, Joaquina (1987) – O povoado calcolítico do Monte da Tumba. I: escavações arqueológicas de 1982–86 (resultados preliminares). *Setúbal Arqueológica*. 8, pp. 29–79.

SOARES, António M. Monge; ARAÚJO, Maria Fátima; ALVES, Luis; FERRAZ, Maria Teresa (1996) – Vestígios metalúrgicos em contextos do Calcolítico e da Idade do Bronze no Sul de Portugal. In MACIEL, Manuel Justino, ed. – *Miscellanea em homenagem ao Professor Bairrão Oleiro*. Lisboa: Colibri, pp. 553–579.

SOARES, António M. Monge; ARAÚJO, Maria Fátima; CABRAL, João M. Peixoto (1994) – Vestígios da prática da metalurgia em povoados calcolíticos da bacia do Guadiana, entre o Ardila e o Chança. In CAMPOS CARRASCO, Juan M.; PÉREZ MACÍAS, Juan Aurelio; GÓMEZ TOSCANO, Francisco, eds. – *Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana: actas del Encuentro Internacional de Arqueología del suroeste [(celebrado en) Huelva y Niebla, 25 a 27 de febrero de 1993]*. Huelva: Universidad, pp. 165–200.

SOARES, António M. Monge; VALÉRIO, Pedro; ARAÚJO, Maria Fátima; SILVA, Rui J. Cordeiro (2017) – A metalurgia campaniforme no sul de Portugal. In GONÇALVES, Victor S., ed. – *Sinos e taças. Junto ao oceano e mais longe. Aspectos da presença campaniforme na Península Ibérica*. Lisboa: Universidade, pp. 354–363.

SOARES, António M. Monge; VALÉRIO, Pedro; GOMES, Susana Sousa; MATALOTO, Rui; SOARES, Sofia Mesquita; SILVA, Rui J. Cordeiro; SOARES, Rui Monge (2020) – A first appraisal on copper sources for Chalcolithic settlements in southern Portugal using Pb isotope analysis. *Journal of Archaeological Science: Reports*. 33, 102481.

SOARES, António M. Monge; VALÉRIO, Pedro; VALERA, António Carlos (2021) – O lingote de cobre calcolítico da Folha do Ouro 1 (Serpa) – Análise química, microestrutural e isotópica. In GONÇALVES, Victor S., ed. – *Terra e sal. Das antigas sociedades camponesas ao fim dos tempos modernos: estudos dedicados a Carlos Tavares da Silva*. Lisboa: Universidade, pp. 151–162.

STOS-GALE, Zofia; GALE, Noël H.; HOUGHTON, Judy; SPEAKMAN, Robert (1995) – Lead isotope data from the Isotrache Laboratory, Oxford: *Archaeometry Data Base 1, Ores from the Western Mediterranean*. *Archaeometry*. 37:2, pp. 407–415.

TORNOS ARROYO, Fernando; CHIARADIA, Massimo (2004) – Plumbotectonic evolution of the Ossa Morena zone, Iberian Peninsula: tracing the influence of mantle-crust interaction in ore-forming processes. *Economic Geology*. 99, pp. 965–985.

VALERA, António Carlos; PEREIRO, Tiago do; VALÉRIO, Pedro; SOARES, António M. Monge (2020) – O recinto da Folha do Ouro 1 (Serpa) no contexto dos recintos de fossos calcolíticos alentejanos. In ARNAUD, José Morais; NEVES, César; MARTINS, Andrea, eds. – *Arqueologia em Portugal. 2020: estado da questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 971–983.

VALÉRIO, Pedro; CARDOSO, Isabel Pombo; SANTIAGO, Mafalda; ARAÚJO, Maria Fátima; ALVES, Luis C.; GONÇALVES, Mário Abel; MATALOTO, Rui (2020) – Microanalytical study of copper ores from the Chalcolithic settlement of São Pedro (Portugal): copper production in south-western Iberian Peninsula. *Archaeometry*. 62:2, pp. 314–328.

VALÉRIO, Pedro; SOARES, António M. Monge; ARAÚJO, Maria Fátima (2016) – An overview of Chalcolithic copper metallurgy from Southern Portugal. *Menga*. 7, pp. 31–50.

VIDIGAL, Rosa Orestes; VALÉRIO, Pedro; ARAÚJO, Maria de Fátima; SOARES, António M. Monge; MATALOTO, Rui (2016) – Micro-EDXRF of Chalcolithic copper-based artefacts from Southern Portugal. *X-Ray Spectrometry*. 45:1, pp. 63–68.

Crónica de onomástica paleo-hispânica (31)

António Marques de Faria* | afaria@dgpc.pt

*Direção-Geral do Património Cultural

O autor escreve segundo o Acordo Ortográfico de 1945

Resumo

Esta nova crónica destina-se em grande medida a complementar bibliograficamente alguns dos recentes estudos que, de um modo mais ou menos aprofundado, versam sobre a antroponímia ibérica. Também tentamos explorar caminhos já abertos anteriormente, no sentido de sustentar a inclusão de determinados NNP, até agora considerados ibéricos ou turdetanos, na antroponímia céltica continental ou genericamente indo-europeia.

Abstract

This paper intends mainly to add literature to some of the recent studies that deal with Iberian personal names in a more or less profound way. We also tried to explore previous paths in order to include certain personal names, until now considered Iberian or Turdetanian, in continental Celtic or generically Indo-European anthroponymy.

aPešTarioř. Placa de chumbo. “Barranco del Rey” (Serra de Gádor, Almeria). *MLH* III 2 H.1.1; Ferrer, 2021a, p. 81.

Na proposta de transliteração do NP aqui lematizado, cuja principal novidade consiste em ler o primeiro grafema como <a> (Ferrer, 2018a, *passim*), partimos de dois pressupostos:

1. Ao invés do que sustentava De Hoz (1976, p. 266), assumindo uma postura que reverteu num trabalho publicado postumamente (De Hoz, 2021, p. 55), o sistema de escrita meridional não era “único y coherente”, circunstância que, além de confirmar as nossas suspeitas iniciais (Faria, 1990–1991, pp. 79–80), torna legítimo o reequacionamento dos valores fonéticos a atribuir a determinados signos dentro de um mesmo documento.

2. O chumbo de Gádor está redigido em ibero, ou, não o estando, configura um documento contabilístico turdetano — correspondente *grosso modo* ao autêntico âmbito geográfico tal como foi identificado por Moret (2011, pp. 239–240; 2017, p. 123; 2018, pp. 19, 21) para esta etnia — que, além de cifras e respectivas unidades de medida, veicula exclusivamente NNP ibéricos.

abeś, o primeiro formante deste NP, relaciona-se de algum modo com *beś* (Faria, 1995a, pp. 327, 328; 1998a, p. 234; 1999, p. 154; 2000a, p. 126; 2001a, p. 98; 2002a, p. 129; 2003a, p. 216; 2003b, p. 316; 2004a, p. 295; 2008a [2009a], p. 76), conforme o modelo *baś/abaś* (Faria, 1991a, p. 189; 1994a, p. 39, n.º 52; 1995b, pp. 80, 83; 1996, p. 153; 2004a, pp. 277–278, 301; 2010 [2011], p. 91; 2011 [2012], p. 149).

Vários são os NNP que testemunham o segmento *tar* (*MLH* III 1, p. 233; Faria, 2011 [2012], p. 175), entre os quais se inclui **Taraion** (Ferrer, 2005 [2006], p. 964) (a segmentar em **Tar·aion**), figurando *ioř* em ESCERIOR (Simón, 2020, p. 130, n.º 64) — um NP que Ferrer (2021b, p. 83) julga estar documentado no Bronze de Ascoli (*CIL* I² 709) — e, seguramente com outro signo de vibrante, em **tarbelior** (Faria, 1994b, p. 67; 1997, p. 106; 2000a, p. 122; 2003a, p. 215; 2006, p. 116; 2008a [2009a], p. 64; 2010 [2011], p. 99; 2011 [2012], p. 175; 2016 [2017], p. 117).

Importa contemplar a possibilidade de o NP em questão se restringir a **PešTarioř**, havendo que classificar *a* como morfema (sufixo?: *MLH* V 2, p. 409) de significado e função desconhecidos (*MLH* III 1, p. 157). Além de figurar nos exemplos fornecidos por Untermann (*MLH* III 1, p. 157), este morfema parece ocorrer em **selgitar # a # salgidei** (B.7.34; *MLH* V 2, p. 409), **lorsur # a # betiga** (B.7.35), **urCar # a # iluř** (F.21.1) e **JuTir # a # iTir** (Ferrer, 2021a, p. 81). Haverá eventualmente que adicionar a estes testemunhos as sequências presentes no texto em apreço: **oCoPilos # a # PešTarioř** (3x) e **PašTiPilos # a # PešTarioř**.

Independentemente de ξ ser o primeiro ou o segundo signo do NP em questão, nenhuma dúvida pode subsistir quanto ao facto de nos caber a prioridade na sua transliteração como <be>/<Pe> (Faria, 1990–1991, pp. 76, 78; 1995a, p. 328; 1998a, pp. 234, 235; 2000a, p. 140; 2004a, p. 292; 2006, p. 121; 2008b [2009b], p. 153; 2020a, pp. 57–58).

Mal andou, por conseguinte, Ferrer (2021a, pp. 77, 79) ao ocultar o nome de quem o precedeu na atribuição ao silabograma ξ do valor fonético <be>/<Pe>, contando esta atitude com a agravante de, há alguns anos, este paleo-hispanista ter considerado a nossa proposta inaceitável (Ferrer (2010 [2011], p. 73).

aCinir. Placa de chumbo. La Punta de Orleyl (Vall de Uxó, Castellón). *MLH* III 2 F.9.7.

Gimeno & Velaza (2021, p. 207) não possuem qualquer legitimidade moral para se fazerem passar por autores da identificação do NP ibérico **aCinir**, segmentável em **aCin·ir** (Faria, 1991a, p. 189; 1994b, pp. 66, 70; 1998a, p. 235; 2004a, p. 302).

aiunoórdin. Placa de chumbo. El Castellet de Banyoles (Tivissa, Tarragona). Benages, 1990, pp. 41–43.

Ferrer (2021b, p. 66) não possui qualquer legitimidade moral para reivindicar a autoria da identificação do NP ibérico **aiunoórdin**, segmentável em **aiun·órdin** (Faria, 1992–1993, p. 277; 1994b, p. 68; 2008b [2009b], p. 146; 2010 [2011], p. 91).

PanTui. Estela funerária de arenito. **Baitolo/Baetulo* (Badalona, Barcelona). Comas, Padrós & Velaza, 2001, pp. 297–298.

Ferrer, Moncunill & Velaza (2020, p. 81, n. 16) acreditam que o NP em questão figura em escrita dual, o que os leva a transliterá-lo como **bantuin**, seguido da posposição pronominal *rn̄i*. Do nosso ponto de vista, porém, é preferível admitir que o **<n>** corresponda a um sufixo (Comas, Padrós & Velaza, 2001, p. 297), constituindo **PanTui** a transliteração correcta do NP ibérico **Bandui*, a segmentar em *ban·dui* (Faria, 2003a, p. 226). Esta nossa interpretação diverge da que foi formulada na *editio princeps* (Comas, Padrós & Velaza, 2001, p. 297), pelo facto de nesta se sustentar a ocorrência do NP **Bantui* em detrimento de **Bandui*.

Não menos verosímil, a nosso ver, é a identificação de um NP celta, **Manduios* (Faria, 2011–2012, p. 153; 2015, p. 128). Em abono de uma tal exegese podemos aduzir MANDVI (gen.), um NP atestado em EDCS-56000155.

bansoŕ. Placa de chumbo. Pech Maho (Sigeac, Aude). Solier, 1979, p. 83.

Ferrer, Moncunill & Velaza (2020, p. 81, n. 16) não possuem qualquer legitimidade moral para reivindicarem a autoria da identificação do elemento onomástico ibérico *ban* (Faria, 1990–1991, pp. 77, 79; 1991a, p. 190; 1992, p. 195; 1994b, pp. 66, 70; 1995b, p. 326; 2000a, p. 130; 2004a, p. 278), uma autoria que, curiosamente, nos foi em tempos atribuída por Velaza (Comas, Padrós & Velaza, 2001 [2002], p. 297): “[e] primero en sospechar la existencia de un elemento antroponímico **ban** fue Faria (...)”.

Do mesmo modo, Ferrer, Moncunill & Velaza (2020, p. 81, n. 16) não possuem qualquer legitimidade moral para reivindicarem a autoria da interpretação de **bansoŕ** como NP ibérico (Faria, 1990–1991, p. 83; 1991a, p. 190; 1992, p. 195; 1994b, pp. 66, 70; 1995a, p. 326; 1997, p. 107; 2004a, p. 292; 2007b, p. 213).

PasiPeś. Placa de chumbo. La Serreta de Alcoy (Valência). *MLH* III 2 G.1.5.

Untermann (*MLH* III 1, p. 214) optou por segmentar o NP em apreço como **Pas·iPeś**, no que foi acriticamente seguido por Rodríguez (2002 [2003], pp. 257, 261; 2014, pp. 124, 125). Resulta desta observação que nem Untermann nem Rodríguez jamais contemplaram a existência segmento antroponímico ibérico *basí*. Qual não foi, por conseguinte, o nosso espanto ao constataremos que Ferrer (2021c, p. 101) decidiu outorgar precisamente a Untermann (*MLH* III 1, p. 231, n.º 102) e a Rodríguez (2014, p. 190, n.º 120) a primazia na individualização do segmento antroponímico ibérico *basí*.

Apesar de se tratar sempre de uma tarefa ingrata, cumpre-nos desmontar sem hesitações esta falácia tão tropeçadamente promovida por Ferrer (2021c, p. 101), devendo ser reconhecida a outros a identificação de *basí* enquanto componente antroponímico ibérico (Correa, 1992, p. 266 e n. 49; 1994a, pp. 273, n. 25, 275, n. 31; 2001, p. 315; Silgo, 1994, p. 69; Faria, 1998a, p. 234; 1999, p. 154; 2000b, p. 62; 2001a, pp. 97–98; 2003a, pp. 215–216; 2004a, p. 295; 2019, p. 57).

Sem colocar em causa o seu pioneirismo, não podemos, no entanto, deixar de assinalar que Correa (1994a, p. 283), ao invés de Silgo, não hesitou em reconhecer a — do nosso ponto de vista, muito duvidosa (Faria, 1998a, p. 234; 1999, p. 154; 2000b, p. 62; 2001a, pp. 97–98; 2003a, pp. 215–216;

2004a, p. 295; 2019, p. 57) — existência do infixo *-i-* em NNP ibéricos. Contudo, tanto quanto sabemos, Correa nunca chegou a fornecer um só exemplo demonstrativo de tal processo morfológico no idioma em questão. Seja como for, além de o isolar em **PasiPalCaí** (F.14.1) (Correa, 1992, p. 266, n. 49), Correa individualizou o segmento *basi* num NP que nunca deixou de ler de um modo desacertado: Βασιγγερος (Correa, 1992, p. 266), ΒΑΣΙΓΓΕΡΡΟΣ (Correa, 1994a, p. 273, n. 25; 1994b, p. 341) e φασιγγερος (Correa, 2001, p. 315).

É curioso notar que Rodríguez (2014, p. 125) chegou a creditar-nos indevidamente a individualização do elemento *basi*, mas fê-lo mencionando somente o nosso apelido (nenhum trabalho é citado), não fosse dar-se o caso de, na eventualidade de providenciar uma citação completa — como, aliás, mandam as regras mais básicas da ética científica —, ser acusado de respeitar as normas de redacção em vigor na revista que lhe publicou o original: < https://webs.ucm.es/info/arqueoweb/Documentos/Indicaciones_autores/Normas_autores_AW.pdf >.

PeCose. Dracmas. **Begose* > **Egose* > *Egosa* (localização desconhecida). *CNH* 52:102; *ACIP* 429; *CNH* 52:103 = *ACIP* 430.

É nossa convicção que **Begose* terá sido o NL antecessor de *Egosa*, cuja única atestação ocorre em Ptolemeu (*Geogr.* 2.6.70). A confirmar-se esta nossa hipótese, que manifestamos com as devidas ressalvas, estaríamos perante mais um exemplo de aférese da oclusiva labial sonora, um metaplasmo há muito identificado no (paleo)basco e, em anos mais recentes, também no ibero (Uhlenbeck, 1910, p. 92; Gavel, 1921, pp. 329–330; Michelena, 1977², pp. 253 e n. 48, 531–532; 1972, p. 25; Mariner, 1972, p. 295; Gorrochategui, 1984, p. 187; Quintanilla, 1998, pp. 269–270; Belasko, 1999², p. 85; Faria, 2002a, pp. 124, 138; 2003a, pp. 218–219; 2017, pp. 84–85; Ferrer, 2006 [2008], p. 152 e n. 79; 2007 [2008], p. 69, n. 44; 2018b, p. 247; Pérez Orozco, 2007, pp. 104, 114; Oribe, 2011 [2013], p. 338; Yarza, 2015, p. 351; Rodríguez, 2018, pp. 193–198).

BETATVN. Cipo de calcário. Arredores de Fuerte del Rey (Jaén). Corzo & *alii*, 2007 [2008], *passim*.

Muito embora não seja a nossa análise favorita, a verdade é que nos cabe a prioridade na segmentação do presente ND em **bete-atun* (Faria, 2008a [2009a], p. 67). Tal facto foi completamente ignorado por Ferrer, nos últimos anos, em cinco ocasiões distintas (Ferrer, 2018c, p. 112; 2019, p. 44; 2021d, pp. 202, 204; Ferrer, Velaza & Olesti, 2018, p. 182; Ferrer & Sinner, 2019, p. 155).

bedule. Vaso de cerâmica. Ensérune (Nissan-lez-Ensérune, Hérault). *MLH* II B.1.33.

Tal como advertiu Correa (1993, p. 108 e n. 23), no que foi seguido por Luján (2003, p. 225), a analogia entre este NP e *Betullus*, aventada por Untermann (*MLH* II, p. 112), deve ser descartada com segurança, atendendo à natureza sonora da oclusiva dental presente no NP aqui tratado. Não obstante, Simón (2021, p. 315) persistiu em adoptar a posição errónea assumida por Untermann.

É possível que estejamos perante uma forma iberizada de *Pedullus* (*MLH* II, p. 112; Correa, 1992, p. 269; 1993, p. 108; Luján, 2003, p. 225), mas nada impede que tenha sido **Medul(l)us* < **Medul(l)os* o NP céltico subjacente a **bedule**, uma hipótese que Simón (2021, p. 315) nem sequer chegou a contemplar.

BE|SVNIS (*ue*l BE|SVNIS) (gen.). Estela de arenito vermelho. Alcaraz (Albacete). Abascal, 2013, pp. 18–19.

Das duas vezes em que nos debruçámos sobre o presente NP (Faria, 2014, pp. 169–170; 2021, p. 85), alicerçámos a defesa da lição BE|SVNIS, em alternativa a BE|SVNIS, na circunstância de o filho

do portador deste nome se chamar NIGRINVS. Considerámos que este idióónimo poderia configurar a tradução latina do NP *Belsu* / *Belśu* (Untermann, 1996, p. 131) < **bel·(s)u* / **bels·(s)u* / **bel·śu* / **bel(s)·śu*. Em ambas as ocasiões, era nossa obrigação citar quem, antes de nós, havia contemplado a hipótese de um outro testemunho do NL NIGRINVS consistir numa «traducción del euskérico “beltz, baltz”» (Martínez & González, 1998, p. 492).

Toda a bibliografia pertinente foi obliterada por Aznar (2017, p. 127), ainda que, noutro passo da mesma obra, este autor (Aznar, 2017, pp. 470, 544, n. 1285) tenha decidido repristinar parte de bibliografia sobre o assunto (Martínez & González, 1998, p. 492), ao ter asseverado, algo temerariamente, que NIGRINVS não pode recobrir senão um único NP: BELSCO.

PeleśaCin. Placa de chumbo. La Punta de Orley (Vall de Uxó, Castellón). *MLH* III 2 F.9.7.

Gimeno & Velaza (2021, p. 208) não possuem qualquer legitimidade moral para reivindicarem a autoria da identificação do NP ibérico **PeleśaCin**, composto por *beleś* e por *agin* (Faria, 1994b, p. 67; 1998a, p. 235; 2004a, p. 296).

PerPai. Tépsera de chumbo. Camp de les Lloses (Barcelona). Panosa, 2001, pp. 530–531.

Ferrer (2021 [2022], p. 88) não possui qualquer legitimidade moral para reivindicar a autoria da identificação do NP ibérico **PerPai** (**Berbai*), composto por *ber* e por *bai* (Faria, 2002a, p. 125; 2003b, p. 318; 2004a, p. 304; 2011 [2012], p. 150).

BINSNES. Bloco de calcário negro. **Sabe* (La Rambla, Córdoba). Lacort & *alii*, 1986, pp. 70, 73.

Os primeiros editores contemplaram a hipótese de o NP em questão pertencer ao ibero, encarando-o como uma deformação de **Bennesnes* (Lacort & *alii*, 1986, p. 73). Sem nunca colocarmos em causa a inserção de BINSNES na onomástica ibérica (Faria, 1991a, pp. 190, 194, 1994b, p. 67, 2005b, p. 167; 2011 [2012], p. 160; 2017, p. 91), sempre defendemos para o mesmo uma segmentação em **bins·nes*/**binś·nes*. No entanto, o cotejo com o NF **PiniśCum** (Untermann, 1996, p. 133; 1994–1995 [1997], p. 139) leva-nos a encarar BINSNES como forma sincopada de **Binisnes*/**Biniśnes*. Importa referir que Untermann (1994–1995 [1997], p. 139), sem prescindir de outras hipóteses, sugeriu que o NF **PiniśCum**, apesar de surgir associado a NP célticos no Terceiro Bronze de Botorrita, terá possuído uma origem ibérica. Num trabalho prévio, porém, Untermann limitou-se a fazer derivar **PiniśCum** de um NP céltico, **Binos* (Untermann, 1996, p. 133), que parece contar com diversos testemunhos adaptados à morfologia latina (Delamarre, 2019, p. 127); não obstante, todos eles foram omitidos pelo linguista alemão.

BVGANSONIS (gen.). Estela de calcário. Villartoso (Sória). Alfaro & Gómez-Pantoja, 2021, p. 168.

Tanto quanto sabemos, foi Prósper (2019, p. 161), que identificou BVGANSONIS (gen.) como um só NP em detrimento de BVGAN SONI[S] *F(i)lius* (Alfaro, 2018, p. 66). Gómez-Pantoja (2019, p. 149) preferiu individualizar um nom. (parissilábico) *Bugansonis*, mas não cremos que haja razão semelhante interpretação.

Cremos que *bugan*, o radical deste idióónimo que aqui surge sufixado por -so, deverá ser interpretado como o étimo do basco *muga* < *mugan* ‘limite, fronteira, termo’ (Agud & Tovar, 1994, p. 938).

Talvez haja que fazer remontar *bugan* a **burgan*, vocábulo que, a ser analisado como **bur·gan*, poderia ter possuído no início o significado de ‘cabeço alto’, um elemento da paisagem que, num segundo momento, seria alvo de uma reinterpretação semântica, vindo a expressar o conceito de ‘limite orográfico’.

Neste sentido, importa ter presente que *muga* apresenta *murga* como variante (Lhande, 1926, p. 751; Sarkisian, 1998, p. 413).

Esta nossa interpretação segue em grande parte a posição assumida por Sarkisian (1998, pp. 412–413) a propósito da mesma matéria. A única divergência que mantemos com este investigador reside na circunstância de, atento o testemunho aqui comentado, preferirmos **burgan* como protoforma, em detrimento de **burugain* (Sarkisian, 1998, p. 413).

Não conhecemos muitos paralelos para o significado de **Buganso* noutros idiomas de uso coetâneo. É possível que este NP, em ambientes latinos, fosse recoberto por *Montanus* (Kajanto, 1965, p. 309) como *Deckname*, no caso vertente como nome de tradução, ficando por entender o que levou Delamarre (2007, p. 136) a incluir este e outros NNP derivados de *mons* na antroponímia céltica.

Importa ainda recordar que Pérez Orozco (2009 [2010], p. 35) traduz a legenda monetária **seTeisCen**, por “los fronterizos”, individualizando na mesma o lexema basco *zede* ‘limite fronteira’. Independentemente da justeza de uma tal tradução, este investigador parece ter-se esquecido de que **seTeisCen** configura, com grande probabilidade, um gen. pl.

Curiosamente, constituindo **Buganso* o patrónimo de *Udanus*, valerá a pena assinalar que, entre as várias acepções de *muga*, conta-se a de “tempo” e, especificamente, a de ‘estação do ano’ (Lhande, 1926, p. 745), não sendo provavelmente fruto do acaso a existência do composto *udamuga* ‘solstício de Verão’ (Lhande, 1926, p. 997).

Uma interpretação diversa da nossa foi formulada por Prósper, que, além de ter atribuído a “Artoso” o epitáfio onde se documenta BVGANSONIS (gen.), veio defender a inclusão do dito NP na antroponímia celtibérica (Prósper, 2019, p. 161).

catuiśař. Fragmento de asa de cratera campaniense. Ensérune (Nissan-lez-Ensérune, Hérault). *MLH* II B.1.20.

Bénezet & Moncunill (2021, p. 56) fizeram-se implicitamente eco de uma determinada interpretação acerca do presente NP, de provável matriz céltica. Assim, **catuiśař** deveria segmentar-se em **catuiś(e)-ař* (Correa, 1993, p. 107), resultando de uma tal análise a individualização do NP **Catuisso(s)* (Untermann, 1969, p. 109; *MLH* II, p. 101).

Acreditamos, no entanto, que, num trabalho omitido por Bénèzet & Moncunill (2021, p. 56), deixámos demonstrada a inverosimilhança de semelhante exegese (Faria, 2015, pp. 126–127).

Sempre no âmbito da onomástica céltica, julgamos ser mais plausível a identificação, em **catuiśař**, do NP **Catuiśsa* (De Hoz, 2003, p. 89; 2011, p. 245; Faria, 2012, p. 104; 2013, p. 192; 2015, p. 127) ou **Catu(u)ix* (Faria, 2012, p. 104; 2013, p. 192; pp. 127, 128). Como paralelo para **Catu(u)ix* poderemos aduzir Καντυξ < **Canto-ux* (Delamarre, 2007, p. 56; 2019, p. 184), com assimilação da vogal final do primeiro segmento à semivogal /ɥ/, com que principia *ux*.

Vimos igualmente noutras oportunidades — também ignoradas por Bénèzet & Moncunill (2021, p. 56) — que não pode ser excluída a hipótese de **catuiśař** consistir num NP completo, ibérico (Faria, 1995b, pp. 82–83; 2003a, p. 223; 2004b, pp. 178–179; 2005a, p. 286; 2007b, p. 221), céltico (Faria, 2012, p. 104; 2013, p. 192) ou híbrido. Seja como for, mesmo que, muito improvavelmente, nos confrontemos com um NP ibérico, a segmentação de **catuiśař** em **catu-i-śař** não passa de um capricho de Rodríguez (2002 [2003], pp. 263, 268; 2002–2003 [2005], pp. 251–255; 2014, pp. 165, 197) (Faria, 2004b, p. 179; 2015, pp. 127, 128).

GAISCO. Inscrição rupestre. Osséja (Prades, Les Pyrénées catalanes, Pyrénées-Orientales). Ferrer, Velaza & Olesti, 2018, p. 180.

Se a aproximação de *gaís* ao segmento final de **PilosPalCarCais** (E.1.372) se afigura de grande pertinência (Michelena, 1958, p. 43 e n. 23; Orduña, 2005, p. 337), não podem restar quaisquer dúvidas de que o paralelo perfeito para *Gaisco* reside obviamente em *Gaizco*, cuja primeira atestação, neste caso como sobrenome, figura, através da forma *Gaizcho*, em documento datado de 1068, pertencente ao Becerro Antiguo de Leire (Michelena, 1997⁵, p. 91; Ciérbide, 1996, p. 125; Orpustan, 1999, p. 319).

Se é bem certo que a identificação entre ambos os NNP, aqui mais uma vez posta em evidência, não foi alvo de uma só linha por parte de Ferrer, Velaza & Olesti (2018, p. 180), convém referir que esta postura foi corrigida mais tarde por um dos autores (Ferrer, 2021 [2022], p. 93).

Orduña (2021a, pp. 471, 486, 488), em contrapartida, estabeleceu uma tal ligação, mas, divergindo de Ferrer (2021 [2022], p. 93), não conseguiu resistir à tentação de obliterar o nome de quem o precedeu na descoberta desse vínculo em quase um ano (Faria, 2019, p. 59).

Importa assinalar que voltámos a abordar este tema no volume anterior desta mesma revista (Faria, 2021, pp. 86–87).

Caraniś/garaniś. Fragmento de base de cerâmica ática. El Vilar (Valls, Alt Camp, Tarragona). Panosa, 2015, p. 32.

Tal como constatámos em mais do que uma ocasião (Faria, 2016, pp. 159–160; 2017, p. 85; 2020a, p. 55), estamos, muito provavelmente, na presença de um NP céltico — **Caraniś/*Caranissa/*Garaniś/*Garanissa/*Granis/*Grannis/*Granissa/*Grannissa*, pelo que não podemos de modo nenhum seguir quem tem vindo a sustentar a integração do NP em apreço na onomástica ibérica, preceituando a segmentação do mesmo em **gara-niś** ou em **gara-niśar** (Panosa, 2015, p. 32; Velaza, 2016, p. 352; *MLH V* 2, p. 276).

Esta mesma teoria, cujas fragilidades são por demais evidentes, foi acriticamente acolhida *ad HEP* 2014–2015 [2021], 636.

CaresTar. Placa de chumbo. La Punta d'Orley (Vall d'Uixó, Castellón). *MLH III* 2 F.9.7.

Importa deixar bem claro que Ferrer (2021b, pp. 66–67) não possui qualquer legitimidade para envolver Rodríguez na identificação do elemento onomástico *cares/gares* em **CaresTar**, assim como em vários outros NNP (Pérez Vilatela, 1992, p. 355; Faria, 1991a, p. 190; 1992, p. 195; 1994b, pp. 67, 70; 1997, p. 107; 1998c, p. 271; 2004a, pp. 284–286; 2008b [2009b], pp. 148–149; 2012, pp. 87–88).

Trata-se de uma associação espúria, cuja explicação só pode residir no papel preponderante que Ferrer vem reconhecendo à solidariedade nacional em prejuízo do rigor científico.

CASTLOSAIC. Placa de calcário. **caástilo/Castulo** (Cazlona, Linares-Lupión-Torreblascopedro, Jaén). *MLH III* 2 H.6.1.

Muitas foram as vezes em que nos debruçámos sobre este gentílico (Hübner (1862, p. 33), dando devida nota das diferentes perspectivas sobre o mesmo (Faria, 1991, p. 189; 2009 [2010], pp. 160–161; 2011 [2012], p. 159; 2014, p. 171).

Cumpre-nos nesta ocasião, tão-somente, recuperar uma interpretação que talvez tenha sido por nós rejeitada um tanto apressadamente. Admitindo o acerto da segmentação CASTLO-S-AIC aventada por Pérez Orozco (1993a, pp. 225–226), fundados nos cada vez mais numerosos testemunhos onomásticos da presença céltica em todo o curso do *Baetis*, julgamos agora bastante razoável interpretar *-aic* como

abreviação do sufixo indo-europeu (celta) *-aikos/ -m* (Tovar, 1989, pp. 27, 175; Pérez Orozco, 2009 [2010], p. 36). cremos que o melhor *comparandum* para este sufixo reside em *Pac(c)iaecus*, *cognomen* que foi criado em território hoje andaluz, presumivelmente em *Carteia* (Caballos, 1989, p. 249; Hernández, 1998, p. 174; Stannard, Sinner & Ferrante, 2019, p. 158). Tal conexão decorre, segundo Caballos, 1989, p. 249), da presença na numária carteense de «diversos magistrados con el gentilicio “*Vibius*”». Esta é uma asserção que não se confirma — a supracitada ceca só documenta um *Vibius*, sucessivamente edil e quadrúviro (Faria, 1994a, p. 56, n.º 397) —, ainda que tal circunstância não coloque em causa a provável ligação entre *Vibius Pac(c)iaecus* e *Carteia*. Dificilmente se compreenderia que o sufixo *-aikos/ -m* não entrasse na formação do *cognomen* em causa se o mesmo não fosse de uso comum naquela região. É possível que o *cognomen Pac(c)iaecus* tenha sido criado a partir de um **praedium Pac(c)iaecum*, propriedade de um ramo dos *Vibii* (Hernández, 1998, pp. 173–174), conquanto não existam quaisquer provas de que assim tenha acontecido.

girśdo. Pátera de prata. Castellet de Banyoles (Tivissa, Tarragona). *MLH* III 2 C.21.1.

Não podemos permitir que Orduña (2021a, p. 477) se faça passar por autor quer da identificação do NP **girśdo**, quer da respectiva segmentação em **girś-do** (Faria, 1994a, p. 67, 1997, p. 107, 1998a, p. 236, 2004a, p. 306; 2010 [2011], p. 95).

Γολο[-]βιυρ. Placa de chumbo. Pech Maho (Sigeon, Aude). Lejeune, Pouilloux & Solier, 1988, p. 53.

É preocupante constatar que Velaza (2021, p. 55) continua a veicular a leitura Γολοβιυρ em vez de Γολο[-]βιυρ, um NP ibérico que, com grande probabilidade, deverá ser restituído como Γολο[v]βιυρ (Faria, 1991a, p. 192; 1994a, p. 45, n.º 175; 1995b, p. 82; 1998a, p. 239; 2000a, pp. 131, 132; 2001a, pp. 99–100; 2001b, p. 209; 2007a, p. 174).

CoPeśiř. Inscrição rupestre. La Camareta (Agramón, Hellín, Albacete). Pérez Rojas, 1993, pp. 164–165.

Vemo-nos de novo na obrigação de assinalar que tanto a transliteração como a subsequente interpretação de **CoPeśiř** como NP são da nossa autoria (Faria, 1997, p. 107; 2000a, pp. 122–123; 2003a, p. 215; 2004a, p. 305; 2004b, pp. 180–181; 2006a, p. 116; 2007a, p. 167; 2011 [2012], p. 163; 2012, p. 95; 2019, pp. 57–58; 2016 [2017], p. 121), não podendo, pois, ser reivindicadas por Ferrer (2021d, pp. 199, 206). E o mesmo se diga, de resto, da transliteração de um outro NP constante da mesma inscrição, designadamente **Caresi[řʔ]** (Faria, 1997, p. 107; 2004a, p. 285; 2011 [2012], p. 163; 2016 [2017], p. 120). Esta cada vez mais expectável tentativa de usurpação surge ao arrepio da postura outrora assumida por Ferrer (2010 [2011], p. 100) acerca do mesmo assunto. Trata-se da confirmação de uma declinante trajectória deontológica, denunciada por nós nos últimos anos (também noutras páginas deste mesmo artigo), que não podemos deixar de lamentar.

TANNIBER. Marca em lingote de chumbo. Naufrágio Cabrera 5 (Cabrera, Baleares). Simón, 2015, *passim*.

Escapa completamente à nossa compreensão que, na memória descritiva redigida em *HEp* 2014–2015 [2021] (p. 72) a propósito do presente NP, seja outorgada a Simón (2015) a autoria da segmentação do presente NP em TANN-IBER, cabendo ao autor destas linhas a prioridade numa tal análise (Faria, 2016, p. 164), que é também contemplada por Velaza (2016, p. 358), ainda que fazendo uso de um menor número de argumentos. Em *HEp* 2014–2015 [2021] (p. 72), nada se diz sobre o assunto, mas o elemento *iber* já

tinha sido individualizado há várias décadas na onomástica ibérica, designadamente no NP **iañiPer** (Pérez Rojas, 1983, p. 279; Faria, 1990–1991, p. 85; 2002a, p. 128; 2008a [2009a], p. 77; 2014, p. 174; 2018a, p. 103; 2021, p. 88; Pérez Vilatela, 1993, p. 40).

TarTiCeleś. Ânfora. Local indeterminado (proximidades de Lloret de Mar, Gerona). Vilà, 1996, p. 296.

Nada temos a acrescentar ao que consignámos noutras ocasiões sobre o presente NP (Faria, 1997, p. 110; 1999, p. 159; 2002a, pp. 123, 125; 2003b, p. 328; 2004a, p. 300; 2007b, pp. 179–180; 2007b, p. 227; 2008a [2009a], pp. 59, 63–64; 2008b [2009b], p. 152; 2010 [2011], p. 99; 2012, p. 103; 2013, p. 204). Pretendemos tão-somente corrigir a transliteração fornecida por Estarán (2021, p. 279, n. 39) — **TarTiPeles** —, autora que, além do mais, omite os diversos paralelos por nós aduzidos em diversas ocasiões para **TarTiCeleś**.

É descoroçoante constatar a facilidade com que se forjam transliterações que a primeira edição do grafito está longe de legitimar; vejam-se, por exemplo, as duas invenções perpetradas por Ferrer (2012, p. 148): **TauTiCeleś** e **TauTiPeles**.

A menos que se prove através da publicação de uma fotografia (o que ainda não foi feito) que a leitura de Vilà está errada, não nos parece que haja alguma razão válida para duvidar da fidedignidade do desenho do grafito *post cocturam* reproduzido por aquela autora (Vilà, 1996, p. 296, fig. 1). Em contrapartida, vale a pena frisar que Vilà (1996, pp. 297–298) isolou **rTiCeleś** (*sic*) como NP indígena, visto acreditar que a distância entre o primeiro e o segundo grafemas, por ela considerada excessiva, impedia que ambos pertencessem à mesma palavra.

Tão-pouco Moncunill & Velaza (*MLHV* 2, p. 212) conseguiram resistir à tentação de, ao privilegiarem a transliteração **TauTiCeleś** em detrimento de **TarTiCeleś**, adoptarem aquela leitura com o único propósito de identificarem no mesmo NP dois segmentos onomásticos ibéricos anteriormente conhecidos.

O NP ibérico de que aqui nos ocupamos deve ser naturalmente segmentado em **TarTi-Celeś** (Faria, 1997, p. 110; 1999, p. 159; 2002a, pp. 123, 125; 2004a, p. 300; 2007b, p. 227; 2008a [2009a], p. 59; 2010 [2011], p. 99).

TOLOCO. Placa de calcário. *Noua Carthago* (Cartagena, Múrcia). *EDCS*-05502833.

Além de figurar no epitáfio acima mencionado, **TOLOCO** ocorre em mais duas inscrições latinas *EDCS*-08701409; *EDCS*-45100139), Não obstante caber-nos a prioridade na atribuição deste NP (segmentável em *tolo-co*) à onomástica ibérica (Faria, 1994a, p. 49; 1995a, p. 326; 1995b, p. 83; 1997, p. 111; 2000a, p. 133; 2002a, pp. 129, 135; 2003a, pp. 222–223; 2003b, pp. 313–314; 2004a, p. 310; 2008b [2009b], p. 147; 2011 [2012], p. 175; 2013, p. 204; 2015, p. 138; 2016, p. 163), vários têm sido os autores que não têm hesitado em reivindicar a autoria de uma tal descoberta, ocultando deliberadamente aquele facto (Ferrer, 2005 [2006], p. 959, n. 6; 2021b, p. 81; Campmajo & Ferrer, 2010, p. 260; Rodríguez, 2014, pp. 170–171; Velaza, 2015, p. 291; Moncunill, 2019, pp. 146, 147, 151, 154; 2020, pp. 177, 179, 186; 2021, p. 448; Ferrer & Sinner, 2019, p. 153).

Convirá ter presente que Untermann só se apercebeu de que **TOLOCO** consistia num NP ibérico na sequência do aparecimento de **ToloCu** no Terceiro Bronze de Botorrita (Untermann, 1996, p. 160; 1994–1995 [1997], p. 140).

Ao ter citado este último artigo como “Untermann, 1994–1995, p. 149 [*sic*]”, Simón (2020, p. 154, n.º 111) omitiu o ano de impressão — 1997 — do número da revista (28–29) em que aquele foi publicado. Sublinhe-se que o dito artigo insere na respectiva bibliografia o supracitado trabalho de Untermann saído em 1996 (Untermann, 1996, pp. 109–166). Com esta conduta, Simón prestou informações inexactas,

enganando assim os seus leitores menos atentos, que foram levados a pensar ter sido Untermann o primeiro investigador a atribuir uma origem ibérica a TOLOCO.

toraibeleś. Lâmina de chumbo. Pico de los Ajos (Yátova, Valência). Ferrer & *alii*, 2021, p. 105.

Não havendo nada a referir acerca de *beleś*, o membro final deste NP, colocam-se duas hipóteses acerca da interpretação a dar a *torai*: como segmento antroponímico autónomo ou como combinação de *tor* + *ai*. Seja qual for a exegese adequada, *torai* deve ser cotejado com os outros componentes onomásticos que terminam com o mesmo ditongo: *deśai*, presente em **deśailaur** (Faria, 2008a [2009a], p. 89; 2010 [2011], p. 95), e *śalai*, constante, e.g., de **[ś]alaiTiPaś** (Faria, 1995a, p. 328; 2002b, p. 239; 2004a, pp. 290–291; 2007a, p. 179; 2007b, p. 226; 2015, p. 138). Efectivamente, enquanto *deś* deverá corresponder ao radical celta *dexs-/dess-*, *śalai* parece derivar de *śal*, segmento que ocorre no presumível NP **śalcidei** (Faria, 1993, p. 154; 1994b, p. 68).

Ferrer & *alii* (2021, p. 105) admitiram isolar o mesmo morfema posposto aos NNP **aTaPer** (Faria, 1991a, pp. 190, 191; 1994b, p. 66; 1998c, p. 270; 2004a, p. 278; 2007b, p. 211; 2016, p. 158) e **anmPer** (Faria, 1991a, p. 191; 2004a, p. 277; 1998c, p. 270; 2007b, p. 211; 2016, p. 158). Levando, no entanto, em linha de conta a localização do dito morfema, em aposição ao segmento final *ber*, tal hipótese afigura-se-nos pouco provável.

Ελευας. Placa de chumbo. Pech Maho (Sigean, Aude). Lejeune, Pouilloux & Solier, 1988, p. 53.

Temos vindo a sustentar há quase três décadas que a leitura Βλευας deve dar lugar a Ελευας, um NP ibérico que já era conhecido em escrita levantina, sob a forma **elerbaś**, num grafito cerâmico de *Iliberris* (Elne) (B.9.1) (Faria, 1994b, p. 69; 1998a, p. 234; 2000a, p. 131; 2000b, p. 63; 2001a, pp. 99–100; 2003b, p. 323; 2004a, p. 292; 2006, p. 118; 2007a, p. 170; 2011 [2012], p. 166; 2020a, p. 60; 2021, p. 88–89).

A precedência nesta descoberta foi-nos devidamente reconhecida por alguns autores, entre os quais se conta Moncunill (2010, p. 75; 2017, p. 12, n. 15).

Lamentavelmente, em nítido contraste com esta postura, Velaza (2021, p. 55) veio mais uma vez tentar apropriar-se da autoria tanto da leitura como da atribuição linguística do NP Ελευας ao ibero. Enquanto tal se justificar, não deixaremos de denunciar esta e outras vilezas perpetradas por Velaza.

É interessante notar que também Sabaté (2021, p. 239), numa lastimável tese precisamente orientada por Velaza, quis emular este iberista, tentando, sem qualquer pudor, usurpar a nossa perspectiva acerca do NP em causa. De resto, fomos confrontados com esta conduta predatória em numerosas passagens da dita tese (respeitantes a quase todas as inscrições ibéricas), que, por falta de espaço, não serão aqui devidamente expostas.

ENASAGIN. Tábua de bronze. Roma. *CIL* I² 709.

Gimeno & Velaza (2021, p. 207) não possuem qualquer legitimidade moral para reivindicarem a autoria da segmentação do NP ibérico ENASAGIN em *enas·agin* (Schuchardt, 1909, pp. 242, 244; Faria, 1994b, p. 67; 1998a, p. 235; 2004a, p. 297).

ibuścetin/ipuścetin. Cerâmica. Ensérune (Nissan-lez-Ensérune, Hérault). *MLH* II B.1.270, .271.

Nunca será demais assinalar que coube a Correa (1992, p. 262) corrigir as transliterações que Untermann (*MLH* II, pp. 237–238) tinha aduzido para esta sequência, na qual identificámos um NP

ibérico bímembre: **ibuś·cetin** (Faria, 1995a, p. 327; 2004a, p. 307; 2004b, p. 182; 2005a, p. 279; 2006, pp. 119–120; 2007a, pp. 170–171; 2011 [2012], p. 148; 2020a, p. 61).

Assim sendo, Ferrer (2021b, p. 82) não possui qualquer legitimidade para associar Rodríguez (2002–2003 [2004], p. 367) à identificação do dito NP.

Trata-se de uma tentativa de envolvimento espúria, cuja explicação só pode residir no papel preponderante que Ferrer vem reconhecendo à solidariedade nacional em prejuízo do rigor científico.

ICSTNIS. Urna de calcário. Torreparedones/Cortijo de las Vírgenes (Castro del Río, Baena/Cañete de las Torres, Córdoba). EDCS-08700430.

Em contraste com a posição por nós adoptada ao longo de mais de uma década acerca de ICSTNIS (Faria, 1991b, p. 17; 1994a, p. 45, n.º 174; 2000a, p. 126; 2002a, p. 130), — quase sempre favorável à sua inclusão numa suposta língua comumente chamada turdetana (ou, de um modo mais prudente, “turdetana”) —, não nos parece agora nada seguro que este intrigante NP possua uma origem paleo-hispânica.

Estamos, contudo, perante um conceito — a língua turdetana — que se define apenas por oposição (“negative evidence”: De Hoz, 2018 [2019], p. 156) a realidades onomásticas bem estabelecidas. É justamente a operatividade de um tal conceito, acolhido acriticamente em diversos trabalhos (v., entre outros, Correa, 2009, pp. 282–285, 287–291; De Hoz, 2016, pp. 212–217; 2018 [2019], pp. 137–157; Herrera, 2019, p. 358; 2021, pp. 121, 127; 128; Vallejo, 2021, p. 173; Ferrer, 2021a, pp. 69–70, 75–77, 80, 88, 90; García Alonso, 2022, pp. 48, 49, 50, 54–61), que decidimos questionar há alguns anos (Faria, 2015, p. 135).

Só por mera convenção é que poderemos chamar turdetano (ou mesmo “turdetano”) a um conjunto de NNP documentados em território hoje andaluz, que, não sendo, decerto, de filiação ibérica, reúnem certas características que permitem, a muitos deles, ser considerados indo-europeus (Villar, 2000, pp. 337–349; *contra*, De Hoz, 2018 [2019], p. 156) e, muito provavelmente, célticos (Faria, 2015, pp. 128–130, Quadro 1).

Aliás, se, algum dia, o corónimo *Turdetania*, derivado do NE *Turdetani*, reflectiu uma realidade étnico-cultural (e, *a fortiori*, linguística) concreta, convirá ter em consideração que o referente geográfico primordial de uma tal entidade se situaria numa região delimitada pelo rio Júcar e pelo Alto Guadalquivir, mais precisamente no *saltus Castulonensis*, entre *Castulo* e *Saetabis* (Moret, 2011, pp. 239–240; 2017, p. 123; 2018, pp. 19, 21; Cruz, 2011, p. 220, n. 25; Blanco, 2021, p. 423). Semelhante localização, estabelecida com base em passagens de Tito Lívio (21.6; 24.42.11; 34.17) e em fragmentos das *Origines*, de Catão, o Velho, pouco tem que ver com o constructo de Estrabão (ou das suas possíveis fontes, Possidónio e Artemidoro), que, *grosso modo*, fazia coincidir a Turdetânia com o médio e baixo vale do *Baetis* (Moret, 2011, pp. 241–243; 2017, pp. 130–137; 2018, pp. 24–26).

Acresce ainda, que, contra a existência do turdetano como glotónimo — tenha sido, ou não, falado na zona central e ocidental da Bética —, milita a possibilidade de o NL *Turta/Turda*, identificativo da capital epónima dos Turdetanos, pertencer à onomástica ibérica (Moret, 2018, p. 21).

É, pois, por demais evidente que a classificação como turdetanos de determinados restos onomásticos de explicação reconhecidamente complexa decorre tão-só da descoberta dos mesmos no território que Estrabão decidiu, de um modo artificial, designar por Turdetânia (Cruz, 2011, pp. 214–222; García Fernández & García Vargas, 2020–2021, pp. 76–77).

As considerações acima expendidas deixam igualmente entrever as fragilidades da individualização *ad hoc* de uma “toponímia tartesoturdetana” (Correa, 2016, pp. 57–59; 2021, pp. 354, 361, 366, 367,

n. 25), um conceito cuja criação conta com a agravante de ser tributária da descrição geográfica de Ptolemeu. Nada indicia, como vimos, que o idioma turdetano (a ter existido) corresponda ao que se falava em Tartesso.

O quadro que aqui deixamos esboçado contrapõe-se naturalmente ao panorama optimista traçado por De Hoz (2010, pp. 320–322) relativo à definição da Turdetânia como entidade étnico-geográfica precisa. Com efeito, este autor tenta operar uma síntese impossível entre as diversas fontes que, ao longo de dois séculos, foram transmitindo informações contrastantes sobre uma realidade histórica que, com os dados actualmente disponíveis, não é passível de ser apreendida (García Fernández, 2012, pp. 714–715).

Incidindo de novo a nossa atenção sobre ICSTNIS, à luz da análise linguística, subscrita por Obrador, De Nicolás & Múrcia (2020, pp. 63–64), do *cognomen* ICESTA (EDCS-05503073), documentado em *Pollentia* (Maiorca), a interpretação daquele como NP paleo-amazigue deve, do nosso ponto de vista, prevalecer sobre qualquer outra adscrição linguística, seja ao ibero (Faria, 1991b, p. 17; 1994a, p. 45, n.º 174; 2002a, p. 130), seja ao turdetano (Faria, 2000a, p. 126; 2002a, p. 130; Beltrán Fortes, 2021, p. 274), um idioma que, conforme vimos *supra*, além de ostentar uma denominação inadequada, é de caracterização imprecisa, pelo que a sua qualificação como não-indo-europeu deve ser colocada cada vez mais *sub iudice*. Tão-pouco a classificação de ICSTNIS como indígena (Padilla, 2006, p. 232) poderá ser considerada satisfatória.

Em resumo, tudo leva a crer que ICESTA e ICSTNIS configurem diferentes latinizações de um mesmo NP paleo-amazigue.

Não é ICSTNIS o único NP norte-africano documentado no “mausoléu dos Pompeios” descoberto em Torreparedones. Além de contarmos com o patrónimo BAHANNONIS (gen.), considerado por Padilla (2006, p. 232) como indígena, não será por casualidade que, no conjunto sepulcral em apreço, se regista o *cognomen* AFER (EDCS-08700441), ficando deste modo comprovado “que la famille à laquelle appartenait le tombeau comptait des Africains parmi ses membres” (Merimée, 1844, p. 180). Convirá, todavia, notar que nem Lefebvre (2006, pp. 108–109) nem Álvarez (2018, p. 191), autores que nada dizem sobre ICSTNIS ou BAHANNONIS (gen.), NNP documentados no mesmo âmbito espaço-temporal, secundam uma associação do *cognomen* AFER, no caso vertente aposto a um *Cn. Pompeius*, com o território norte-africano.

À primeira vista, por comparação com ICESTA, é possível detectar no NP ICSTNIS < **Icestan* um alongamento em -n- com a consequente adaptação à 3.ª declinação latina, um facto que parece verificar-se não só em IL'DI'RO'NI'S/ILD<I>RON<I>S < **Ildiro* e VELAVNIS < **Uellau(n)*, mas também em 'Pan'gioniś < **Mangionis* (Faria, 2018a, p. 92). Se um tal fenómeno, que poderá igualmente ocorrer no problemático TOLOCONIS (EDCS-08701409), não for fruto do acaso (Faria, 2018a, pp. 92–93), o mesmo contribuirá para a delimitação de uma isoglossa própria de um idioma associável ao vale do *Baetis*, independentemente da filiação linguística dos NNP em questão.

Tal como 'Pan'gioniś < **Mangionis* (Faria, 2018a, p. 92), também VELAVNIS poderá remontar ao celta — **Uellau(n)* < *uellaunos* (DLG, p. 311; Matasović, 2009, p. 411) —, ainda que não possa ser excluída a hipótese de o mesmo ser inserido na antroponímia ibérica — **Belaun* (a segmentar em *bel-aun*).

ISELAVACE. Estela de calcário. Villartoso (Sória). Alfaro & Gómez-Pantoja, 2021, p. 170.

Num trabalho maculado por erros incompreensíveis (Alfaro & Gómez-Pantoja, 2021, p. 170), este NP surge de(s)composto em três palavras (!): ISE L AVRCE.

Dada a ausência de uma segmentação fiável, não estamos em condições de fornecer uma interpretação minimamente convincente para este NP.

De qualquer modo, convém assinalar que *Ise* guarda algumas semelhanças com HISSI (Faria,

2008a [2009a], p. 75) e com os membros iniciais de **isiPela** (Ferrer, Olesti & Velaza, 2020, p. 34) e de **Isibra* (MLH VI, pp. 461–462), que podem corresponder a um só. Não será, tão-pouco, de excluir que o mesmo formante se possa isolar no ND BEISIRISSE (dat.) (Gorrochategui, 1984, p. 315, n.º 473; Faria, 2007a, p. 162; 2014, p. 169; 2019, p. 55; Silgo, 2009 [2010], p. 140). Quanto a *ce*, além de se testemunhar em HAVRCE (Faria, 2019, p. 68), NP com que principia a presente inscrição, figura em idêntica posição em **lecarce** (Solier, 1979, pp. 83, 84; Faria, 2002a, p. 133; 2015, p. 132; 2019, p. 68). Haverá igualmente que contemplar a eventualidade de ser este mesmo segmento que se atesta em **oToCeilTir** (F.21.1) (Fletcher, 1984, pp. 409, 410; Faria, 2002b, p. 234) e, porventura, noutros NNP: **orCeicelaúr** (D.12.1) (Faria, 1994b, p. 65; 2004a, p. 289) e **aParCePioTar** (Faria, 1994b, p. 67; 2000a, p. 121; 2004a, p. 301; 2005a, p. 285; 2010 [2011], p. 89).

Admitindo que ISEL·AVA·CE constitui a segmentação correcta, *isel* encontra os melhores *comparanda* em ISELICI (gen.) (Holder, 1904, col. 78) e ISELLIA (Holder, 1904, col. 78; Delamarre, 2007, p. 112).

Com base nas fotos disponibilizadas em < <https://www.amaata.com/2021/06/indicaciones-para-la-lectura-de-la.html#more> >, parece possível ler-se na linha 6 da mesma inscrição o NP ORIINIARZE (= *Oreniarse*).

liCine. Grafito sobre campaniense B. Plaza de la Virgen (Valência). Bonet & Mata, 1989, p. 142.

É absolutamente assombroso que, passadas mais de duas décadas sobre a publicação do artigo em que Pérez Vilatela e Silgo (Pérez Vilatela, 1992, pp. 352, 354, Fig. 2) corrigiram a transliteração do supracitado grafito alvitada por Bonet & Mata (1989, p. 142) — **liCine** por **ligie** —, tanto Beltrán Lloris (2017, p. 335, n. 43) como Rodríguez (2018, p. 201) venham reivindicar a autoria de uma tal correcção. Cremos que vale a pena reiterar a nossa convicção de que **liCine** é justamente o mesmo NP que se encontra atestado nos textos ibéricos inscritos nos mosaicos de La Caridad (Caminreal, Teruel) e **Andelo* (Muruzábal de Andión, Navarra) (Pérez Vilatela, 1992, p. 352; Faria, 2000a, p. 124; 2011 [2012], p. 172; 2014, p. 176). Por outro lado, importa referir que quer o local de achamento do grafito em questão — *Valentia*, uma cidade povoada sobretudo por imigrantes itálicos —, quer a natureza do suporte, um objecto de carácter privado, quer ainda a pretensa adaptação do NP à morfo-fonologia ibérica tornam altamente inverosímil que **liCine** designe um Celtibero (Faria, 2019, p. 62; *contra*, Pérez Vilatela, 1992, p. 352). Semelhante facto não impediu que Moncunill (2021, p. 452, n. 36), munida de uma sobranceria e de uma auto-suficiência só permitidas pela cumplicidade de quem lhe publica semelhantes palpites, sentenciasse, sem discutir um só dos óbices acima invocados, que **liCine** conforma um NP celtibérico.

Acresce ainda que, tanto quanto sabemos, nenhum dos paladinos da interpretação do NP **liCine**, referenciado no mosaico de Caminreal, como forma iberizada do celtibero *Licinos* conseguiu até hoje fornecer uma resposta válida para a questão que formulámos há muitos anos (Faria, 1997, p. 109):

que explicação poderá ser encontrada para o facto de um fabricante de mosaicos celtibérico gravar uma inscrição em língua ibérica numa casa e numa cidade (...) habitadas por Celtiberos?

Tudo se conjuga, pois, para que o NP em causa, nas três ocorrências até agora documentadas, seja mesmo ibérico — **Ligine* (Vicente & *alii*, 1991, p. 122; 1993, pp. 755–756; Faria, 1992, p. 193; 1992–1993, p. 278; 1993, pp. 153, 157; 1997, p. 109; 2011 [2012], p. 172; 2019, p. 62) — ou, em último caso, latino — *Licinus* (García-Bellido, 1990, p. 72; Velaza, 1991, p. 292; De Hoz, 1992, p. 336, n. 33; 1995, p. 30; Pérez Vilatela, 1992, p. 352; Faria, 1994b, p. 68; 1997, p. 109; 2000a, p. 123; 2011 [2012], p. 172; 2014, p. 176;

2019, p. 62). Apesar de ambas as hipóteses de atribuição linguística — ibérica ou latina — terem sido equacionadas por Beltrán Lloris (2017, pp. 335, 340, 341), este autor considerou adequada a omissão de todos e cada um dos 17 títulos citados no parágrafo anterior, o mesmo sucedendo, de resto, com Moncunill (2021, p. 452, n. 36).

minuli. Placa de chumbo. La Mesa de Alcolea (Alcolea del Río, Sevilha). Luján & López, 2017, pp. 128–136; Ferrer, 2021a, p. 85.

Na proposta de transliteração do NP aqui lematizado, pretendemos dar corpo às nossas suspeitas iniciais (Faria, 1990–1991, pp. 79–80) de que, ao invés do que sustentava De Hoz (1976, p. 266), assumindo uma postura que reverteu num trabalho publicado postumamente (De Hoz, 2021, p. 55), o sistema de escrita meridional não era “único y coherente”, uma perspectiva que torna legítimo o reequacionamento dos valores fonéticos a atribuir a determinados signos dentro de um mesmo documento.

Caso os valores fonéticos agora assumidos para o primeiro e terceiro signos venham a ser corroborados através do aparecimento de testemunhos incontestáveis, nada obsta a que possamos estar perante o NP céltico *Minulus* (Delamarre, 2007, pp. 134, 227) < **Minulos* ou, levando em consideração a última vogal legível, **Minul(l)ius* < **Minul(l)ios*.

O radical deste NP, *minu-*, é o mesmo que ocorre em Μινουπος, o nome de um dos assassinos de Viriato (Albertos, 1966, p. 157; *contra*, Faria, 2007b, p. 220).

Ναλβε[–]v. Placa de chumbo. Pech Maho (Sigeon, Aude). Lejeune, Pouilloux & Solier, 1988, p. 53.

É preocupante constatar que, não obstante as nossas insistentes chamadas de atenção para o único modo correcto como o presente NP deve ser transcrito (Faria, 2004b, p. 185; 2010 [2011], p. 97; 2016 [2017], p. 125; 2019, pp. 62–63; 2021, p. 91), ainda vai sendo possível depararmo-nos com invenções do calibre de Ναλβεαδεν (Velaza, 2021, p. 55).

[N]αυαρυας. Placa de chumbo. Pech Maho (Sigeon, Aude). Lejeune, Pouilloux & Solier, 1988, p. 53.

Temos vindo a sustentar há mais de três décadas que [N]αυαρυας configura um NP ibérico composto por *nabar* e por *bas* (Faria, 1991b, p. 18; 1994b, p. 69; 1998d, p. 229; 2000a, p. 131; 2001a, pp. 99–100; 2002a, p. 129; 2004a, p. 292; 2010 [2011], p. 100; 2011 [2012], p. 166; 2016 [2017], p. 126; 2019, p. 63).

É triste verificar que Velaza (2021, p. 55), lendo Ναυαρυας onde figura [N]αυαρυας, veio mais uma vez tentar apropriar-se da autoria de semelhante atribuição linguística. Enquanto tal se justificar, não deixaremos de denunciar esta e outras vilezas perpetradas por Velaza.

oCoPilos. Placa de chumbo. “Barranco del Rey” (Serra de Gádor, Almeria). *MLH* III 2 H.1.1.

Lamentavelmente, Ferrer (2021a, p. 81) escondeu o nome de quem, pela primeira vez, individualizou este NP ibérico (Faria, 1995a, p. 327; 2002b, p. 236; 2003a, p. 225; 2004a, p. 308; 2007a, p. 174; 2008b [2009b], p. 152; 2012, p. 99), um comportamento em que este autor reincidiu (Ferrer, 2021a, p. 82) a propósito do NP **PaśTiPilos** (Faria, 1990–1991, pp. 76, 78, 84; 1991a, p. 190; 1994b, p. 67; 1995a, p. 324; 1998a, p. 236; 2004a, p. 304; 2006, p. 118; 2007a, p. 174; 2008b [2009b], p. 148; 2012, p. 92).

Não mais afortunado esteve o mesmo investigador ao transliterar **oCoPilos** sucessivamente como **onpilos** (Ferrer, 2021a, p. 81) e **onbilos** (Ferrer, 2021a, p. 81). Se, numa das duas vezes em que este nome surge inscrito, nenhuma dúvida se colocam à transliteração do segundo signo como <Co>, aumenta

de maneira substancial a probabilidade de ser aquele o signo que ocorre em idêntica posição na outra atestação do referido NP. Trata-se de um raciocínio cuja lógica nos parece irrefutável, pouco importando para o caso que, nestoutro testemunho, <Co> se apresente incompleto — uma conjectura que Ferrer não conseguiu provar — ou superficialmente gravado.

Em mais uma manifestação de uma triste conduta várias vezes reiterada na sua tese de doutoramento, Sabaté (2021, p. 329) ocultou toda a bibliografia que produzimos acerca da inscrição ibérica em apreço.

ordincali. Inscrição rupestre. Osséja 2 (Prades, Pirenéus Orientais, Occitânia). Campmajo & Untermann, 1990, pp. 71, 73; 1993, pp. 508–509.

Ferrer (2021b, p. 64) não possui qualquer legitimidade moral para envolver Rodríguez na identificação do NP ibérico **ordincali**, segmentável em **ordin-cali** (Faria, 2007a, p. 168; 2007b, p. 212).

Trata-se de uma associação espúria, cuja explicação só pode residir no papel preponderante que Ferrer vem reconhecendo à solidariedade nacional em prejuízo do rigor científico.

OR[-]VNETSI (dat.). Lápide funerária. Muez (Navarra). Gorrochategui, 1995 [1997], p. 225, Foto 3.

Cremos que pouco mais haverá que acrescentar às reflexões que este *cognomen* nos suscitou noutros momentos (Faria, 2002b, p. 237; 2005, p. 283; 2009 [2010], p. 166).

Cumpre-nos, contudo, deixar em aberto a possibilidade de este *cognomen* corresponder a um gentílico, a exemplo de muitos outros NNP ibéricos/paleobascos, por nós coligidos (Faria, 2013, pp. 195–196), que derivam de NNL.

A sugestão que aqui formulamos é evidentemente tributária do juízo emitido sobre este assunto por Castillo (1992, p. 122; 1998, p. 80). Esta autora, que, tal como muitos outros investigadores (v., muito recentemente, Orduña, 2021b, p. 253), lê ORDVNETSI onde figura OR[-]VNETSI, interpreta este termo como referência à naturalidade de *L. Aemilius*: **Ordunesis* < **Ordunensis*. Segundo Castillo (1992, p. 122; 1998, p. 80), o NL de que derivaria o gentílico teria sido **Ordonum* ou **Ordunum*, ainda que, por razões óbvias (a tratar-se de um topónimo, seria naturalmente pré-romano), fosse preferível optar **Ordun*, **Ordune*, **Orduna* ou **Orduni*.

Divergindo de Castillo, seja qual for a letra a restituir — em função do idioma a que o *cognomen* possa pertencer, não é seguro que se trate de um <D> (Faria, 2009 [2010], p. 166) —, ORDVNETSI nunca terá possuído uma segunda nasal a seguir a <E>, se, conforme reputamos plausível (mas não inteiramente certo), o mesmo equivaler a um gentílico paleobasco/ibérico, **Or[-]unes*, com correspondendo o signo de sibilante a um sufixo étnico (Schuchardt, 1907, pp. 32–37; Pérez Orozco, 1993, pp. 225–226; 2009 [2010], p. 36; De Hoz, 2002, pp. 162–163; Faria, 2002b, p. 234; 2003b, p. 319; 2005b, pp. 164–165; 2006, p. 122). A título de exemplo, recordemos o NP ENNEGES, que deverá filiar-se no NL **Ennege* (Faria, 2003a, p. 218), **Ennega* (Curchin, 2011, p. 313; Vidal, 2015, p. 97; *MLH* VI, p. 402) ou **Ennegi* (Silgo, 2013, p. 138).

Vem a propósito assinalar que, no radical (ou no primeiro componente) do NP ENNEGES, continuamos a preferir identificar a forma latina (com assimilação vocálica e consonântica) de *inde* (**indeges*, de preferência a **indegeś*) (Faria, 2002a, p. 132) em detrimento de *ende* (Mariner, 1979, p. 76), porquanto só aquele primeiro formante é conhecido em escrita indígena, nomeadamente no NP **inTePele[ś]** (F.11.7). ENNE também poderia provir de *indi*, mas a existência deste segmento antroponímico, advogada por diversos iberólogos (que preferem *inti* [sic]) (*MLH* III 1, p. 224; *MLH* V 2, p. 524; Rodríguez, 2014, p. 261), baseia-se em dois testemunhos de fiabilidade bastante discutível.

À luz da comparação com ENDEGVVS (*EDCS*-12100756) e com ENDEITEREIS (dat. pl.) (*EDCS*-22800065;

EDCS-08200010), continuamos a admitir que *inde* < *ende* constitui um elemento antroponímico ibérico importado do celta (Faria, 2008a [2009a], p.77), um conjunto que, estimamos, rondará a meia centena de componentes até hoje identificados.

É evidente que, na eventualidade de OR[-]VNETSI corresponder a um *cognomen*/gentílico de ascendência paleobasca/ibérica, afigura-se tentador completá-lo como OR[D]VNETSI, uma opção tomada por todos os autores que se debruçaram sobre o mesmo (v., em último lugar, Salaberri, 2017, p. 242, n. 3; Moncunill, 2019, pp. 143, 147; 2020, p. 179; Simón, 2020, pp. 138–139, n.º 83). Certo é, porém, que não existe até hoje, em escrita epicórica, qualquer prova da existência de *ordun* como formante onomástico ibérico, sendo que o único indício da sua documentação em escrita latina, durante a Época Romana, é justamente o *cognomen*/gentílico fragmentário que aqui analisamos. Convirá, notar, por outro lado, que muitos dos NNL atestados a partir da Idade Média (e.g., *Orduña/Urduña*), passíveis de explicar o nosso *cognomen*/gentílico, parecem encontrar a sua origem na antroponímia latina (v., recentemente, Yarza, 2015, pp. 361–362, 369, 376–378, 379). Não obstante, cremos que são em número suficiente as provas da existência de *ordun* na onomástica basca medieval, tanto na antroponímia como na toponímia (Michelena, 1987 [1969], p. 133; Irigoyen, 1994, pp. 242–243; Silgo, 1994, pp. 217–218; 2020, pp. 141–143; Salaberri, 2003, pp. 224–225; 2017, p. 242, n. 3; Ciérbide, 2017, p. 17), emergindo o apodo composto *Ordun velça* (1366) (Irigaray, 1955, p. 498; Reguero, 2011, p. 218) como o testemunho mais evidente de tal facto.

Não obstante reconhecermos que OR[D]VNETSI configura a hipótese de transcrição mais plausível, atrevemo-nos a formular uma outra sugestão de leitura do *cognomen*/gentílico em análise, que expomos aqui com as necessárias reservas; consiste a mesma na restituição de um <S> como a letra em falta no início da segunda linha do epitáfio.

Nesta conformidade, **Orsune* poderia estar na génese de *Urssua* (1146) (Salaberri, 2006, p. 699), através das formas intermédias **Urssue* < **Orsuhe*, um NL que hoje teria eventualmente correspondência com *Uxue/Ujué*. De **Orsune* também poderia ter derivado outro NL navarro atestado na documentação medieval como *Ursue* (1359, 1459) (Salaberri, 2009, pp. 145, 146; 2011, p. 142).

Ainda a propósito de OR[-]VNETSI (dat.), chega a ser desarmante o à-vontade com que Moncunill (2021, p. 448), atropelando todas as regras a observar na análise epigráfica e linguística, transforma este *cognomen*/gentílico em *Ordunnes*.

SALAGINI (dat.). Placa de xisto. Mina Peña de Hierro (Riotinto, Huelva). Gimeno & Velaza, 2021, p. 204.

Trata-se decerto de um ND ibérico — **Salagin* — latinizado em **Salaginis*, a segmentar em **sal-agin*. *sal* comparece em **sal-ageí** (Faria, 1994b, p. 70; 1995a, p. 328; 1998a, p. 235; 2004a, p. 289; 2007a, p. 177; 2010 [2011], p. 98; 2015, p. 138), enquanto *agin* figura em **aCinir** (Faria, 1991a, p. 189; 1994b, pp. 66, 70; 1998a, p. 235; 2004a, p. 302), **PeleśaCin** (Faria, 1994b, p. 67; 1998a, p. 235; 2004a, p. 296) e em ENASAGIN (Faria, 1994b, p. 67; 1998a, p. 235; 2004a, p. 297).

É triste reconhecer que Gimeno & Velaza (2021, pp. 207–208) omitiram despudoradamente toda a bibliografia por nós dedicada aos NNP ibéricos que testemunham os componentes do ND SALAGINI (dat.).

[s]elgiberśaí/[s]elCiPerśaí. Vaso de cerâmica. Molí d’Espígol (Tornabous, Urgell, Lérida). Cura, 1993, p. 219.

Não podemos permitir que Orduña (2021a, p. 488) se faça passar por autor quer da identificação do NP **[s]elgiberśaí/[s]elCiPerśaí**, quer da respectiva segmentação em **[s]elgi-ber-śaí/[s]elCi-Per-śaí**

(Faria, 1999, p. 156; 2003a, p. 215; 2003b, p. 318; 2004a, p. 299; 2006, p. 117).

SVLAGESSIA. Estela de calcário. Villartoso (Sória). Alfaro & Gómez-Pantoja, 2021, p. 168.

Num trabalho maculado por erros incompreensíveis, pode ler-se que este NP contém um sufixo final (*sic*) alheio ao âmbito indo-europeu (Alfaro & Gómez-Pantoja, 2021, p. 168).

No entanto, seja qual for a análise adequada, parece-nos preferível atribuir SVLAGESSIA ao celta. Cremos que SVL-AGESSI-A configurará a segmentação mais provável. São vários os NNP que contam *sul-* como radical, designadamente *Sul(l)a* (Lambert, 2003², pp. 56, 58, 123, 124; Delamarre, 2007, p. 174).

agessia, com final latinizado em *-ia* ou *-a*, é um componente que deverá ser cotejado com o radical de AGESILLVS (Delamarre, 2007, p. 14) e AGESSILI (gen.) (EDCS-49602309; EDCS-49602310).

VDANVS. Estela de calcário. Villartoso (Sória). Alfaro & Gómez-Pantoja, 2021, p. 168.

Segundo os primeiros editores, “*Udanus* puede ser una variante sorda [*sic*] de un poco corriente *nomen gentile Utanius*, que usaron unos pocos individuos de Roma y sus alrededores” (Alfaro & Gómez-Pantoja, 2021, p. 168).

No entanto, a nosso ver, estamos perante um NP derivado do (paleo)basco *uda* ‘Verão’ (van Eys, 1873, p. 352; Lhande, p. 996), correlato do latim *Aestiuus*/ *-a*. Importa assinalar que, segundo Caro (1945, p. 103), o NL alavês *Estibaliz* terá derivado do NP *Aestiuus*, preferindo Michelena & Yrigaray (1958, p. 78) reportá-lo a **Aestualis*. Refira-se que **Aestualis* (também referido por Michelena, 1997⁵, p. 109) é correcção por *Aestualis* (Michelena & Yrigaray, 1955, p. 113), porquanto tal NP não se encontrava atestado na década de 50 do século passado, uma situação que, tanto quanto sabemos, se mantém até hoje.

De qualquer modo, estamos tentados a dar razão a Salaberri (2013 [2015], p. 208; 2015, p. 179) ao preconizar a filiação do NL *Estibaliz* em **Estival* (ou, melhor, **Aestival*), em conformidade com o modelo derivacional *Bazcoareiz* (patrónimo) < *Bazcoare* < *Pascoal* (Michelena, 1987 [1969], p. 138; Salaberri, 2003, p. 158).

Se, numa rápida pesquisa da EDCS, observamos que a área de distribuição do NP *Aestiuus*/ *-a* indicia claramente que estamos ante um *Deckname* em substituição de um ou vários NNP célticos, tal não obsta a que pelo menos alguns exemplos hispânicos do dito NP recubram NNP de ascendência paleobasca ou ibérica.

Se a etimologia de *Udanus* ora sugerida estiver correcta, sai fragilizada a hipótese, aventada por Michelena (1977², p. 100), de a variante *eudea* ser anterior a *uda*.

JiTe. Placa de calcário. Ampúrias (La Escala, Gerona). *MLH* III 2 C.1.1.

Continuamos a acreditar que poderemos estar perante a iberização do *cognomen Auitus*, mutilado no início (Faria, 2004b, p. 184; 2014, p. 181; 2015, p. 139), pertencente a **[ínPa]rCe / [Pa]rCe Corneli** < *Marcus Cornelius*.

Esta nossa perspectiva, até agora por contestar, foi deliberadamente silenciada por Moncunill & Velaza (*MLH* V 2, p. 519).

[cu]inTi. Placa de calcário. Ampúrias (La Escala, Gerona). *MLH* III 2 C.1.1.

Tal como sustentámos em diversas ocasiões, estamos perante a versão ibérica, truncada no início, do *nomen Quintius* (Faria, 1997, p. 111; 2000a, pp. 136–137; 2004b, p. 184; 2010 [2011], p. 94; 2014, p. 181; 2015, p. 139) ou, com menor grau de probabilidade (em face do número de atestações, bem mais escasso), de *Quinctius*.

Tudo o que Moncunill & Velaza (*MLH V 2*, p. 524) escreveram acerca de **JinTi** resulta de uma postura de má-fé e não passa de areia atirada aos olhos dos seus leitores menos informados.

Tal como Moncunill & Velaza (*MLH V 2*, p. 524), também Rodríguez (2014, p. 156) admitiu a possibilidade de o NP fragmentário que nos ocupa testemunhar a ocorrência do pretense formante antroponímico ibérico *inti*. Trata-se obviamente de uma suposição errada.

[Ci?]nerunir. Placa de chumbo. “Barranco del Rey” (Serra de Gádor, Almeria). *MLH III 2 H.1.1*.

Na proposta de transliteração do NP aqui lematizado, partimos de dois pressupostos:

1. Pretendemos dar corpo às nossas suspeitas iniciais (Faria, 1990–1991, pp. 79–80) de que, ao invés do que sustentava De Hoz (1976, p. 266), o sistema de escrita meridional não era “único y coherente”, uma perspectiva que torna legítimo o reequacionamento dos valores fonéticos a atribuir a determinados signos dentro de um mesmo documento.
2. O chumbo de Gádor está redigido em ibero, ou, não o estando, configura um documento contabilístico turdetano — correspondente *grosso modo* ao autêntico âmbito geográfico tal como foi identificado por Moret (2011, pp. 239–240; 2017, p. 123; 2018, pp. 19, 21) para esta etnia — que, além de cifras e respectivas unidades de medida, veicula exclusivamente NNP ibéricos.

A provável restituição do segmento inicial do NP radica na individualização do dito formante em **TerCeCiner** (F. 20.1) (*MLH III I*, p. 226, n. 75; *MLH III 2*, p. 536; Faria, 1993, p. 150; 1994b, p. 69; *MLH V 2*, p. 216; *contra*, Faria, 1992–1993, p. 278: **TerCe·Cine·(e)rTin**).

O segmento **unir** ocorre com outro fonemograma de vibrante em **isCeunir** (G.17.1) (Faria, 1998a, p. 238; 2000a, p. 135; 2007a, p. 172; 2014, pp. 174–175; 1990–1991, pp. 76, 86; 1991a, p. 190; 2004a, p. 303; 2007a, p. 172; 2008a [2009a], p. 77) e em **mrésunir** (B.7.36)/**mur[és]unir** (B.7.36)/**urešunir** (B.7.34) (Faria, 1990–1991, p. 88; 1991a, p. 190; 1992, p. 195; 1994b, p. 68; 1995a, pp. 326, 329; 2004a, pp. 308, 311).

JrCe. Placa de calcário. Ampúrias (La Escala, Gerona). *MLH III 2 C.1.1*.

De entre as várias tentativas de atropelamento e fuga (metaforicamente falando) ensaiadas por Moncunill & Velaza (*MLH V 2*), quicá a mais despudorada é a que nos cumpre agora denunciar.

Por muitos apoios — desde Mayer (2012, p. 127) a Simón (2013, pp. 69, 157), passando por Beltrán (2011, p. 36, n. 95; 2012, p. 18 e n. 78) — que Velaza tenha podido angariar na sua pretensão de se fazer passar por autor da identificação do *praenomen* iberizado **[mPa]rCe/[Pa]rCe** < *Marcus*, pertencente a um tal **Corneli** < *Cornelius*, não há aqui lugar para qualquer espécie de liberdades poéticas: é a nós que nos cabe a precedência em tal descoberta (Faria, 1993, pp. 155–156; 1997, p. 111; 2000a, pp. 136–137; 2003a, p. 223; 2004b, p. 184; 2013, p. 205; 2014, pp. 181–182; 2015, p. 139).

Teremos, pois, de concluir que, ao resultar de uma evidente postura de má-fé, tudo o que Moncunill & Velaza (*MLH V 2*, p. 465) escreveram acerca de **JrCe** não passa de areia atirada aos olhos dos seus leitores menos informados.

[-]VCENSES. Tábua de bronze. Roma. *CIL I² 709*.

Na esteira de Gómez-Moreno (1949, p. 247), persistimos em restituir como **[A]VCENSES** o gentílico que figura truncado no Bronze de Ascoli (Faria, 2009 [2010], p. 163; 2011 [2012], p. 151).

Nada justifica, por conseguinte, a tentativa empreendida por Amela (2021, p. 33) com vista a remeter este gentílico para o NL *Auso*, porquanto, em nenhum caso, pode este ser considerado variante de *Auca*.

Convirá referir que o gentílico *Aucensis*, respeitante a uma sede episcopal situada em território hoje pertencente à província de Burgos, só surge inequivocamente mencionado pela primeira vez nas Actas do III Concílio de Toledo (589) (Irigoyen, 1985, p. 1010; Tovar, 1989, p. 326; García Sánchez, 2003, p. 149). Como é evidente, tal circunstância não obsta a que *Auca* possua uma origem linguística pré-romana (García Sánchez, 2003, p. 149).

Não é certo que seja esta a *Auca* indirectamente documentada no Bronze de Ascoli, dada a grande distância entre o referido povoado, decerto situado nas imediações de Villafranca Montes de Oca (Burgos) (Peterson, 2009, p. 56, n. 2), e *Salduie* (Saragoça), centro de recrutamento da *turma Salluitana* (Pina, 2003 [2004], pp. 200, 202). Em contrapartida, é bem verdade que os *Libenses* (textualmente *Llbenses*: Faria, 2007a, p. 162) mencionados no mesmo documento ocupariam também uma posição excêntrica relativamente a *Salduie*, caso aqueles correspondessem aos habitantes de *Líbia* (Cerro del Piquillo, Herramélluri-Grañón, La Rioja) (Peterson, 2009, pp. 62 e n. 26, 70, 71 e n. 57, 73 e n. 63), uma hipótese que colide com o inequívoco cunho celtibérico dos testemunhos linguísticos pré-latinos conotados com esta cidade (Tovar, 1989, p. 461; Beltrán Lloris, 2006, p. 75; Burillo, 2007², p. 225; *MLH* VI, p. 494; Amela, 2021, p. 36).

É, pois, nossa convicção que a *Auca* cuja existência se depreende do Bronze de Ascoli configure uma cidade homónima da que se conhece em território hoje burgalês, mais próxima de *Salduie*. Indo um pouco mais longe nas nossas elucubrações, talvez seja esta a cidade que, no Anónimo de Ravena (310, 6), se documenta como *Auci*. A ter sido assim, uma tal forma não passaria de uma corruptela de *Auca* (*contra*, Tovar, 1989, pp. 326, 379; Curchin, 2008, p. 17; Silgo, 2013; Vidal, 2015, p. 196; *MLH* VI, p. 222).

Bibliografia citada

ABASCAL PALAZÓN, Juan Manuel (2013) – Cuestiones epigráficas del conventus Carthaginiensis (Hispania Citerior), con algunas contribuciones póstumas de Géza Alföldy. In LÓPEZ VILAR, Jordi, ed. - *Actes 1er Congrès Internacional d'Arqueologia i Món Antic: govern i societat a la Hispània romana: novetats epigràfiques. Homenatge a Géza Alföldy, Tarragona 29–30 de Novembre i 1 de Desembre de 2012*. Tarragona: Fundació Privada Mútua Catalana, pp. 13–34.

ACIP = VILLARONGA I GARRIGA, Leandre; BENAGES I OLIVÉ, Jaume (2011) – *Ancient coinage of the Iberian Peninsula: Greek / Punic / Iberian / Roman. Les monedes de l'Edat Antiga a la Península Ibèrica*. Barcelona: Societat Catalana d'Estudis Numismàtics.

AGUD QUEROL, Manuel; TOVAR LLORENTE, Antonio (1994) – Materiales para un Diccionario Etimológico de la Lengua Vasca XXI. *Anuario del Seminario de Filología Vasca «Julio de Urquijo»*. 18:2, pp. 915–992.

ALBERTOS FIRMAT, María Lourdes (1966) – *La onomástica personal primitiva de Hispania Tarraconense y Bética*. Salamanca: Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Universidad.

ALFARO PEÑA, Eduardo (2018) – Los Casares de San Pedro Manrique: un viejo *oppidum*, una pequeña ciudad. In MARTÍNEZ CABALLERO, Santiago; SANTOS YANGUAS, Juan; MUNICIO GONZÁLEZ, Luciano José, eds. – *El urbanismo de las ciudades romanas del valle del Duero: actas de la I Reunión de Ciudades Romanas del Valle del Duero, Segovia, 20 y 21 de octubre de 2016*. Segovia: Junta de Castilla y León, Diputación de Segovia, Ayuntamiento de Segovia y Asociación de Amigos del Museo de Segovia, pp. 51–69.

ALFARO PEÑA, Eduardo; GÓMEZ-PANTOJA FERNÁNDEZ-SALGUERO, Joaquín (2021) – Entre iberos, celtiberos y vascones: inscripciones inéditas y revisadas de Tierras Altas de Soria. *Veleia*. 38, pp. 165–182.

AMELA VALVERDE, Luis (2021) – A vueltas con la *Turma Salluitana* y su relación con la clientela pompeyana. *Hispania Antiqua*. 45, pp. 20–69.

AZNAR MARTÍNEZ, Eduardo (2017) – *Tierras, gentes y voces: el legado del euskera riojano*. Pamplona: Pamiela.

BELASKO ORTEGA, Mikel (1999²) – *Diccionario etimológico de los nombres de los pueblos, villas y ciudades de Navarra: apellidos navarros*. 2.^a ed. (1996¹). Pamplona: Pamiela.

BELTRÁN FORTES, José (2021) – Las inscripciones del “mausoleo de los Pompeyos” de Torreparedones (Baena, Córdoba). Apuntes sobre las relaciones familiares. *Gerión*. 39:1, pp. 265–294.

BELTRÁN LLORIS, Francisco (2006) – Libia en el siglo I a. E. In ÁLVAREZ CLAVIJO, Pedro, ed. – *Libia: la mirada de Venus. Centenario del descubrimiento de la Venus de Herramélluri (1905–2005)*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, pp. 71–75.

BELTRÁN LLORIS, Francisco (2011) – Lengua e identidad en la Hispania romana. *Palaeohispanica*. 11, pp. 19–59.

BELTRÁN LLORIS, Francisco (2012) – Roma y la epigrafía ibérica sobre piedra del nordeste peninsular. *Palaeohispanica*. 12, pp. 9–30.

BELTRÁN LLORIS, Francisco (2017) – ¿Sedes colegiales indígenas de fecha republicana en Caminreal y Andelo? In RODRÍGUEZ GUTIÉRREZ, Oliva; TRAN, Nicolas; SOLER HUERTAS, Begoña, eds. – *Los espacios de reunión de las asociaciones romanas: diálogos desde la arqueología y la historia, en homenaje a Bertrand Goffaux*. Sevilla: Universidad, pp. 331–344.

BELTRÁN LLORIS, Francisco; JORDÁN CÓLERA, Carlos; DÍAZ ARIÑO, Borja; SIMÓN CORNAGO, Ignacio (2021) – *El Bronce de Novallas (Zaragoza) y la epigrafía celtibérica en alfabeto latino*. Zaragoza: Museo.

BENAGES I OLIVÉ, Jaume (1990) – Escritura ibèrica sobre plom. *Butlletí Arqueològic*. Època V. 12, pp. 41–47.

BÉNÉZET, Jérôme; MONCUNILL MARTÍ, Noemí (2021) – Les plus anciens graffites sur céramiques d'Il·liberis (Elne-66) (V^e–IV^e s. av. n. è.). In LEGER, Claire; RAUX, Stéphanie, eds. – *Des objets et des hommes: études offertes à Michel Feugère*. Montagnac: Monique Mergoil, pp. 51–61.

BLANCO ROBLES, Fernando (2021) – De Iberia a Hispania: la formación de una identidad en la Antigüedad (II). *Hispania Antiqua*. 45, pp. 419–441.

BONET ROSADO, Helena; MATA PARREÑO, Consuelo (1989) – Nuevos grafitos e inscripciones ibéricos valencianos. *Archivo de Prehistoria Levantina*. 19, pp. 131–148.

BURILLO MOZOTA, Francisco (2007²) – *Los celtíberos: etnias y estados*. (1998¹). Barcelona: Crítica.

CABALLOS RUFINO, Antonio (1989) – Los senadores de origen hispano durante la República romana. In GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, Julián, ed. – *Estudios sobre Urso Colonia Iulia Genetiva*. Sevilla: Alfar, pp. 133–153.

CAMPMAJO, Pierre; FERRER I JANÉ, Joan (2010) – Le nouveau corpus d'inscriptions ibériques rupestres de la Cerdagne (1): premiers résultats. *Palaeohispanica*. 10, pp. 249–274.

CAMPMAJO, Pierre; UNTERMANN, Jürgen (1990) – Nouvelles découvertes de graffiti ibériques en Cerdagne: les apports de la culture ibérique en Cerdagne: données contradictoires. In *La Romanització del Pirineu: homenatge al Prof. Dr. Miquel Tarradell i Mateu: 8è Col·loqui Internacional d'Arqueologia de Puigcerdà, del 8 a l'11 de desembre de 1988*. Puigcerdà: Institut d'Estudis Ceretans, pp. 69–78.

CAMPMAJO, Pierre; UNTERMANN, Jürgen (1993) – Les influences ibériques dans la Haute Montagne catalane: le cas de la Cerdagne. In UNTERMANN, Jürgen; VILLAR LIÉBANA, Francisco, eds. – *Lengua y cultura en la Hispania prerromana: actas del V Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica (Colonia, 25–28 de noviembre de 1989)*. Salamanca: Universidad, pp. 499–520.

CARO BAROJA, Julio (1945) – *Materiales para una historia de la lengua vasca en su relación con la latina*. Salamanca: Universidad.

CIÉRBIDE MARTINENA, Ricardo (1996) – Leyre: onomástica del Becerro Antiguo: consideraciones. *Fontes Linguae Vasconum*. 71, pp. 119–134.

CIÉRBIDE MARTINENA, Ricardo (2017) – La onomástica histórica de Navarra. *Huarte de San Juan. Filología y Didáctica de la Lengua*. 17, pp. 6–34.

CIL I² = LOMMATZSCH, Ernst, ed. (1918) – *Corpus Inscriptionum Latinarum. Inscriptiones Latinae antiquissimae. Pars II, fasc. I*. Berlin: Georg Reimer.

CNH = VILLARONGA I GARRIGA, Leandre (1994) – *Corpus nummum Hispaniae ante Augusti aetatem*. Madrid: José A. Herrero, S. A.

COMAS SOLÁ, Monserrat; PADRÓS MARTÍ, Pepita; VELAZA FRÍAS, Javier (2001) – Dos nuevas estelas ibéricas de Badalona. *Palaeohispanica*. 1, p. 291–299.

CORREA RODRÍGUEZ, José Antonio (1992) – Representación gráfica de la oposición de sonoridad en las oclusivas ibéricas (semisilabario levantino). *AIΩN*. 14, pp. 253–291.

CORREA RODRÍGUEZ, José Antonio (1993) – Antropónimos galos y ligures en inscripciones ibéricas. In ADIEGO LAJARA, Ignacio-Javier; SILES RUIZ, Jaime; VELAZA FRÍAS, Javier, eds. – *Studia palaeohispanica et indogermanica J. Untermann ab amicis hispanicis oblata*. Barcelona: Universitat, pp. 101–116.

CORREA RODRÍGUEZ, José Antonio (1994a) – La lengua ibérica. *Revista Española de Lingüística*. 24:2, pp. 263–287.

CORREA RODRÍGUEZ, José Antonio (1994b) – La transcripción de las vibrantes de la escritura paleohispánica. *Archivo de Prehistoria Levantina*. 21, pp. 337–341.

CORREA RODRÍGUEZ, José Antonio (2001) – Las silbantes en ibérico. In VILLAR LIÉBANA, Francisco; FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, María Pilar, eds. – *Religión, lengua y cultura prerromanas de Hispania: actas del VIII Coloquio Internacional sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica, Salamanca, 1999*. Salamanca: Universidad, pp. 305–318.

CORREA RODRÍGUEZ, José Antonio (2009) – Identidad, cultura y territorio en la Andalucía prerromana a través de la lengua y la epigrafía. In WULFF ALONSO, Fernando; ÁLVAREZ MARTI-AGUILAR, Manuel, eds. – *Identidades, culturas y territorios en la Andalucía prerromana*. Sevilla: Universidad; Málaga: Universidad, pp. 273–295.

CORREA RODRÍGUEZ, José Antonio (2016) – *Toponimia antigua de Andalucía*. Sevilla: Universidad.

CORREA RODRÍGUEZ, José Antonio (2021) – Consideraciones sobre tres topónimos prerromanos del sur de Portugal. *Palaeohispanica*. 21, pp. 353–368.

CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo (2011) – Identidad e identidades en el sur de la Península Ibérica en época romana: un problema histórico y geográfico. In SARTORI, Antonio; VALVO, Alfredo, eds. – *Identità e Autonomie nel Mondo Romano Occidentale. Iberia-Italia - Italia-Iberia: III Convegno Internazionale di Epigrafia e Storia Antica, Gargnano, 12-15 maggio 2010*. Faenza: Fratelli Lega Editori, pp. 209–225.

CURA I MORERA, Miquel (1993) – Nous grafits ibèrics en el Molí d'Espígol (Tornabous) i la cronologia de l'escriptura ibèrica a l'interior de Catalunya. *Gala*. 2, pp. 219–225.

CURCHIN, Leonard A. (2008) – Place-names of the Ebro Valley: their linguistic origins. *Palaeohispanica*. 8, pp. 13–33.

CURCHIN, Leonard A. (2011) – Naming the provincial landscape: settlement and toponymy in ancient Catalunya. *Hispania Antiqua*. 35, pp. 301–320.

DE HOZ BRAVO, Javier (1976) – La epigrafía prelatina meridional en Hispania. In JORDÁ CERDÁ, Francisco; DE HOZ BRAVO, Javier; MICHELENA ELISSALT, Luis, eds. – *Actas del I Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica (Salamanca, 27–31 mayo 1974)*. Salamanca: Universidad, pp. 227–317.

DE HOZ BRAVO, Javier (1992) – La inscripción de la falcata. In *Estudios de arqueología ibérica y romana. Homenaje a Enrique Pla Ballester*. Valencia: Diputación Provincial, pp. 330–338.

DE HOZ BRAVO, Javier (1995) – Áreas lingüísticas y lenguas vehiculares en el extremo Mediterráneo occidental. In LANDI, Addolorata, ed. – *L'Italia e il Mediterraneo antico. Atti del Convegno della Società Italiana di Glottologia (Fisciano-Amalfi-Raito, 4–5–6 novembre 1993)*. Pisa: Giardini, pp. 11–44.

DE HOZ BRAVO, Javier (2002) – El complejo sufijal -(e)sken de la lengua ibérica. *Palaeohispanica*. 2, pp. 159–168.

DE HOZ BRAVO, Javier (2003) – Las sibilantes ibéricas. In MARCHESINI, Simona; POCSETTI, Paolo, eds. – *Linguistica è storia. Sprachwissenschaft ist Geschichte. Scritti in onore di Carlo De Simone. Festschrift für Carlo De Simone*. Pisa: Giardini, pp. 85–97.

DE HOZ BRAVO, Javier (2010) – *Historia lingüística de la Península Ibérica en la antigüedad, I. Preliminares y mundo meridional prerromano*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

DE HOZ BRAVO, Javier (2011) – *Historia lingüística de la Península Ibérica, II. El mundo ibérico prerromano y la indoeuropeización*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

DE HOZ BRAVO, Javier (2016) – Los turdetanos. ¿Quiénes eran y qué hablaban? In MAIA, Manuel, ed. – *Atas da Mesa Redonda Turdetânea e Turdetanos*. Castro Verde: Museu da Lucerna, pp. 200–228.

DE HOZ BRAVO, Javier (2018) [2019] – The linguistic situation in the territory of Andalusia. In SINER, Alejandro G.; VELAZA FRÍAS, Javier, eds. – *Palaeohispanic languages and epigraphies*. Oxford: Oxford University Press, pp. 138–159.

DE HOZ BRAVO, Javier (2021) – Epigrafía fenicia y epigrafía palaeohispánica: la introducción de la escritura en el extremo occidente. In COSTA RIBAS, Benjamín; ZAMORA LÓPEZ, José Ángel, eds. – *Fuentes epigráficas fenicio-púnicas en Occidente: XXXII Jornadas de Arqueología Fenicio-Púnica (Eivissa, 2017)*. Eivissa: Museo Arqueológico de Ibiza y Formentera, pp. 51–74.

DELMARRE, Xavier (2007) – *Nomina celtica antiqua selecta inscriptionum: (noms de personnes celtiques dans l'épigraphie classique)*. Paris: Errance.

DELMARRE, Xavier (2019) – *Dictionnaire des thèmes nominaux du gaulois. I: Ab- / Ixs(o)-*. Paris: Les Cent Chemins.

DLG = DELMARRE, Xavier (2003²) – *Dictionnaire de la langue gauloise: une approche linguistique du vieux-celtique continental*. 2^e édition revue et augmentée. (2001¹). Paris: Errance.

EDCS = *Epigraphik-Datenbank Clauss/Slaby* < http://db.edcs.eu/epigr/epi_de.php >.

ESTARÁN TOLOSA, María José (2021) – La latinisation à travers les textes sur céramique: bilinguisme, changement linguistique et «romanisation» de l'épigraphie d'usage quotidien. In BROEKAERT, Wim; DELATTRE, Alain; DUPRAZ, Emmanuel; ESTARÁN TOLOSA, María José, eds. – *L'épigraphie sur céramique: l'instrumentum domesticum, ses genres textuels et ses fonctions dans les sociétés antiques*. Genève: Droz, pp. 265–288.

FARIA, António Marques de (1990–1991) – Antropónimos em inscrições hispânicas meridionais. *Portugalia*. Nova série. 11–12, pp. 73–88.

FARIA, António Marques de (1991a) – [Recensão de] UNTERMANN, J. – *Monumenta Linguarum Hispanicarum. Band III. Die iberischen Inschriften aus Spanien. I. Literaturverzeichnis, Einleitung, Indices. 2. Die Inschriften*. Wiesbaden, Dr. Ludwig Reichert Verlag, 1990. *Conimbriga*. 30, pp. 187–197.

FARIA, António Marques de (1991b) – Epigrafia monetária meridional. *Conimbriga*. 30, pp. 13–22.

FARIA, António Marques de (1992) – [Recensão de] VELAZA, Javier – *Léxico de inscripciones ibéricas: 1976–1989*. Barcelona, 1991, 204 p. *Conimbriga*. 31, pp. 191–195.

FARIA, António Marques de (1992–1993) – Notas a algumas inscrições ibéricas recentemente publicadas. *Portugalia*. Nova Série. 13–14, pp. 277–279.

FARIA, António Marques de (1993) – A propósito do V Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica. *Penélope*. 12, pp. 145–161.

FARIA, António Marques de (1994a) – Nomes de magistrados em moedas hispânicas. *Portugalia*. Nova Série. 15, pp. 33–60.

FARIA, António Marques de (1994b) – Subsídios para o estudo da antroponímia ibérica. *Vipasca*. 3, pp. 65–71.

FARIA, António Marques de (1995a) – Algumas notas de onomástica ibérica. *Portugalia*. Nova Série. 16, pp. 323–330.

FARIA, António Marques de (1995b) – Novas achegas para o estudo da onomástica ibérica e turdetana. *Vipasca*. 4, pp. 79–88.

FARIA, António Marques de (1996) – Nomes de magistrados em moedas hispânicas: correcções e aditamentos. *Conimbriga*. 35, pp. 149–187.

FARIA, António Marques de (1997) – Apontamentos sobre onomástica paleo-hispânica. *Vipasca*. 6, pp. 105–114.

FARIA, António Marques de (1998a) – [Recensão de] QUINTANILLA NIÑO, Alberto – *Estudios de fonología ibérica*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco, 1998. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 1:2, pp. 232–240.

FARIA, António Marques de (1998b) – [Recensão de] ALFARO, C.; ARÉVALO, A.; CAMPO, M.; CHAVES, F.; DOMÍNGUEZ, A.; RIPOLLÈS, P. P. – *Historia monetaria de Hispania antigua*. Madrid: Jesús Vico, S.A. Editores, 1998. 441 p. ISBN 84-8571117-3. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 1:2, pp. 241–256.

FARIA, António Marques de (1998c) – [Recensão de] Javier VELAZA FRÍAS, *Epigrafía y lengua ibéricas* [Cuadernos de Historia; 16], Madrid: Arco Libros, S. L., 1996, 69 pp. *Conimbriga*. 37, pp. 267–271.

FARIA, António Marques de (1998d) – [Recensão de] SILGO GAUCHE, Luis – *Léxico ibérico*. Valencia: Real Academia de Cultura Valenciana, 1994. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 1:1, pp. 228–234.

FARIA, António Marques de (1999) – Novas notas de onomástica hispânica pré-romana. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 2:1, pp. 153–161.

FARIA, António Marques de (2000a) – Onomástica paleo-hispânica: revisão de algumas leituras e interpretações. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 3:1, pp. 121–151.

FARIA, António Marques de (2000b) – Crónica de onomástica paleo-hispânica (1). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 3:2, pp. 61–66.

FARIA, António Marques de (2001a) – Crónica de onomástica paleo-hispânica (2). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 4:1, pp. 95–107.

FARIA, António Marques de (2001b) – [Recensão de] ARÉVALO GONZÁLEZ, A. – *La ciudad de Obulco: sus emisiones monetales*. Sigüenza: Librería Rayuela, 1999. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 4:1, pp. 206–212.

FARIA, António Marques de (2002a) – Crónica de onomástica paleo-hispânica (3). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 5:1, pp. 121–146.

- FARIA, António Marques de (2002b) – Crónica de onomástica paleo-hispânica (4). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 5:2, pp. 233–244.
- FARIA, António Marques de (2003a) – Crónica de onomástica paleo-hispânica (5). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 6:1, pp. 211–234.
- FARIA, António Marques de (2003b) – Crónica de onomástica paleo-hispânica (6). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 6:2, pp. 313–334.
- FARIA, António Marques de (2004a) – Crónica de onomástica paleo-hispânica (7): trezentas e cinquenta observações a Jesús Rodríguez Ramos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 7:1, pp. 273–315.
- FARIA, António Marques de (2004b) – Crónica de onomástica paleo-hispânica (8). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 7:2, pp. 175–192.
- FARIA, António Marques de (2005a) – Crónica de onomástica paleo-hispânica (10). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 8:2, pp. 273–292.
- FARIA, António Marques de (2005b) – Crónica de onomástica paleo-hispânica (9). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 8:1, pp. 163–175.
- FARIA, António Marques de (2006) – Crónica de onomástica paleo-hispânica (11). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 9:1, pp. 115–129.
- FARIA, António Marques de (2007a) – Crónica de onomástica paleo-hispânica (13). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 10:2, pp. 161–187.
- FARIA, António Marques de (2007b) – Crónica de onomástica paleo-hispânica (12). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 10:1, pp. 209–238.
- FARIA, António Marques de (2008a) [2009a] – Crónica de onomástica paleo-hispânica (14). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 11:1, pp. 57–102.
- FARIA, António Marques de (2008b) [2009b] – Crónica de onomástica paleo-hispânica (15). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 11:2, pp. 145–158.
- FARIA, António Marques de (2009) [2010] – Crónica de onomástica paleo-hispânica (16). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 12:2, pp. 157–175.
- FARIA, António Marques de (2010) [2011] – Crónica de onomástica paleo-hispânica (17). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 13, pp. 89–106.
- FARIA, António Marques de (2011) [2012] – Crónica de onomástica paleo-hispânica (18). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 14, pp. 147–186.
- FARIA, António Marques de (2012) – Crónica de onomástica paleo-hispânica (19). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 15, pp. 87–112.
- FARIA, António Marques de (2013) – Crónica de onomástica paleo-hispânica (20). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 16, pp. 187–212.
- FARIA, António Marques de (2014) – Crónica de onomástica paleo-hispânica (21). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 17, pp. 167–192.
- FARIA, António Marques de (2015) – Crónica de onomástica paleo-hispânica (22). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 18, pp. 125–146.
- FARIA, António Marques de (2016) – Crónica de onomástica paleo-hispânica (23). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 19, pp. 155–174.
- FARIA, António Marques de (2016) [2017] – Crónica de onomástica paleo-hispânica (25). *Arse*. 50, pp. 109–139.
- FARIA, António Marques de (2017) – Crónica de onomástica paleo-hispânica (24). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 20, pp. 83–99.
- FARIA, António Marques de (2018a) – Crónica de onomástica paleo-hispânica (27). *Estudios de Lenguas y Epigrafía Antiguas*. 17, pp. 75–137.
- FARIA, António Marques de (2018b) – Crónica de onomástica paleo-hispânica (26). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 21, pp. 115–130.
- FARIA, António Marques de (2019) – Crónica de onomástica paleo-hispânica (28). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 22, pp. 55–78.
- FARIA, António Marques de (2020a) – Crónica de onomástica paleo-hispânica (29). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 23, pp. 51–72.

FARIA, António Marques de (2020b) – Notas soltas de numismática hispànica (com um apêndice norte-africano). *Hécate*. 7, pp. 1–19.

FARIA, António Marques de (2020c) – Topónimos e antropónimos em moedas hispánicas: algumas notas historiográficas. In DE FRANCISCO OLMOS; José María; RETAMERO SERRALVO, Félix, eds. – *Homenaje a Josep Pellicer i Bru*. Barcelona: Asociación Numismática Española, pp. 11–27.

FARIA, António Marques de (2021) – Crònica de onomàstica paleo-hispànica (30). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 24, pp. 83–100.

FERRER I JANÉ, Joan (2005) [2006] – Novetats sobre el sistema dual de diferenciació gràfica de les oclusives sordes i sonores. *Palaeohispanica*. 5, pp. 957–982.

FERRER I JANÉ, Joan (2006) [2008] – Nova lectura de la inscripció ibèrica de La Joncosa (Jorba, Barcelona). *Veleia*. 23, pp. 129–170.

FERRER I JANÉ, Joan (2007) [2008] – Sistemes de marques de valor lèxiques en monedes ibèriques. *Acta Numismàtica*. 37, pp. 53–73.

FERRER I JANÉ, Joan (2010) [2011] – El sistema dual de l'escriptura ibèrica sud-oriental. *Veleia*. 27, pp. 69–113.

FERRER I JANÉ, Joan (2012) – **Šaleitařtin**: testimoni múltiple d'un antropònim ibèric al jaciment de Can Rossó (Argençola). *Revista d'Arqueologia de Ponent*. 22, pp. 143–151.

FERRER I JANÉ, Joan (2018a) – El signo S65 de la escritura paleohispànica meridional: a propósito de la inscripción de la necrópolis de Piquía (Arjona, Jaén). *Estudios de Lenguas y Epigrafía Antiguas*. 17, pp. 138–180.

FERRER I JANÉ, Joan (2018b) – Revisión de las inscripciones ibéricas rupestres del abrigo del Tarragón (Losa del Obispo): primeros resultados. *Estudios de Lenguas y Epigrafía Antiguas*. 15, pp. 221–261.

FERRER I JANÉ, Joan (2018c) – A la recerca dels teònims ibèrics: a propòsit d'una nova lectura d'una inscripció ibèrica rupestre d'Oceja (Cerdanya). In VALLEJO RUIZ, José María; IGARTUA UGARTE, Iván; GARCÍA CASTILLERO, Carlos, eds. – *Studia philologica et diachronica in honorem Joaquín Gorrochategui*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco, pp. 101–126.

FERRER I JANÉ, Joan (2019) – Construint el panteó ibèric amb l'ajut de les inscripcions ibèriques rupestres. *Ker*. 13, pp. 42–57.

FERRER I JANÉ, Joan (2021a) – La escritura turdetana en el contexto de las escrituras paleohispánicas. In MONCUNILL MARTÍ, Noemí; RAMÍREZ SÁNCHEZ, Manuel, eds. – *Aprender la escritura, olvidar la escritura: nuevas perspectivas sobre la historia de la escritura en el Occidente romano*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco, pp. 67–94.

FERRER I JANÉ, Joan (2021b) – El text ocult del palimpsest del segon plom ibèric de Yátova (València). *Veleia*. 38, pp. 57–90.

FERRER I JANÉ, Joan (2021c) – Dos nous fragments de làmines de plom amb inscripcions ibèriques nord-orientals procedents d'una col·lecció particular. *Liburna*. 18, pp. 91–111.

FERRER I JANÉ, Joan (2021d) – Panorama actual de la epigrafia rupestre ibèrica. In BROEKAERT, Wim; DELATTRE, Alain; DUPRAZ, Emmanuel; ESTARÁN TOLOSA, María José, eds. – *L'épigraphie sur céramique: l'instrumentum domesticum, ses genres textuels et ses fonctions dans les sociétés antiques*. Genève: Droz, pp. 197–218.

FERRER I JANÉ, Joan (2021) [2022] – L'abecedari ibèric no dual de l'Esquirol i altres novetats d'epigrafia ibèrica rupestre ausetana. *Revista d'Arqueologia de Ponent*. 31, pp. 79–103.

FERRER I JANÉ, Joan; MONCUNILL MARTÍ, Noemí; VELAZA FRÍAS, Javier (2020) – Une nouvelle inscription rupestre latine d'Err (Pyrénées-Orientales). *Latomus*. 79, pp. 78–90.

FERRER I JANÉ, Joan; OLESTI VILA, Oriol; VELAZA FRÍAS, Javier (2020) – Les quatuorvirs ibères de *Iulia Lybica*: une inscription rupestre latine exceptionnelle à Osséja. *Sources*. 7, pp. 29–42.

FERRER I JANÉ, Joan; SINER, Alejandro G. (2019) – Baitolo, una doble inscripción ibérica en un cepo de ancla de plomo del siglo I a.C. *Palaeohispanica*. 19, pp. 147–167.

FERRER I JANÉ, Joan; VELAZA FRÍAS, Javier; OLESTI VILA, Oriol (2018) – Nuevas inscripciones rupestres latinas de Oceja y los *IIIviri* ibéricos de *Iulia Lybica*. *Dialogues d'Histoire Ancienne*. 44:1, pp. 169–195.

FERRER I JANÉ, Joan; VELAZA FRÍAS, Javier; QUIXAL SANTOS; David; SERRANO CASTELLANO, Ana; MATA PARREÑO, Consuelo;

PASÍES OVIEDO, Trinidad; GALLELLO, Gianni (2021) – Una pequeña lámina de plomo con inscripción ibérica de paleografía arcaica del Pico de los Ajos (Yátova, València). *Veleia*. 38, pp. 91–109.

FLETCHER VALLS, Domingo (1984) – Un plomo ibérico de la comarca de Enguera (Valencia). *Arse*. 19, pp. 404–414.

GARCÍA ALONSO, Juan Luis (2022) – Towards a language map of southern Hispania: onomastic arguments. *Voprosi Onomastiki*. 19:1, pp. 45–65.

GARCIA-BELLIDO GARCÍA DE DIEGO, María Paz (1990) – *El tesoro de Mogente y su entorno monetar*. València: Conselleria de Cultura, Educació i Ciència.

GARCÍA FERNÁNDEZ; Francisco José (2012) – Tartesios, túrdulos, turdetanos: realidad y ficción de la homogeneidad étnica de la Bética Romana. In SANTOS YANGUAS, Juan; CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo, eds. – *Romanización, fronteras y etnias en la Roma Antigua: el caso hispano*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco, pp. 691–734.

GARCÍA FERNÁNDEZ; Francisco José; GARCÍA VARGAS, Enrique (2020–2021) – La baja época de la cultura ibérica en Turdetania. *Boletín de la Asociación Española de Amigos de la Arqueología*. 51, pp. 71–111.

GARCÍA SÁNCHEZ, Jairo Javier (2003) – *Ocaña, Nambroca, Recas* y otros nombres de lugar, ¿repoblación vascófona en Toledo?. *Revista de Filología Española*. 83, pp. 145–160.

GAVEL, Henri (1921) – Éléments de phonétique basque. *Revista Internacional de los Estudios Vascos*. 12:1, pp. 2–536.

GIMENO PASCUAL, Helena; VELAZA FRÍAS, Javier (2021) – *Salagin*: un nuevo teónimo en una inscripción de Riotinto (Huelva). *Epigraphica*. 83:1–2, pp. 201–208.

GÓMEZ-MORENO MARTÍNEZ, Manuel (1949) – *Misceláneas. Historia–arte–arqueología*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

GÓMEZ-PANTOJA FERNÁNDEZ-SALGUERO, Joaquín (2019) – La epigrafía pobre. In ALVAR ESQUERRA, Antonio, ed. – *Siste viator: la epigrafía en la antigua Roma*. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, pp. 145–149.

GORROCHATEGUI CHURRUCA, Joaquín (1984) – *Estudio sobre la onomástica indígena de Aquitania*. Bilbao: Universidad del País Vasco.

HEp = *Hispania Epigraphica*.

HERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, Juan Sebastián (1998) – Los *Vibii Pac(c)iaeci* de la Bética: una familia de *hispanienses* mal conocida. *Faventia*. 20:2, pp. 163–176.

HERRERA RANDO, Javier (2019) – Magistrados locales y lenguas indígenas en el Occidente Romano. *Athenaeum*. 107:2, pp. 357–387.

HERRERA RANDO, Javier (2021) – Epigrafía pública y latinización en el sur de Hispania. In MONCUNILL MARTÍ, Noemí; RAMÍREZ SÁNCHEZ, Manuel, eds. – *Aprender la escritura, olvidar la escritura: nuevas perspectivas sobre la historia de la escritura en el Occidente romano*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco, pp. 119–145.

HOLDER, Alfred (1904) – *Alt-celtischer Sprachschatz. Zweiter Band: I–T*. Leipzig: Teubner.

IRIGARAY IRIGARAY, Angel (1955) – Antropónimos medioevales de Navarra. *Príncipe de Viana*. 61, pp. 495–506.

IRIGOYEN ECHEVARRÍA, Alfonso (1985) – Sobre los topónimos *Oca* y su entorno. In MELENA JIMÉNEZ, José Luis, ed. – *Symbolae Ludovico Mitxelena septuagenario oblatae. Pars altera*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco, pp. 1007–1016.

IRIGOYEN ECHEVARRÍA, Alfonso (1994) – *Pertsona – izenak euskaraz nola eman*. Bilbao: Deustuko Unibersitatea.

KAJANTO, Iiro (1965) – *The Latin cognomina*. Helsinki: Societas Scientiarum Fennica.

LAMBERT, Pierre-Yves (2003²) – *La langue gauloise*. Édition revue et augmentée. (1994¹). Paris: Errance.

LEFEBVRE, Sabine (2006) – Les migrations des *Africani* en péninsule ibérique: quelle vérité?. In CABALLOS RUFINO, Antonio; DEMOUGIN, Ségolène, eds. – *Migrare: la formation des élites dans l'Hispanie romaine*. Bordeaux: Ausonius, pp. 101–203.

LEJEUNE, Michel; POUILLOUX, Jean; SOLIER, Yves (1988) – Etrusque et ionien archaïques sur un plomb de Pech Maho (Aude). *Revue Archéologique de Narbonnaise*. 21, p. 19–59.

LHANDE HEGUY, Pierre (1926) – *Dictionnaire basque-français et français-basque (dialectes labourdin, bas-navarrais et souletin), d'après la Dictionnaire basque-espagnol-français de l'Abbé R. M. de Askúe et les dictionnaires manuscrits des Abbés M. Harriet, M. Hiribarren et Pierre Foix*. Paris: Gabriel Beauchesne.

LUJÁN MARTÍNEZ, Eugenio Ramón (2003) – Gaulish personal names: an update. *Études Celtiques*. 35, pp. 181–247.

LUJÁN MARTÍNEZ, Eugenio Ramón; LÓPEZ FERNÁNDEZ, Aránzazu (2017) – Nuevas inscripciones paleohispánicas del Museo Arqueológico de Sevilla. *Palaeohispanica*. 17, pp. 125–139.

MARINER BIGORRA, Sebastián (1972) – Adaptaciones latinas de términos hispánicos. In *Homenaje a Antonio Tovar ofrecido por sus discípulos, colegas y amigos*. Madrid: Gredos, pp. 283–299.

MARINER BIGORRA, Sebastián (1979) – La distribución de los fonemas ibéricos según textos en escritura griega y en semisilabario y según onomástica transmitida. In TOVAR LLORENTE, Antonio; FAUST, Manfred; FISCHER, Franz; KOCH, Michael, eds. – *Actas del II Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica (Tübingen, 17–19 de junio de 1976)*. Salamanca: Universidad, pp. 69–79.

MARTÍNEZ SÁENZ DE JUBERA, Martín; GONZÁLEZ PERUJO, José María (1998) – Onomástica vasca en la Rioja. *Fontes Linguae Vasconum*. 79, pp. 475–496.

MATASOVIĆ, Ranko (2009) – *Etymological dictionary of Proto-Celtic*. Leiden: Brill.

MAYER I OLIVÉ, Marc (2012) – La epigrafía. In AQUILUÉ ABADÍAS, Xavier, ed. – *Ciudades romanas de Hispania, 6. Empúries – Municipium Emporiae*. Roma: «L'Erma» di Breschneider, pp. 126–131.

MÉRIMÉE, Prosper (1844) – Inscriptions romaines de Baena. *Revue Archéologique*. 1, pp. 176–181.

MICHELENA ELISSALT, Luis (1958) – Hispánico antiguo y vasco. *Archivum*. 8, pp. 33–47.

MICHELENA ELISSALT, Luis (1972) – Nota marginal sobre la huella latina en la lengua vasca. *Fontes Linguae Vasconum*. 4, pp. 5–25.

MICHELENA ELISSALT, Luis (1977²) – *Fonética histórica vasca*. 2.^a ed. (1961¹) San Sebastián: Diputación Foral de Guipúzcoa.

MICHELENA ELISSALT, Luis (1987) [1969] – Notas sobre los nombres de persona en la Navarra medieval. In *Palabras y textos*. Bilbao: Universidad del País Vasco, pp. 119–140 [= *Fontes Linguae Vasconum*. 1, pp. 33–54].

MICHELENA ELISSALT, Luis (1997³) – *Apellidos vascos*. 5.^a ed. (1953¹). San Sebastián: Txertoa.

MICHELENA ELISSALT, Luis; YRIGARAY YRIGARAY, Ángel (1955) – Nombres vascos de persona. *Anuario del Seminario de Filología Vasca «Julio de Urquijo»*. 2, pp. 107–127.

MICHELENA ELISSALT, Luis; YRIGARAY YRIGARAY, Ángel (1958) – Nombres vascos de persona. In CORTÉS VÁZQUEZ, Luis; GARCÍA BLANCO, Manuel; TOVAR LLORENTE, Antonio, eds. – *Cinquième Congrès international de toponymie et d'anthroponymie Salamanca, 12–15 avril 1955. Actes et memoires / Fifth International Congress of Toponymy and Anthroponymy, Salamanca, 12th–15th April 1955. Proceedings and transactions*. Salamanca: Universidad, pp. 73–92.

MLH II = UNTERMANN, Jürgen (1980) – *Monumenta Linguarum Hispanicarum. Band II: die Inschriften in iberischer Schrift aus Südfrankreich*. Wiesbaden: Dr. Ludwig Reichert.

MLH III 1 = UNTERMANN, Jürgen (1990) – *Monumenta Linguarum Hispanicarum. Band III: die iberischen Inschriften aus Spanien. 1. Literaturverzeichnis, Einleitung, Indices*. Wiesbaden: Dr. Ludwig Reichert.

MLH III 2 = UNTERMANN, Jürgen (1990) – *Monumenta Linguarum Hispanicarum. Band III: die iberischen Inschriften aus Spanien. 2. Die Inschriften*. Wiesbaden: Dr. Ludwig Reichert.

MLH V 2 = MONCUNILL MONCUNILL, Noemí; VELAZA FRÍAS, Javier (2019) – *Monumenta Linguarum Hispanicarum. Band V, 2: Lexikon der iberischen Inschriften | Léxico de las inscripciones ibéricas*. Wiesbaden: Dr. Ludwig Reichert.

MLH VI = UNTERMANN, Jürgen (2018) – *Monumenta Linguarum Hispanicarum. Band VI: die vorrömische einheimische Toponymie*

des antiken Hispanien. Wiesbaden: Dr. Ludwig Reichert.

MONCUNILL MARTÍ, Noemí (2010) – *Els noms personals ibèrics en l'epigrafia antiga de Catalunya*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans.

MONCUNILL MARTÍ, Noemí (2012) – El orden de los formantes antroponímicos en la lengua ibérica. *Estudios de Lenguas y Epigrafía Antiguas*. 12, pp. 189–217.

MONCUNILL MARTÍ, Noemí (2017) – Indigenous naming practices in the Western Mediterranean: the case of Iberian. *Studia Antiqua et Archaeologica*. 23:1. pp. 7–20.

MONCUNILL MARTÍ, Noemí (2019) – From Iberians to Romans: the latinization of Iberian onomastics through Latin epigraphic evidence. *Phoenix*. 73:1–2, pp. 134–163.

MONCUNILL MARTÍ, Noemí (2020) – Se nommer devant l'autre. L'adaptation des noms ibériques à la formule onomastique romaine. In RUIZ DARASSE, Coline, ed. – *Comment s'écrit l'autre? Sources épigraphiques et papyrologiques dans le monde méditerranéen antique*. Pessac: Ausonius, pp. 173–189.

MONCUNILL MARTÍ, Noemí (2021) – Variación y continuidad en la onomástica personal de los iberos (s. V a.C. – II d.C.). *Palaeohispanica*. 21, pp. 435–465.

MONCUNILL MARTÍ, Noemí; VELAZA FRÍAS, Javier (2020) – Iberian. *Palaeohispanica*. 20, pp. 591–629.

MORET, Pierre (2011) – ¿Dónde estaban los *Turdetani*? Recovecos y metamorfosis de un nombre, de Catón a Estrabón. In ÁLVAREZ MARTÍ-AGUILAR, Manuel, ed. – *Fenicios en Tartessos: nuevas perspectivas*. Oxford: Archaeopress, pp.233–248.

MORET, Pierre (2017) – *Des noms à la carte: figures antiques de l'Ibérie et de la Gaule*. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá; Sevilla: Universidad.

MORET, Pierre (2018) – Historians vs. geographers: divergent uses of the ethnic name Turdetania in the Greek and Roman tradition. In CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo, ed. – *Roman Turdetania: romanization, identity and socio-cultural interaction in the south of the Iberian Peninsula between the 4th and 1st centuries BCE*. Leiden; Boston, MA: Brill, pp. 13–33.

OBRADOR CURSACH, Bartomeu; DE NICOLÁS MASCARÓ, Joan C.; MÚRCIA SÀNCHEZ, Carles (2020) – L'epigrafia antiga dels hipogeus de Menorca. *Pyrenae*. 51:2, pp. 31–67.

ORDUÑA AZNAR, Eduardo (2005) – *Segmentación de textos ibéricos y distribución de los segmentos*. Tesis doctoral inédita, dirigida por J. de Hoz y R. Pedrero. Madrid: UNED.

ORDUÑA AZNAR, Eduardo (2021a) – Onomástica ibérica y vascoaquitana: nuevos planteamientos. *Palaeohispanica*. 21, pp. 467–494.

ORDUÑA AZNAR, Eduardo (2021b) – La teoría vasco-ibérica. In SINER, Alejandro G.; VELAZA FRÍAS, Javier, eds. – *Lenguas y epigrafías paleohispánicas*. Barcelona: Bellaterra, pp. 247–268.

ORIBE FERNÁNDEZ, Alfredo (2011) [2013] – Jatorri antroponimikodun toponimia euskal lurretan: 25 leku izen. *Anuario del Seminario de Filología Vasca «Julio de Urquijo»*. 45:1, pp. 327–360.

ORPUSTAN, Jean-Baptiste (1999) – *La langue basque au Moyen Age (IX^e–XV^e siècles)*. Baigorri: Izpegi.

PADILLA MONGE, Aurelio (2006) – La integración de las oligarquías indígenas en las elites coloniales del Sur de Hispania. In CABALLOS RUFINO, Antonio; DEMOUGIN, Ségolène, eds. – *Migrare: la formation des élites dans l'Hispanie romaine*. Bordeaux: Ausonius, pp. 205–240.

PANOSA DOMINGO, María Isabel (2001) Novedades de epigrafía ibérica en Cataluña y algunos aspectos metodológicos. In VILLAR LIÉBANA, Francisco; FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, María Pilar, eds. *Religión, lengua y cultura prerromanas de Hispania: actas del VIII Coloquio Internacional sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica, Salamanca, 1999*. Salamanca: Universidad, pp. 511–540.

PANOSA DOMINGO, María Isabel (2015) – *Inscripcions ibèriques de les comarques de Tarragona*. Tarragona: Institut Català d'Arqueologia Clàssica.

- PÉREZ OROZCO, Santiago (1993) – Observaciones sobre los sufijos ibéricos. *Fontes Linguae Vasconum*. 63, pp. 221–229.
- PÉREZ OROZCO, Santiago (2007) – Sobre la posible interpretación de algunos componentes de la onomástica ibérica. *Estudios de Lenguas y Epigrafía Antiguas*. 8, pp. 89–117.
- PÉREZ OROZCO, Santiago (2009) [2010] – Sufijos nominales protohispánicos: los étnicos y gentilicios. *Arse*. 43, pp. 33–50.
- PÉREZ ROJAS, Manuel (1983) – La estela ibérica de Caspe: introducción a su estudio. *Archivo Español de Arqueología*. 56, pp. 269–285.
- PÉREZ VILATELA, Luciano (1992) – Ibérico “egiar” en un epígrafe de Caminreal (Teruel). In *Estudios de arqueología ibérica y romana. Homenaje a Enrique Pla Ballester*. Valencia: Diputación Provincial, pp. 351–360.
- PÉREZ VILATELA, Luciano (1993) – Primitiva zona geográfica de aplicación del corónimo «Iberia». *Faventia*. 15, pp. 29–44.
- PETERSON, David (2009) – *Frontera y lengua en el Alto Ebro, siglos VIII-XI: las consecuencias e implicaciones de la invasión musulmana*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos.
- PINA POLO, Francisco (2003 [2004]) – ¿Por qué fue reclutada la *turma Salluitana* en Salduie?. *Gerión*. 21:1, pp. 197–204.
- PRÓSPER PÉREZ, Blanca María (2019) – Celtic and Venetic in contact: the dialectal attribution of the personal names in the Venetic record. *Zeitschrift für celtische Philologie*. 66:1, pp. 131–176.
- QUINTANILLA NIÑO, Alberto (1998) – *Estudios de fonología ibérica*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco.
- REGUERO UGARTE, Urtzi (2011) – Erdi aroko euskararen corpora osatzeko ekarpena. *Anuario del Seminario de Filología Vasca «Julio de Urquijo»*. 45:2, pp. 153–233.
- RIPOLLÈS ALEGRE, Pere Pau; SINER, Alejandro G. (2019) – Coin evidence for Palaeohispanic languages. In SINER, Alejandro G.; VELAZA FRÍAS, Javier, eds. – *Palaeohispanic languages and epigraphies*. Oxford: Oxford University Press, pp. 365–395.
- RIPOLLÈS ALEGRE, Pere Pau; SINER, Alejandro G. (2021) – Testimonios numismáticos de las lenguas paleohispánicas. In SINER, Alejandro G.; VELAZA FRÍAS, Javier, eds. – *Lenguas y epigrafías paleohispánicas*. Barcelona: Bellaterra, pp. 397–429.
- RODRÍGUEZ RAMOS, Jesús (2002) [2003] – Índice crítico de formantes de compuesto de tipo onomástico en la lengua íbera. *Cypsel*. 14, pp. 251–275.
- RODRÍGUEZ RAMOS, Jesús (2002–2003) [2004] – Revisión de algunas lecturas de las inscripciones íberas levantinas no monetales publicadas en los *Monumenta Linguarum Hispanicarum*. *Pyrenae*. 33–34, pp. 365–373.
- RODRÍGUEZ RAMOS, Jesús (2002–2003) [2005] – ¿Existe el doble sufijo de “genitivo” -AR -EN en la lengua íbera?. *Quaderns de Prehistòria i Arqueologia de Castelló*. 23, pp. 251–255.
- RODRÍGUEZ RAMOS, Jesús (2014) – Nuevo índice crítico de formantes de compuestos de tipo onomástico íberos. *ArqueoWeb*. 15, pp. 81–238 < <http://webs.ucm.es/info/arqueoweb/pdf/15/RodriguezRamos.pdf> > [consulta: 09-05-21].
- RODRÍGUEZ RAMOS, Jesús (2018) – Estudio de fenómenos consonánticos de la lengua íbera. *Veleia*. 35, pp. 189–211.
- SABATÉ VIDAL, Víctor (2021) – *Inscribed lead tablets from the ancient western Mediterranean. Tesi doctoral*. Barcelona: Universitat < <http://hdl.handle.net/2445/176593> > [consulta: 27-03-22].
- SALABERRI ZARATIEGI, Patxi (2003) – *Euskal deiturategia: patronimia*. Bilbo: Udako Euskal Unibertsitatea.
- SALABERRI ZARATIEGI, Patxi (2006) – Sobre los nombres de Ujué. *Euskera*. 51:2, pp. 693–711.
- SALABERRI ZARATIEGI, Patxi (2009) – Izen ttipiak euskaraz. Bilbo / Bilbao: Euskaltzaindia = Real Academia de la Lengua Vasca.
- SALABERRI ZARATIEGI, Patxi (2011) – Sobre el sufijo occidental -ika y otras cuestiones de toponimia vasca. *Fontes Linguae Vasconum*. 113, pp. 139–176.
- SALABERRI ZARATIEGI, Patxi (2013) [2015] – Topónimos alaveses de base antroponímica terminados en -iz, -ez y -ona / -oa. *Lapurum*. 17, pp. 201–220.

SALABERRI ZARATIEGI, Patxi (2015) – *Araba / Álava. Los nombres de nuestros pueblos*. [Bilbao]: Euskaltzaindia = Real Academia de la Lengua Vasca.

SALABERRI ZARATIEGI, Patxi (2017) – Estudio de los nombres de los pueblos y despoblados del valle de Gesalatz (Navarra). *Fontes Linguae Vasconum*. 124, pp. 219–250.

SARKISIAN, Vahan (1998) – Estudios toponímicos vascos (reconstrucción interna). *Fontes Linguae Vasconum*. 79, pp. 407–415.

SCHUCHARDT, Hugo (1907) – Die iberische Deklination. *Sitzungsberichte der Wiener Akademie der Wissenschaften, Philologisch-historische Klasse*. 157:2, pp. 1–90.

SCHUCHARDT, Hugo (1909) – Iberische Personennamen. *Revue Internationale des Etudes Basques*. 3:3, pp. 237–247.

SILGO GAUCHE, Luis (1994) – *Léxico ibérico*. Valencia: Real Academia de Cultura Valenciana.

SILGO GAUCHE, Luis (2009) [2010] – La antroponimia ibérica de la *Turma Salluitana*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 12:2, pp. 139–155.

SILGO GAUCHE, Luis (2013) – *Estudio de toponimia ibérica: la toponimia de las fuentes clásicas, monedas e inscripciones*. Valencia: Vision Libros.

SILGO GAUCHE, Luis (2020) – Miscelánea ibérica y vasca. *Estudios de Lenguas y Epigrafía Antiguas*. 8, pp. pp. 125–152.

SIMÓN CORNAGO, Ignacio (2013) – *Los soportes de la epigrafía paleohispánica: inscripciones sobre piedra, bronce y cerámica*. Zaragoza: Universidad; Sevilla: Universidad.

SIMÓN CORNAGO, Ignacio (2015) – *Tanniber*: un productor de metal de posible origen ibérico. *Pallas*. 97, pp. 181–192.

SIMÓN CORNAGO, Ignacio (2020) – *Nombres ibéricos en inscripciones latinas*. Pisa; Roma: Fabrizio Serra.

SIMÓN CORNAGO, Ignacio (2021) – Los ostraka ibéricos. In BROEKAERT, Wim; DELATTRE, Alain; DUPRAZ, Emmanuel; ESTARÁN TOLOSA, María José, eds. – *L'épigraphie sur céramique: l'instrumentum domesticum, ses genres textuels et ses fonctions dans les sociétés antiques*. Genève: Droz, pp. 311–327.

SOLIER, Yves (1979) – Découverte d'inscriptions sur plombs en écriture ibérique dans un entrepôt de Pech Maho (Sigeon). *Revue Archéologique de Narbonnaise*. 12, pp. 55–123.

STANNARD, Clive; SINNER, Alejandro G.; FERRANTE, Marco (2019) – Trade between Minturnae and Hispania in the Late Republic. *The Numismatic Chronicle*. 179, pp. 123–171.

ÁLVAREZ MELERO, Anthony (2018) – *D'une rive à l'autre*. Los contactos entre Hispania y las provincias africanas desde el punto de vista de la onomástica. In ÁLVAREZ MELERO, Anthony; ÁLVAREZ-OSSORIO RIVAS, Alfonso; BERNARD, Gwladys; TORRES GONZÁLEZ, Víctor Andrés, eds. – *Fretum Hispanicum: nuevas perspectivas sobre el Estrecho de Gibraltar durante la Antigüedad*. Sevilla: Universidad, pp. 185–204.

TOVAR LLORENTE, Antonio (1989) – *Iberische Landeskunde, II. 3. Tarraconensis*. Baden-Baden: Valentin Koerner.

UHLENBECK, Christian Cornelius (1910) – Contribution à une phonétique comparative des dialectes basques (fin). *Revista Internacional de los Estudios Vascos*. 4:1, pp. 65–120.

UNTERMANN, Jürgen (1969) – Lengua gala y lengua ibérica en la Galia Narbonensis. *Archivo de Prehistoria Levantina*. 12, pp. 99–161.

UNTERMANN, Jürgen (1996) – Onomástica. In BELTRÁN LLORIS, Francisco; DE HOZ BRAVO, Javier; UNTERMANN, Jürgen, eds. – *El tercer bronce de Botorrita*. Zaragoza: Departamento de Educación y Cultura, Diputación General de Aragón, pp. 109–166.

UNTERMANN, Jürgen (1994–1995) [1997] – El tercer bronce de Botorrita y la antroponimia ibérica. *Arse*. 28–29 [número especial dedicado a Domingo Fletcher Valls], pp. 135–145.

VALLEJO RUIZ, José María (2021) – Sistemas de derivación en la antroponimia antigua de la Península Ibérica. *Studia Historica. Historia Antigua*. 39, pp. 163–181.

VAN EYS, Willem J. (1873) – *Dictionnaire basque-français*. Paris: Maisonneuve; London: Williams & Norgate.

VELAZA FRÍAS, Javier (1991) – *Léxico de inscripciones ibéricas (1976–1989)*. Barcelona: Universitat.

VELAZA FRÍAS, Javier (2015) – *Salaeco: un teónimo ibérico*. *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*. 194, pp. 290–291.

VELAZA FRÍAS, Javier (2016) – *Chronica epigraphica iberica XIII (2015)*. *Palaeohispanica*. 16, pp. 343–358.

VELAZA FRÍAS, Javier (2021) – La epigrafía paleohispánica sobre láminas de plomo: algunas reflexiones generales. In BARATTA, Giulia, ed. – *Plumbum litteratum. Studia epigraphica Giovanni Mennella oblata*. Roma: Scienze e Lettere, pp. 49–62.

VICENTE REDÓN, Jaime D.; PUNTER GÓMEZ, María Pilar; ESCRICHE JAIME, Carmen; HERCE SAN MIGUEL, Ana Isabel (1991) – La Caridad (Caminreal, Teruel). In *La casa urbana hispanorromana (Zaragoza, 16 al 18 de noviembre de 1988)*. Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”, pp. 81–129.

VICENTE REDÓN, Jaime D.; PUNTER GÓMEZ, María Pilar; ESCRICHE JAIME, Carmen; HERCE SAN MIGUEL, Ana Isabel (1993) – Las inscripciones de la “casa de Likine”. In UNTERMANN, Jürgen; VILLAR LIÉBANA, Francisco, eds. – *Lengua y cultura en la Hispania prerromana: actas del V Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica (Colonia, 25–28 de noviembre de 1989)*. Salamanca: Universidad, pp. 747–772.

VIDAL MORENO, Joan Carles (2015) – *Toponimia ibérica*. Barcelona: Editorial Sunya.

VILÀ I BOTA, María del Vilar (1996) – Àmfora amb inscripció llatina i grafit ibèric. *Pyrenae*. 27, pp. 295–299.

VILLAR LIÉBANA, Francisco (2000) – *Indoeuropeos y no indoeuropeos en la Hispania prerromana: las poblaciones y las lenguas prerromanas de Andalucía, Cataluña y Aragón según la información que nos proporciona la toponimia*. Salamanca: Universidad.

YARZA URQUIOLA, Valeriano (2015) – Notas sobre toponimia de origen romano en Bizkaia. *Fontes Linguae Vasconum*. 120, pp. 345–384.

Cerâmica e animais: representações zoomórficas em *terra sigillata* hispânica

Macarena Bustamante Álvarez* | mbustamante@ugr.es
Cleia Detry** | cdetry@gmail.com

* Universidad de Granada. Uniarq - Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa

** Uniarq - Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

As autoras escrevem segundo o Acordo Ortográfico de 1945

Resumo

Este artigo apresenta uma primeira aproximação das representações de animais presentes nas decorações de um tipo específico de cerâmica de elevada qualidade, muito comum no Período Romano da Península Ibérica — a *terra sigillata* hispânica — provenientes de alguns centros de produção.

Os animais identificados nestas cerâmicas são sobretudo mamíferos e aves, alguns são domésticos mas a grande maioria trata-se de animais selvagens ou mesmo não autóctones, demonstrando que estas imagens visam focar animais que fazem parte do quotidiano e também do imaginário mágico-religioso dos romanos.

Abstract

This article analyzes the animal representations present in a specific type of ceramics, very common in the Iberian Roman period — Hispanian Samian ware — which comes from different workshops.

The animals identified in these ceramics were mainly mammals and birds, some are domestic animals but most of them are wild animals and in some cases non autochthonous, showing that these images intend to focus on animals that are part of the daily and also of the magic and religious imaginary of the Romans.

Introdução

Apresentamos uma primeira aproximação às figuras zoomórficas representadas sobre uma das categorias cerâmicas mais amplamente consumida na Península Ibérica e que é conhecida como *terra sigillata* hispânica (Mezquíriz, 1961). Este trabalho tem como objetivo propor um método de estudo que sirva de base para a futura realização de uma pesquisa mais aprofundada.

Este tipo de cerâmica conta com inúmeras representações de motivos zoomorfos que ainda não foram, até ao momento, analisadas do ponto de vista do cruzamento de informações entre a arqueofauna e a iconografia. A ampla variedade de animais representados permite conhecer dados interessantes sobre o paleo-ambiente da época, a idiossincrasia do Romano perante os animais e, inclusive, a importação de animais de outros pontos do Império¹.

Da mesma forma, há a desvantagem de serem representações de formato muito pequeno, dificultando assim a avaliação de características morfológicas que nos permitam uma identificação geral.

Estas imagens serão comparadas com o registo arqueológico dos locais em que foram encontrados. *A priori*, esta colecção iconográfica não representa os animais mais consumidos na paleodietária hispano-romana. Uma forte carga mágica e simbólica parece ser a grande motivação para a representação destes animais.

Também valorizaremos a iconografia dos principais animais representados em outros meios de suporte, a fim de verificar se há traços comuns ou se o fenómeno capturado na TSH é pontual e relacionado com uma prática particular das cerâmicas sobre as quais estão posicionados.

Para apresentar esta primeira aproximação iremos basear-nos nos *corpora* de representações publicado por Mezquíriz (1961) e Mayet (1984). Entendemos que são os mais completos até hoje e nos permitem fazer este tipo de reflexões. Porém, o único dado estatístico que podemos apresentar é a percentagem de motivos representados nessas publicações uma vez que outras variáveis não seriam adequadas em um estudo generalista como este. Especificamente, dos 2517 motivos individualizados (Mayet 1984, pl. CXXV–CCII), 29% representam animais. Destas representações, 48% são aves, 24% leporídeos, 14% cervídeos, 13% ictiofauna, 4,2% felídeos, 3,6% equídeos, 1,6% suídeos e 0,6% touros. Estas percentagens ajudam a formar uma percepção, ainda que generalista, da quantificação na representação.

Objecto de estudo: a *sigillata* hispânica

Como foi já referido, uma das mais importantes categorias de cerâmica produzidas e consumidas na Península Ibérica foi a *sigillata*. Com este termo de origem latina referimo-nos a um tipo de pastas cerâmicas com uma gama cromática variada, entre o castanho chocolate e o rosa, aparecendo revestida com um acabamento sinterizado de cor avermelhada, tendo sido produzidas na Península Ibérica por mais de quatro séculos. Além disso, em muitas ocasiões, pode aparecer decorada com motivos obtidos com molde ou com *sigilla*/selos que permitem saber qual o nome e condição do *figulus*/oleiro que as produziu.

A importância deste tipo de cerâmica advém de múltiplos factores. Em primeiro lugar, porque é a primeira produção de cerâmica relevante a ser importada para outras partes do Império. Em segundo

¹ Para a realização deste trabalho, utilizamos as figuras publicadas por Mezquíriz (1961) e Mayet (1984). Uma vez verificada a metodologia do estudo em ambas as investigações, futuramente, será feita uma tentativa de aplicá-la a outras publicações. Da mesma forma, desta vez tentaremos abordar o fenómeno de uma forma geral. Só num segundo momento se tentará falar de variantes regionais específicas.

lugar, devido à grande aceitação desta categoria de cerâmica e com um intervalo cronológico de utilização desde o final do século I a.C. até ao final da Antiguidade Tardia com uma fase de declínio em que entra em confronto comercial com as *sigillatas* africanas. Em terceiro lugar, devido às grandes quantidades desta cerâmica que se encontram hoje no solo Peninsular, bem como em outras partes do Império. Mas, acima de tudo, com respeito a este estudo, um dos aspectos mais importantes é o evidenciar de um registo iconográfico muito interessante que permite avaliar factores de variada índole — social, económica, biológica ou mesmo religiosa. No entanto, apesar da riqueza dos ornamentos que estas cerâmicas apresentam, cujo elenco excede, de longe, os mais de 5000 motivos, estes não foram objecto de um estudo abrangente de natureza iconográfica. Isto não exclui que tenham sido realizados estudos iconográficos muito pontuais, caso das cerâmicas de *Isturgi* (Roca, 1976, ou, mais recentemente Fernández García, ed., 2013), *Tritium Magallum* (Garabito, 1978) ou ainda sobre um tipo de representação concreta, como as divindades (Elvira, 1981; Rodríguez & *alii*, 2014a; 2014b). No entanto, aspectos de interesse, como a Paleo-Economia ou intimamente ligadas com esta, como a Paleobiologia, não foram tratados, apesar dos resultados valiosos com que poderiam contribuir.

No caso da *Hispania*, existem dois grandes focos produtores *Isturgi* na Bética (Fernández García, ed., 2013), que contava ainda com algumas oficinas satélites localizados na região de Málaga ou Granada e *Tritium Magallum* a norte (Garabito, 1978). No essencial serão as representações iconográficas destes dois centros de produção que iremos aqui analisar. Esta delimitação pretende associar a sua origem a um contexto paleo-ambiental particular.

Face a este problema, sentimos que seria de interesse incluir biólogos na análise, o que nos permitem obter mais conteúdo sobre estas representações. A identificação das espécies, a exportação de animais ou simplesmente a percepção desses animais dentro da cosmogonia e idiosincrasia romana, foram dados ignorados até agora.

Para além da análise paleobiológica concreta das espécies resta-nos um ponto que dificilmente pode ser resolvido por nós. Qual é a motivação pela qual se plasma um motivo ou outro. Para alguns autores como Beazley dependeria “the artist mood at the moment” (Beazley, 1944, p. 33), no entanto, acreditamos que a razão pela qual um indivíduo opta por uma ou outra figura vai para além do seu estado emocional. Da mesma forma, teríamos de considerar um factor exógeno ao indivíduo, quais seriam os gostos e modas da época que forçariam a compra ou não, de um tipo de cerâmica particular. Neste sentido os pedidos ou ordens de determinados consumidores seria outra variável a valorizar, embora alguns autores sugerem que as peças de formato e composição semelhantes, como seria o caso das lucernas, visam as classes média e baixa, dando a entender que o nível da procura e da qualidade exigida por estes iria debilitar este tipo de representações (Morillo, 1999, p. 164).

No entanto, e deixando de lado a motivação, interessa-nos avaliar como essas representações vêm plasmadas e, se possível, a existência de modelos de referência. Assim sendo, acreditamos que existem distintas hipóteses que poderiam fornecer uma solução para esta pergunta:

- Em primeiro lugar, a representação de elementos comuns e da vida quotidiana do indivíduo. Ou seja, representações zoomórficas e fitomórficas da sua vida diária. Neste caso, os modelos podem ter sido encontrados nas proximidades.
- Em segundo lugar, a inscrição de cenas narrativas inseridas na idiosincrasia romana do momento. Quer dizer, iremos concentrar-nos em episódios de foro mitológico. Neste caso, além de poderem utilizar como modelos alguns cenários, animais ou pessoas de seu círculo mais próximo,

teriam que contribuir com uma grande componente de criatividade para determinados motivos ou representações.

- Em terceiro lugar, a representação da percepção individual de animais, pessoas ou coisas com as quais, com certeza, não teriam tido qualquer contacto directo ou se tivesse havido, teria sido muito esporádico, sobretudo no caso de animais selvagens.

Podemos dizer que estes três registos decorativos possuem uma ampla presença de representações zoomórficas. Obviamente, nos dois primeiros o facto de poderem contar com modelos que estão próximos fisicamente faz com que se tratem sobretudo de animais comumente consumidos. No entanto, a desvantagem aquando da realização de percepções biológicas são encontradas no terceiro ponto, quando os animais alóctones em que, por conseguinte, o conhecimento físico do mesmo é muito parcial e possivelmente enganador. Mas poderíamos perguntar qual seria a via para a percepção desses motivos? Embora, se usarmos a lógica actual, a presença de modelos noutros suportes seria a via mais provável de chegada — como os mosaicos, relevos, pintura mural, entre outras — também entraria em jogo o ideário comum, narrado e transmitido oralmente. A hipótese de usar como modelos outras representações artísticas, não faz sentido para alguns autores (e.g., Morillo, 1992, p. 110), devido ao baixo estatuto social e, associado a isso, ao contacto pontual que estes indivíduos teriam com essas obras de arte. Indo mais além, existem teorias que tentam apontar para a possibilidade de existirem catálogos de esboços que estariam disponíveis para o artesão conceber tais representações (Vegas, 1966, p. 83). No entanto, quanto a esta hipótese de trabalho, existem actualmente poucos dados fiáveis. Neste quadro, o ser humano sentiu necessidade, de maneira inerente à sua existência, de representar animais que lhe geravam fascínio. Assim, as pinturas de animais em Altamira podem ser um exemplo claro em que um indivíduo, com um contacto esporádico com os animais que captura nas suas representações zoomórficas.

Muitas vezes somos incapazes de fazer abstracções de comportamentos e situações sociopolíticas actuais ao realizar análises de âmbito funcional ou iconográfico. Neste sentido, as representações da fauna que serão estudadas nas páginas seguintes são comuns em repertórios decorativos de muitas categorias de cerâmica (figuras gregas pintadas...). Mas, apesar de estas representações poderem esconder símbolos representativos das idiosincrasias do momento, não se prestou qualquer atenção a estes factores. Perante isto, recentes actualizações do *Corpus Vasorum Antiquorum* começam a ter em conta este tipo de aspectos, iniciando-se uma linha de trabalho até agora subestimada. Situação diferente encontramos nas lucernas, onde houve estudos mais amplos que se focaram no seu adorno e significado desde há muito (Deonna, 1927).

Talvez um dos únicos trabalhos que aprofunda este ponto no plano das *sigillatas* corresponde ao publicado por uma das signatárias (Bustamante, 2010), que trata, de maneira muito pontual e específica as representações ictiológicas nas *sigillatas* alto-imperiais, e que, posteriormente, serão objecto de estudo. De maneira muito mais analítica e sem qualquer avaliação de âmbito histórico, temos um estudo recente de materiais procedentes de León (Rodríguez & *alii*, 2014a; 2014b). Esta primeira abordagem é de interesse vital e sofre de uma carga de interpretação, fruto das peças fragmentárias.

Apesar da negação desta temática, um dos elementos que caracterizam o discurso decorativo

destas representações na *sigillata* é que costuma evitar o cenário em que se representam essas figuras. Isso produz a abstracção do meio, a fim de dar maior ênfase aos motivos representados.

Em relação à análise tipológica de formas que recebem estas representações, podemos dizer que não há cerâmicas em que existem motivos específicos para determinada forma. Esta ausência de motivos monopolizados por determinadas formas torna muito difícil propor possíveis adscrições tipológicas. Por isso, é interessante observar que todas as formas decoradas do repertório hispânico podem ter representações zoomórficas. Neste sentido, desde os recipientes fechados — caso das Hisp. 1, 2, 13 ou 20 —, os recipientes destinados à preparação de alimentos — como as Hisp. 31 e 40 —, ou as taças destinadas a ingerir produtos líquidos — Hisp. 29, 30 ou 37, entre outros — apresentam esta decoração. Evidentemente, a maioria das representações provêm de taças Hisp. 37, já que são aqueles que se prolongaram mais no tempo, pelo que a sua presença é mais ampla.

Representações de mamíferos

As espécies mais representadas na *terra sigillata* hispânica pertencem na sua maioria à classe dos mamíferos, incluindo mamíferos domésticos, selvagens e espécies não europeias.

As espécies mais observadas neste contexto não são, curiosamente, as mais frequentes no registo zoo-arqueológico, normalmente dominado pelas espécies domésticas como a vaca, porco, ovelha e cabra. De facto, há uma prevalência de cenas de caça bem como de espécies mais raras, não autóctones e raramente observadas em contexto europeu no Período Romano, como é o caso do leão (*Panthera leo*).

Os registos conhecidos de restos de fauna do mesmo período de produção de *sigillata* na Península Ibérica demonstram em alguns sítios a prevalência do gado bovino (e.g., Conímbriga — Detry, Cardoso & Correia, 2014; Norte de Espanha — Fernández Rodríguez, 2003; Mérida — Detry & Heras, em preparação). Noutros locais são mais frequentes os pequenos, como a ovelha e cabra (e.g. Alcáçova de Santarém — Davis, 2006; Monte Molião — Detry & Arruda, 2013; Costa Oriental da Península Ibérica — Colominas, 2013). O porco, por outro lado, é consumido sobretudo em contextos onde que é necessária a produção abundante de carne, como sítios militares ou de permanência menos contínua como por vezes sítios industriais (e.g., Casa do Governador, Lisboa, fábrica de preparados de peixe — Valenzuela, 2014).

Uma das espécies mais frequentes nas representações de animais em análise neste artigo é precisamente o gado bovino. Este terá tido uma grande importância na expansão do Império Romano, na medida em que, para o grande aumento de pessoas vindas de fora e criação de novas cidades, seriam necessárias fontes de alimentação vegetal e animal mais abundantes. Assim, esta espécie teria não só produzido maior quantidade de carne, por ser de maior porte, como seria necessária para o transporte de bens e na ajuda a arar os campos. As imagens de gado bovino são bastante claras e focam sobretudo a cabeça (Fig. 1.1). A presença de representações com animais de chifre curto poderiam apontar para a prevalência das raças semelhantes às minhotas, do Norte de Portugal, que possuem chifres mais pequenos, sendo raças muito adaptadas ao trabalho no campo. No entanto, é muito provável que os chifres curtos se devam a limitações no espaço do próprio suporte, sendo por si só também imagens muito estilizadas e não necessariamente muito fiéis a pormenores anatómicos.

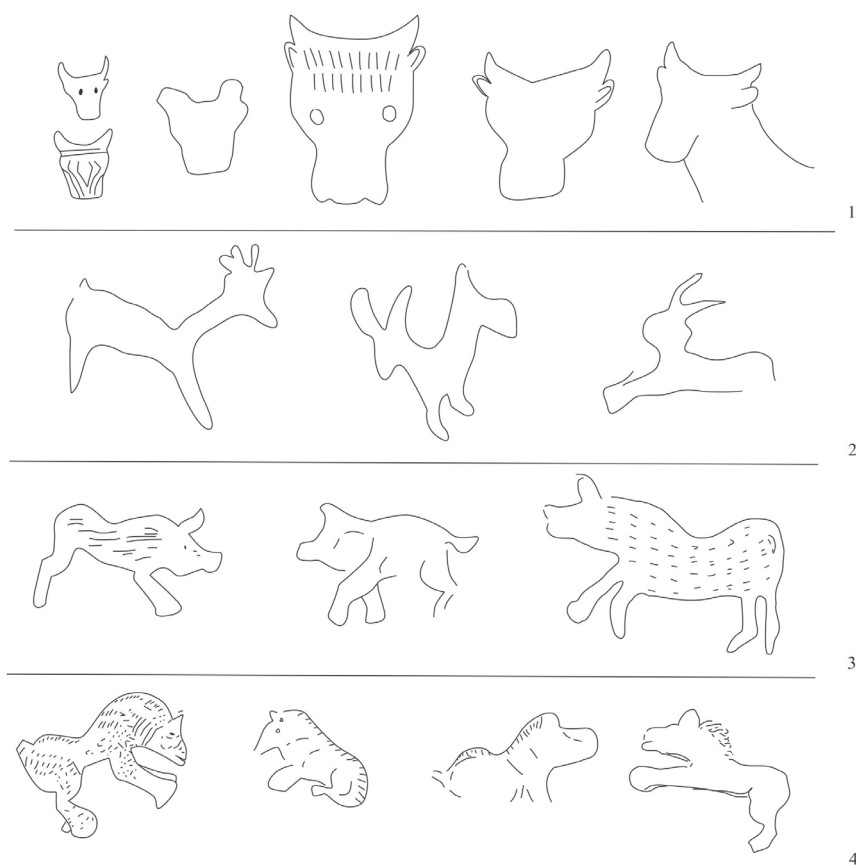


Fig. 1 – Representações de mamíferos domésticos, nomeadamente Bovídeos, Suídeos e Equídeos.
Adaptado a partir de desenhos de Mezquíriz (1961) e Mayet (1984).

Uma pequena percentagem de todos os animais representados são cabras, muito provavelmente domésticas. Nenhuma das representações de cabra aparece numa cena de caça, como acontece com as espécies selvagens observadas neste tipo de *terra sigillata* (alguns exemplos na Fig. 1.2).

Curiosamente, a ovelha é extremamente rara nestas representações, embora das espécies mais frequentes no contexto zoo-arqueológico da Península Ibérica (Monte Molião — Detry & Arruda, 2013; Mesas do Castelinho — Valenzuela & Fabião, 2012; Davis, 2006 — Alcáçova de Santarém; Norte de Espanha — Fernández Rodríguez, 2003). Outro grupo observado são os suídeos (*Sus domesticus* ou *Sus scrofa*), representado num número relevante das cerâmicas aqui analisadas, o porco pode ser frequente sobretudo em sítios de menor investimento a longo termo mas em que é necessário alimentar grande número de pessoas. A sua conhecida elevada taxa de reprodução e o facto de produzir apenas carne torna-a sobretudo útil para a dieta humana.

O javali, ancestral selvagem do porco, é ainda hoje frequente na Península Ibérica. Nas representações, pela sua simplicidade, não é possível perceber se se trata da espécie selvagem ou doméstica. Muitas vezes, os animais aparecem desenhados com o pêlo característico do javali. No entanto, espécies autóctones e ancestrais, como o porco preto, também podem ser assim representadas. A forma mais estreita destes desenhos pode apontar também para o javali (Fig. 1.3). Em alguns, poucos, casos, os animais aparecem integrados em cenas de caça, o que permite esclarecer que se trata de facto de javali. Nos restantes, em que aparecem isolados, não se consegue distinguir.

Entre as espécies domésticas, consta ainda o cavalo, bastante frequente nestas imagens mas que raramente se encontra entre os restos de consumo. Este animal aparece normalmente isolado e raramente com homens a montar (Fig. 1.4).

Uma das representações mais frequentes, e que termina com o bloco das espécies domésticas, é a dos cães. Com uma típica forma esguia, parecem estar a correr isolados (Fig. 2.1) ou em contexto de caça (Fig. 2.3, 2.4, 2.5). Em alguns casos são muito semelhantes a coelhos mas a cauda comprida denuncia o facto de se tratar de cão. As orelhas curtas e o focinho por vezes também mais curto caracterizam estes animais. Tendo sido comprovada a variação de tamanhos entre estes animais durante período romano na Península Ibérica (Colominas, 2015), essa variedade não parece tão óbvia nestes desenhos já que a diversidade de tamanho é muito difícil de verificar sobretudo se eles aparecem isolados. A diferença de formas dará algumas indicações mas poderá também ser fruto do acaso ou das limitações do artista, do espaço disponível ou do tipo de suporte.

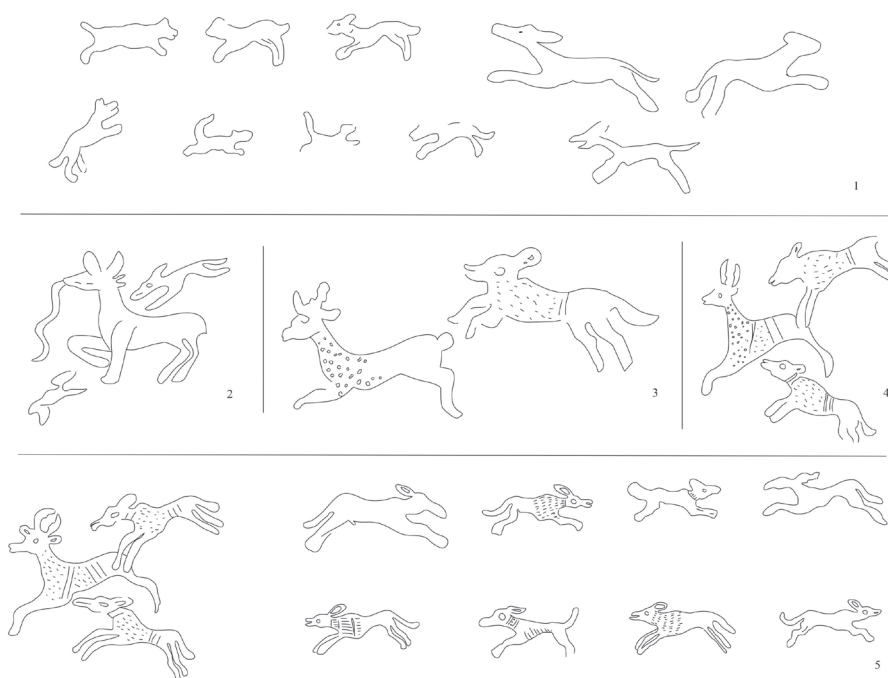


Fig. 2 – Imagens de cães isolados, de várias formas e tamanho, e integrados em cenas de caça com cervídeos.
Adaptado a partir de desenhos de Mezquíriz (1961) e Mayet (1984).

Por exemplo, os exemplares representados nas estampas 647 e 651 de Mayet (1984) (Fig. 2.1 do lado esquerdo) parecem animais mais pequenos, de patas mais curtas, porventura serão animais de companhia. Na Fig. 2.5 têm as patas mais compridas com uma morfologia típica dos cães de caça.

Outra componente importante destas representações é os animais selvagens, constituindo cerca de metade das amostras da *terra sigillata* descritas por Mayet (1984) e Mezquíriz (1961). As espécies selvagens têm assim uma presença muito relevante, quase mais frequente que a das espécies domésticas. Na grande maioria das amostras zoo-arqueológica referentes ao Período Romano as espécies selvagens apresentam percentagens muito reduzidas, mostrando assim que, quanto ao consumo diário, estas não dariam o contributo mais relevante. Em alguns sítios, de ocupação menos permanente (talvez sazonal),

o veado pode ser bastante abundante, tal como é o caso dos complexos industriais de preparados de peixe como a Ilha do Pessegueiro (Cardoso, 1993) e do Creiro (Detry & Silva, 2016) nas suas fases iniciais de ocupação. A prevalência de espécies selvagens nestas imagens deve-se, assim, não tanto à sua importância na dieta mas a uma simbologia muito própria.

O veado é dos animais mais representados, sobretudo os machos, que aparecem exibindo as suas hastes (Fig. 3.1). Estas são normalmente representadas de forma muito compacta e estilizada, provavelmente por falta de espaço no suporte. É possível que em alguns casos se trate de gamo, uma vez que este possui uma haste com uma base alargada de onde se estendem pequenas pontas. Nestas imagens, por vezes não se percebe quão larga é a base, e as pontas aparecem bastante curtas. O gamo terá sido reintroduzido no Período Romano precisamente para ser caçado, já que teria ficado extinto desde o fim do Plistocénico (Davis, 2005). As representações são bastante homogéneas. Nos cervídeos observados, apesar de a base ser compacta e as pontas curtas, estas aparecem consistentemente mostradas de forma individual, aproximando-se do veado (*Cervus elaphus*), que é espécie de cervídeo mais comum na Península Ibérica². A caça deste animal deveria ter uma grande importância. Muitas vezes, as hastes eram guardadas como troféus e também usadas como material para utensílios, dada a sua maleabilidade.

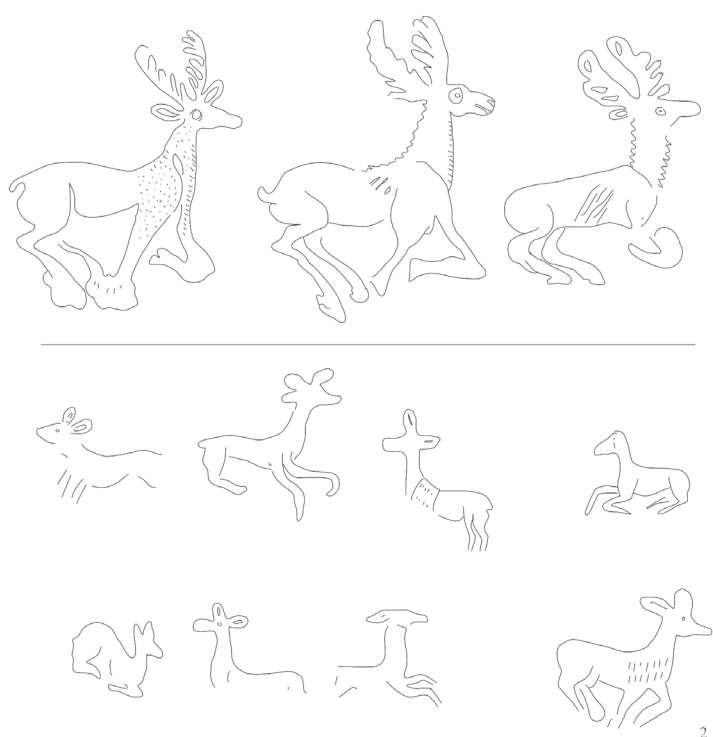


Fig. 3 – Representações de cervídeos (machos e fêmeas) presentes em cerâmicas do tipo *terra sigillata* hispânica.

Adaptado a partir de desenhos de Mezquíríz (1961) e Mayet (1984).

Temos igualmente imagens de fêmeas de veado (Fig. 3.2). Esta espécie seria provavelmente abundante durante o Período Romano, quando muitas florestas, sobretudo no interior da Península, estariam ainda bem preservadas.

² É de referir que, recentemente, uma representação de cervídeo masculino foi interpretada como sendo uma *Giraffa camelopardalis*. Apesar disso, a raridade do animal no registo arqueológico da Época Romana aponta mais para um cervídeo macho com um pescoço mais desenvolvido (Rodríguez & alii, 2014a, p. 229).

Não é por acaso que muitas das cenas de caça incluem esta espécie de cervídeo, com homens com lança, cães e mesmo leões (Fig. 4).



Fig. 4 – Cena cinegética com animais e figuras antropomorfas nas imediações. Forma Hisp. 37, Mérida.

Entre as espécies selvagens temos em 15% das cerâmicas a presença de coelhos, ou lagomorfos, sendo que em alguns casos não é possível distinguir se se trata de lebre. Na maioria dos casos, o corpo redondo, as orelhas curtas e o rabo curto apontam provavelmente para coelho (Fig. 5). Em alguns casos são representados com o corpo mais alongado, em andamento, e com orelhas mais cumpridas, podendo mesmo tratar-se de lebre. Na verdade, também não é certo que a distinção entre estas duas espécies fosse clara para as pessoas que desenhavam estes animais. A classificação dos animais e definição de espécie só muito recentemente foram clarificadas. Espécies semelhantes e próximas como estas podem ter-se confundido no imaginário do artesão, tendo em conta também que estas já são reproduções de outras reproduções, perdendo-se nesta cadeia o objectivo original.



Fig. 5 – Representações de lagomorfos (coelhos e/ou lebres) presentes em cerâmicas do tipo *terra sigillata hispánica*. Adaptado a partir de desenhos de Mezquíriz (1961) e Mayet (1984).

Em muitos casos também se revelou difícil distinguir o coelho do cão. Por estranho que pareça isso acontece nos casos em o animal aparece a correr, de corpo estendido. É preciso notar alguns pormenores distintivos para perceber qual a espécie, apesar de reconhecidamente diferentes. Nestes casos um carácter distintivo e fácil de observar é a cauda. No cão apresenta-se alongada e por vezes

curvada na ponta, como é típico no cão doméstico, mas curta e arredondada no caso dos lagomorfos.

Por fim outro caso muito interessante é o das imagens de leões, que aparecem frequentemente representados. Esta espécie de grande felídeo aparece invariavelmente representada por uma larga juba em volta da cabeça, o que identifica este animal como um macho de *Panthera Leo*, uma espécie extinta no continente europeu desde o Plistocénico. Sobreviveu, no entanto, na África subsariana onde a pressão humana não destruiu as suas populações.

No Período Romano esta espécie era ainda visível no Norte de África, mas já não existiria no continente europeu salvo alguns exemplares trazidos nomeadamente para Roma para espectáculos nos coliseus (Mackinon, 2006).

As imagens observadas na *terra sigillata* hispânica são claramente desenhadas por pessoas que nunca viram estes animais ao vivo mas que copiam outras imagens destes animais, então quase mitológicos.

Representações de aves

No caso das aves a dificuldade na sua identificação aumenta largamente já que os elementos representados variam muito mais, havendo uma grande diversidade de espécies ornitológicas.

Neste caso foi muito mais difícil atribuir uma espécie em concreto aos desenhos. Na verdade é necessário ter em conta a forte probabilidade de determinadas imagens não representarem com precisão uma espécie em particular. É provável mesmo que muitas das imagens sejam parte de cópias sucessivas sem que os artesãos observassem os animais, podendo variar alguns pormenores na precisão do desenho.

Em geral, as representações de aves distinguem sobretudo as penas das asas e por vezes outros padrões distintivos do pescoço ou peito. O bico, pescoço e forma das patas também oferecem, em muitos casos, critérios distintivos.

Nas imagens é possível identificar um tipo de aves de corpo globoso, com riscas nas asas e pintas no peito o que leva a pensar na sua semelhança com os galiformes selvagens como a perdiz ou codorniz (ver Fig. 6.7). Os galiformes selvagens apresentam padrões muito típicos nas asas. Para além de penas grandes estas têm riscas marcadas. A perdiz vermelha (*Alectoris rufa*) mostra riscas marcadas castanho-escuras, quase verticais, em fundo cinzento claro, muito chamativo portanto, com pintas na região do pescoço e peito cinzento-claro, variando para um castanho-avermelhado na barriga.

Esta é a espécie normalmente comum nas aves caçadas em sítios do Período Romano (e.g., Detry & Arruda, 2013; Davis, 2006). As codornizes (*Coturnix coturnix*) que aparecem ocasionalmente no registo arqueológico, provavelmente afectadas pelo facto de produzirem restos muito pequenos que por isso não são recuperados, são comuns na Península Ibérica e ainda hoje muito apreciadas como recurso alimentar. As imagens nas *sigillatas* apresentam animais com pintas em todo o corpo, bem como riscas marcadas nas asas, o que se assemelha mais às codornizes. É difícil saber a quais das espécies se referem estes desenhos ou se estão globalmente a representar um tipo de ave comum nas planícies Ibéricas, com padrões de penas pardos, frequentes nos hábitos alimentares romanos.

Outro caso interessante é o de várias representações de aves de asas largas, pescoço comprido, com penas das asas bem definidas com riscos, e pontos no peito para definir as penas mais pequenas. Estas aves estão normalmente dispostas de frente e com as asas abertas (Fig. 6.2).

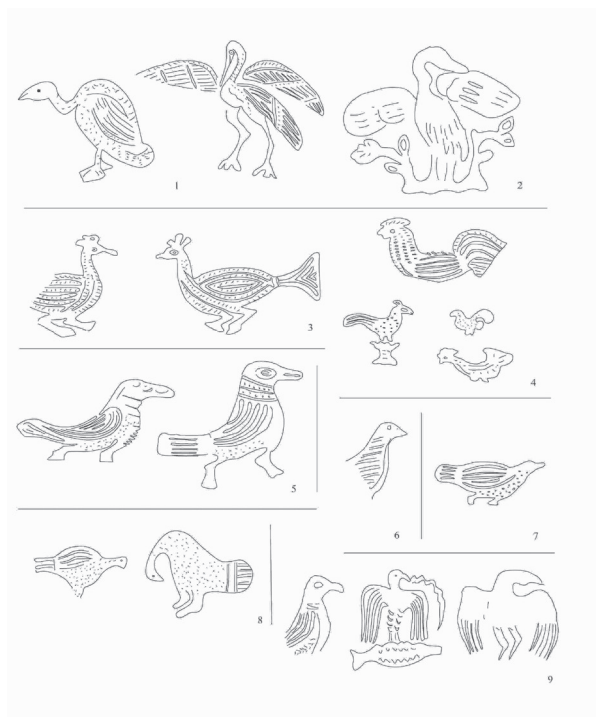


Fig. 6 – Representações de aves presentes em cerâmicas do tipo *terra sigillata* hispânica.
Adaptado a partir de desenhos de Mezquíriz (1961) e Mayet (1984).

Por vezes são visíveis as patas em cima de galhos ou com plantas ao lado. Também podem ser vistos de lado, talvez a levantar voo. Esta ave parece pertencer à ordem dos Pelecaniformes. O seu perfil assemelha-se ao pelicano-comum (*Pelecanus onocrotalus*). O bico grande e a postura de asas abertas podem ser observados no pelicano quando seca as asas. Apesar de estar extinto na Península Ibérica, e em grande parte da Europa Ocidental, terá existido no passado, inclusive na Península Ibérica. Foram encontrados restos na Alcáçova de Santarém em níveis do Período Medieval islâmico (Davis, 2006). Em Inglaterra esta espécie é dada como extinta no Período Romano (Davis, 2006). Plínio, o Velho, no seu livro *História Natural*, também lhe faz referência como sendo insaciável e é possível que ela tivesse algum significado simbólico no Período Romano.

Outra hipótese, que não é de descurar, é a da semelhança destas imagens com o corvo-marinho (*Phalacrocorax carbo*) que, sendo da mesma ordem dos pelicanos, é muito mais comum, existindo ainda hoje nas margens costeiras da Península Ibérica. De facto, esta espécie aparece representada nos restos arqueofaunísticos recuperados em Monte Molião (Lagos, Portugal) no Período Romano (Detry & Arruda, 2013). Do ponto de vista comportamental o corvo-marinho apresenta frequentemente a mesma postura de asas abertas e esticadas.

Aparece também representada uma ave bastante distinta mas muito menos frequente, semelhante a uma garça (eg. *Egretta garzetta*) de patas muito compridas, de asas abertas e largas, pescoço e bico comprido (Fig. 6.1, lado direito).

Outro exemplo é de uma ave com corpo grande, pescoço longo e curvado, provavelmente um abutre-fouveiro (*Gyps fulvus* — Fig. 6.1, lado esquerdo), uma espécie que não só ainda hoje existe na Península Ibérica como os seus ossos foram usados para produzir flautas como as encontradas em Conímbriga (Moreno & Pimenta, 2008). Já as águias, pequenos falcões ou aves de rapina semelhantes parecem ter também alguma presença (Fig. 6.9). O significado das imagens pode ser particular, já que, por

vezes, águias e falcões estão associados a motivos militares.

Por fim, outros elementos de animais selvagens podem reportar-se a pombos ou a gralhas, aves comuns ainda hoje no paleártico (Fig. 6.5 e 6.6).

As aves domésticas também estão representadas com claras presenças de galinha doméstica (*Gallus domesticus*), sobretudo galos, porventura estilisticamente interessantes, com penas mais coloridas e volumosas cristas (Figs. 6.3 e 6.4). Outro galiforme doméstico parece ser a galinha pintada. Na Fig. 6.8, podemos ver um animal globoso, de pescoço relativamente curto e cabeça pequena, com pintas por todo o corpo e asas distinguidas por riscos, tal como se observa na *Numida meleagris*, uma espécie que terá sido introduzida no continente europeu pelos romanos a partir de África (Zeuner, 1963).

Os padrões do peito costumam estar representados com pontos, o que visualmente se assemelha bastante ao que vemos no animal vivo, com variações de cores dando um aspecto pontilhado. As asas apresentam normalmente penas muito grandes e independentes, por vezes em cores mais escuras com fundos brancos.

Conclusão

Uma vez realizado este estudo, e na ausência de análise estatística, pode concluir-se que um dos motivos mais amplamente representados em *sigillata* hispânica são os zoomórficos. Aparecem amplamente representadas as espécies usualmente consumidas na Hispânia romana. Talvez este trabalho fosse mais completo com estudos de paleodietas nas mesmas áreas das oficinas ou em suas imediações, para que se pudesse verificar a coincidência, ou não, dessas representações no meio circundante. No entanto, os estudos a este respeito, nestas regiões, são raros; por isso seria certamente uma linha de trabalho futuro a desenvolver.

Maioritariamente as representações de animais manifestam-se da seguinte forma:

1. Como parte de composições compostas em que o animal é inserido num discurso narrativo mais amplo. Neste caso, eles podem aparecer combinados com representações antropomórficas com os quais geralmente mantêm uma percepção isocefálica, isso é com tamanhos semelhantes, perdendo assim a escala real da cena. E, em outros, casos aparecem cenas rurais em que os animais são os principais actores do registo.
2. Como motivo isolado inserido, ou não dentro de uma métope.
3. Como adereços complementares de sanefas.

É interessante verificar como as representações são muito esquemáticas e falta atenção aos detalhes, fruto da dimensão do instrumento de desenho ou pelo uso excessivo dos moldes. É também muito interessante a isocefalia, especialmente em relação às representações antropomórficas. Em que a referida isocefalia quebra e se amplia a figura do animal em relação ao homem. Entendemos que a isocefalia actua como recurso iconográfico e vem aprofundar a luta corpo a corpo, sem vantagens sobre os adversários. Quando se rompe, vem a enaltecê-la a figura, especialmente a antropomórfica.

Quanto ao discurso iconográfico mais comum é o de representações de *venationes*, ou seja, cenas de carácter cinegético, que podem ou não ser carregadas de conteúdo simbólico religioso. As cenas de luta corpo a corpo entre animais também aparecem amplamente representadas. Neste caso, as escalas, ao contrário do que vimos no ponto anterior, são respeitadas.

Foi possível assim observar que este tipo de representações se focava sobretudo em animais selvagens (aves e mamíferos), sendo muito menos as representações de animais domésticos. As espécies selvagens mais comuns nestas imagens são também as mais frequentes no paleoambiente romano da Península Ibérica, nomeadamente casos dos cervídeos e lagomorfos. Existe uma excepção para o caso do leão, que, embora muito frequente nestas cerâmicas, é uma espécie de felídeo que não existiria no continente europeu nesta época, mas claramente possuía uma importância simbólica bastante relevante neste discurso. Este animal também foi relacionado os *munera gladiatoria*, com uma forte ligação à força.

Tendo em conta o estado da questão em que se insere esta categoria de cerâmica não foi possível fazer associações directas entre motivos e oficinas. Na verdade, excepto os *sigilla* de M.S.M. ou C.P.F., de Andújar, que aparecem em combinação com representações de touros (Sotomayor, Roca & Fernández 1999, pl. II, 1–2) ou *Titus Sangerius*, de La Rioja, com a associação a uma ave, não há relações directas entre oficinas e animais.

Além da dificuldade em associar um motivo a um oleiro, também não encontramos motivos que sejam exclusivos de uma forma de cerâmica, o que torna difícil a adscrição de cronologias. As figuras zoomórficas reproduzem-se de modo similar em todas as oficinas, ficando as variantes regionais muito diluídas enquanto decoração.

Em relação às datações, como uma apreciação geral observamos um auge das representações zoomórficas no final do I século d.C. e ao longo do II século d.C. Posteriormente a iconografia torna-se parca, mais sombria, sendo reduzida, quase exclusivamente, à repetição de motivos geométricos.

Acreditamos, que no futuro, além de podermos ampliar os motivos a estudar, permitindo assim a confirmação ou não dos dados quantitativos plasmados, deveremos aprofundar em dois aspectos em que não fomos capazes de nos concentrar devido ao pequeno espaço deste artigo. Em primeiro lugar, referimo-nos aos animais aquáticos. O estudo iconográfico desta categoria biológica foi abordado por uma das signatárias de maneira específica (Bustamante, 2010). Neste sentido, numa comparação com outras partes do Império, a *sigillata* hispânica era a mais precária em iconografia íctica, mostrando um declínio em relação às *sigillatas* itálicas ou gálicas. Neste contexto, a presença destas representações permitiu-nos analisar algum instrumental de pesca do momento, mas também forneceu dados importantes sobre a possível motivação dessas representações. A fauna marinha plasmada por oleiros com nenhum contato com a costa não faz mais que enfatizar a demanda por produtos com representações alóctones para o seu espaço (Bustamante, 2010, p. 297). Da mesma, forma a representação de golfinhos, pelo menos no início do Império, tinham uma relação intensa com a casa julio-cláudia relacionada de maneira “estratégica” após a vitória de *Naulochoi* liderada por Agripa (Bustamante, 2010, p. 297).

O segundo ponto, pelo contrário, seriam as cenas alusivas a criaturas mitológicas e fantásticas. Neste sentido, apesar de estas figuras estarem intimamente ligadas à cosmogonia e ao mundo da fantasia, algumas representações exibem determinados atributos que são facilmente associados aos animais reais.

Bibliografia citada

BEAZLEY, John Davidson (1944) – *Potter and painter in Ancient Athens*. London: G. Cumberledge.

BUSTAMANTE ÁLVAREZ, Macarena (2010) – Terra sigillata as a source for fishing gear of the Early Imperial Period. In BEKKER-NIELSEN, Tønnes; BERNAL CASASOLA, Dario, eds. – *Ancient nets and fishing gear. Proceedings of the international workshop on "nets and fishing gear in classical antiquity: a first approach"*. Aarhus: Aarhus University Press, pp. 287–298.

CARDOSO, João Luís (1993) – Restos de grandes mamíferos da ilha do Pessegueiro. Contribuição para o conhecimento da alimentação na época romana. In SILVA, Carlos Tavares; SOARES, Joaquina, eds. – *Ilha do Pessegueiro. Porto romano da Costa Alentejana. Anexo III*. Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza, pp. 205–215.

COLOMINAS BARBERÀ, Lidia (2013) – *Arqueozoología y romanización. Producción, distribución y consumo de animales en el noreste de la Península Ibérica entre los siglos V a n e–V d n e*. Oxford: BAR Publishing.

COLOMINAS BARBERÀ, Lidia (2015) – Morphometric variability of Roman dogs in Hispania Tarraconensis: the case study of the Vila de Madrid necropolis. *International Journal of Osteoarchaeology*. DOI: 10.1002/oa.2507.

DAVIS, Simon (2005) – *Animal bones from Roman São Pedro, Fronteira, Alentejo*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

DAVIS, Simon (2006) – *Faunal remains from Alcáçova de Santarém, Portugal*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

DEONNA, Waldemar (1927) – L'ornementation des lampes romaines. *Revue Archéologique*. 26, pp. 233–266.

DETRY, Cleia; CARDOSO, João Luís; CORREIA, Virgílio (2014) – What did the Romans and Moslems eat in Conimbriga? The animal bones from the 1990's excavations. In DETRY, Cleia; DIAS, Rita, eds. – *Proceedings of the First Zooarchaeology Conference in Portugal*. Oxford: BAR Publishing, pp. 97–110.

DETRY, Cleia; ARRUDA, Ana Margarida (2013) – A fauna da Idade do Ferro e Época Romana de Monte Molião (Lagos, Algarve): continuidades e rupturas na dieta alimentar. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 15, pp. 215–227.

DETRY, Cleia; SILVA, Carlos Tavares da (2016) – Estudo zooarqueológico dos restos recuperados no estabelecimento industrial romano do Creiro (Arrábida, Setúbal). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 19, pp. 235–248.

ELVIRA BARBA, Miguel Ángel (1981) – Los dioses romanos en la terra sigillata hispánica. In *La religión romana en Hispania*. Madrid: Ministerio de Cultura, pp. 61–67.

FERNÁNDEZ GARCÍA, María Isabel, ed. (2013) – *Una aproximación a Isturgi romana: el complejo alfarero de los villares de Andújar, Jaén, España*. Roma: Quasar.

FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, Carlos (2003) – Ganadería, caza y animales de compañía en la Galicia romana: estudio arqueozoológico. *Brigantium*. 15, pp. 1–238.

GARABITO GÓMEZ, Tomás (1978) – *Los alfares romanos riojanos. Producción y comercialización*. Madrid: Instituto Español de Prehistoria, Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

MACKINON, Michael (2006) – Supplying exotic animals for the roman amphitheatre games: new reconstructions combining archaeological, ancient textual, historical and ethnographic data. *Mouseion*. Series III. 6, pp. 1–25.

MAYET, Françoise (1983) – *Les céramiques sigillées hispaniques: contribution à l'histoire économique de la Péninsule Ibérique sous l'Empire romain*. Paris: De Boccard.

MEZQUÍRIZ DE CATALÁN, María Ángeles (1961) – *Terra sigillata hispánica*. Valencia: The William L. Bryant Foundation.

MORENO GARCÍA, Marta; PIMENTA, Carlos (2008) – Arqueozoologia cultural: o aerofone de Conímbriga. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 7:2, pp. 407–425.

MORILLO CERDÁN, Ángel (1992) – *Cerámica romana de Herrera del Pisuerga (Palencia-España)*. Las lucernas. Santiago de Chile: Universidad Internacional SEK.

MORILLO CERDÁN, Ángel (1999) – *Lucernas romanas en la región septentrional de la Península Ibérica*. Montagnac: Monique Mergoill.

ROCA ROUMENS, Mercedes (1976) – *Sigillata hispánica producida en Andújar (Jaén)*. Jaén: Instituto de Estudios Giennenses.

RODRÍGUEZ LÓPEZ, María Isabel; PRIETO LÓPEZ, Diego; BONACASA SÁEZ, Silvia; DUPRADO OLIVO, Gema (2014a) – Terra sigillata hispánica procedente de la escombrera de la Candamia (León): la representación de los dioses y otros motivos mitológicos. In MORAIS, Rui; FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, Adolfo; SOUSA, Maria José, eds. – *As produções cerâmicas de imitação na Hispânia*. Porto: Universidade; San Martín de Valdeiglesias (Madrid): Sociedad de Estudios de la Cerámica Antigua en Hispania (SECAH), pp. 235–246.

RODRÍGUEZ LÓPEZ, María Isabel; PRIETO LÓPEZ, Diego; BONACASA SÁEZ, Silvia; DUPRADO OLIVA, Gema (2014b) – Terra sigillata hispánica procedente de la escombrera de la Candamia (León): consideraciones sobre el repertorio iconográfico figurado. In MORAIS, Rui; FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, Adolfo; SOUSA, Maria José, eds. – *As produções cerâmicas de imitação na Hispânia*. Porto: Universidade; San Martín de Valdeiglesias (Madrid): Sociedad de Estudios de la Cerámica Antigua en Hispania (SECAH), pp. 221–233.

SOTOMAYOR MURO, Manuel; ROCA ROUMENS, Mercedes; FERNÁNDEZ GARCÍA, María Isabel (1999) – Centro de producción de Los Villares de Andújar. In ROCA ROUMENS, Mercedes; FERNÁNDEZ GARCÍA, María Isabel, eds. – *Terra sigillata hispánica: centros de fabricación y producciones altoimperiales: homenaje a M^a Ángeles Mezquíriz*. Jaén: Universidad; Málaga: Universidad, pp. 19–59.

VALENZUELA LAMAS, Silvia (2014) – Mammal remains from the Governor's House (Belém Tower, Lisbon) and Rua dos Correios (Baixa, Lisbon) in the context of fish processing factories in Lusitania. In DETRY, Cleia; DIAS, Rita, eds. – *Proceedings of the First Zooarchaeology Conference in Portugal*. Oxford: BAR Publishing, pp. 57–68.

VALENZUELA LAMAS, Silvia; FABIÃO, Carlos (2012) – Ciervos, ovejas y vacas: el registro faunístico de Mesas do Castelinho (Almodôvar) entre la Edad del Hierro y Época Romana. In DEUS, Manuela de, ed. – *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste. Almodôvar, 18 a 20 de Novembro de 2010*. Almodôvar: Câmara Municipal, pp. 413–432.

VEGAS MINGUELL, Mercedes (1966) – Motivos decorativos en lucernas de disco romanas: sus antecedentes y paralelos. *Pyrenae*. 2, pp. 81–92.

ZEUNER, Frederick Everard (1963) – *A history of domesticated animals*. New York, NY: Harper & Row.

Apostilas epigráficas – 14

José d'Encarnação* | jde@fl.uc.pt

*Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património

O autor escreve segundo o Acordo Ortográfico de 1945

Resumo

A atribuição a Évora de uma inscrição forjada supostamente dedicada à divindade *Bandiarbariaicus* merece aqui alguma reflexão. A análise do testemunho de Luís Marinho de Azevedo acerca das inscrições olisiponenses, nomeadamente as que Hübner incluiu no seu *Corpus Inscriptionum Latinarum* II, sob os números 193, 203 e 211, permite esclarecer algumas dúvidas surgidas quanto à sua interpretação. Refere-se um grafito em *imbrex* da *villa* romana de Pombal ainda por decifrar, assim como um outro detectado num fragmento de estuque de tipo pompeiano da casa romana descoberta na Rua de Burgos, em Évora.

Abstract

An invented inscription to an indigenous deity, *Bandiarbariaicus*, from *Ebora* is here considered. Luís Marinho de Azevedo, an author who wrote about the Roman *Olisipo*, saw the inscriptions *CIL* II 193, 203 and 211: his mention is here analysed. Two Roman *grafitti*, one of Pombal's Roman *villa* and another from *Ebora*, still remain undeciphered.

1. Um ex-voto a *Bandiarbariacus*

O italiano Mariangelo Accursio, interessado por antiguidades, fez uma viagem a Portugal entre os meses de Março e Setembro de 1527, tendo copiado as inscrições romanas que foi encontrando. Consta essa cópia do manuscrito que está na Biblioteca de Milão: é, como a Doutora Sylvie Deswarte-Rosa teve a gentileza de me informar e de me facultar a imagem, o manuscrito Ambrosiana 0125 *Sup*, que tem por título desde a «Germania per Galliam et Hispaniam» até à Lusitânia e que ela própria teve ocasião de analisar (2011).

Esteve Acúrsio na zona da Serra da Estrela, por exemplo, designadamente em Capinha, hoje sede de uma das freguesias do concelho do Fundão, distrito de Castelo Branco, e entre as inscrições que aí viu, a 27 de Abril, estava, a cerca de mil passos da povoação, uma a que chama 'epigrama', gravada numa lápide quadrada, «em um templete feito quase inteiramente de pedras e fragmentos de colunas antigas do mesmo material pétreo». Pode ler-se o que copiou (f. 212 v. — Fig. 1):

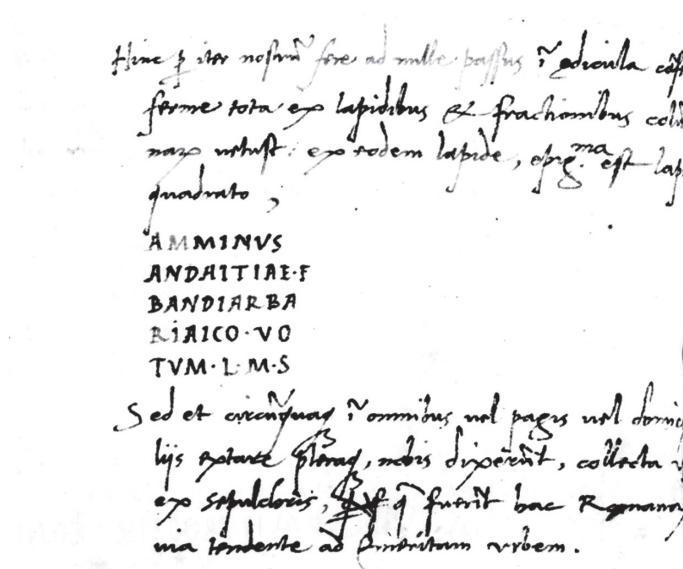


Fig. 1 – A inscrição de Capinha, por Acúrsio.

AMMINVS
 ANDAITIAE · F
 BANDIARBA
 RIAICO · VO
 TVM · L · M · S

Teve Luís António Muratori (1739, p. 100, 3) a possibilidade de aceder a essa informação — escreve expressamente «e schedis Ambrosianis» (Fig. 2) — copiou a epígrafe (somente com a distracção de ANDIATTIAE em vez de ANDAITIAE) e comentou:

«Decerto, tendo eu reflectido, penso preferível attribuir a *Bandiarbam* [sic] carácter divino; mas, como julgo, outros trarão melhor luz a este mundo de trevas».

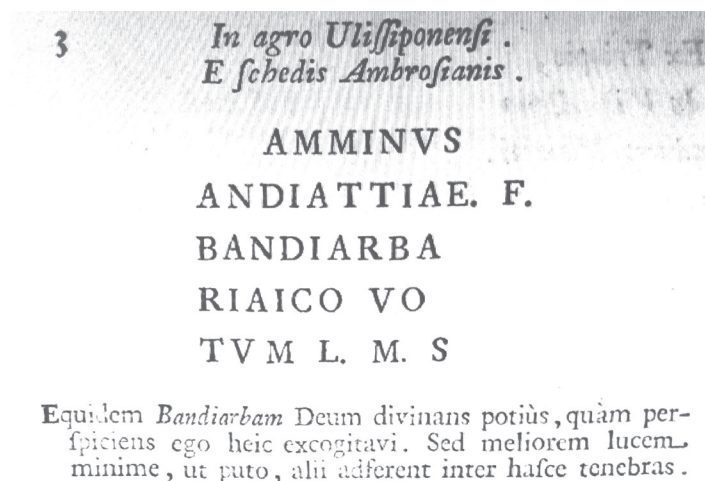


Fig. 2 – A inscrição de Capinha, por Muratori.

Atribui o texto a Lisboa — «in agro Ulissiponensi» — equivocado, decerto, por Acúrsio ter ido de Lisboa para a zona da Serra da Estrela.

Hübner não hesitará em integrar esta epígrafe no seu *corpus* (CIL II 454), diferindo a sua leitura da de Muratori no nome da mãe, que grafa *Andaitiae*, como vem no manuscrito de Acúrsio; não tece qualquer comentário sobre o texto, limitando-se a incluir *Bandiarbariaicus* no rol das divindades atestadas (índice — p. 1126).

Nunca se chegou a saber do paradeiro do monumento e José d'Encarnação seguiu Leite de Vasconcelos (1913, pp. 219–220), dando conta, sob a designação *Bandis Arbariaicus*, de mais este testemunho de uma divindade — a que, por facilidade, deu o nome de *Banda*, passível de congregar todas as variantes fonéticas — dotada de um epíteto local (1975, pp. 129–131). Sobre este epíteto haveriam as linguistas Rosa Pedrero e Blanca María Prósper (vide *HEp* 11 2001 661) de tecer considerações, apontando a possibilidade de, por via etimológica, se haver aqui o «Bandi de Arbaria» ou ser este «um epíteto de carácter agrícola com o significado de 'o que produz grão' ou algo parecido».

Não são, porém, as questões linguísticas que nos prendem. O excursus acerca deste monumento — cuja autenticidade nunca se pôs em causa — justifica-se pela oportunidade de reflectir sobre CIL II 10*, uma inscrição dada como encontrada em Évora e que teria sido dedicada também a esta divindade indígena. Hübner repele-a como falsa — e valerá, porventura, a pena indagar o que estará por detrás dessa liminar rejeição, devida a ter sido um tal Pedro Valera que a terá forjado precisamente a partir da inscrição da Capinha, de que tivera conhecimento no referido manuscrito de Acúrsio veiculado por Muratori.

Tem sido grande a polémica gerada em torno desse Pedro Valera, mormente a partir do momento em que Hübner o 'crucificou' como falsário (CIL II, pp. XXII–XXIII).

E o caso é o seguinte: D. Cândido María Trigueros (1736–1798) apresenta inscrições que um suposto Pedro Valera lhe teria dado a conhecer. Ora, tudo parece indicar que Pedro Valera não existiu!

Rodríguez de Berlanga (1864, p. 23), por exemplo, referindo-se ao manuscrito atribuído a Pedro Valera, diz: «[...] cuyo papel está lleno de documentos falsos, no merecendo fe alguna su contenido». E, mais adiante (p. 270): «En este papel se observan infinitas inscripciones falsas en las que se habla de varias de las supuestas divinidades adoradas por nuestros aborígenes (...). El erudito alemán antes citado, Doctor Hübner ha sido el que ha venido á probar que este papel fue forjado por *Cándido María Trigueros*, estando lleno de documentos adulterados».

Hoje, tal como acontece com André de Resende e outros, a preocupação dos historiadores é a de procurarem reunir toda a documentação possível, a fim de se ter uma ideia mais clara, na medida em que se entende que Hübner também em relação a Trigueros assumiu uma atitude peremptória, incisiva, implacável. E atitudes dessas geram sempre vontade de saber se realmente assim é. Por conseguinte, reabilita-se, de um modo geral, o labor de Cândido María Trigueros (vejam-se, nomeadamente, os trabalhos de Aguilar Piñal, de Cebrián Fernández e Sánchez Medina, de Juan Gil, de Mendoza Álvarez e de Remesal referidos na bibliografia) e discute-se o valor do manuscrito de Pedro Valera, seu pseudónimo ou não.

Leia-se *CIL* 10* em primeiro lugar (Fig. 3). Transcreve Hübner: «En Ebora en una escribanía en una basa com unas piernas desnudas»; dá como texto

bandiarbar. s / m. iun. m. fel / s. v. l. a. p

e comenta: «Petrus Valera, n. 18, i. e. Trigueros, qui finxit ex n. 454 quam e Muratori noverat».

**10* *En Ebora en una escribania en una basa
con unas piernas desnudas.***

**bandiarbar. s | m. iun. m. f. fel | s. v.
l. a. p**

**Petrus Valera n. 18, i. e. Trigueros, qui finxit
ex n. 454, quam e Muratorio noverat.**

Fig. 3 – *CIL* II 10*.

Confirma Hübner o que atrás se referiu: para ele, Petrus Valera é Trigueros; e o texto foi forjado a partir de *CIL* II 454, a inscrição da Capinha.

Confirmamos nós que, no manuscrito atribuído a Valera, não é exactamente isso que está escrito (Fig. 4), porque claramente se lê TVN (e não IVN).

Como é hábito de Hübner, laconicamente afasta a epígrafe — como quem diz «é dum falsário e daí nada pode vir de bom» — e nem sequer se dá ao trabalho de interpretar o que lá está escrito.

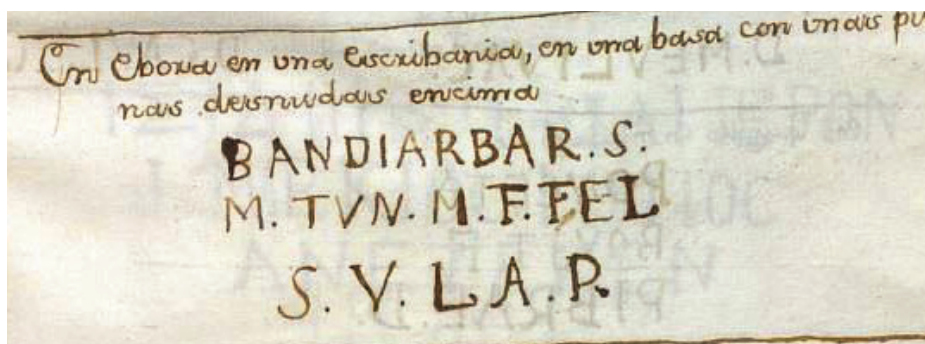


Fig. 4 – Inscrição de Évora no manuscrito de Valera.

Estranha-se, não há dúvida, em primeiro lugar, o contexto do achado: estava «numa escrivaninha, numa base de pernas nuas»? Se se entende «escribanía» como escrivaninha, trata-se de um móvel e seria normal a indicação do nome do proprietário, a não ser que se quisesse manter o anonimato, o que — ontem como hoje — não seria inadmissível numa situação destas, de estatueta antiga. De facto, a frase «numa base de pernas nuas», se se entender elipticamente, poderá querer dizer: é o letreiro de uma base de estátua em que a divindade representada tinha as pernas nuas, como seria normal. E aponto ‘divindade’ por, como atrás se aludiu, no manuscrito se ter dado preferência a epígrafes de divindades.

Desdobrando as siglas e abreviaturas, teremos:

BANDIARBAR(*iaco*) · S(*acrum*) / M(*arcus*) · IVN(*ius*) · M(*arci*) · F[*I*]L(*ius*) S(*uum*) · V(*otum*) · L(*ibens*) · A(*nimo*) · P(*osuit*)

«Consagrado a Bandiarbariaico. Marco Júnio, filho de Marco, pôs o seu voto de livre vontade».

Levamos à conta de gralha TVN em vez de IVN. Quanto ao resto, que há, aqui, de anormal? Interpretei FEL como F[*I*]L(*ius*); FEL(*ix*), a outra possibilidade, como cognome, deixava sem sentido o M. Além disso, a possível omissão do *cognomen* seria indício de uma época em que o *cognomen* ainda não era frequente, o século I antes ou os primórdios do século I depois de Cristo.

O anormal reside em dois aspectos, se não levarmos em consideração que A(*nimo*) · L(*ibens*) · P(*osuit*) habitualmente existe por si: o primeiro, uma divindade indígena em Évora, o que, pelo que se sabe, não seria comum; depois, porque essa divindade — pelos testemunhos até agora patentes — se não documenta no Sul da Lusitânia, mas a norte do Tejo. Por isso se acata a ignomínia de inscrição forjada, embora, neste caso, sendo estatueta, a sua existência numa casa de Évora pudesse não suscitar grandes engulhos, tratando-se de velharia preservada.

Vamos, por isso, optar por validar o testemunho? Não! Que é informação estranha a mais! Contudo, não quereríamos dar por encerrado o assunto, sem olhar de novo para o manuscrito atribuído a Pedro Valera. É que, se na p. 57 do manuscrito se lê essa inscrição, na 56 v. vem estoura (Fig. 5):

P · PORTIANVS / POS / ARAM IOVI · E · V

que Hübner aceitou por verdadeira (CIL II 2350). Informa o epigrafista alemão que foi identificada «in villa Nova de la Xara», que a retirou de Muratori (5, 15), o qual, por sua vez, a copiara «e schedis P. Caettani», comentando: «Suum in usum convertit Petrus Valera 14». Dá a impressão que Hübner quer dizer que Valera dela se apropriou para seu uso.



Fig. 5 – CIL II 2350 no manuscrito de Valera.

Certo é que não coincide com esta nem a versão de Hübner nem as que se lhe seguiram: *HEp* 1 1989 304 = *AE* 1986 361, a remeter para a leitura de Stylow, que também assina a ficha *CIL* II²/7 777 e sugere a hipótese de se ler *Pontianus*, por *Portianus* não estar ainda registado, e aceita, ainda que dubitativamente, a inserção do *praenomen* *L(ucius)*, indicada na ficha de Caetano. As siglas finais — *E(x)* *V(oto)* — não foram consideradas em nenhum dos *corpora* subsequentes, prova de que, na verdade, essa página do manuscrito de Valera não terá sido vista; caso tivesse sido, corria sério risco de Hübner a pôr entre as forjadas! Como não foi, quiçá a leitura interpretada mais correcta seja:

[*L(ucius)* ·] *P(orcius?)* · *PORTIANVS* / *POS(uit)* / *ARAM IOVI* · *E(x)* · *V(oto)*

Em conclusão: se nem tudo no relato de Pedro Valera transmitido por D. Cândido María Trigueros é fiável, porventura estudos mais circunstanciados possibilitarão a recuperação de algumas epígrafes. Quanto à eventual estatueta de *Bandis Arbariaicus*, de pernas ao léu, identificada em Évora em cima duma escrivanhina, vamos continuar a ter mui sérias dúvidas acerca da possibilidade de Pedro Valera a ter visto.

2. *CIL* II 193

De vez em quando, não será despiciendo revisitar os antigos que cedo se aperceberam da importância fundamental que as epígrafes deixadas pelos Romanos detinham para saber mais desse período em cada lugar. Assim procedeu Luís Marinho de Azevedo que, ao escrever sobre a fundação, a antiguidade e as grandezas de Lisboa, obra publicada em 1753, não hesitou em referir-se às inscrições de que tivera conhecimento.

E sempre há um que outro pormenor a realçar, por mais que uma epígrafe tenha sido alvo de estudo e considerações.

No livro III, p. 14, escreve Marinho de Azevedo (atualiza-se a escrita):

«Detrás a igreja de Santiago, junto à porta das casas de Dom Pedro Fernandes de Castro, está uma grande pedra, de mármore vermelho jaspeado, a qual foi memória pública e conserva ainda todas as letras inteiras com a seguinte inscrição:

D. D.
L. CANTIO. L. F.
GAL. MARIN
EDILI.
VIBIA MAXIMA
AVIA ET
MARIA. PROCVL.
MATER HONOR.
CONTENTÆ
D. S. P.

Significa em língua portuguesa: «Por decreto dos decuriões, Vibia Maxima Avia mandou pôr esta estátua a Lúcio Cântio Marino edil, filho de Lúcio, da tribu Galéria, sendo sua mãe Maria Prócula, contente desta honra».

Continua Luís Marinho de Azevedo:

Tem a pedra algumas cousas dignas de ponderação, como é o decreto dos decuriões, sem o qual se não podiam levantar memórias públicas a pessoa particular e, quando se dispensava, era com as mais beneméritas da República e com grande autoridade nela, como o devia ser Lúcio Cância, cuja qualidade se confirma com o ofício que tinha de edil, o qual era um magistrado curul, que havia em Roma com quatro destes edis. Os dois principais curules e os dois do povo, que eram menores, e correspondia seu exercício em parte ao de nossos almotacés, palavra árábica que significa o que tem mando sobre pesos e medidas, para que distribua o que a cada um toca sem fraude nem engano do comprador, o que nos ficou do tempo que os Árabes foram senhores da Espanha» (Azevedo, 1753, pp. 14–15).

Explicita, de seguida, as funções dos edis em Roma:

o provimento dos mantimentos, para que não houvesse penúria deles, antes sobejassem em abundância. E em fiel dos pesos e medidas, para que a cada um se desse o que lhe tocava. Estava também a seu cargo o reparo dos edifícios públicos e particulares e os gastos que se faziam para os jogos e festas públicas e outras cousas dependentes destas.

Não deixa de subentender-se aqui uma tonalidade de louvor, como de exemplo a seguir-se.

Acrescenta ser notável a menção do nome *Maria* e, sobretudo, o de *Marino*, «antiquíssimo», pois também surge no epitáfio que «está no jardim de D. Maria da Silva, junto à igreja dos Anjos desta cidade» — é o epitáfio em que se refere o cidadão Marco Aurélio Marino e de que se falará adiante. Compreende-se o interesse de Luís Marinho de Azevedo em salientar a antiguidade do seu próprio nome...

Note-se, por outro lado, o cuidado posto em explicar o mecanismo das homenagens romanas, sujeitas à autorização dos decuriões, e a circunstância de, neste caso, ela poder ter sido devida por bom exercício do cargo de edil.

Com o terramoto de 1755 também essa pedra levou descaminho, embora seja possível reencontrá-la algum dia. Vieira da Silva refere-se-lhe, sob o n.º 75 (Silva, 1944, pp. 184–185), informando: «Este palácio [dos Castros] ficava no sítio do actual prédio que esquina do Largo do Contador-Mor para a Rua de S. Tiago, como dissemos ao tratar da inscrição n.º 74». Ora a inscrição n.º 74 é o enorme pedestal dedicado ao Divino Augusto que Catarina Quinteira identificou em 2009 (Quinteira & Encarnação, 2009)! Sendo este um pedestal de algum volume — Gasco, segundo Vieira da Silva, dá-lhe 5 palmos de altura (1,1 m) por 3,5 de largura (0,77 m) — é bem provável que ainda esteja aproveitado em parede próxima!...

Teve Marinho de Azevedo o cuidado de dizer que «conserva ainda todas as letras inteiras»; na leitura que apresenta, apenas pôs em itálico o patronímico e o I de *avia*, para dar a entender que se reconstituíam sem dúvidas, ainda que se não distinguissem bem na pedra. Não será, contudo, despropositado pensar que eventual desgaste ou condições de luz possam ter impedido de ver com clareza as letras do bordo direito. Assim sendo, a leitura interpretada poderá ser:

D(ecreto) D(ecurionum) / L(ucio) CANTIO L(ucii) F(ilio) / GAL(eria) MARIN[O] / EDILI / VIBIA MAXIMA / AVIA ET / MARIA PROCVL[A] / MATER HONOR[E] / CONTENTAE / D(e) S(uo) P(osuerunt)

Por decreto dos decuriões. A Lúcio Cância Marino, filho de Lúcio, da tribo Galéria. Víbia Máxima, a avó, e Mária Prócula, a mãe, contentes com a honra, puseram, a expensas suas.

Luís Fernandes teve ensejo de incluir este monumento no rol dos que mostravam o importante papel desempenhado pela mulher na vida pública. Comentou inclusive a onomástica aqui presente, indicando os paralelos então conhecidos (1998–1999, pp. 170–171), e chamou a atenção para o facto de serem mãe e avó a custearem a homenagem.

Dois pormenores se poderão salientar agora.

Primeiro: a presença de três gentílios na mesma família. Pertence a avó à *gens Vibia*; pertence a mãe à *gens Maria*; e *Marinus* ficou integrado, por via do pai, na *gens Cantia*, de que se recordará (embora não obrigatoriamente com laços familiares, como se compreende, por inclusive o *praenomen* ser *Caius*) o célebre «construtor de templos» da *civitas Igaeditanorum*, *Caius Cantius Modestinus* (Mantas, 1993). Com excepção desta última, tanto a família *Vibia* como a *Maria* constam de outros testemunhos olisiponenses. O que importa sublinhar agora é o que, decerto, esteve subjacente a essas ligações familiares: a eleição do edil correspondeu, sem dúvida, a um jogo de interesses, que a erecção deste cipo — ou, quiçá, pedestal de busto — veio ratificar, pela apresentação pública da homenagem.

Prende-se este ponto com o segundo. É que — e Azevedo focou bem que a pedra «conserva ainda todas as letras inteiras»! — na 1.^a linha está *D(ecreto) D(ecurionum)*. Hübner deve ter achado estranho e, a medo, pôs *m.* em lugar do segundo *D*, uma sugestão seguida, sem tergiversar, pelos autores seguintes, que reconstituíram [*M(anibus)*]. Ora sucede que o texto não é funerário, mas honorífico! Estranha-se que a fórmula *D(ecreto) D(ecurionum)* esteja no começo da epígrafe? Estranha-se, de facto; mas lá está e o próprio Marinho de Azevedo chama, como vimos, a atenção para essa obrigatoriedade de os decuriões aprovarem a colocação dum monumento em lugar público.

Contudo, sem contarmos com a epígrafe de Mértola *IRCP* 96, que pode ter começado *Ex d(ecreto) d(ecurionum) m[unicip]es m(unicipii) Myr[tiliano]r(um)* (*HEp* 2014/2015 824), podemos aduzir outros testemunhos de a expressão estar no começo do texto.

Assim, temos a inscrição de Parma (*EDCS*-20402533): *D(ecreto) d(ecurionum) / Gemminiae P(ubli) fil(iae) / Maximae / statua / odoramenta / ex HS IIII (milibus) / Prima mater / miserrima / filiae carissimae / ann(os) XVIII: por decreto dos decuriões, foi autorizada Prima, mater miserrima, a honrar a memória de sua filha caríssima, Geminia Maxima, de 19 anos, com uma estátua odoramenta, em que investiu 4000 sestércios. Registe-se o termo, deveras raro (TLL, s. v. «odoramentum», p. 471), que dá a entender que da estátua se desprendiam perfumes...*

Há ainda *EDCS*-05800436, de *Castrimoenium*, região do Lácio e da Campânia: *Decreto decur(ionum) / M(arco) Iunio Silani l(iberto) / Monimo / locus public(us) datus / in fr(onte) p(edes) LXVII / in agr(o) p(edes) X* — em que, por decreto dos decuriões, do domínio público se doa ao liberto Marco Júnio Mônimo um espaço de 67 pés de largo por 10 de profundidade, certamente para o seu jazigo familiar.

Numa inscrição de Germa, província da *Galatia* (*EDCS*-22300543), *Ex d(ecreto) d(ecurionum)* homenageou-se *Caius Claudius Antipater, vir frugalissimus et coloniae amantissimus praestantissimus aedilis*.

3. *CIL* II 203 e *CIL* II 211

Quis D. Rodrigo da Cunha, «Arcebispo Metropolitano de Lisboa e Conselheiro de Estado de Sua Majestade» dedicar a 1.^a parte do I volume (e único) da sua *História Ecclesiastica da Igreja de Lisboa*,

publicada em 1642, ao tempo que mediou desde a «fundação de Lisboa até ser ganhada aos Mouros por El-rei Dom Afonso Henriques». Prestou, pois, especial atenção às inscrições romanas de que teve conhecimento e, no final desse excurso epigráfico, caiu um pouco em si e declarou (Cunha, 1642, p. 17):

Estes são os mármore, inscrições e letreiros que achamos dentro dos muros da nossa cidade, do tempo dos Romanos. Não se compadece com a matéria eclesiástica do nosso assunto divertirmo-nos à exposição copiosa que pedia a muita erudição que inclui; sirva o pouco que dissemos de abrir caminho aos curiosos a que procurem avantajá-los nesse estudo, pois o julgamos digno dos maiores engenhos e mais noticiosos das letras humanas.

Seu desiderato ora seguimos, justamente pegando nas duas últimas inscrições que referiu:

Achámos outros dois mármore de que até agora não vimos que Autor algum fizesse menção, junto à paróquia dos Anjos, no jardim de Dom Pedro de Castelbranco, senhor do Pombeiro, que dizem assim (Cunha, 1642, p. 17).

Dá, de seguida, a leitura e a tradução.

A referência a esses monumentos se encontra também, anos depois, em Marinho de Azevedo, a propósito, como atrás se disse, da antiguidade do nome *Marinus* (Marinho):

Com esta pedra se confirma ser o apelido Marino antiquíssimo, pois se acha também em outras do mesmo tempo, uma das quais partida, que parece foi coluna e epitáfio de sepultura: está no jardim de Dona Maria da Silva, junto à igreja dos Anjos desta cidade, em que se lêem todas estas letras» (Azevedo, 1753, livro III, p. 15).

E vêm juntos os textos que D. Rodrigo da Cunha apresentara separados. As leituras são quase coincidentes, ainda que sejam menos de fiar as de D. Rodrigo, atendendo a outros exemplos que temos (v. g., na atrás citada inscrição ao Divino Augusto leu C. TVLIVS. EVTICVS, em vez de C. IVLIVS EVTICHVS). Não há dúvida que estamos em presença das mesmas peças. Explicita Vieira da Silva: «No jardim do palácio de D. Pedro de Castelo Branco, senhor de Pombeiro (depois, de D. Maria da Silva, 6^a senhora de Belas), perto da *desaparecida* Igreja dos Anjos» (pp. 228–229), «propriedade, rústica e urbana, ocupava o espaço do quarteirão de casas compreendido entre a Rua dos Anjos, antigamente de S.^{ta} Bárbara e a Calçada e o Largo Conde de Pombeiro. A casa nobre seria talvez no local do palácio onde está actualmente a Legação da Itália» (Silva, 1944, p. 227). Não deixará de ser curioso assinalar que, passeando nesse jardim da Embaixada de Itália, o Doutor Vítor Serrão tenha encontrado, em 1995, um cipo romano, de que amavelmente me deu conhecimento, e que veio a verificar-se ter sido levado para aí de Cascais, atendendo inclusive às relações estreitas com membros da família Pombeiro residentes nesta vila (Encarnação, 2001, pp. 61–63).

Todos os autores seguiram a versão de D. Rodrigo da Cunha, optando por duas epígrafes em vez de uma só, decerto por não terem lido com atenção o que Marinho de Azevedo escrevera («uma das quais partida, que parece foi coluna e epitáfio de sepultura») e também por se não haver atentado melhor no segundo texto, demasiado elíptico, digamos assim, para só ter essas duas linhas.

Vamos, por conseguinte, repor o texto que reputo desta forma completo (Fig. 6 — o que vem em Azevedo, 1753, p. 15):

D(is) M(anibus) / CORNELIA GAMIC[E] / ANN(orum) XXV (*quinque et viginti*) / ET CORNELIVS / ⁵
VICTORINVS AN(norum) XV (*quindecim*) / FRATRI ET SORORI / H(ic) S(it) S(unt) / M(arco) AVRELIO M(arc)

F(ilio) GAL(eria) / MARINO / ¹⁰ HEREDES EX TESTAMENTO

Aos deuses Manes. Aqui jazem Cornélia Gânice, de 25 anos, e Cornélio Vitorino, de 15 anos. Ao irmão e à irmã. A Marco Aurélio Marino, da Galéria — os herdeiros por testamento.

Não se indica o eventual grau de parentesco entre Marino e os dois jovens *Cornelii*; contudo, decerto foi ele próprio que determinou, por testamento, ser sepultado no mesmo túmulo que eles. A sua morte ocorreu depois e, daí, que os herdeiros tenham optado por essa formulação. Herdeiros de Marino e irmãos de Gânice e Vitorino.

do. *Marino* antiquíssimo; pois se acha também em outras do mesmo tempo, huma das quaes partida, que parece foy columna, e epitaphio de sepultura: está no jardim de Dona Maria da Sylva, junto á Igreja dos Anjos desta Cidade, em que se lem todas estas letras:

D. M.
CORNELIA GAMIC.
ANN. XXV.
ET CORNELIVS
VICTORINVS AN. XV.
ERATRI. ET SORORI
H. S. S.
M. AVRELIO. M. F. GAL.
MARINO.
HEREDES EX TESTAMENTO.

Fig. 6 – O texto segundo Marinho de Azevedo.

Optou-se por reconstituir *Gamice* — na pedra, a última letra do nome estava delida — por ser o cognome grego mais documentado. O masculino é *Gamicus*, mas o feminino corrente em Roma é *Gamice*, à maneira grega. Solin (1982, p. 960) deu conta de 14 testemunhos, 6 dos quais de escravos ou libertos. Atendendo ao que se conhece da população de *Olisipo*, não nos causaria espanto que os irmãos *Cornelii* fossem libertos e que se houvesse estabelecido uma relação de amizade tanto do ponto de vista afectivo como sociopolítico entre os *Cornelii* e os *Aurelii*, famílias documentadas na epigrafia olisiponense.

4. Grafito em telha

Achou-se na escavação da *villa* romana de Rio Maior (freguesia e concelho de Rio Maior, distrito de Santarém, *conventus Scallabitanus*) um *imbrex* fragmentado, que apresentava grafito gravado com estilete pontiagudo (*calamus*) na pasta ainda mole, antes de ir ao forno.

Fez-se a respectiva publicação (Encarnação, Moreira & Pereira, 2014), mas não se apresentou, na circunstância, nenhuma leitura e apelou-se à recolha de sugestões. Nenhuma nos chegou, até ao momento, e, por isso, valerá a pena dar conta das letras que poderão estar ali gravadas (Fig. 7).

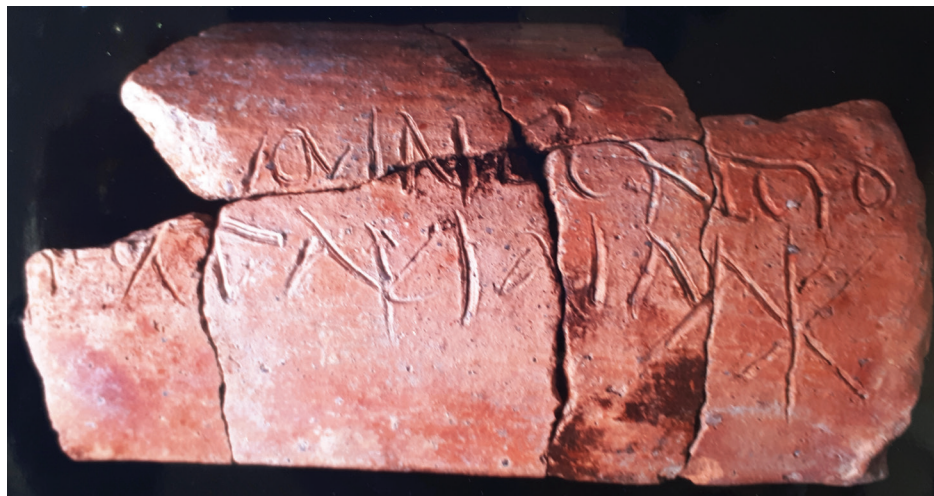


Fig. 7 – Grafito em *imbrex*. Foto de José Beleza Moreira.

Perdeu-se o começo do letreiro. Na l. 1, o primeiro traço, oblíquo, poderá ser de **V**; segue-se **O**; **V** de haste esquerda mais lançada; **I** longo e vertical; **N** de gravação mais funda. Na junção de quatro dos seis fragmentos em que a telha se encontrou partida, afigura-se ver **C** lançado para diante; depois, poderá ser **O**, mas aberto e de ampla curvatura da direita, que, verosimilmente, a perna esquerda do **V** seguinte parece cortar levemente; esse **V** está muito inclinado para trás. A não ser que se trate de um **N**. A penúltima letra parece **D** em jeito de **δ** (delta minúsculo) cursivo; no fim, **O** pequeno.

A identificação dos caracteres do começo da actual l. 2 está muito prejudicada por aí se encontrar mais uma zona de fractura. Afigura-se haver **A** sem travessão, seguido de eventual **T** de barra não horizontal; depois, **N**; quiçá **I**, se desprezarmos os traços mais leves; parece, de seguida, **V** de vértice boleado e **A** (ou **N**). No fim, o crísmo, estando a curvatura do **P** mui levemente gravada.

Em síntese:

[...]VOVINCONDO

[...]ATNIVA *crísmo*

Mantém-se, pois, a incerteza acerca do que ali possa estar escrito, independentemente de a identificação dos caracteres estar — ou não — bem feita.

5. Grafito em estuque

Nos primórdios da década de 80, numa das visitas à sede, na cidade de Évora, do Serviço Regional de Arqueologia do Sul, fotografou Guilherme Cardoso o grafito feito no estuque vermelho pompeiano retirado da *domus* na época identificada na Rua de Burgos dessa cidade, pertencente, na actualidade, à freguesia de Évora (Sé e São Pedro), concelho e distrito de Évora (*conventus Pacensis*).

Guardei essa foto (Fig. 8), sempre à espera de que, vendo, de vez em quando, esse grafito, se pudesse descortinar o que lá poderia ter sido escrito. A incerteza mantém-se; todavia, não quero deixar inédito por mais tempo o que nessa altura se fotografou.



Fig. 8 – Grafito de Évora. Foto de Guilherme Cardoso.

Depois de **IN**, **P** cujo segmento superior, que se deveria apresentar circular, está horizontal, de longo traço oblíquo a cortar a perna vertical. **R** de perna oblíqua invulgarmente longa, em cujo vértice toca uma das pernas do **X**; sobre este há, aparentemente, um **A**. **S** muito esguio; **YXP** (este de recorte angular) lê-se sem dúvidas. Parece haver um **A**, isolado, de contornos arqueados e travessão, abaixo do primeiro **I**.

Portanto: INPRXSYXP

O IN inicial levou a pensar que se estaria a indicar dimensões, tanto mais que surgem no grafito dois X. Algo como IN FRONTE... A sensação de se tratar de indicação prática, mensural, para os artífices, ainda se mantém, difícil de esclarecer, no entanto.

Bibliografia citada

AE = *L'Année Épigraphique*, Paris. [Indica-se o ano e o n.º da inscrição].

AGUILAR PIÑAL, Francisco (2001) – *El académico Cándido María Trigueros (1736-1798)*. Madrid: Real Academia de la Historia.

AZEVEDO, Luís Marinho de (1753) – *Fundação, Antiguidades e Grandezas da Mui Insigne Cidade de Lisboa e Seus Varões Ilustres em Santidade, Armas e Letras. Catálogo de Seus Prelados e Mais Cousas Eclesiásticas e Políticas até o Ano 1147, em que foi ganhada aos Mouros por El-Rei D. Afonso Henriques*. Lisboa: Oficina de Manuel Soares.

CEBRIÁN FERNÁNDEZ, Rosario; SÁNCHEZ MEDINA, Esther (2005) – La documentación sobre las Memorias del viaje del Marqués de Valdeflores por España (Real Academia de la Historia, ms 9/7018). *Spal*. 14, pp. 11–57.

CIL II = HÜBNER, Emil (1869; 1892) – *Corpus Inscriptionum Latinarum* – II. Berlin: Georg Reimer.

CIL II²/5 = STYLOW, Armin U.; ATENCIA PÁEZ, Rafael; GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, Julián; GONZÁLEZ ROMÁN, Cristóbal; PASTOR MUÑOZ, Mauricio; RODRÍGUEZ OLIVA, Pedro; GIMENO PASCUAL, Helena; RUPPERT, Monika; SCHMIDT, Manfred G. (1998) – *Corpus Inscriptionum Latinarum, II. Editio altera. Pars V: conventus Astigitanus (CIL II²/5)*. Berlin; New York, NY: Walter de Gruyter.

CUNHA, D. Rodrigo da (1642) – *Primeira Parte da Historia Ecclesiastica da Igreja de Lisboa*, I. Lisboa: Manuel da Silva.

DESWARTE-ROSA, Sylvie (2011) – Le voyage épigraphique de Mariangelo Accursio au Portugal, printemps 1527. In BERBARA, Maria; ENENKEL, Karl, eds. – *Portuguese Humanism and the Republic of Letters*. Leiden: Brill, pp. 17–112.

EDCS = *Epigraphik Daten-Bank Claus / Slaby*, acessível em < <http://www.manfredclaus.de/gb/> >.

ENCARNAÇÃO, José d' (1975) – *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal (subsídios para o seu estudo)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

ENCARNAÇÃO, José d' (2001) – *Roteiro epigráfico romano de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal.

ENCARNAÇÃO, José d'; MOREIRA, José Beleza; PEREIRA, Carlos (2014) – Imbrex com inscrição paleocristã, de Rio Maior (*Conventus Scallabitanus*). *Ficheiro Epigráfico*. 121, n.º 516.

FERNANDES, Luís (1998–1999) – A presença da mulher na epigrafia do conventus Scallabitanus. *Portugalia*. Nova série.19–20, pp. 129–228.

GASCO, António Coelho (1924) – *Primeira parte das antiguidades da muy nobre Cidade de Lisboa, Imporio do Mundo e Princesa do Mar Oceano*. Ms. escrito entre 1627 e 1633. Cópia na BGUC (ms. N.º 504). Impressa no *Archivo Bibliographico* da BGUC, vol. IX a XII, 1910 a 1912, de que se fez separata em 1924.

GIL FERNÁNDEZ, Juan (1981) – Epigrafía antigua y moderna. *Habis*. 12, pp. 153–176.

HEp = *Hispania Epigraphica*, Universidade Complutense de Madrid. [Indica-se, geralmente, o número, a data da publicação e o número da inscrição].

MANTAS, Vasco Gil (1993) – Evergetismo e culto oficial: o construtor de templos C. Cantius Modestinus. In GÓMEZ PALLARÈS, Joan; MAYER I OLIVÉ, Marc, eds. – *Religio deorum. Actas del coloquio internacional de epigrafía: culto y sociedad en occidente (Tarragona 1988)*. Sabadell: AUSA, pp. 227–250.

MENDOZA ÁLVAREZ, José David (2015) – Cuestiones en torno a un documento histórico: inscripción epigráfica de Trigueros conservada en el Museo de Carmona (Sevilla). *Trastámara*. 15, pp. 51–93.

MENDOZA ÁLVAREZ, José David (2015) – Prueba material de la existencia de una falsificación epigráfica en Carmona (Sevilla). *Revista de Humanidades*. 26, pp. 33–50.

MURATORI, Ludovicus Antonius (1739) – *Novus thesaurus veterum inscriptionum in praecipuis earumdem collectionibus hactenus praetermissarum*. I. Mediolani: Ex Aedibus Palatinis.

ORIA SEGURA, Mercedes; GONZÁLEZ MUÑOZ, Isabel María (2010) – Las antigüedades de Alcalá del Río en la obra de Marcos García Merchante. La crónica de fiestas a S. Gregorio Ossetano de 1771. *Spal*. 19, pp. 35–59.

QUINTEIRA, Catarina; ENCARNAÇÃO, José d' (2009) – CIL II 182, de Olisipo. *Conimbriga*. 48, pp. 181–187 < <http://hdl.handle.net/10316/13088> >.

REMESAL RODRÍGUEZ, José (2003) – Trigueros epigrafista. La pasión de Hübner por Trigueros. In GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel, ed. – *Carmona en la Edad Moderna. Actas del III Congreso de Historia de Carmona*. Sevilla: Universidad, pp. 465–486.

RODRÍGUEZ DE BERLANGA, Manuel (1864) – *Monumentos históricos del Municipio Flavio Malacitano*. Málaga: Imprenta y librería de D. José Martínez de Aguilar, hoy del Avisador Malagueño.

SILVA, Augusto Vieira da (1944) – *Epigrafia de Olisipo. Subsídios para a história da Lisboa romana*. Lisboa: Câmara Municipal.

SOLIN, Heikki (1982) – *Die griechischen Personennamen in Rom. Ein Namenbuch*, 1. Berlin; New York, NY: De Gruyter.

STYLOW (Armin U.), «Una aproximación a la Carmona romana, a través de su epigrafía. Nuevas aportaciones y revisión crítica». In CABALLOS RUFINO, Antonio, ed. – *Carmona Romana. Congreso de Historia de Carmona (Carmona, 29 de septiembre a 2 de octubre de 1999)*. Carmona: Ayuntamiento, pp. 95–106.

VALERA, Pedro (1589) – *Varias inscripciones recogidas por Pedro Valera en el año de 1589 de Jesús, que el vió caminando con su amo el Duque* (manuscrito).

VASCONCELLOS, José Leite de (1913) – *Religiões da Lusitania na parte que principalmente se refere a Portugal*. Vol. 3. Lisboa: Imprensa Nacional.

Elementos para a compreensão do povoamento antigo no Baixo Dão

Pedro Matos* | pjmatos27@hotmail.com

Helena Catarino* | hcatarino@fl.uc.pt

*CEAACP/FCT – Universidade de Coimbra.

Resumo

As prospeções arqueológicas extensivas são uma etapa indispensável ao estudo do povoamento antigo em determinado território. Além de possibilitar a identificação de sítios, estes trabalhos proporcionam ao investigador um conhecimento aprofundado do espaço em estudo e, consequentemente, perceber a influência dos elementos naturais sobre os padrões de ocupação antigos.

Neste texto será apresentada a dinâmica de ocupação no Baixo Dão entre o Período Romano e a Idade Média plena, com enfoque sobre a relação espacial entre os assentamentos romanos e as povoações medievais. Esta análise será, toda ela, construída com base na articulação dos dados obtidos em prospeções extensivas com a informação recolhida na documentação histórica, para demonstrar o potencial da interdisciplinaridade destas duas fontes de dados, tendo como pano de fundo a paisagem do Baixo Dão.

Abstract

Extensive archaeological surveys are an essential step to the study of ancient settlements in a given territory. In addition to enable the identification of sites, those works provide the researcher with a thorough knowledge of the space under study, and consequently understand the influence of natural elements on ancient occupational patterns.

In this text, it will be presented the dynamics of ancient settlements in Baixo Dão, from Roman times to the Middle Ages, with a focus on the spatial relationship between Roman and medieval sites. This analysis will be fully built on the articulation of extensive surveys data and the information collected in historical documents, to demonstrate the interdisciplinary potential of these two data sources, against the backdrop of Baixo Dão landscape.

1. Introdução

No sudoeste do Planalto Beirão as povoações de Óvoa, Vimieiro, Couto do Mosteiro, Santa Comba Dão e Treixedo estão posicionadas na área do Baixo Dão (Santa Comba Dão, Viseu), principal afluente do Mondego (Fig. 1). Testemunham a ocupação milenar desta zona que foi, desde o Período Romano, por um lado, marcadamente rural e periférica em relação aos grandes centros de poder, mas por outro, perfeitamente inserida na rede de comunicação principal que os interligava. Desta forma compreende-se porque, conforme avançam os trabalhos arqueológicos, surgem cada vez mais indícios de um forte grau de integração dessas comunidades rurais, nos sistemas culturais suprarregionais ao longo do primeiro milénio da era cristã.

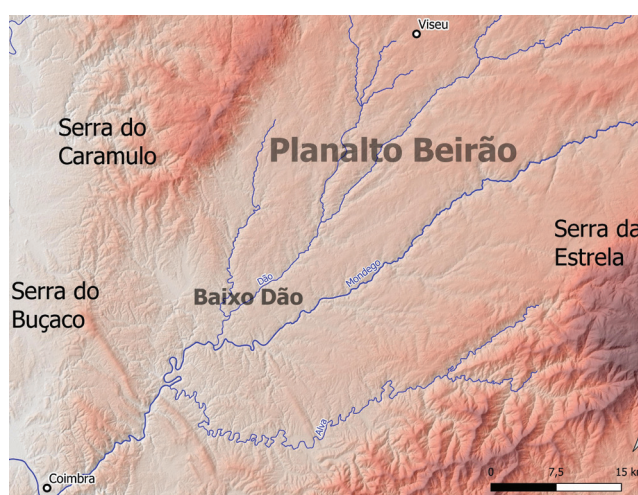


Fig. 1 – Enquadramento geográfico do Baixo Dão.

A configuração do seu povoamento aliada aos vestígios arqueológicos e registos históricos, onde ressalta a antiguidade dos topónimos locais, resulta num valioso dado científico, capaz de transformar este exíguo espaço numa interessante amostra para o estudo do povoamento antigo no sul do Planalto Beirão. Posto isto, o objetivo deste texto é apresentar individualmente os dados emanados pelas fontes históricas e arqueológicas para, depois, evidenciar o potencial da sua análise conjunta como ferramenta indispensável ao estudo dos antigos padrões de implantação dessas comunidades rurais.

2. As potencialidades naturais do território

Na década de setenta do século passado o curso final do rio Dão foi profundamente alterado pela construção da barragem da Aguieira. Hoje utilizado por embarcações recreativas, este trecho do rio foi, no passado, predominantemente raso e pontuado por caneiros e poldras sobre as quais facilmente se atravessava, nunca dantes tendo-se prestado à navegação. O Mondego, por outro lado, até aos finais do século XIX figurava como um importante eixo viário, ou mesmo o principal eixo viário no sudoeste do Planalto Beirão. Com efeito, as barcas subiam a montante o vale do Mondego, no máximo, até ao local da

foz do Dão, onde, na aldeia homónima — atualmente submersa na albufeira da barragem —, existia um embarcadouro de marcada importância para as comunidades inseridas entre o vale do Dão e a encosta nascente da Serra do Caramulo.

No que se refere à influência da paisagem sobre os padrões de implantação antigos, destaca-se aqui o papel da rede hidrográfica secundária como verdadeiro eixo estruturante do povoamento, muito mais expressiva do que os rios principais, Criz, Dão e Mondego, onde os vales de margens escarpadas e pedregosas eram ocupados apenas em determinadas zonas estratégicas. Quase todos os ribeiros correm por vales discretos e são facilmente utilizados para azenhas, canais de irrigação nos raros lugares desprovidos de mananciais, além das terras de lameiro e ervaçal com condições ideais à criação de gado.

Como já vimos em estudos anteriores (Matos & Catarino, 2019, p. 137), durante o Período Romano, da foz do Dão partia uma estrada que bifurcava nas proximidades da *villa* romana da Abadia, com um ramal seguindo para Viseu e outro para leste, a caminho de Bobadela (Fig. 2).

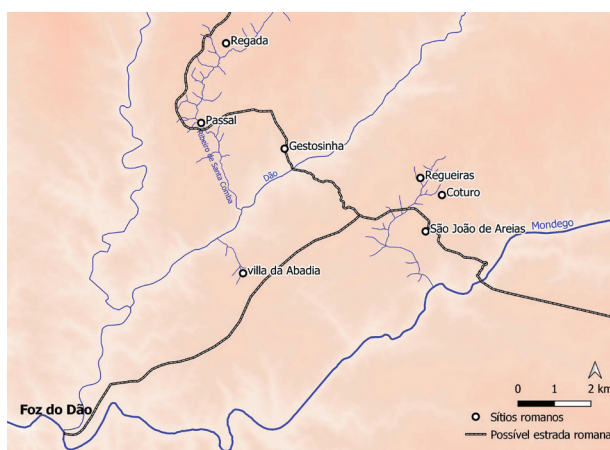


Fig. 2 – Ocupação romana e possíveis eixos viários.

O primeiro atravessaria o Dão na zona do Granjal, entre Santa Comba Dão e Treixedo, infletindo junto ao cabeço da Gestosinha em direção ao vale do Ribeiro de Santa Comba, onde estava o núcleo de povoamento, e continuando para norte através da linha do vale. Terá sido este o principal eixo viário do Baixo Dão até aos inícios do século XII, quando ocorreu uma nova configuração do povoamento decorrente da implantação do *castro* de Santa Columba, às margens do rio, conforme será apresentado de seguida.

3. O estudo do povoamento a partir dos documentos históricos

No ano de 974, Oveco Garcia¹ concedeu carta de doação de metade da sua *villa de Sancta Columba* ao mosteiro de Lorvão. Graças a uma sobrevivência invulgar da toponímia medievá local, hoje conseguimos, com base na descrição dos limites da propriedade doada, reconstruir o seu território assim como a rede do povoamento coetâneo. A *villa de Sancta Columba* na alta Idade Média encabeçava um território bastante extenso onde estavam incorporados “*villares et suas ecclesias*”, ou seja, núcleos de

¹ Livro Preto da Sé de Coimbra, Doc. N.º 2 (974 Julho, 22).

povoamento semelhantes ao que se entende hoje por casais e/ou aldeias/lugares com edifício religioso.

Estes pequenos *villares*, dispersos ao longo do vale do ribeiro de Santa Comba, poderiam estar integrados numa incipiente organização paroquial articulada com a igreja ou mosteiro de *Sancta Columba*, o “centro de poder local”, mas, por outro lado, em termos espaciais, não há indícios de uma unidade ocupacional compacta. Com efeito, apenas com base na análise espacial aliada ao registo histórico, no caso da *villa* de Santa Columba do século X, destaca-se o seu enquadramento no modelo de aldeias alto-medievais do Noroeste peninsular proposto por Quirós Castillo (2007, p. 78), ou seja, grupos de unidades domésticas formadas pelas vivendas e respetivas áreas de serviços e armazéns — no caso em estudo, possivelmente, os *villares* referidos na documentação — entretanto, sem o reconhecimento de espaços comuns.

Em 985² é realizada uma segunda doação de outra parte da *villa* de *Sancta Columba* ao mosteiro de Lorvão, agora, por iniciativa do conde Gonçalo Moniz, também possessor de terras em *Sancta Comba* das quais abdicou em favor do cenóbio. Assim, com esta, também a *villa* de Treixedo (*Traxede*), com o seu mosteiro junto ao Dão — “*monasterio discurrente ribulo Adon*” — foi doada ao cenóbio lorvanense por Gonçalo Moniz em 981³.

Durante mais de um século estas duas vilas pertenceram ao mosteiro de Lorvão, até que, em 1102⁴, na pessoa do prior Eusébio, foi concedida carta de povoamento às *villas* de *Sancte Columbe* e *Trexedis*, as quais foram fortificadas — “*fortitudo in turrium edificationes et populorum*” — provavelmente sob o comando do tenente de Besteiros, Mido Cidiz, que pouco depois entrou em litígio com o mosteiro de Lorvão pelos direitos de povoamento sobre essas comunidades. Desconhece-se o motivo ou motivos por trás deste processo. Apenas podemos refletir se não terá sido o intento de fortalecer a vigilância sobre o vale do Dão face à ameaça almorávida, ou já um reflexo do fortalecimento da aristocracia senhorial na senda da Revolução Feudal, neste caso, com a aquisição dos direitos de Mido Cidiz sobre o povoado de Santa Comba, conforme atestado num diploma de 1103⁵. Neste, a vila de *Sancta Columba* é já mencionada como o “*castrum vocabulo Sancta Columba*”, cuja localização indicada — “*discurrente rivulo Huone*” (rio Dão) — não deixa dúvida quanto ao facto de ser a atual povoação de Santa Comba Dão, que se instalou também no vale do ribeiro de Santa Comba, mas a quase 2 km para sudeste da original *villa* de *Sacta Columba* referida nos diplomas de 974 e 985, ou seja, a atual povoação do Couto do Mosteiro. É possível que, conforme será abordado mais abaixo, no âmbito deste esforço de fortificação do vale do Dão, tenha sido construída uma pequena atalaia onde está hoje a aldeia do Castelejo, que não vem mencionada nos registos históricos coevos.

A vila de Santa Comba foi depois coutada por Dona Teresa à Sé de Coimbra, com a carta de couto posteriormente confirmada por D. Afonso Henriques em 1137⁶. A partir de então os documentos históricos passam a mencionar juntos ou em separado a vila e o couto de Santa Columba, sem que se consiga perceber, claramente, a qual das “*Santas Columbas*” os diplomas se referem, ou seja, à antiga *villa* alto-medieval ou à povoação fundada e fortificada nos inícios do século XII, embora ocasionalmente a menção a esta última fique clara quando é citado o *burgo* de *Sancta Coomba D’Oon*. Apenas em inícios do século

² Livro Preto da Sé de Coimbra, Doc. N.º 1 (985, julho, 22).

³ *PMH* – DC, CXX, 98.

⁴ Livro Preto da Sé de Coimbra, Doc. N.º 68 (1102, outubro).

⁵ Livro Preto da Sé de Coimbra, Doc. N.º 80 (1103, maio)

⁶ Livro Preto da Sé de Coimbra, Doc. N.º 64 (1137, junho)

XIV a questão se esclarece, concretamente, num diploma de 1306⁷ onde é referido explicitamente o Couto do Mosteiro de Santa Comba do Bispado de Coimbra e, depois, num documento de 1342⁸ da chancelaria de D. Afonso IV, em que as povoações do *Couto do Mosteiro* e *Santa Coonba Doom* são individualmente mencionadas pela primeira vez. Aquela, sem dúvida, o atual Couto do Mosteiro, onde teve origem a vila de Santa Columba alto-medieval e que até hoje tem na Igreja de Santa Columba a sua igreja matriz; a segunda, a comunidade que evoluiu do castro fundado em 1102.

A sul do Dão a povoação do Vimieiro (*Vimineiro*) surge nos registos históricos em 1137, e a *villa* de Óvoa (*Ovoa*) aparece pela primeira vez num diploma de 1158⁹. Em 1296¹⁰ aparece o registo de todas as povoações que, a sul de Óvoa, envolvem a área da *villa* romana da Abadia, uma informação valiosa para a análise espacial conforme será apresentado mais abaixo.

4. A informação arqueológica

4.1. A norte do Dão

Em prospeções arqueológicas, foi possível identificar dois núcleos de ocupação romana no vale do Ribeiro de Santa Comba, designadamente no lugar da Regada (Freguesia de São Joaninho) e na zona do Passal (Couto do Mosteiro). Em relação à primeira o volume de dados obtidos não permite, por enquanto, avançar com propostas para definir as suas balizas cronológicas de ocupação; entretanto, fragmentos de *terra sigillata* hispânica e uma área de dispersão com cerca de 4000 m², de acordo com a metodologia proposta por Jorge de Alarcão (1998), sugerem a existência do que este autor classificou como casal, ocupado pelo menos em época imperial. Na Regada, afastada pouco mais de 7 m da Rua Direita, que liga as povoações de Casal Bom e Vila Pouca, há uma pequena ponte formada por uma laje rochosa sobre a qual estavam os parapeitos em blocos de granito esquadrihados. Com este mesmo material, sob a ponte foi construído um talha-mar triangular, técnica comumente encontrada em pontes medievais.

No Passal, arredores da igreja de Santa Columba, 2,5 km para sul da Regada, a informação arqueológica recolhida na fase inicial do estudo do sítio foi igualmente levantada em prospeções arqueológicas. Entretanto, a diversidade tipológica dos vestígios transpareceu uma ocupação diacrónica, aliás, consonante da importância histórica do sítio. Trata-se de um local onde os vestígios arqueológicos — maioritariamente fragmentos de cerâmicas de construção (*tegullae* e *imbrices*) e pontualmente de cerâmicas comuns — estão espalhados por uma área com pelo menos 2 ha, posicionada numa planura entre a margem direita do Ribeiro de Santa Comba e a encosta do cerro da povoação do Couto do Mosteiro.

Junto à igreja encontra-se a maior concentração de vestígios arqueológicos, resultado das diversas fases de construção do edifício, sobretudo quando foi feita a igreja moderna, momento de maior destruição das estruturas antigas. Aqui, para além dos já referidos materiais de construção destaca-se, por serem indicadores cronológicos, os fragmentos de *terra sigillata* hispânica, um pequeno fragmento de cerâmica cinzenta estampilhada a testemunhar uma ocupação tardo-antiga, um sarcófago medieval e um

⁷ Diploma consultado em Morais, 2013, Vol. II, *Corpus Documental*: 76.

⁸ Diploma consultado em Morais, 2013, Vol. II, *Corpus Documental*: 86.

⁹ Diploma consultado em Morais, 2013, Vol. II, *Corpus Documental*: 23.

¹⁰ Diploma consultado em Morais, 2013, Vol. II, *Corpus Documental*: 60 e 61.

ceitel do século XV a representar a fase final da Idade Média (Matos, 2019, pp. 47–49). Destaca-se também a presença de elementos que poderiam estar relacionados com um edifício de arquitetura românica, designadamente bases e fustes, mas principalmente um bloco de granito onde foram esculpidas figuras antropomórficas.

Na direção poente do ribeiro de Santa Comba, o cabeço da Gestosinha estaria articulado com um local de travessia do Dão e uma estrada que, junto ao sopé do cabeço, bifurcava num ramal para Oeste a caminho do ribeiro de Santa Comba, e a Leste, pelo menos a partir da Alta Idade Média, em direção à zona de Treixedo (Fig. 3). Conforme será apresentado mais abaixo sob o prisma de uma análise interdisciplinar, há fortes indícios de uma utilização diacrónica deste sítio como ponto de vigia até à Idade Média plena, embora com vestígios arqueológicos que testemunham, também, uma ocupação pré-romana.



Fig. 3 – Cabeço da Gestosinha.

Trata-se de cerâmicas manuais com pastas esponjosas e arenosas cozidas em atmosfera irregular, salvo raras exceções onde foi conseguida uma oxidação completa. Apenas em casos pontuais as superfícies levaram um breve alisamento, sempre insuficiente para ocultar as inclusões de médio e grosso calibre (Fig. 4). Em termos morfológicos este conjunto faz lembrar, por exemplo, as cerâmicas da Idade do Ferro do Castro da Cerca do Castelo em Proença-a-Nova (Diogo & Catarino, 2006, pp. 153, 154), e os recipientes de fabricos manuais das cerâmicas vermelhas e grés argilosos de *Conimbriga* (Alarcão, 1974, pp. 44–46).

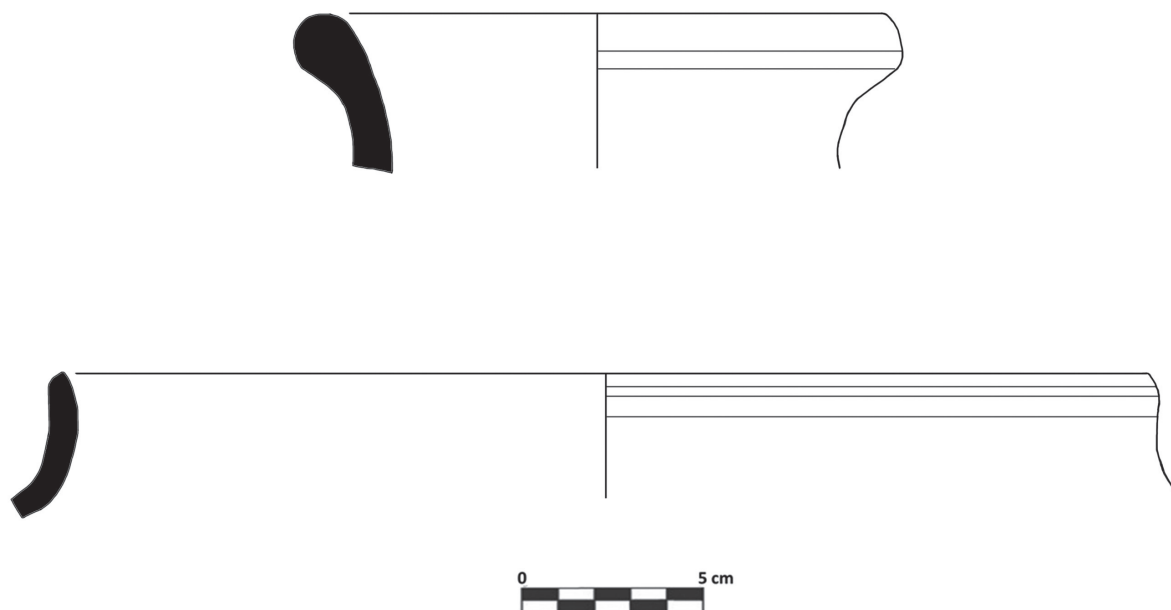


Fig. 4 – Cerâmicas do Cabeço da Gestosinha.

Os dois bordos encontrados no cabeço da Gestosinha correspondem a um jarro de colo côncavo arqueado e bordo esvasado com espessamento externo, e um pote de ombros retos e colo vertical. O segundo apresenta um perfil semelhante a potes de fabrico manual da Idade do Ferro e cerâmicas torneadas de tradição indígena de *Conimbriga*, respectivamente de cerâmicas vermelhas e cerâmicas quartzo-micáceas (*ibidem*: 45; 53). Foram ainda registados dois fundos de base plana e duas asas de rolo.

4.2. A sul do Dão

As escavações arqueológicas executadas na Encosta do Patarinho, área norte da *villa* da Abadia, têm revelado um edifício cuja ocupação poder-se-á ter estendido até a Tardo-Antiguidade, mas que em inícios da Alta Idade Média foi transformado em espaço funerário, conforme atesta o conjunto de sepulturas rupestres aqui implantadas. O abandono da área da *villa* romana, indicada hoje por uma mancha de ocupação sobre uma várzea com cerca de 5 ha, apenas pode ser estimado a partir dos dados obtidos na Encosta do Patarinho. Entretanto, uma área tão extensa seguramente tivera diferentes contornos de evolução ocupacional ao longo dos séculos (Fig. 5).

Os níveis romanos identificados nas últimas escavações estão a comprovar aquilo que já se suspeitava anteriormente (Matos, 2019, pp. 104–108), ou seja, a existência de uma forte componente de cerâmicas importadas e/ou de fabrico regional. Em nossa opinião, a presença marcante destes materiais será justificada pela proximidade do sítio a um importante eixo viário que, conforme sublinhado mais acima, estaria articulado com a navegação no Médio Mondego, concretamente com o seu último embarcadouro a montante, posicionado na foz do Dão.



Fig. 5 – Escavação da Encosta do Patarinho (campanha de 2020).

5. Complementaridade entre as fontes de estudo

Apresentados sumariamente os registos histórico e arqueológico, de seguida, faz-se uma análise micro regional mais detalhada à luz destas duas fontes de dados, por forma perceber o potencial da interdisciplinaridade na compreensão das dinâmicas do povoamento antigo.

5.1. A ocupação no vale do Ribeiro de Santa Comba

I) Sítios da Regada e Passal

Embora com marcadas diferenças ao nível do volume de dados arqueológicos obtidos, os sítios da Regada e Passal apresentam um aspeto semelhante, aliás, como veremos, observado também na *villa* da Abadia, designadamente, o abandono do habitat antigo seguramente a partir da Idade Média plena, quando nos seus entornos imediatos se desenvolvem pequenas comunidades que, guardadas as devidas proporções, pouco terão evoluído em termos espaciais nas Épocas Moderna e Contemporânea.

O sítio da Regada, hoje terrenos de mata autóctone, vinhas e pinhais está praticamente no centro de um retângulo de povoações das quais apenas Vila Pouca figura nos diplomas medievais, concretamente em 1347¹¹. Descendo o vale do Ribeiro de Santa Comba encontra-se o Passal, com terras de silvado e vinhas, à volta do qual se desenvolveram as povoações do Couto do Mosteiro, Vila de Barba e Pregoinho, registadas, respetivamente, nos diplomas de 1342, 1347 e 1401¹².

II) O povoamento às margens do Dão

Até à construção da barragem da Aguieira, a mais impactante alteração no ordenamento territorial do Baixo Dão ocorreu no século XII, em resultado da construção do *castrum* de Santa Comba e do subsequente *burgo* onde está hoje o núcleo antigo da cidade de Santa Comba Dão, próximo à foz do Ribeiro de Santa Comba na margem direita do Dão. Aqui, alguns indícios nos permitem avançar com um exercício de arqueogeografia sobre a morfologia urbana atual, através do qual tentaremos identificar os traços da primitiva povoação pleno-medieval.

Para Gérard Chouquer a interpretação do ordenamento morfológico da vila medieval deve ser guiada pela associação entre uma “regra de identificação e uma regra hierárquica” (Chouquer, 2012, p. 122)¹³. Seguindo esta metodologia começámos por delimitar os quarteirões entre o ribeiro de Santa Comba e o largo do Rossio, deixando evidente uma ordenação urbana em forma de “meia-lua” orientada a partir de duas ruas principais na direção noroeste-este (Fig. 6): a primeira (RP-1), que mais a norte atravessa o Largo do Rossio, corresponde à Rua António da Costa; a segunda (RP-2), a sul, corresponde às ruas Alexandre Herculano e Dr. Tavares Festas, também chamada “Rua Direita”. Esta designação, generalizada a partir do século XIV, poderia tanto reportar um eixo estruturante quanto aludir a um itinerário, um percurso “direto” entre dois pontos (Pinto, 2014, p. 43).

Passámos então ao segundo princípio morfológico, ou seja, a interpretação da regra hierárquica por meio da qual identificámos três arruamentos principais, designadamente os dois referidos acima e um terceiro (RP-3) que parte do primeiro e atravessa o segundo no sentido noroeste-sudeste. Desce do Rossio na rua Gago Coutinho, faz um desvio em baioneta ao atravessar a RP-2 e segue no sentido sudeste pela Rua Nossa Senhora da Assunção. No lado nascente, uma torre vigiaria a encosta leste, a igreja de Santa Maria (Igreja Matriz de Santa Comba Dão) e o acesso ao burgo cuja entrada seria feita em linha reta através da antiga Rua Direita ou, mais provavelmente, pela esquina antigamente conhecida como “Entrada de São Simão”, a sudoeste do povoado.

A localização desta torre advém de uma informação publicada por Américo Costa, da qual nos deu conta o Dr. António Neves: “um imóvel anexo às dependências do solar dos barões desta nobre vila (...) eram restos do referido *castrum*, ou que foi construído numa parte dele a que o povo chamava Torre. Este imóvel, precisando melhor, fica no ângulo formado pelas ruas António da Costa e Mouzinho de Albuquerque” (Costa, 1948, p. 916, *apud* Neves, 2013).

Da torre seriam avistadas, na margem oposta do Dão, as povoações do Vimieiro e Castelejo, sendo o primeiro registo histórico daquela de 1137 (Fig. 7).

¹¹ Diploma consultado em Morais, 2013, Vol. II, *Corpus Documental*: 63.

¹² Diploma consultado em Morais, 2013, Vol. II, *Corpus Documental*: 271.

¹³ Livre tradução dos autores.

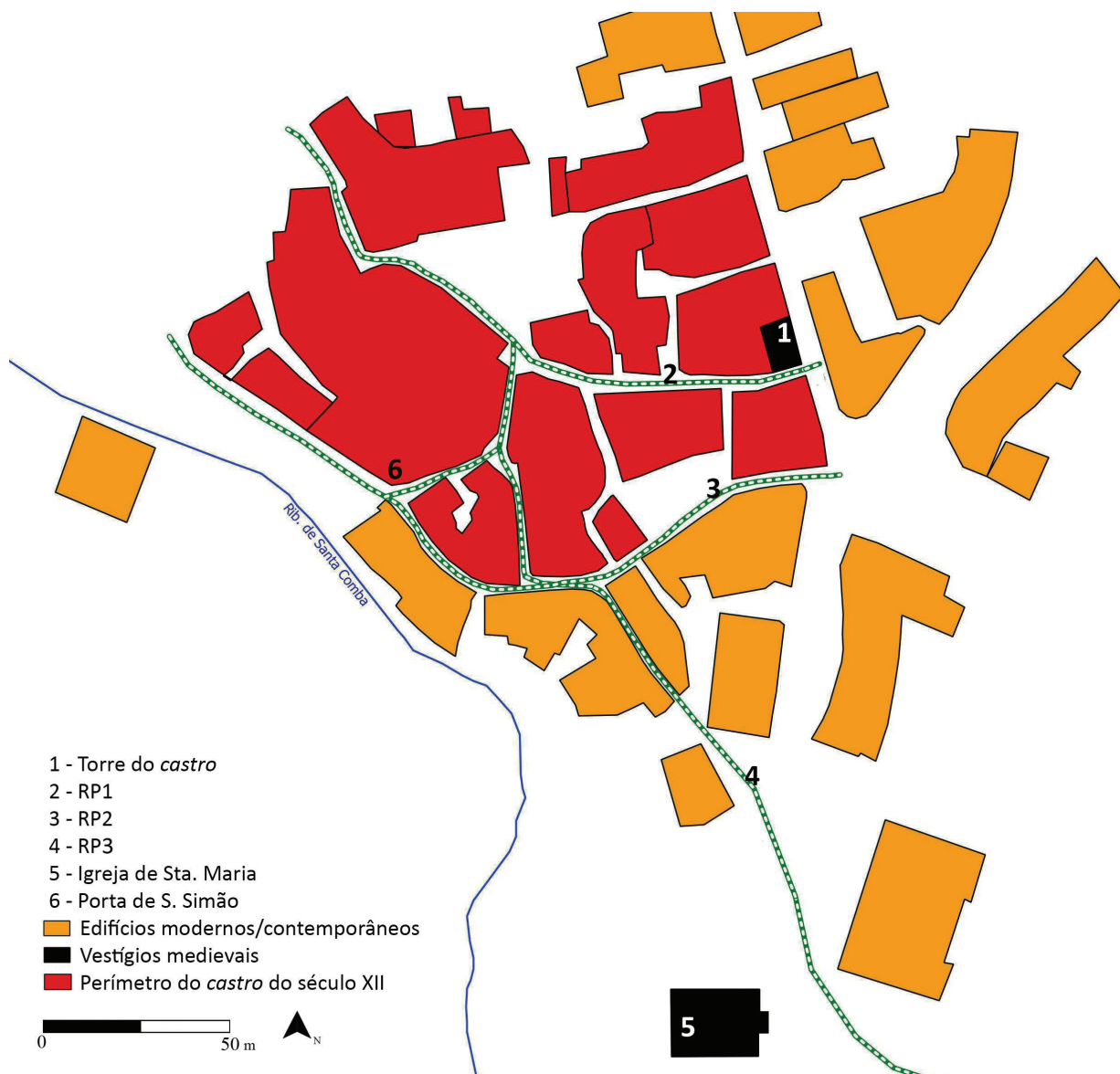


Fig. 6 – Análise da morfologia urbana do centro de Santa Comba Dão.

Mais acima foi referida a possibilidade da implantação de uma estrutura de vigia no morro do Castelejo dentro do processo de fortificação do Baixo Dão no século XII. Esta aldeia está implantada num local elevado na encosta voltada a nascente do vale do Dão, mantendo confortavelmente dentro do seu campo de visão o *burgo* de Santa Comba e o cabeço da Gestosinha na vertente oposta.

Já em 1347 a povoação estava documentada — “*Castelejo que he do couto de Sam Nhoane d’Areias*”¹⁴ — mas a sua existência recua pelo menos ao reinado de D. Afonso III¹⁵, período em que, possivelmente, se mantinha a memória da antiga estrutura defensiva.

¹⁴ Diploma consultado em Morais, 2013, Vol. II, *Corpus Documental*, p. 209.

¹⁵ Na inquirição supracitada, um morador de Parada recordou-se de um enforcamento no “*tempo que el Rei Dom Afonso padre del Rei Dom Dinis morreo*”, levado a cabo num sobreiro “*a par de Castelejo*” (Morais, 2013, *Corpus Documental*, p. 150).

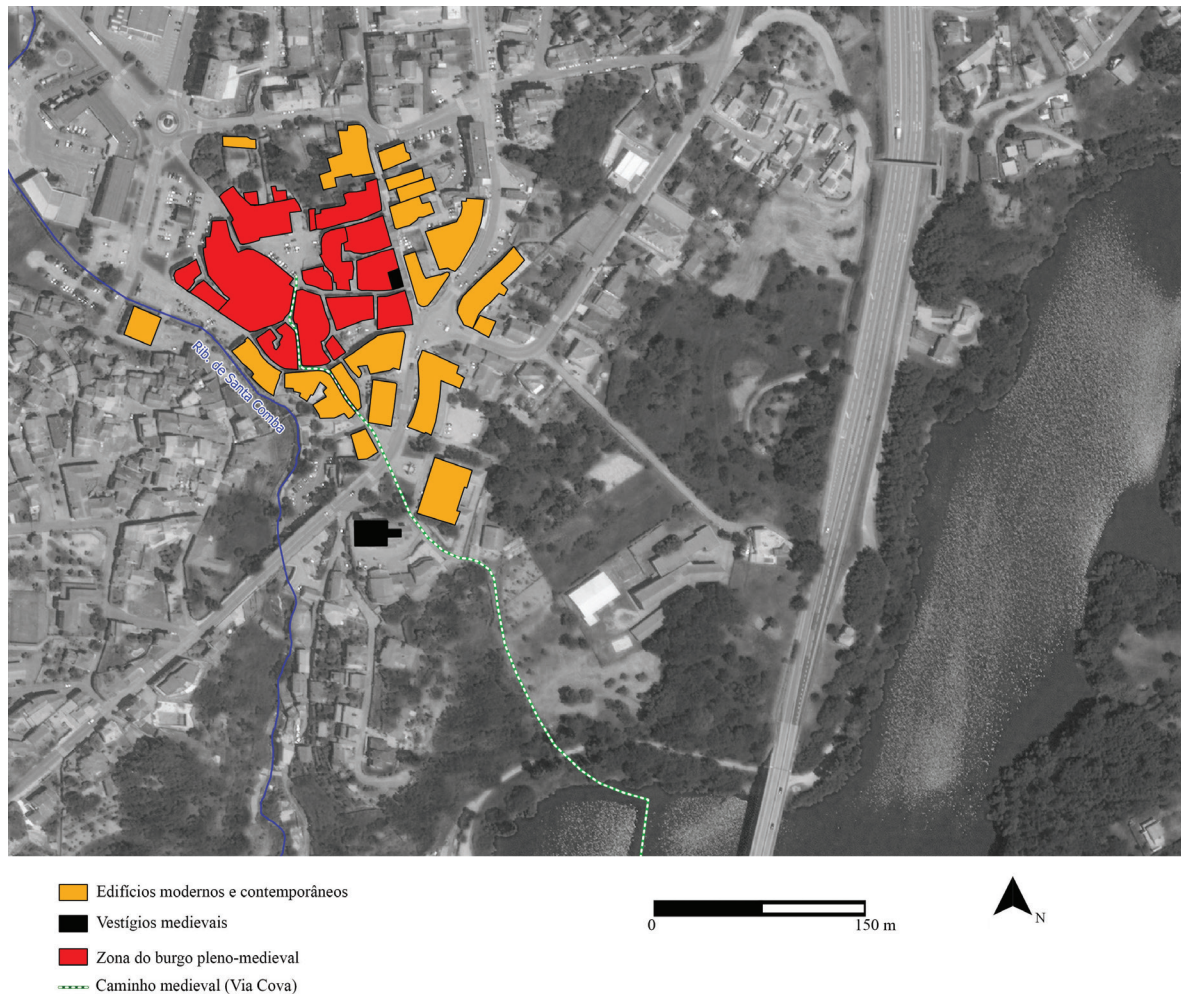


Fig. 7 – Configuração da vila de Santa Columba no século XII.

Teria existido aqui um pequeno fortim, ou simplesmente um reduto amuralhado, talvez de origem alto-medieval que conservou a designação “castelejo” nos séculos subsequentes. Sobre este aspeto, a título de exemplo, refira-se o caso do Castelo de Penela onde o termo “Castelejo” foi atribuído à torre localizada no seu afloramento mais alto, estrutura remanescente da fortificação de D. Sesnando (Barroca, 1990–1991, pp. 107–108).

De todos os locais com indícios de estruturas defensivas medievais, todavia era o cabeço da Gestosinha o sítio melhor posicionado, pois mantinha contacto visual com todos os assentamentos ribeirinhos nas duas margens do Dão a jusante do Castelejo, além da sua articulação com um local de travessia do Dão e um caminho antigo. Por outro lado, o registo histórico também subscreve essa hipótese levantada com base nos vestígios arqueológicos e na análise espacial, na medida em que o cabeço da Gestosinha contém ainda o micro topónimo “Monte Renho”. Conforme observou Moraes Branquinho o nome “*Castrum Trenium*”, mencionado na carta de couto da vila de Treixedo em 1133 (Branquinho, 1984, *apud* Neves, 2013), servia de limite entre esta vila e *Sancta Columba* (trata-se de um dos diversos diplomas em que não está claro se era a antiga *villa* ou o castro de *Sancta Columba*), posicionado junto ao Dão e próximo à estrada da Gestosa (“*stratam de Genotosa*”).

5.2. Da villa romana da Abadia à vila medieval de Óvoa

A estrada que hoje liga as povoações de Óvoa e Cagido através da várzea onde estava a *villa* romana da Abadia é seguramente posterior ao abandono deste assentamento, tendo a mesma, aliás, apartado os terrenos da Encosta do Patarinho e quebrado a unidade espacial do sítio. Ao seu redor desenvolveu-se um conjunto de povoações e lugares cujos primeiros registos históricos datam dos séculos XII e XIII, época em que, de acordo com o conteúdo dos diplomas, a zona da *villa* romana estava já ocupada pela floresta ou transformada em vinhas, sendo esta uma tradição que se mantém até hoje e que se reflete no microtopónimo “Vinhais”, atribuído a alguns terrenos no lado sul da mancha de ocupação.

Optámos por executar escavações arqueológicas na Encosta do Patarinho por ser este o único local da *villa* romana com indícios de reutilização na Época Alto-Medieval, concretamente, sepulturas rupestres. Este microtopónimo provavelmente deriva do nome *Petrus Martini Petario*, referido num documento de 1258¹⁶ durante as inquirições de D. Afonso III como o dono de um casal no lugar de São Pelágio¹⁷, arredores de Óvoa. Entretanto, o primeiro registo histórico do lugar “Patarinho”, uma área com pouco mais de 10 000 m², bem como da dita estrada entre Óvoa e Cagido — “*vadit per carril deinde quomodo dividit cum hereditatem de Petarino*” — consiste num diploma de 1273¹⁸. Para todos os efeitos este é o *terminus postquem* do sítio arqueológico em termos de configuração espacial, uma vez que a sua separação do assentamento romano não pode ser precisada, mas apenas conjecturada para os primeiros séculos da Alta Idade Média com a sua conversão em espaço funerário. Por esta época deverá ter sido construído também o *carril*.

Conclusão

Em síntese, tentaremos resumir objetivamente algumas características dos padrões de ocupação do Baixo Dão entre as Épocas Romana e Medieval, observadas apenas com base numa abordagem interdisciplinar sustentada nos vestígios arqueológicos registados, bem como nas análises espacial e documental.

I) Evolução dos modelos de ocupação

Em todos os sítios arqueológicos com vestígios romanos supramencionados, o modelo de implantação espacial é idêntico, designadamente em terrenos aplanados, baixas altitudes e próximos a ribeiros ou pequenos regatos, mas, sobretudo, afastados dos rios principais. Este modelo mantém-se igual nos outros assentamentos romanos do município de Santa Comba Dão, como aqueles localizados na freguesia de São João de Areias, que deverão ser abordados noutro momento.

A partir da Antiguidade Tardia torna-se mais difícil encontrar características de ocupação em comum, não necessariamente por não existirem, mas antes pela dificuldade na perceção dos vestígios arqueológicos deste período, sobretudo quando os dados são obtidos em trabalhos de prospeção. Para a Regada não podemos falar ainda em ocupação pós-romana; no Passal há apenas um pequeno fragmento

¹⁶ Diploma consultado em Morais, 2013, Vol. II, *Corpus Documental*, p. 36.

¹⁷ Trata-se de um dos poucos topónimos medievais hoje desaparecidos.

¹⁸ Diploma consultado em Morais, 2013, Vol. II, *Corpus Documental*, p. 51.

de cerâmica estampilhada a testemunhar a Tardo-Antiguidade o que torna ainda arriscada qualquer aproximação mais detalhada acerca deste período. Apenas na Encosta do Patarinho, as escavações arqueológicas estão a revelar um arco cronológico que poderá conter um breve momento de ocupação pós-romana, antes da transformação deste lugar em cemitério na Alta Idade Média.

Por enquanto, até que os trabalhos arqueológicos em execução forneçam dados mais conclusivos, é necessário esperar os primeiros anos da Idade Média plena para perceber um novo padrão em comum entre os locais dos antigos assentamentos romanos. Trata-se do abandono das suas áreas como zonas de habitação em face do “nascimento” de povoações nos seus arredores imediatos, testemunhadas nos registos históricos. É importante ressaltar que, em nenhum dos casos em estudo, estas povoações pleno-medievais se encontram no local da mancha de ocupação com vestígios datados entre a Época Romana e inícios da Alta Idade Média (Figs. 8 e 9).

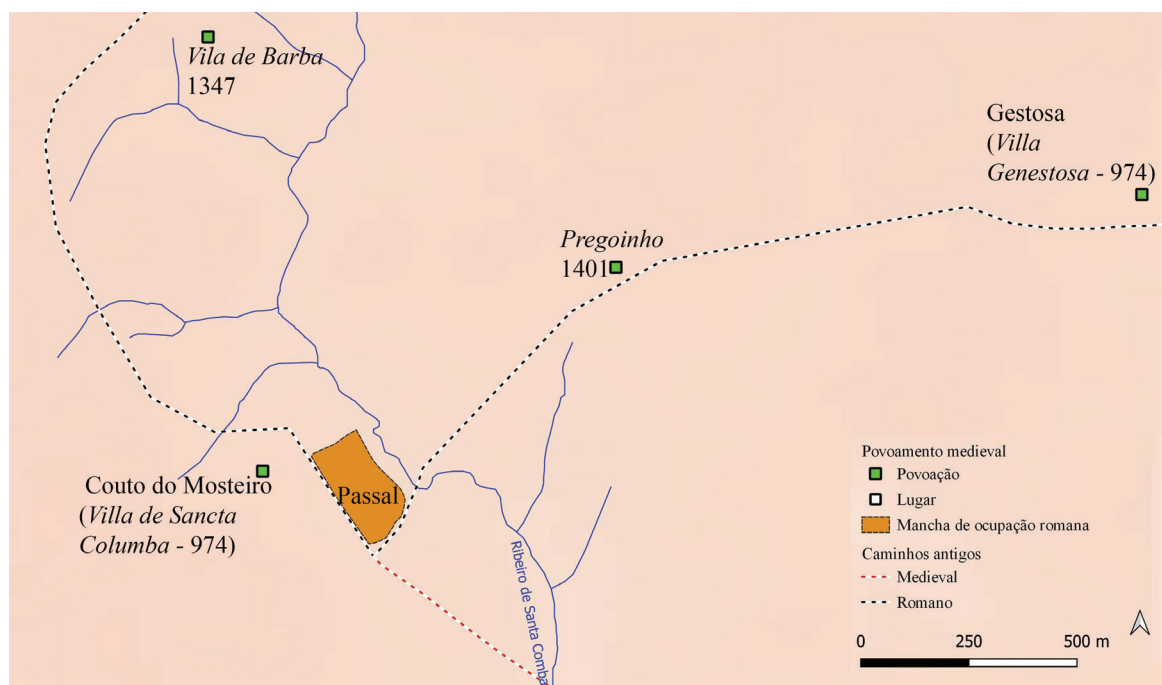


Fig. 8 – Relação entre o sítio do Passal e o povoamento medieval.

Não podemos ainda avançar com propostas para explicar este processo na área de estudo, uma vez que as suas origens devem ser procuradas no momento da perda de carácter senhorial da *villa* romana e nas formas de reaproveitamento das suas estruturas a partir da Antiguidade Tardia. Para tal esperamos que, dentro em breve, as escavações arqueológicas do Passal e Encosta do Patarinho possam lançar luz sobre esta temática aplicada ao estudo do sudoeste do Planalto Beirão, à semelhança do que acontece em outras regiões da Península Ibérica, para as quais há uma extensa bibliografia aplicada às transformações no povoamento romano e alto-medieval, tais como os trabalhos de Pietro Brogiolo & Chavarria Arnau (2008, pp. 194–213), José Avelino Gutiérrez González (2008, pp. 147–159), João Pedro Bernardes (2009, pp. 323–347) e López Quiroga & Laura Benito Díez (2010, pp 273–308) entre outros.

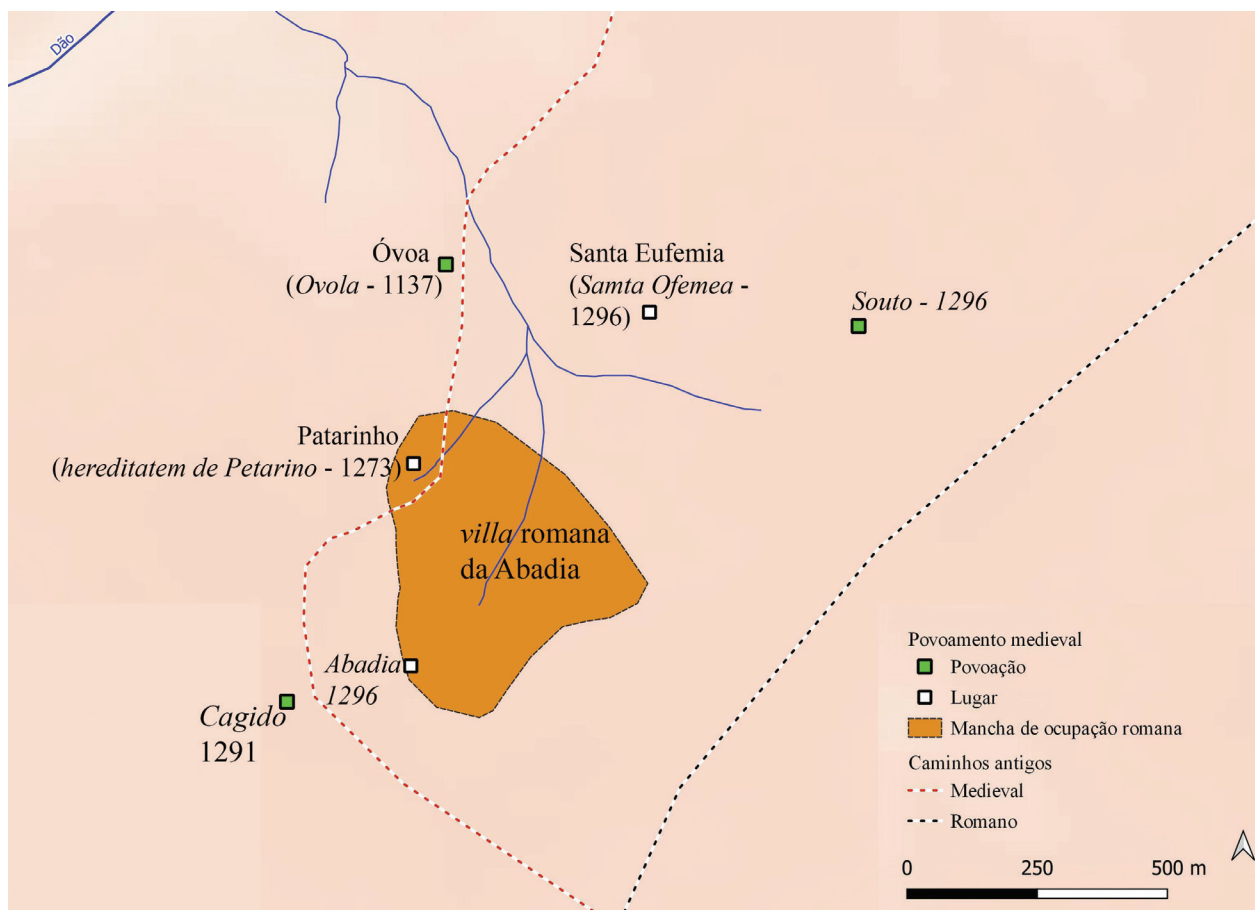


Fig. 9 – Relação entre o sítio da *villa* da Abadia e o povoamento medieval.

II) Evolução dos eixos estruturantes da rede de povoamento

O papel dos ribeiros e eixos viários terrestres na organização do povoamento assegurou uma paisagem humana que, em linhas gerais, ter-se-á mantido praticamente inalterada no Baixo Dão ao longo do primeiro milénio da era cristã. Esta configuração se altera apenas em inícios do século XII com a construção do castro de Santa Columba às margens do Dão, e a sua progressiva consolidação como centro de poder local, com influência não apenas sobre o lugar da antiga vila alto-medieval, mas estendida a todas as comunidades do Baixo Dão.

Em linhas gerais, este processo encontra semelhanças no Norte Peninsular ao longo dos séculos XI e XII, onde, conforme afirmou Quirós Castillo (2007, p. 79), foi produzida uma reconfiguração da estrutura urbanísticas das aldeias, na senda do desenvolvimento de novas formas de domínio senhorial. Conforme referido mais acima, no caso do Baixo Dão, essa reestruturação deveu-se à iniciativa de Mido Cidiz, tenente de Besteiros, que depois adquiriu direitos senhoriais sobre o *burgo* de Santa Columba.

Após a implantação deste povoado, o principal ponto de travessia do Dão fora deslocado das proximidades do cabeço da Gestosinha para junto da nova povoação, onde o vale escarpado fez necessária a construção de uma ponte. Neste sentido, não é de estranhar o incremento da ocupação na margem sul do Dão entre o *burgo* e a foz do Dão a partir do século XII, incremento este que se reflete na

grande quantidade de povoações mencionadas nos registos medievais posteriores (32 novos lugares nos diplomas de 1137 a 1416)¹⁹, seguramente impulsionado por um novo eixo viário diretamente articulado ainda com a navegação no Médio Mondego, mas agora também com *burgo* de Santa Columba (Fig. 10).

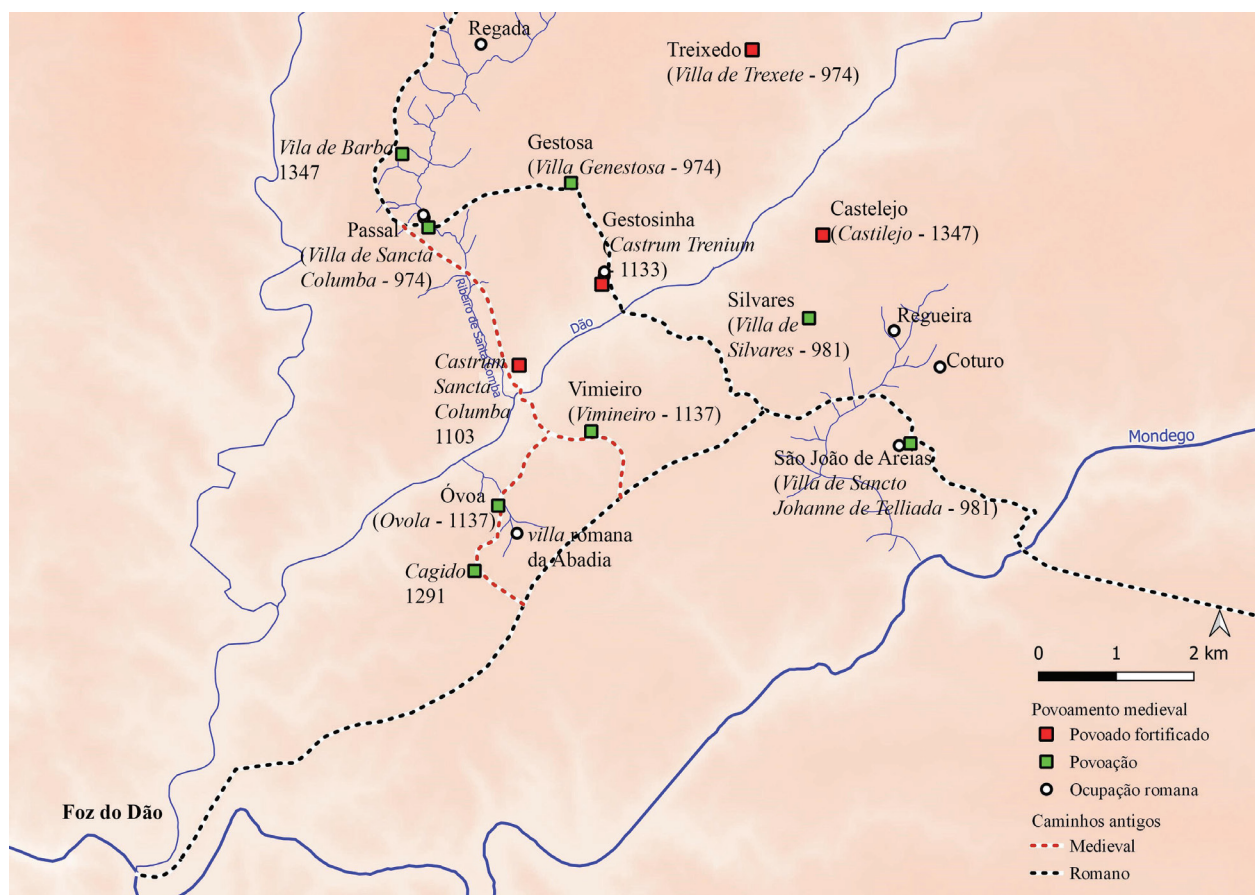


Fig. 10 – Rede de ocupação romana e medieval no Baixo Dão.

¹⁹ Informação consultada em Morais, 2013, Vol. I, pp. 22–27.

Bibliografia citada

ALARCÃO, Jorge de (1974) – *Cerâmica comum local e regional de Conimbriga*. Coimbra: Universidade.

ALARCÃO, Jorge de (1998) – Paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal. *Conimbriga*. 37, pp. 89–119.

BARROCA, Mário (1990–1991) – Do castelo da reconquista ao castelo românico (séc. IX a XII). *Portugalia*. Nova Série. 11–12, pp. 86–136.

BERNARDES, João Pedro (2009) – As transformações no fim do mundo rural romano no Sudoeste peninsular: evidências e problemas arqueológicos (sécs. V–VII). *Anales de Arqueología Cordobesa*. 20, pp. 323–348.

CHOUQUER, Gérard (2012) – *L'analyse de morphologie urbaine. L'exemple de Beja (Portugal)*. Coimbra; Porto: Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto.

DIOGO, António Manuel Dias; CATARINO, João (2006) – Cerâmica da Idade do Ferro do Castro da Cerca do Castelo, Proença-a-Nova. *Al-Madan*. IIª Série. 14, pp. 153–154.

GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, José Avelino (2008) – La disgregación del mundo tardoantiguo y la configuración de los nuevos espacios de ocupación. In BURÓN ÁLVAREZ, Milagros; RODRIGUES, Miguel Areosa, eds. – *Actas Coloquio Internacional Patrimonio Cultural y Territorio en el Valle del Duero: Zamora, 28, 29 y 30 de marzo de 2007*. Zamora: Junta de Castilla y León, Consejería de Cultura y Turismo, pp. 147–159.

Livro Preto: Cartulário da Sé de Coimbra (1999). Direcção: Manuel Augusto Rodrigues; Avelino de Jesus da Costa. Coimbra: Arquivo da Universidade.

LÓPEZ QUIROGA, Jorge; BENITO DÍEZ, Laura (2009) – Entre la villa y la 'aldea'. Arqueología del hábitat rural en Hispania (siglos V–VI). In *El Tiempo de los "Bárbaros": pervivencia y transformación en Galia e Hispania (ss. V–VI d. C.)*. Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional, pp. 273–308.

MATOS, Pedro (2019) – *O povoamento antigo de Santa Comba Dão. Do Período Romano à Idade Média*. Santa Comba Dão: Câmara Municipal.

MATOS, Pedro; CATARINO, Helena (2019) – A villa da Abadia (Santa Comba Dão, Viseu): materiais arqueológicos e vias de comunicação. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 22, pp. 129–140.

MORAIS, Carlos (2013) – *Santa Comba Dão na Idade Média: uma multiplicidade de espaços e poderes*. Dissertação de Mestrado em História. Departamento de História, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Policopiado.

NEVES, António (2014) – Vestígios arqueológicos e o povoamento da freguesia de S. João de Areias (concelho de Santa Comba Dão). Disponível em <<https://escolasecundriadetbua.academia.edu/Ant%C3%B3nioNeves>>.

BROGIOLO, Gian Pietro; CHAVARRÍA ARNAU, Alexandra (2010) – El final de las villas y las transformaciones del territorio rural en el Occidente (siglos V–VIII). In FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen; GARCÍA ENTERO, Virginia; GIL SENDINO, Fernando, eds. – *Las "villae" tardorromanas en el Occidente del Imperio. Arquitectura y función: IV Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón*. Gijón: Trea, pp. 193–214.

PINTO, Sandra (2014) – A «rua direita» portuguesa: elemento estruturador ou designação toponímica? *Revista de Morfologia Urbana*. 2:1, pp. 42–43.

PMH – HERCULANO, Alexandre, ed. (1856–1869) – *A Saeculo Octavo post Christum usque ad Quintumdecimum. Iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis Edita. Diplomata et Chartae. vol. I, fasc. I-II. Leges et Consuetudines. Vol. I, fasc. III. Scriptores. Vol. I, fasc. I*. Lisboa: Academia das Ciências.

QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio (2007) – Las aldeas de los historiadores y de los arqueólogos en la Alta Edad Media del norte peninsular. *Territorio, Sociedad y Poder*. 2, pp. 65–86.

Alguns considerandos sobre a Antiguidade Tardia no Alentejo centro-oriental, a partir de um conjunto de fechos de cinturão

“As figuras imaginárias têm mais relevo e verdade que as reais”

Fernando Pessoa, *Livro do Desassossego*

Rui Mataloto* | rmataloto@gmail.com

Filipa A. Santos** | filipa.ar.santos@hotmail.com

*Município de Redondo.

**Arqueóloga independente.

Os autores escrevem segundo o Acordo Ortográfico de 1945

Resumo

Este estudo surge a partir da análise de uma colecção particular, reunida nos finais do século XX, na envolvente de São Romão, Vila Viçosa, de onde se destacou a presença de seis fechos de cinturão de cronologia alto-medieval. Dada a relativa escassez deste tipo de materiais no Sul de Portugal, o seu estudo deu o mote para uma reflexão em torno deste período na região do interior alto alentejano, concentrando sobretudo nos séculos VI e VII. Esta análise permitiu-nos questionar uma série de considerações historiográficas que tendem a associar os fechos e objectos de adorno típicos destas cronologias indiscriminadamente a culturas visigodas ou bizantinas.

A presença destes artefactos permite ainda espelhar a diversidade cultural de um momento com grandes alterações nos domínios político e religioso.

Abstract

This study arises from the analysis of a private collection, gathered at the end of the 20th century, in the surroundings of São Romão, Vila Viçosa County, where the presence of six belt buckles of high medieval chronology stands out. Given the relative scarcity of this type of material in southern Portugal, its study set the tone for a reflection on this period in the interior region of the Alto Alentejo, focusing mainly on the 6th and 7th centuries. This analysis allowed us to question a series of historiographical considerations that tend to associate these objects indiscriminately with Visigoth or Byzantine cultures.

The presence of these artefacts also allows reflecting the cultural diversity of a time with great changes in the political and religious domains.

1. Breves considerandos introdutórios

As pequenas colecções particulares de materiais arqueológicos obtidos e mantidos de modo muito diverso constituem geralmente repositórios muito interessantes de informação sobre os territórios, pelo que têm de material casuístico acumulado, por vezes, ao longo de muitos anos de uso e vivência do espaço rural. cremos porém que, apesar dos problemas inerentes a muitas delas, pela falta de catalogação minuciosa e proveniência exacta, importa que recebam a devida atenção pelo rasto que acumulam da passagem humana numa dada região, particularmente quando se trata de achados provenientes de uma área relativamente circunscrita. Assim achamos que deve ser entendida a colecção que aqui tratamos.

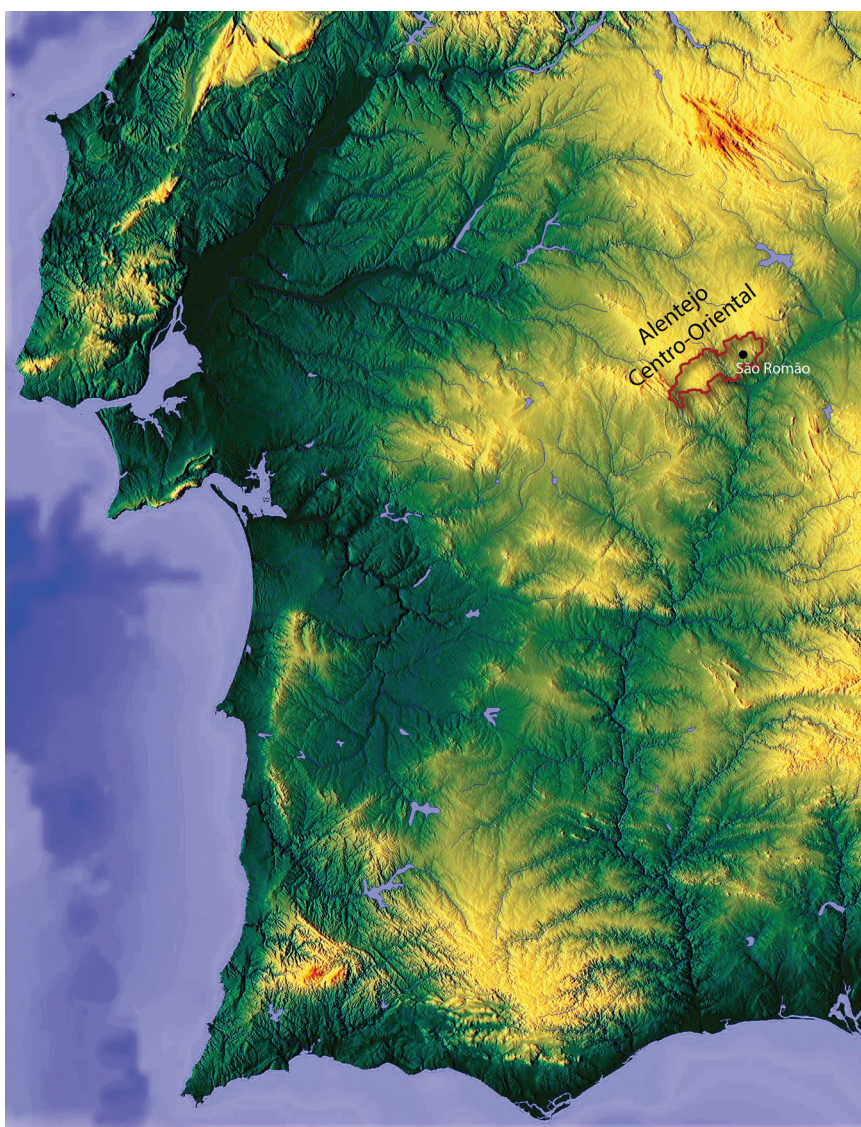


Fig. 1 – Localização de São Romão, concelho de Vila Viçosa, na região genérica do Alentejo centro-oriental.

Esta foi já apresentada parcialmente (Calado & Mataloto, 2020; Mataloto, 2021), remetendo-se para estes trabalhos a descrição mais detalhada do processo de reunião do conjunto e das problemáticas

a ele inerentes. Importa sublinhar que é uma colecção ainda em mãos particulares, reunida com recurso a detector de metais, principalmente nos finais do século XX, na envolvente alargada de São Romão, concelho de Vila Viçosa, com especial enfoque na envolvente dos Montes da Torre do Cabedal e Pomar d'El-Rei (Figs. 1 e 2). Na colecção, composta por várias centenas de objectos, muitos ainda como saíram do campo, registou-se a presença de seis fechos de cinturão de cronologia alto-medieval que, dada a relativa escassez, nos pareceu proporcionar o mote necessário para nos debruçarmos sobre um período escassamente documentado na região. Ainda que os fechos de cinturão sejam usualmente conhecidos a partir dos contextos funerários, é legítimo, neste caso, manter alguma reserva, como se verá, atendendo ao seu estado fragmentário.

2. Inventário e descrição

Estes fechos de cinturão foram apresentados como provenientes da envolvente da Torre do Cabedal (Salgueiro, 2017), algo que, apesar das dúvidas que este tipo de colecções sempre apresenta, nos parece coerente com os achados relativos tanto à *villa* romana aí existente (Calado & Mataloto, 2020, C9, v. Fig. 2) como à necrópole adjacente (Calado & Mataloto, 2020, p. 90, C10), de onde deverá ser originária uma inscrição paleocristã reaproveitada em estruturas modernas (Calado & Mataloto, 2020, p. 85, C4).



Fig. 2 – Monte da Torre do Cabedal. A *villa* romana situa-se essencialmente à direita do monte, com o complexo balnear na área das árvores isoladas.

Desta necrópole foi ainda possível verificar a presença de duas sepulturas parcialmente conservadas no barranco da ribeira, as quais haviam sido identificadas e parcialmente escavadas durante os trabalhos de limpeza da mesma. Numa delas, completamente exposto, encontrava-se parte de um enterramento em decúbito dorsal, que havia sido “limpo” pelo caseiro do Monte do Pomar d’El Rei que, ao haver sido subtraído o crânio durante os trabalhos decidiu não terminar a escavação, tal como nos contou (Fig. 3). As estruturas aí documentadas, ainda que muito parcialmente conservadas tratava-se de sepulturas de “caixa”, de planta rectangular com cerca de 2 m de comprimento, com as paredes erguidas em tijolos na horizontal, sobre uma base de tégulas com a pestana fragmentada, que por sua vez assentava num estrato de regularização preenchido por pedra e fragmentos de *opus signinum*, confirmando o reaproveitamento de materiais. Este facto parece contribuir para uma percepção de cronologia relativamente avançada, provavelmente já dentro da Antiguidade Tardia.



Fig. 3 – Sepultura do sítio C10 – necrópole do Pomar d’El Rei (Calado & Mataloto, 2020), imediata aos vestígios da *villa* da Torre do Cabedal (Vila Viçosa), quando foi encontrada.

A *villa* da Torre do Cabedal, com os seus mosaicos polícromos e cenas marinhas (Calado & Mataloto, 2020, C9), parece propícia a aceitarmos um contexto de relativa continuidade e abundância até entrada a Antiguidade Tardia, com a presença de um contexto sepulcral associado a uma basílica paleocristã, como a presença da inscrição parece indicar. Todavia, apenas podemos reter que os fechos seriam originários de uma envolvente alargada de São Romão, onde se conhecem diversos outros sítios (Fig. 4), além desta povoação se encontrar na zona de acção de António Dias de Deus e Abel Viana, na qual haviam sido registados importantes achados de cronologia tardia, como os referentes à Terrugem (Rolo, 2018, pp. 248–249), localizada a menos de uma dezena de quilómetros. Por outro lado, esta era também uma das paróquias do Padre Henrique Louro, o qual ainda interagiu com os citados autores, e nos deixou informações em pequenas monografias (Louro, 1964; 1967) onde sabemos que o coleccionador que reuniu este conjunto muito se foi documentar.

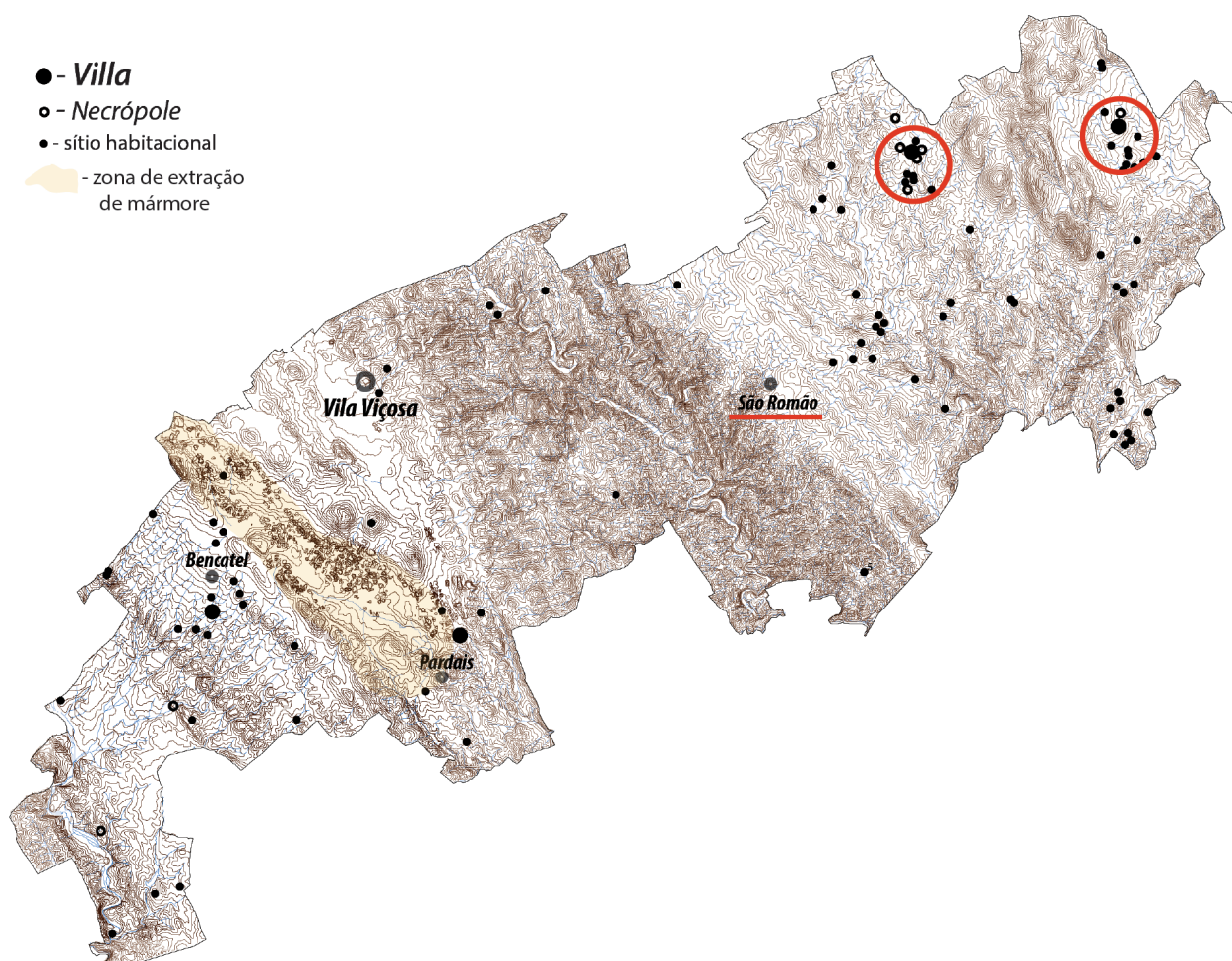


Fig. 4 – Ocupação romana e alto-medieval do Concelho de Vila Viçosa (Calado & Mataloto, 2020), com indicação da área da Torre do Cabedal (direita) e do Padrãozinho (esquerda).

O conjunto base desta reflexão compõe-se de seis fragmentos de fecho de cinturão e uma lingueta integráveis na designada “torêutica” tardo-antiga (Ripoll, 1998) (Fig. 5). São eles:

N.º 1 - Fecho de cinturão liriforme do Tipo C (Ripoll, 1998, pp. 134–136) em bronze fundido, decorado a cinzel (Fig. 5-1).

Zona proximal retangular com dupla moldura incisa e motivos fitomórficos. Zona central com duplo motivo amendoado com decorações em dupla espiral e pontilhado. Entre ambas, motivo losangular com decorações incisadas e pontilhado. Presença de três apêndices marcadores das diferentes áreas da placa, em cada lado. Parte distal está fragmentada. No extremo da parte proximal, conservam-se dois apêndices de fivela e sob os marcadores conservam-se ainda dois apêndices de fixação.

Comprimento máximo conservada: 6,75 cm;

Largura máxima conservada: 3,5 cm;

Espessura máxima: 0,4 cm;
Espessura mínima: 0,25 cm;
Interior dos orifícios dos apêndices de fixação: 0,3 cm;
Interior dos orifícios dos apêndices de fivela: 0,3 cm;
Comprimento máximo dos apêndices de fivela: 0,75 cm;
Peso: 43,50 g.

N.º 2 - Fecho de cinturão liriforme de Tipo G2 (Ripoll, 1998, p. 140) em bronze fundido, decorado a cinzel (Fig. 5-2).

Apenas conserva a zona proximal retangular com dois apêndices decorativos em cada lado. Tem dupla moldura, sendo que a exterior está incisa e a interior não. O campo ornamental visível é dividido em duas partes com motivos fitomórficos espiraliformes. No extremo da parte proximal, conservam-se dois apêndices de fivela fragmentados e na parte de trás da placa conservam-se dois apêndices de fixação, distantes entre si 1,45 cm.

Comprimento máximo conservado: 3,3 cm;
Largura máxima conservada: 3,35 cm;
Espessura máxima: 0,3 cm;
Espessura mínima: 0,1 cm;
Interior dos orifícios dos apêndices de fixação: 0,3 cm;
Interior dos orifícios dos apêndices de fivela: fragmentados;
Comprimento máximo dos apêndices de fivela: fragmentados;
Peso: 12 g.

N.º 3 - Fecho de cinturão liriforme de Tipo F ou G (Ripoll, 1998, pp. 138–142) em bronze fundido, decorado a cinzel (Fig. 5-3).

Apenas conserva uma parte da zona distal arredondada com um apêndice decorativo no extremo distal e outro no arranque do lado superior. Apresenta moldura lisa, com motivo rectilíneo divisor em duas áreas sendo visíveis na inferior motivos circulares incisos. Conserva um apêndice de fixação central na parte de trás.

Comprimento máximo conservado: 2,95 cm;
Largura máxima conservada: 2,6 cm;
Espessura máxima: 0,26 cm;
Espessura mínima: 0,13 cm;
Interior dos orifícios dos apêndices de fixação: 0,3 cm;
Peso: 6 g.

N.º 4 - Fecho de cinturão liriforme do tipo A (Ripoll, 1998, p. 134) em bronze fundido com decoração a molde (Fig. 5-4).

Apenas conserva a zona proximal, rectangular, dividida em dois quadrados, com motivos florais de

quatro pétalas em cada um, separados da parte mesial por apêndices marcadores. É visível o arranque da decoração da parte mesial com duas molduras arredondadas. Conserva-se apenas o apêndice de fixação inferior, sendo que o superior está fragmentado. Os apêndices de fivela estão fragmentados. No canto superior foi aberto um orifício (com 0,3 cm de largura) eventualmente de reparação após a quebra de um dos apêndices.

Comprimento máximo conservado: 3,8 cm;
Largura máxima conservada: 4,1 cm;
Espessura máxima: 0,4 cm;
Espessura mínima: 0,2 cm;
Interior dos orifícios dos apêndices de fixação: 0,35 cm;
Distância de apêndices de fixação: 2,55 cm;
Peso: 30,8 g.

N.º 5 - Fecho de cinturão liriforme do tipo A (Ripoll, 1998, p. 134) em bronze fundido com decoração a molde (Fig. 5-5).

Apenas conserva a parte distal e parte da mesial. A parte distal apresenta decoração reniforme. A parte mesial encontra-se separada por dois apêndices marcadores, estando a moldura subdivida em duas partes, preenchidas com motivos vegetalistas. No limite da área distal encontra-se um entalhe subrectangular eventualmente relacionado com um reaproveitamento. São visíveis dois apêndices de fixação fragmentados na parte de trás.

Comprimento máximo conservado: 4,9 cm;
Largura máxima conservada: 4,3 cm;
Espessura máxima: 0,4 cm;
Espessura mínima: 0,15 cm;
Interior dos orifícios dos apêndices de fixação: 0,35 cm;
Distância de apêndices de fixação: 2,1 cm;
Peso: 32,64 g.

N.º 6 - Lingueta rectangular em bronze fundido, com moldura incisa rectangular hiperboloide, com motivos vegetalistas em decoração incisa no interior. Na parte de trás, conservam-se dois apêndices de fixação (Fig. 5-6).

Comprimento: 3,55 cm;
Largura: 1,6 cm;
Peso: 9 g;
Interior dos orifícios dos apêndices de fixação: 0,3 cm;
Distância de apêndices de fixação: 1,4 cm.

N.º 7 - Fecho de cinturão em placa rígida calada, em bronze fundido. Apenas se conserva a zona distal e parte da mesial. A zona mesial apresenta limites rectos com interior decorado a círculos vazados, intercalados com círculos incisos puncionados no centro, e área central vazada definindo desenhos geométricos. A zona distal apresenta formato subcircular mais estreita que o corpo da placa, também decorados com círculos incisos puncionados no centro. No anverso da zona distal conserva-se um apêndice de fixação (Fig. 5-7).

Comprimento máximo conservado: 6,3 cm;

Largura máxima conservada: 4,3 cm;

Espessura máxima: 0,35 cm;

Espessura mínima: 0,25 cm;

Interior dos orifícios dos apêndices de fixação: fragmentado;

Peso: 29 g.

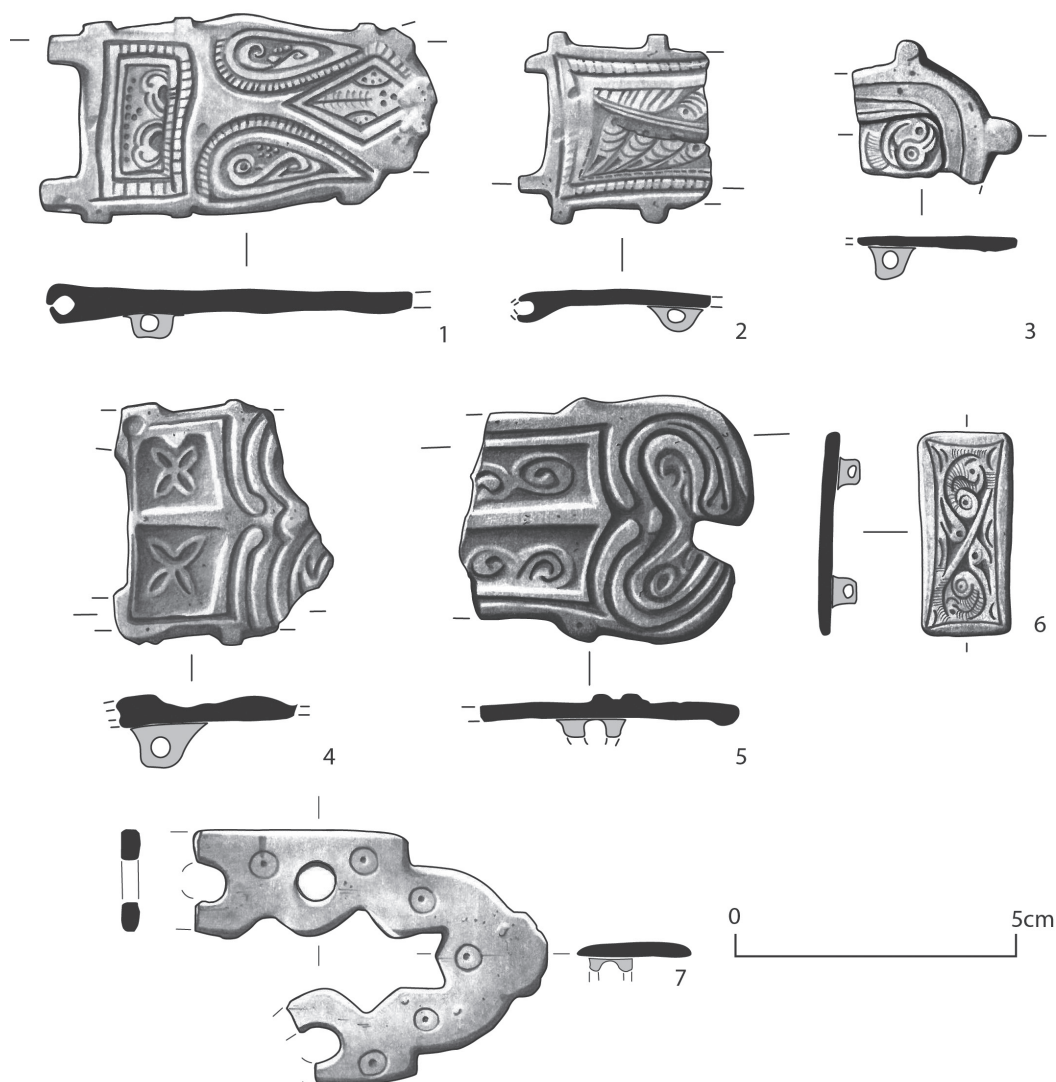


Fig. 5 – Fechos de cinturão da “Colecção Pinguicha”, aqui em estudo. Desenhos: Inês Conde.

Dos seis fechos de cinturão apenas um se pode atribuir ao tipo “Placa rígida vazada” (Fig. 5.7), os quais são raros em território actualmente português, com apenas um exemplar genericamente enquadrável neste tipo, e ainda assim de um subtipo distinto (Arezes, 2014, p. 455), sendo bem mais abundantes na área mesetenha centro-ibérica (Ripoll, 1986, p. 183) e voltando a ser mais escassos na Bética (Ripoll, 1998, p. 91).

A estes fechos de cinturão são atribuídas cronologias tardias dentro do século VI d.C., prolongando-se principalmente pelo seguinte. O exemplar aqui documentado encontra-se bastante danificado, mas permite verificar que não apresenta muitos paralelos, assemelhando-se bastante aos exemplares de necrópoles da região de Segóvia (Espirdo, Duratón e Madrona), com laterais rectas, decoração circular fenestrada, intercalada com círculos incisos e centro vazado geométrico (Ripoll, 1986, p. 238, Est. IV, 29–32).

Os fechos de cinturão de tipo liriforme aqui apresentados enquadram-se com relativa facilidade na tipologia disponível, apesar de se encontrarem, na maioria das vezes, muito danificados. Assim, seguindo a tipologia de Ripoll (1998, p. 133), documenta-se a presença de dois fechos de Tipo A (Fig. 5, n.ºs 4 e 5), um fecho de tipo C (Fig. 5, n.º 1), um de Tipo F ou G (Fig. 5, n.º 3) e um de Tipo G-2/3 (Fig. 5, n.º 2). Em território actualmente português, e segundo o mais recente estudo de conjunto, conhece-se pouco mais de uma vintena de exemplares de tipo liriforme (Arezes, 2010), a que se acrescentaram recentemente mais alguns exemplares, sem mudar a perspectiva global. Estes fechos são enquadrados essencialmente dentro do século VII d.C. (Ripoll, 1998, p. 169), podendo prolongar-se para o seguinte (Hierro, 2011, p. 279).

Resta apenas mencionar uma pequena peça rectangular, profusamente decorada, dotada de dois apêndices de preensão, que deverá corresponder a uma placa ornamental de correia, as designadas linguetas, de igual período cronológico (Fig. 5, n.º 6).

A presença destes exemplares testemunha, segundo cremos, para a cronologia genérica do século VII d.C., a manutenção da região nas dinâmicas comerciais e de indumentária internacional, neste caso de possível raiz mediterrânea, difundida principalmente após a conquista bizantina do Sudeste peninsular.

O facto de os exemplares apresentados serem de contexto desconhecido e recolha não controlada, dificulta alguns considerandos quanto aos mesmos. Todavia, o estado fragmentado dos fechos, com fracturas aparentemente antigas, não favorece a hipótese de recolha em contextos sepulcrais, onde deveriam encontrar-se em posição primária. No mesmo sentido, os aparentes indícios de reutilização do fecho n.º 5 sugerem igualmente a sua proveniência de contextos não sepulcrais. Em todo o caso, para a análise destas presenças a nível regional, será sempre determinante um enquadramento amplo e diverso, mesmo que a maioria das peças já conhecidas sejam provenientes de contextos de recolha não controlada.

3. Alguns considerandos sobre os fechos de cinturão tardo-antigos no território alto-alentejano

Não se pretende aqui efectuar um inventário sobre a presença destas peças em território alentejano, dada a avaliação relativamente recente sobre os mesmos. Todavia, cremos que uma valorização global, e actualizações pontuais merecem alguns comentários para melhor enquadrarmos os achados aqui apresentados.

O exemplar mais próximo do tipo de fechos analisado é provavelmente o que foi registado no sítio da Herdade de Fontalva (Elvas), com uma fivela liriforme do tipo A, paralelo da peça n.º 4 do nosso

conjunto (Arezes, 2010, p. 163), supondo-se a sua proveniência de uma necrópole, ainda que tal não seja, de todo, claro (Paço & Ferreira, 1951; Rolo, 2018, pp. 161–162). Se para a realidade centro peninsular a norma é a proveniência destas peças de contextos funerários (Ripoll, 1986), para o território actualmente português não é claro que tenham que provir de contextos funerários, ainda que não tenhamos que supor a sua dispersão por imposições aleatórias de desaperto conjuntural e rápido do cinto (Gonçalves, 2008, p. 138). Há um número crescente de exemplares de fechos de cinturão liriforme que têm surgido em áreas de cariz habitacional, por vezes até de aparência precária, como no caso do sítio da Vinagreira (Elvas), que é caracterizado pelos seus investigadores como um abrigo de pastoreio e/ou local de armazenamento de produções agrícolas ou florestais (Bugalhão, 2004), apesar de se haver recuperado um fecho do tipo H2 de Ripoll (1998, p. 140). A reforçar esta tendência está o achamento recente de dois exemplares de fechos de cinturão liriformes em modestas ocupações alto-medievais junto ao rio Guadiana (Ferreira, 2013, p. 115), provavelmente dos tipos B e C de Ripoll (1998). Um outro exemplar foi recolhido já na região de Mourão, num sítio de cronologia moderna, mas integrável no tipo H-2 de Ripoll (Arezes, 2010, p. 98). Todavia, nada obsta a que possam também provir de contextos sepulcrais, como foi assinalado em alguns raros casos (Arezes, 2010) ou da extraordinária placa rígida documentada muito recentemente numa sepultura do sítio do Estácio 3 (Ricou, 2020).

Numa envolvente alargada da região de Ciladas, de onde são certamente provenientes os exemplares que deram origem a este estudo, foram objecto de intervenção por António Dias de Deus e Abel Viana diversas necrópoles com ocupações possivelmente afins do conjunto de fechos. É desde logo importante sublinhar que nas centenas de enterramentos escavados nas múltiplas necrópoles não foi documentado qualquer fecho de cinturão liriforme, com excepção de um proveniente da Herdade de Fontalva, que ainda assim não é claro que tenha sido recolhido numa sepultura (Rolo, 2018, pp. 161–162).

As necrópoles do Padrãozinho (Vila Viçosa), na mesma freguesia de Ciladas, Herdade da Chaminé (Elvas), Torre de Palma (Monforte) ou Silveirona (Estremoz) contemplam espaços funerários de grande dimensão, com dezenas de enterramentos, sendo que em alguns destes foi identificado espólio metálico genericamente enquadrável nas tipologias para a torêutica hispânica tardo-antiga (Ripoll, 1998), entre os séculos V ao VIII, com paralelos dispersos pelo território hispânico. Este espólio diz respeito a elementos de vestuário como fivelas e fechos, mas onde os de tipo liriforme estão ausentes — Herdade da Chaminé (Rolo, 2018, pp. 169–196), Silveirona II (Cunha, 2008; Arezes, 2014, vol. II, p. 181) — mas também a elementos de adorno como brincos e anéis — caso do sítio do Padrãozinho 1 (Rolo, 2018, p. 273–284), tal como a Herdade da Chaminé (Carneiro, 2015, p. 129–130; Rolo, 2018, pp. 169–196) ou Silveirona II (Cunha, 2008; Arezes, 2014, vol. II, p. 181). Estes indicam uma utilização funerária do espaço de larga diacronia, ainda que não necessariamente contínua, na maioria dos casos desde o início da ocupação alto-imperial romana ao final da Antiguidade Tardia. O caso das diversas necrópoles do Padrãozinho pode mostrar-nos o que terá sido a norma de estruturação dos espaços funerários em vários núcleos em torno do espaço habitacional. No caso da necrópole da Herdade da Chaminé os artefactos metálicos encontrados integram-se, muito genericamente, no designado nível III de Ripoll (Rolo, 2018, p. 169), enquadrando-se numa problemática histórica um pouco diversa dos materiais mais tardios em estudo (Ripoll, 1998, p. 50 e fig. II; Barroso & Morín, 2010, pp. 393–409). Fica então patente que no espaço centro alentejano a presença destes fechos de cinturão liriformes em contextos funerários é absolutamente residual. Inclusivamente no caso de Mértola, amplo porto aberto ao Mediterrâneo, com vastas necrópoles escavadas, e onde a presença grega tardia está bem documentada, estes fechos de cinturão são quase desconhecidos, tornando clara a sua escassa presença em contexto funerário em todo o sul do actual território português, contrastando, de certa forma, com a sua presença no espaço centro-peninsular.

O caso algarvio, que conheceu uma recente, longa e bem documentada, análise dos espaços funerários romanos e tardo-romanos (Pereira, 2014), apesar das centenas de sepulturas analisadas, apenas atestou a presença de um fecho de cinturão placa, rígida neste caso, sem que se tenham documentado os de tipo liriforme, aqui em estudo (Pereira, 2014, p. 340). Nesta medida, este facto vem reforçar o que temos dito sobre a escassez destes elementos em contextos funerários do Ocidente peninsular.

O processo de transformação que o espaço rural sofre, associado à própria transformação das estruturas produtivas, traduz-se no abandono da *pars urbana* da maioria das *villae*, com as áreas periféricas dos conjuntos edificados permanecendo, ou mesmo ganhando nova centralidade, caso dos espaços de culto cristão, que ditarão a continuidade e revitalização destes conjuntos, que ganharão uma sacralidade que os fará permanecer longo tempo como áreas sepulcrais. Torre de Palma assume-se como o caso mais paradigmático desta nova dinâmica de vitalidade, através da sua enorme basílica e estruturas anexas (Maloney & Hale, 1996; Maloney & Huffstot, 2002) que se dotam de uma monumentalidade e riqueza equiparável à antiga *villa*.

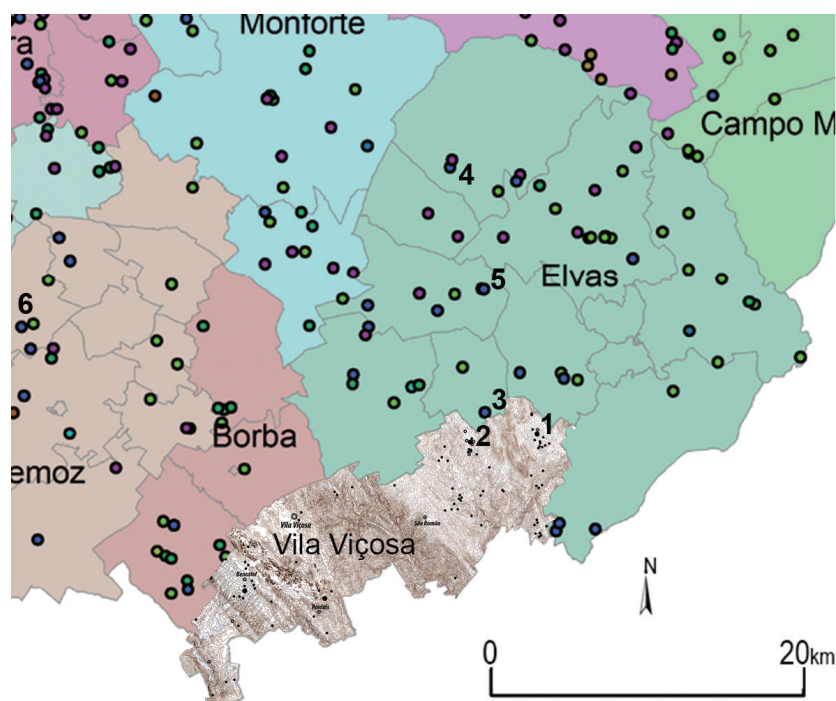


Fig. 6– Povoamento, necrópoles e “achados” romanos e da Alta Idade Média na envolvente alargada da suposta área de origem da “Coleção Píngua” (Adaptado de Carneiro, 2016, com os dados da Carta Arqueológica de Vila Viçosa (Calado & Mataloto, 2020). Alguns dos sítios mencionados no texto: 1 – Torre do Cabedal; 2 – Padrãozinho; 3 – Terrugem; 4 – Herdade da Chaminé; 5 – Fontalva; 6 – Silveirona.

Efectivamente, se atentarmos nos dados da decoração marmórea do designado *grupo eborense* (Wrench, 2008, p. 37), a que se poderiam adscrever eventualmente alguns novos elementos (Wolfram, 2011), além de outros inéditos, como os que temos vindo a recuperar na basílica de Nossa Senhora do Freixo (Redondo), será possível sublinhar uma certa pujança económica regional relacionada com os espaços sagrados. Todavia, a crença cristã, que pregava o despojamento terreno, ainda que tal não fosse absolutamente linear (Arezes, 2019, p. 246), talvez ditasse a escassez de elementos de indumentária em contexto funerário, contrastando com a pujança cada vez mais patente nos espaços de culto e seus programas arquitectónicos marmóreos.

Cremos então que a leitura sobre a presença destes elementos de indumentária deve ser enquadrada num momento muito particular da História da Península Ibérica em que, por um lado, vemos o ressurgir com Leovigildo a afirmação do poder central, com a integração do reino suevo e os projectos de controlo administrativo que subjazem à *Lex Visigothorum*, estimulando a reorganização social e económica dos territórios, que se reintegram em velhas e novas dinâmicas de circulação e imagética, ao mesmo tempo que a presença imperial, bizantino-helénica, reemerge, quer através do controlo territorial no Sudeste, quer pela dinâmica comercial que parece assumir no litoral, atendendo às muitas epígrafes em grego conhecidas, por exemplo em Mértola (Fig. 6). A presença, escassa é certo, destes fechos de cinturão de influência bizantina, não pode deixar de ser entendida como ténue reflexo dessa realidade mais alargada, onde o próprio monarca integra uma concepção de poder e imagética claramente devedora da realidade imperial bizantina

4. De indumentária, história e identidade no território alto-alentejano da Antiguidade Tardia

O conjunto aqui analisado integra-se num debate longo que percorre toda a Hispânia, cursando entre temas de modas e influências, comércio, espaços étnicos, culturais e religiosos. O debate é antigo, mas a integração destas peças em reflexões de âmbito regional e local é mais rara, sobretudo para o panorama do território da antiga Lusitânia.

Os fechos de cinturão estudados integram-se em duas morfologias diversas entre si no que toca à suposta origem cultural, ainda que possam ter sido perfeitamente coetâneas. Em primeiro lugar, os fechos de cinturão de placa rígida vazada são um tipo muito heterogéneo, sendo que o elemento aqui apresentado se pode integrar nos que incorporam decoração geométrica. Estes fechos distribuem-se por toda a Hispânia e, de acordo com Ripoll (1998, p. 92), são menos comuns na Bética e abundantes em necrópoles visigodas do interior ibérico. A mesma autora liga-os a uma moda centro europeia (Ripoll, 1998, pp. 93–95) com datas de entre os finais do século VI e o século VII, coexistindo provavelmente durante algum tempo com as produções de inspiração bizantina (Ripoll, 1998, p. 96).

De entre essas últimas produções surgem os fechos de cinturão liriforme, maioritários no conjunto em estudo. Estes são o tipo mais comum na Hispânia (Ripoll, 1998, pp. 132–175; Barroso & Morín, 2010, pp. 393–409). Datados de entre os finais do VI e sobretudo no século VII, diversos autores têm defendido que terão sido de produção hispânica representando a imitação de modas bizantinas (Ripoll, 1998, pp. 132–175; Barroso & Morín, 2010, pp. 393–409), uma influência que teria sido expressa em vários aspectos do mundo artístico, certamente derivada da conquista do Sudeste ibérico pelas forças imperiais neste período. A imitação por artífices hispânicos dos fechos de cinturão liriformes poderá ter-se expandido, sobretudo no final do século VI e século VII. Ainda que consideremos que carece de evidências mais concretas, alguns autores vêm associando esta difusão a uma certa proximidade cultural proporcionada pela lei visigoda (Barroso & Morín, 2010, p. 396).

Para este Alentejo centro-oriental existem já algumas sínteses que procuraram discriminar a realidade conhecida, explorando as dinâmicas do mundo funerário (Rolo, 2018) e religioso (Wolfram, 2011), mas também de modo mais genérico, refletindo sobre as dinâmicas históricas da ocupação do território alto alentejano, desde o final do império romano ao final do reino visigodo (Carneiro, 2014; Vieira, 2016). A sobreposição do espaço funerário a estruturas que tinham diferentes funções em época romana é uma realidade em toda a Hispânia mas parece ser particularmente importante no Alto Alentejo (Wolfram, 2011; Carneiro, 2016; Carneiro & Rolo, 2019) e demonstra que existia uma ocupação relevante na região, ainda que as áreas habitacionais conhecidas se esgotem nalguns pontos dispersos e ainda mal compreendidos.

Para o concelho de Vila Viçosa e circundantes destaca-se grandemente a proximidade da via XII do Itinerário de Antonino, em torno da qual o espaço fora estruturado ao longo da época romana. As pedreiras de mármore do designado Anticlinal de Estremoz, que desempenharam um papel muitíssimo relevante em termos económicos regionais, estariam ligadas por esta via tanto à capital provincial, *Augusta Emerita*, como ao seu porto de mar atlântico, *Olisipo*, através de *Ebora* (Carneiro, 2017, p. 44; Calado & Mataloto, 2020, pp. 230–245; Cordero, 2010). Sinal claro deste dinamismo é, justamente, a presença de produtos marmóreos extraídos nesta região em contextos litorais de outras províncias como na Bética, mas também em espaços interiores muito provavelmente através da designada *Vía de la Plata*, depois de passar por *Emerita* (Fusco & Mañas, 2006; Cisneros & *alii*, 2010, p. 115).

O acumular de dados tem permitindo notar a continuidade da exploração marmórea em momentos mais tardios do Império Romano (Carneiro, 2019, pp. 68–69; Calado & Mataloto, 2020, p. 241), e mesmo para lá desses tempos, nos séculos VI e VII. De acordo com Mélanie Wolfram (2011, pp. 83–86), é possível identificar uma “escola” escultórica entre os distritos de Portalegre e Elvas, caracterizado por «uma excelência de execução no talhe da matéria-prima», que a poderá associar aos mesmos que trabalham para Mérida possivelmente durante os séculos VI e VII, exercendo uma grande influência sobre os modelos culturais de grande parte da Hispânia (Moreno, 2008, pp. 81–82). Identifica-se pelo menos uma pedreira ainda em laboração, a de Bencatel (Wolfram, 2011, p. 119). Assume-se usualmente que a dinâmica extrativa terá sido menos intensa do que em momentos anteriores, não se conhecendo o seu modelo de gestão nessas fases (Moreno, 2008, pp. 81–82). Todavia, cremos que existem indícios suficientes para supor, inclusivamente, um certo ressurgimento da actividade extractiva justamente na Antiguidade Tardia, associado à ingente utilização do mármore branco, sinal de pureza, nos contextos religiosos, em pavimentos, colunas, cancelas, impostas, altares e frisos. Talvez no domínio do investimento público a utilização desta matéria-prima surja agora menos presente, mas claramente ganha uma expressão relevante nos espaços privados religiosos.

Isto significa que não só existe uma razão para manter ativas as vias romanas, prática já de si comum no mundo visigodo (Moreno, 2008), como estas seriam frequentadas por agentes comerciais e não apenas pelas populações locais. Estes territórios seguiam talvez uma lógica de interioridade extensível à maioria do território interior visigodo. Segundo Reynolds (2015, p. 209),

the Visigoths, in contrast to the Vandals in Africa, (...) looked inland, (...) and did not take advantage of the maritime opportunities that the foremost port of Roman Spain had to offer.

Diferentes autores vêm refletindo sobre diversidade como palavra-chave para os séculos V a final do VI, início do VII no que diz respeito ao fenómeno religioso (Jorge, 2002; Moreno, 2008; Wolfram, 2011; Carneiro, 2016; Arezes, 2018; 2019, p. 246). Acreditamos que a presença dos artefactos metálicos como os fechos de cinturão que temos em estudo em espaço de necrópole só se pode justificar a partir desta diversidade. Por outro lado, ainda que a igreja tenha levado séculos a definir regras para os enterramentos católicos (Wolfram, 2011, p. 116), a verdade é que desde o século IV a tendência para os enterramentos sem qualquer espólio se generalizou, sendo visível desde logo na capital (Heras & Olmedo, 2015, p. 279) e desde cedo esta característica se associou ao despojamento cristão na morte.

As aparições de artefactos metálicos de vestuário e adorno de fundo cultural exógeno, como os aqui em causa, em sepulturas integradas em necrópoles onde a maioria das sepulturas não tem espólio, foi tradicionalmente relacionada com fenómenos históricos como o das grandes migrações centro-europeias do século V (Heras & Olmedo, 2015), mesmo em territórios muito próximos de Mérida, para não remeter para áreas do centro e nordeste da península, onde este debate é ainda mais extenso. Contudo,

a verdade é que a realidade dos cemitérios em discussão, de áreas rurais no Sudeste alto-alentejano, não tem qualquer indício de assim poder ser entendida. Em primeiro lugar porque a maioria dos elementos de adorno pessoal data de momentos posteriores ao mencionado fenómeno histórico — apenas o conjunto metálico da Herdade da Chaminé é anterior ao século VI. Nos restantes sítios os artefactos enquadram-se nos séculos VI e VII sobretudo, integrando já uma dinâmica histórica diferente (por ex., Moreno, 2008; Barroso & Morín, 2010), uma vez que desde o início do século VI a monarquia visigoda estaria já concentrada na Hispânia, com capital instalada em Toledo (Barroso & Morín, 2010, pp. 394–396), ainda que a cidade de Mérida com ela rivalizasse do ponto de vista cultural e religioso (Moreno, 2008, pp. 81–82).

Em segundo lugar, os artefactos identificados no Alto Alentejo são aparentemente produzidos em cobre existindo, como referido antes, evidências para a sua produção na Hispânia, sobretudo no caso dos fechos de cinturão liriformes.

No Alto Alentejo existem alguns indícios da diversidade cultural a que se aludiu acima. No sítio de Silveirona II, o conjunto metálico surge numa área funerária com evidências de sepulturas *ad sanctos*. Esta necrópole é particularmente interessante pela coexistência deste espólio com as inscrições paleocristãs, maioritariamente datadas da primeira metade do século VI, por vezes reutilizando placas epigráficas romanas (Cunha, 2008). Os diferentes autores consideram existir provas para uma significativa comunidade plenamente cristianizada (Cunha, 2008; Carneiro, 2014, p. 262). Inclusivamente, em Torre de Palma, surge uma fivela designada de “visigoda” numa sepultura no interior do edifício basilical (Cunha, 2008, p. 220, anexo 1). Neste sentido, G. Ripoll havia considerado que as peças liriformes se associariam a católicos, pela sua contemporaneidade com a conversão de Recaredo e consequente homogeneização cultural (Ripoll, 1998, p. 170). No entanto, este é um pressuposto que também deve ser questionado, já que estes fechos estão presentes de forma generalizada na Hispânia, podendo ser sobretudo entendidos como um elemento de adorno sem conotação religiosa, tal como a mesma autora já havia desmistificado para a suposta conotação étnica (Ripoll, 1998, p. 119).

Se existem dados que matizam o cumprimento global do despojamento na morte dos cristãos, também existem aqueles que sugerem que a existência de uma sepultura cristã não implica que todo o cemitério seja cristão. Sabe-se que apenas no século VIII se proibirá o enterramento conjunto entre cristãos e pagãos (Cunha, 2008, p. 116). Além disso, um estudo recente em diferentes áreas da península, que inclui a necrópole de Gózquez (San Martín de la Vega, Madrid), onde curiosamente surge um paralelo para a nossa placa rígida vazada, sugere a compatibilidade de distintas afiliações religiosas numa mesma necrópole (cristãs, judias, pagãs e a partir do século VIII, islâmicas), inclusivamente partilhando aspectos culturais idênticos (Vigil-Escalera, 2015). Esta partilha basear-se-ia na utilização e adaptação à realidade de uma comunidade local de determinados elementos, mais do que a sua ligação categórica a uma religião ou cultura (Vigil-Escalera, 2015, pp. 266–268), o que aprofunda a importância de um cemitério comunitário, contrariando

la imagen monolítica de un universo funerario medieval condicionado por la religión que con frecuencia ha sido asumida por la historiografía (Vigil-Escalera, 2015, p. 249).

Esta diversidade será ainda maior tendo em consideração que, pelo menos até ao final do século VI, a própria fé cristã era em si um fenómeno heterogéneo. Se Mérida enquanto pólo religioso e cultural se manifestou no século VI como adepta da fé trinitária (católica), provavelmente pela preponderância de um fundo cultural (e étnico?) hispano-romano (Moreno, 2008, pp. 188–189), a verdade é que, nos territórios que lhe são próximos poderão haver evidências de outras práticas cristãs (arianistas, monofisitas, entre outras), como alvitra Mélanie Cunha para explicar o silêncio das fontes quanto ao Bispo de Beja até ao

século VI (Cunha, 2008, pp. 39–40, 121). Contudo, não existem evidências arqueológicas que permitam distinguir qual é a crença associada a uma inumação, excepto quando há indicações epigráficas.

Da mesma forma, a presença nas necrópoles da região de espólio cerâmico — quase sempre jarros datados do século VI remete para rituais específicos (ainda que, para já, desconhecidos) demonstrando novamente a complexidade destes séculos e o quanto significaram um momento de mudança. Em alguns casos o espólio cerâmico encontra-se nos mesmos enterramentos que o espólio metálico, mas a escassez de contextos conhecidos impede de esclarecer a sua relação neste território, ao contrário do que acontece noutras regiões.

Por fim, importa melhor contextualizar os elementos de indumentária aqui em estudo no seu quadro cultural e histórico regional.

A proximidade de Mérida poderia situar este território rural na esfera do poderio religioso desta cidade, onde a construção de templos rurais como o de Torre de Palma se poderia integrar. Segundo os concílios hispânicos, o bispado de Mérida seria um dos que detinha maiores propriedades e riqueza material na Hispânia. Todavia, não existem evidências concretas se a área em apreço diria ainda respeito a este bispado, ou se, conforme Almeida Fernandes interpreta no estudo que faz do Provincial Visigótico esta área pertenceria à diocese de *Pace* (Beja) (Fernandes, 1997, pp. 117, 124).

Por outro lado, se o poderio religioso da cidade tem sido demonstrado por descobertas de uma série de estruturas religiosas — basílicas, mosteiros... — edificadas entre finais do século VI até um momento avançado no século VII (Mateos, 1995), a verdade é que os dados para as relações comerciais com o Mediterrâneo expressam uma dinâmica que suscita reservas em aceitar um fenómeno de simples continuidade.

A arte expressa nos vestígios de edifícios religiosos, tanto na cidade como no espaço rural, tem vindo a ser representada como uma expressão da influência bizantina e oriental em toda a Antiguidade Tardia. A mesma influência é considerada para os fechos de cinturão liriformes. No caso destes, as peças originais teriam chegado incluídas num comércio mediterrânico organizado de produtos norte-africanos e orientais (Ripoll, 1998, p. 130) a partir do século VI.

De facto, na Península Ibérica tem sido identificado um número crescente de contextos que demonstram este comércio tardo-antigo de bens orientais (ânforas, cerâmica fina, mas também comum, e outros bens mais dificilmente rastreáveis arqueologicamente, como tecidos, que talvez se poderiam relacionar com os fechos de cinturão...). Este comércio é evidente ao longo do litoral hispânico, sobretudo na costa sudeste, nos territórios que estarão sob domínio bizantino a partir dos meados do século VI (Corrales, 2017; Reynolds, 2015, pp. 163–210; Jiménez-Camino & Bernal, 2009, pp. 283–312), mas também no litoral noroeste com estes intercâmbios detetáveis até aos inícios do século VII, em território primeiramente sob domínio suevo (Fernández, 2014, pp. 431–456). Paulatinamente, como seria de esperar, estão também a ser identificados vestígios deste comércio nos espaços litorais a ocidente, de domínio visigodo (Fabião, 2009, pp. 25–50; Pinto, Magalhães & Brum, 2012; Quaresma, 2020), talvez com a excepção de Lisboa e da já mencionada Mértola, onde a própria epigrafia parece sublinhar essa relação estreita com o Mundo do Mediterrâneo Oriental, que continuaria a grafar em grego (Dias & Gaspar, 2006), para além da clara presença de importações cerâmicas (Fernandes, 2012) ou na importante colecção musivária (Lopes, 2014, p. 164). Em Mérida, tem sido possível rastrear a presença deste intercâmbio sobretudo a partir das evidências escritas (obras escritas e epigrafia) que apontam para a presença de gentes orientais, comerciantes e membros do clero, maioritariamente na segunda metade do século VI (Reynolds, 2015, p. 209; Moreno, 2008, p. 87). Todavia, os dados cerâmicos desta cidade ainda que apontem para a manutenção de redes comerciais em ligação com o Mediterrâneo para além dos meados do século VI, demonstram um declínio desde o século V (Quaresma, 2013, p. 233). No espaço meridional, este processo de desagregação só será sentido a partir da segunda metade do século VI (Fernandes,

2013, pp. 877–878), inícios do século VII (Reynolds, 2015, pp. 208–209). Contudo, existem evidências que demonstram que a realidade do interior do sul do território actualmente português não bebeu deste dinamismo, sendo a cidade romana de *Ammaia*, pouco a norte do território foco desta abordagem, um claro exemplo desta situação, com o declínio a iniciar-se ainda mais cedo, durante todo o século V (Quaresma, 2013, pp. 227–236), cuja dinâmica parece ser em boa medida acompanhada por *Abelterium* (Quaresma & António, 2017).

Para a área sudeste do Alto Alentejo os estudos sobre a Antiguidade Tardia carecem de contextos escavados sob metodologia moderna e o conhecimento sobre cerâmicas que sustentem as dinâmicas de importação durante esta época é praticamente nulo, especialmente em espaço rural (Almeida & Carvalho, 2005). Todavia, e apesar da escassez de escavações de corte moderno, e das devidas publicações, cremos que este panorama deriva em boa medida da falta de uma análise mais fina dos dados, como aliás fica patente nas diversas necrópoles estudadas (Rolo, 2018), mas igualmente na diversidade e dispersão dos elementos arquitectónicos marmóreos que, ainda que não representem importações, deixam clara a integração do território aqui em causa em redes amplas de difusão de conceitos e saber fazer. Por outro lado, a chegada de alguma cerâmica fina de importação, que a espaços vai sendo dada a conhecer (Carneiro & Sepúlveda, 2005; Almeida & Carvalho, 2005; Quaresma & António, 2017), será certamente reflexo, aqui também, da antiga capital provincial (Bustamante, 2013). Deste modo, ainda que a circulação e importação seja certamente menor que em pleno período Imperial, e que essas transformações possam significar alguma ruptura com os padrões sociais e económicos anteriores, há uma dinâmica que continua a interligar estes territórios, os quais, muito certamente, se parecem reorganizar em torno de novas realidades, distintas das antigas *villae*, que serão em boa medida ocupadas ou reocupadas noutros moldes, cabendo-nos a nós reconhecer as novas modalidades de povoamento que terão dominado este momento.

Desta forma, se, por um lado, é possível considerar que a quantidade e relevância do espólio em estudo e seus paralelos no território se justificam através de fenómenos de circulação consistentes, mais do que esporádicos, por outro, é necessário compreender quais as novas dinâmicas perante tão paradoxal cenário reconhecido para as mesmas cronologias. De acordo com o exposto, a resposta não se pode procurar na evolução da ligação ao comércio mediterrânico, uma vez que são escassos os dados para discutir, a não ser paralelizando com outras regiões próximas que denunciam a quebra progressiva desse contacto directo desde momentos anteriores à chegada dos fechos de cinturão que motivam este trabalho. Ainda assim, as presenças orientais detetadas em Mérida, e talvez também em Silveirona (Wolfram, 2011) ou Mértola (Lopes, 2014) demonstram que existe uma aproximação, ainda que possa estar circunscrita aos espaços de elite, capaz de manter a influência do Mundo Bizantino no meio cultural e artístico do sudoeste da Hispânia, como se tem vindo a evidenciar.

A documentação recente destes fechos de tipo liriiforme em modestas ocupações de fundo rural, como aqui se mencionou, parece remeter para uma realidade camponesa mais complexa, rica e diversa do que a suposta por alguns autores a partir do mundo funerário, ao sublinharem a ausência de sinais de grande disparidade social (Carneiro, 2014, p. 271; Carneiro & Rolo, 2019).

A presença de artefactos metálicos de adorno e vestuário, como os fechos de cinturão, expressava a distinção social de alguns indivíduos dentro da mesma comunidade, onde as influências externas já haviam sido absorvidas e adaptadas ao tecido cultural local (Ripoll, 1998, pp. 119, 127–178; Vigil-Escalera, 2015; Lovegrove, 2017, p. 192), mesmo em modestos contextos rurais.

A complexidade e diversidade destes tempos da Alta Idade Média encontra-se ainda largamente desconhecida no interior sul do território actualmente português, mas esperamos que este pequeno contributo possa ajudar a relançar, especialmente para os contextos rurais, um debate que vá além da opulência de alguma arquitectura eclesiástica e da rusticidade do povoamento disperso.

Redondo/Lisboa/Maputo, Fevereiro de 2022

Bibliografia citada

- ALMEIDA, Maria José; CARVALHO, António (2005) – *Villa romana da Quinta das Longas (Elvas, Portugal): a lixeira baixo-imperial*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 8:1, pp. 299–368.
- AREZES, Andreia (2010) – *Elementos de adorno altimedievicos em Portugal (sécs. V a VIII)*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- AREZES, Andreia (2014) – *Ocupação “germânica” na Alta Idade Média em Portugal: as necrópoles dos séculos V a VIII*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto para obtenção do grau de Doutor em Arqueologia. 2 Vol.
- AREZES, Andreia (2018) – Concepções mentais e práticas funerárias dos séculos V a VIII: entre a perpetuação de arquétipos e a abertura a novos influxos. In ROSAS, Lúcia; SOUSA, Ana Cristina; BARREIRA, Hugo, eds. - *Genius Loci: lugares e significados | Places and meanings*. Porto: CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, Vol. 2, pp. 261–273.
- AREZES, Andreia (2019) – O mundo funerário: dos séculos V a VIII em Portugal: perspectivas em torno das possibilidades de rastreamento de católicos e arianos. *Lusitania Sacra*. 40, pp. 241–268.
- BARROSO CABRERA, Rafael; MORÍN DE PABLOS, Jorge (2010) – El mundo funerario en Hispania en el siglo VI. In MORÍN DE PABLOS, Jorge; LÓPEZ QUIROGA, Jorge; MARTÍNEZ TEJERA, Artemio (2010) – *El tiempo de los “bárbaros”. Pervivencia y transformación en Galia e Hispania (ss. V–VI D. C.)*. Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional, pp. 393–409.
- BROGIOLO, Gian Pietro; CHAVARRIA ARNAU, Alexandra (2003) – Chiese e insediamenti tra V e VI secolo: Italia settentrionale, Gallia meridionale e Hispania. In BROGIOLO, Gian Pietro, ed. – *Chiese e insediamenti nelle campagne tra V e VI secolo, 9° Seminario sul tardo antico e l'alto medioevo, Garlate, 26–28 settembre 2002*. Mantova: All'Insegna del Giglio; SAP Società Archeologica, pp. 9–37.
- BUGALHÃO, Jacinta (2004) – O abrigo tardo-romano da Vinagreira, Elvas. In *Arqueologia na rede de transporte de gás: 10 anos de investigação*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 97–108.
- BUSTAMANTE ÁLVAREZ, Macarena (2013) – *La terra sigillata en Augusta Emerita: estudio tipocronológico a partir de los vertederos del suburbio norte*. Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida [etc.].
- CALADO, Manuel; MATALOTO, Rui (2020) – *Terra marmoris: carta arqueológica de Vila Viçosa*. Lisboa: Edições Vieira da Silva.
- CARNEIRO, André (2014) – *Lugares, tempos e pessoas. Povoamento rural romano no Alto Alentejo. – Volume I*. Coimbra: Universidade.
- CARNEIRO, André (2015) – Morre-se há muito tempo sobre a terra: topografia funerária e sociedade no Alto Alentejo em época romana. In BRANCO, Gertrudes; ROCHA, Leonor; DUARTE, Cidália; OLIVEIRA, Jorge; BUENO RAMÍREZ, Primitiva, eds. – *Arqueologia de transição: o mundo funerário: actas do II congresso internacional sobre arqueologia de transição (29 de Abril a 1 de Maio 2013)*. Évora: CHAIA – Centro de História de Arte e Investigação Artística, Universidade, pp. 125–139.
- CARNEIRO, André (2016) – Mudança e continuidade no povoamento rural no Alto Alentejo durante a Antiguidade Tardia. In ENCARNÇÃO, José d'; LOPES, Conceição; CARVALHO, Pedro (2016) – *A Lusitânia entre romanos e bárbaros*. Coimbra: Universidade, pp. 281–307.
- CARNEIRO, André (2017) – Nos limites do Império: dinâmicas de povoamento na transição para a Antiguidade Tardia no Alto Alentejo. In TEIXEIRA, Cláudia; CARNEIRO, André, eds. – *Arqueologia da transição: entre o mundo romano e a Idade Média*. Coimbra: Universidade, pp. 39–64.
- CARNEIRO, André (2019) – A exploração romana no anticlinal de Estremoz: extração, consumo e organização. In SERRÃO, Vítor; SOARES, Clara; CARNEIRO, André, eds. – *Mármore 2000 anos de História, Vol. I: Da Antiguidade à Idade Moderna*. Lisboa: Theya, pp. 55–120.
- CARNEIRO, André; ROLO, Ana Mónica (2019) – Espaços e práticas funerárias nos campos da Lusitânia romana e tardo-antiga. *Onoba*. 7, pp. 161–181.
- CARNEIRO, André; SEPÚLVEDA, Eurico (2005) – *Terra sigillata hispânica tardia do concelho de Fronteira: exemplares recolhidos entre 1999 e 2003*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 7:2, pp. 435–458.
- CISNEROS CUNCHILLOS, Miguel; GISBERT AGUILAR, Josep; SOMOVILLA DE MIGUEL, Ion Ander (2010–2011) – El uso del marmol en la arquitectura de Asturica Augusta. *Anales de Arqueología Cordobesa*. 21–22, pp. 93–126.

CORDERO RUIZ, Tomás (2010) – Una nueva propuesta sobre el *ager emeritensis* durante el Imperio Romano y la Antigüedad Tardía. *Zephyrus*. 65, pp. 149–165.

CORRALES AGUILAR, Manuel (2017) – *Aportaciones a la Malaca tardorromana y bizantina: excavaciones arqueológicas en la factoría de salazones del Teatro Romano de Málaga (siglos IV–VI d.C.)*. Sevilla: Consejería de Cultura.

CUNHA, Mélanie (2008) – *As necrópoles de Silveirona (Santo Estêvão, Estremoz): do mundo funerário romano à Antiguidade Tardia*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

DIAS, Manuela Alves; GASPAR, Catarina (2006) – *Catálogo das inscrições paleocristãs do território português*. Lisboa: Universidade.

FABIÃO, Carlos (2009) – O Ocidente da Península Ibérica no século VI: sobre o *pentanummiu* de Justiniano I encontrado na unidade de produção de preparados de peixe da Casa do Governador da Torre de Belém, Lisboa. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. 4, pp. 25–50.

FERNANDES, Armando de Almeida (1997) – *Paróquias suevas e dioceses visigóticas*. Arouca: Associação para a Defesa da Cultura Arouquense.

FERNANDES, Edgar (2012) – *Cerâmicas finas norte-africanas e mediterrânicas orientais no Baixo Guadiana (séculos V a VII)*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, FCSH-Universidade Nova de Lisboa.

FERNANDES, Edgar (2013) – A desagregação do comércio mediterrâneo no Baixo Guadiana tardo-antigo. In ARNAUD, José; MARTINS, Andrea; NEVES, César, eds. – *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 873–881.

FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, Adolfo (2014) – *El comercio tardoantiguo (ss.IV–VII) en el Noroeste peninsular a través del registro cerámico de la ría de Vigo*. Oxford: Archaeopress.

FUSCO, Arianna; MAÑAS ROMERO, Irene (2006) – *Mármoles de Lusitania*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano; Badajoz: Caja San Fernando.

GONÇALVES, Victor S. (2008) – *As ocupações pré-históricas das Furnas do Poço Velho (Cascais)*. Cascais: Câmara Municipal.

HERAS MORA, Francisco Javier; OLMEDO GRAGERA, Ana Belén (2015) – Identidad y contexto en la necrópolis tardorromana de Mérida. In QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio; CASTELLANOS GARCÍA, Santiago, eds. – *Identidad y etnicidad en Hispania: propuestas teóricas y cultura material en los siglos V–VIII*. Bilbao: Universidad del País Vasco, pp. 275–290.

HIERRO GÁRATE, José Ángel (2011) – La utilización sepulcral de las cuevas en Época Visigoda: los casos de Las Penas, La Garma y el Portillo del Arenal (Cantabria). *Munibe (Antropología-Arqueología)*. 62, pp. 351–402.

JIMÉNEZ-CAMINO ÁLVAREZ, Rafael; BERNAL CASASOLA, Darío (2009) – Novedades de la *Traducta* paleobizantina: la secuencia del siglo VII de la calle doctor Fleming, 6. *Almoraima*. 39, pp. 283–312.

JORGE, Ana Maria (2002) – *L'épiscopat de Lusitanie pendant l'Antiquité tardive*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

LOPES, Virgílio (2014) – *Mértola e o seu território na antiguidade tardia (séculos IV–VIII)*. Tesis Doctoral. Universidad de Huelva.

LOURO, Pe. Henrique S. (1964) – *Terrugem*. Évora: Gráfica Eborense.

LOURO, Pe. Henrique S. (1967) – *Ciladas – São Romão* (apontamentos históricos). Évora: Gráfica Eborense.

LOVEGROVE, Sofia (2017) – Mudanças nos símbolos materiais de identidade no período visigodo a propósito das fivelas de cinturão liriiformes. In TEIXEIRA, Cláudia; CARNEIRO, André, eds. – *Arqueologia da transição: entre o Mundo Romano e a Idade Média*. Coimbra: Universidade, pp. 187–194.

MALONEY, Stephanie J.; HALE, John R. (1996) – The *Villa* of Torre de Palma (Alto Alentejo, Portugal). *Journal of Roman Archaeology*. 9, pp. 275–294.

MALONEY, Stephanie J.; HUFFSTOT, Maria da Luz (2002) – Torre de Palma: fact or fiction? *O Arqueólogo Português*. Série IV. 20, pp. 135–146.

MATALOTO, Rui (2021) – Between the time: algumas reflexões sobre o Iº milénio a.C. no Alentejo Central através de um território e uma colecção. *Arrayollos – Revista de Cultura do Município de Arraiolos*. 3, pp. 155–182.

MATEOS CRUZ, Pedro (1995) – Arqueología de la tardoantigüedad en Mérida: estado de la cuestión. *Cuadernos Emeritenses*. 10, pp. 127–152

MORENO, Bruno (2008) – *De Emerita a Marida: el territorio emeritense entre la Hispania Gothorum y la formación de al-Andalus (ss. VII–X): transformaciones y pervivencias*. Dissertação de Doutoramento em História Medieval apresentada à Universidad Nacional de Educación a Distancia de Madrid.

PAÇO, Afonso do; FERREIRA, Octávio da Veiga (1951) – Antiguidades de Fontalva (Elvas). I. Fivela Visigótica. *Revista de Guimarães*. 61:3–4, pp. 416–421.

PEREIRA, Carlos (2014) – *As necrópoles romanas do Algarve: acerca dos espaços da morte no extremo sul da Lusitânia*. Tese de doutoramento em História (Arqueologia) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

PINTO, Inês Vaz; MAGALHÃES, Ana Patrícia; BRUM, Patrícia (2012) – Un dépotoir du V^e siècle dans l'officine de salaisons 1 de Tróia, Portugal. Bonn: *Rei Cretariae Romanae Fautores*, pp. 397–406.

QUARESMA, José Carlos (2013) – Cerâmicas finas e territorialidade no Baixo-Império e Antiguidade Tardia: o caso da Ammaia (São Salvador de Aramenha, Marvão). In BERNAL CASASOLA, Darío; JUAN TOVAR, Luis Carlos; BUSTAMANTE ÁLVAREZ, Macarena; DÍAZ RODRÍGUEZ, José Juan; SÁEZ ROMERO, Antonio Manuel, eds. (2013) – *Hornos, talleres y focos de producción alfarera en Hispania*. Cádiz: Universidad; Ex Officina Hispana, Sociedad de Estudios de la Cerámica Antigua en Hispania (SECAH), pp. 227–236.

QUARESMA, José Carlos; ANTÓNIO, Jorge (2017) – Importações cerâmicas no interior da Lusitânia durante a Antiguidade Tardia. *Pyrenae*. 48:2, pp. 53–122.

QUARESMA, José Carlos (2020) – Late contexts from Olisipo (Lisbon, Portugal): Escadinhas de São Crispim. In DUGGAN, Maria; TURNER, Sam; JACKSON, Mark – *Ceramics and Atlantic Connections: Late Roman and early medieval imported pottery on the Atlantic Seaboard. International symposium. New Castle University, March 26-27th 2014*. Oxford: Archaeopress, pp. 108–134.

RIPOLL LÓPEZ, Gisela (1986) – *La ocupación visigoda en Época Romana a través de sus necrópolis*. Tesis Doctoral inédita. Universidad de Barcelona. <http://www.tdx.cat/handle/10803/2607>

RIPOLL LÓPEZ, Gisela (1998) – *Toréutica de la Bética (siglos VI y VII d.C.)*. Barcelona: Reial Acadèmia de Bones Lletres.

RICOU, Teresa (2020) – Placa de cinturão da Quinta do Estácio 3, Herdade da Magra. *Kairós*. 7, pp. 31–39.

ROLO, Ana Mónica da Silva (2018) – *O mundo funerário romano no Nordeste alentejano (Portugal); o contributo das intervenções de Abel Viana e António Dias de Deus*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras. Policopiado.

REYNOLDS, Paul (2015) – Material culture and the economy in the age of Saint Isidore of Seville (6th and 7th century). *Antiquité Tardive*. 23, pp. 163–210.

SALGUEIRO, Tiago (2017) – *Torre do Cabedal e Pomar d'El Rei: património esquecido de Ciladas – Vila Viçosa*. Óbidos: Várzea da Rainha Impressores.

VIEIRA, Frederico Afonso da Hortinha (2016) – *O mundo rural e o território de Évora durante a Antiguidade Tardia*. Tese de mestrado apresentada à Universidade de Évora. Policopiado.

VIGIL-ESCALERA GUIRADO, Alfonso (2015) – La identidad de la comunidad local y las afiliaciones individuales en necrópolis de la Alta Edad Media (400–900 AD). In QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio; CASTELLANOS GARCÍA, Santiago, eds. – *Identidad y etnicidad en Hispania: propuestas teóricas y cultura material en los siglos V–VIII*. Bilbao: Universidad del País Vasco, pp. 249–274.

WOLFRAM, Mélanie (2011) – *Uma síntese sobre a cristianização do mundo rural no sul da Lusitania: arqueologia-arquitectura-epigrafia*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa. Policopiado.

WRENCH, Licínia Nunes Correia (2008) – *Decoração arquitectónica na Antiguidade Tardia*. Tese de doutoramento em História de Arte da Antiguidade apresentada à Universidade Nova de Lisboa [texto policopiado].

O caso do vale do Baixo Sabor: o primeiro projeto de grande escala da Arqueobotânica portuguesa

João Pedro Tereso*/**/***/*/*/*/*/*/*/* | joaotereso@cibio.up.pt

Filipe Costa Vaz**/***/* | filipemcvaz@gmail.com

*ORCID: 0000-0003-0871-8255.

****ORCID: 0000-0002-9347-3282.**

***CIBIO, Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos, InBIO Laboratório Associado.

****BIOPOLIS Program in Genomics, Biodiversity and Land Planning.

*****Centro de Estudos Interdisciplinares, Universidade de Coimbra.

*****UNIARQ - Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

*****MHNC - UP - Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto.

Resumo

Até à constituição do Programa de Salvaguarda Patrimonial (PSP), em 2012, no quadro das medidas de compensação e minimização do Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor (NE Português), foram raros os estudos sistemáticos de Arqueobotânica em Portugal. O caso do Baixo Sabor levou à obtenção e publicação de um grande manancial de dados numa região subestudada, constituindo igualmente um avanço fundamental na afirmação e difusão desta arqueociência no nosso país.

O presente artigo enquadra estes estudos no âmbito do PSP, resume os principais resultados e promove uma reflexão crítica sobre as várias etapas deste processo e que incluíram a implementação de metodologias de amostragem em campo e de estudo laboratorial, a formação de especialistas, ações de divulgação e publicação de resultados, entre outras.

Os notáveis resultados obtidos, não obstante as fragilidades inerentes a grandes intervenções como esta, demonstram cabalmente a necessidade de regulamentar e implementar protocolos de recolha e análises arqueobotânicas, não só nos grandes empreendimentos, mas transversalmente a todas as intervenções arqueológicas no país.

Abstract

Few systematic archaeobotanical analysis have taken place in Portugal until the creation, in 2012, of “Programa de Salvaguarda Patrimonial” (PSP), in the scope of the archaeological minimization measures undertaken by the construction of the Hydroelectric Dam of Baixo Sabor. This large project lead to the acquisition and publication of a vast assemblage of archaeobotanical data and the decisive development of this field in the country.

This paper will frame these archaeobotanical studies in the scope of the PSP, describe its major results and achievements and promote a necessary critical discussion of many processes implemented in this project, such as field sampling strategies, laboratorial methods and scientific data dissemination, among others.

Despite the difficulties inherent to these large and complex projects, the extraordinary results obtained make evident the urgent need to regulate and implement systematic sampling protocols and archaeobotanical analysis in Portuguese preventive and research Archaeology.

1. Introdução

Apesar de plenamente consolidada, há já várias décadas, noutros países europeus, como em França e Reino Unido, a recolha e análise de amostras sedimentares com vista à identificação e estudo de macrorrestos vegetais não são ainda prática comum na Arqueologia portuguesa. São escassas as publicações com resultados de estudos desta natureza, sendo também reduzido o número de investigadores destas áreas que desenvolvem atividade em instituições nacionais ou, noutros países, sobre realidades portuguesas.

A carpologia, pese embora os esforços meritórios de A. R. Pinto da Silva desde a década de 1950 (Silva, 1988), só se desenvolveu verdadeiramente como área disciplinar em Portugal em períodos muito recentes, durante a década de 1990 e, principalmente a partir de 2010. A antracologia teve um início mais tardio, mas mais próximo dos padrões internacionais, com a colaboração de J.-L. Vernet com a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, iniciada em meados da década de 1980 (Figueiral, 2012).

Este ímpeto embrionário em torno da Arqueobotânica, centrado principalmente no Norte de Portugal, só foi continuado em 1999 com o início do programa CIPA, do Instituto Português de Arqueologia, em continuidade com projetos prévios, relevantes mas de menor impacto, primeiro no Museu Nacional de Arqueologia e, depois, na Universidade de Lisboa (Mateus, 2003). A criação e o desenvolvimento desta infraestrutura científica coincidiram com um período de forte crescimento e profissionalização da Arqueologia portuguesa, associado ao desenvolvimento de grandes obras públicas e privadas e ao surgimento de diversas empresas dedicadas aos estudos arqueológicos e patrimoniais, no seguimento da subscrição da Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico (Bugalhão, 2011; 2021; Costa & *alii*, 2014).

Um dos aspetos que marcou a Arqueologia em Portugal a partir da segunda metade da década de 1990 e até hoje, foi a concentração de grande número de intervenções em áreas relativamente bem delimitadas, resultantes de empreendimentos públicos com marcado pendor regional (e.g., barragem e blocos de rega do Alqueva), ou simplesmente do acumular de intervenções em áreas urbanas (e.g. na cidade de Lisboa) (Bugalhão, 2021). Ainda assim, os estudos arqueobotânicos continuaram a não ser integrados de forma sistémica nestas dinâmicas. Pelo contrário, as análises permaneceram pontuais, focando poucos sítios arqueológicos e não potenciando visões de conjunto. Acresce que devido à implementação de estratégias de amostragem limitadas em cada sítio analisado, raramente as análises eram suficientes para caracterizar de forma conveniente os poucos sítios estudados. No entanto, analisando os primórdios da Arqueobotânica em Portugal, é possível questionar se este caminho seria inevitável.

A primeira vez que os estudos arqueobotânicos foram incorporados numa estratégia de investigação em torno de um amplo projeto de investigação arqueológica, incluindo um conjunto variado de sítios arqueológicos, aconteceu no projeto do “Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira” (Baião e Marco de Canavezes), onde foram estudadas amostras provenientes de monumentos megalíticos e de povoados pré e proto-históricos (Figueiral, 1990, 2012; Vernet & Figueiral, 1993). Na altura, além do já costumeiro envio de material carpológico, esparsamente recolhido, para A. R. Pinto da Silva, a FLUP iniciou uma parceria com J.-L. Vernet, pioneiro dos estudos antracológicos europeus, da Universidade de Montpellier

II. Alargando-se além da Serra da Aboboreira, esta parceria permitiu abordar outros sítios no Noroeste português, dando origem à primeira tese de doutoramento em Arqueobotânica por uma investigadora portuguesa, Isabel Figueiral (1990).

O Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira constituiu-se como um projeto de investigação de cariz universitário, não centrado em intervenções de Arqueologia preventiva ou de salvamento. Ainda assim, teria sido possível tirar ilações e adaptar procedimentos de modo a incluir estas abordagens em intervenções em contextos de outros âmbitos. Pelo contrário, até ao projeto do Baixo Sabor, aqui abordado, nenhum dos projetos de grande escala, ligados a barragens, planos de rega, estruturas viárias ou redes energéticas, incluiu, de forma sistemática, a recolha e estudo de amostras sedimentares com vista à obtenção de informação paleoecológica ou paleoetnobotânica, não obstante alguns estudos isolados (e.g. Santos & *alii*, 2008; Tereso & *alii*, 2011). O mesmo poderá ser dito, acrescente-se, relativamente a outras disciplinas de entre as arqueociências.

O estudo do Baixo Sabor foi, assim, o primeiro grande projeto de investigação em Arqueobotânica, de cariz regional, em Portugal, desde aquele que decorreu na Serra da Aboboreira. Porém, não só o suplantou largamente em escala, como decorreu no âmbito de um pacote de medidas de minimização ligadas a um grande empreendimento público. A sua concretização constituiu um desenvolvimento importante para a disciplina e com impacto duradouro, tendo levado à formação de novos investigadores, à produção de um extenso conjunto de publicações científicas e à difusão e afirmação decisiva da Arqueobotânica em Portugal.

Volidos 10 anos desde o início dos trabalhos de Arqueobotânica no projeto Baixo Sabor, este artigo tem como propósito não só resumir os principais resultados científicos obtidos, mas principalmente refletir sobre o enquadramento desta arqueociência no contexto de esta grande obra e de analisar criticamente os procedimentos e protocolos aplicados, retirando importantes ilações que permitam melhorar procedimentos no futuro e ajudar à incorporação de estudos de macrorrestos vegetais em outros contextos semelhantes.

2. BAIXO SABOR: enquadramento da Arqueobotânica no PSP

A construção do Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor (AHBS), no curso final do Rio Sabor (sul do distrito de Bragança), promovido pela EDP Produção e executado pelo Baixo Sabor ACE¹, levou à constituição de um extenso programa de estudo e proteção patrimonial, no âmbito do Plano de Salvaguarda Patrimonial (PSP) desta obra. Enquadrado no âmbito das várias medidas de compensação e minimização deste empreendimento de enorme impacto ambiental, económico, social e cultural na região, o PSP teve como objetivo salvaguardar as várias vertentes de património cultural, com especial destaque para o arqueológico e etnológico, existentes nos cerca de 30 km² e mais de 50 km de vales do curso final do rio Sabor e afluentes afetados pelo AHBS (Dordio, 2014). A sua implementação teve início em 2010, já no decorrer dos trabalhos de construção do empreendimento e terminou em finais de 2014 com a conclusão da fase de obra (Pereira & *alii*, 2015).

¹ Consórcio constituído pelas empresas de construção civil Odebrecht/Bento Pedroso S.A. e Lena Construções Lda.

A escala e a diversidade das intervenções arqueológicas preconizadas no PSP só tiveram eventual paralelo em Portugal com as intervenções do regolfo do Alqueva (Silva, 2002) e, posteriormente, dos respetivos canais de irrigação, num processo ainda curso. Os 243 sítios de interesse patrimonial identificados em fase de EIA e RECAPE, passaram a 2411 no final dos trabalhos do PSP, 115 dos quais objeto de intervenção arqueológica (Dordio, 2014; Pereira & *alii*, 2015). Mais de uma dezena de empresas de Arqueologia intervieram neste projeto, tendo contado com a participação de mais de 250 arqueólogos, para além de uma equipa própria do consórcio. A magnitude do empreendimento obrigou à constituição de uma estrutura de coordenação, organizada tematicamente, que supervisionou a implementação do PSP e a articulação da tutela (DRCN – Direção Regional de Cultura do Norte) com o dono de obra. Com a coordenação geral de Paulo Dordio, a equipa integrou ainda os coordenadores sectoriais Rita Gaspar para a Pré-História, Sofia Figueiredo para a Arte Rupestre, Filipe Santos para o complexo da aldeia de Cilhades, José Sastre Blanco para a Proto-História, Sérgio Pereira para o período da Romanização, Luís Fontes para a Idade Média, Paulo Dordio para o Património Edificado e Vernacular, Sérgio Nunes para o Acompanhamento e Susana Lainho para a Conservação e Restauro (Dordio, 2014).

O PSP preconizou a integração de um conjunto de estudos interdisciplinares visando a melhor compreensão dos sítios intervencionados, assim como a evolução do vale a diferentes níveis (geomorfologia, vegetação, etc.). A componente arqueobotânica foi contratualizada com a Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (FCUP), através da Associação para o Desenvolvimento da FCUP, incluindo a realização de análises antracológicas e carpológicas, coordenadas e co-coordenadas por João Tereso e Filipe Vaz, respetivamente. Os coordenadores sectoriais acima mencionados foram estabelecidos como interlocutores entre as equipas responsáveis pelas intervenções e a coordenação do estudo arqueobotânico, mediando a recolha de amostras, a sua entrega para estudo, a preparação de resultados científicos e sua divulgação.

Os estudos arqueobotânicos tiveram início em meados de 2012, ou seja, dois anos depois do PSP entrar em vigor e quatro anos depois das primeiras intervenções de salvamento realizadas no vale na sequência do AHBS. A componente laboratorial decorreu no Departamento de Biologia da FCUP, em articulação com o que viria a ser o grupo Environmental Archaeology do Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos da Universidade do Porto (CIBIO), tomando proveito dos equipamentos e equipas de ambas as instituições.

O número de amostras, reduzido de início, aumentou rapidamente, pelo que o seu estudo se iniciou com um só investigador (JT) em meados de 2012, passando a dois investigadores no último trimestre do mesmo ano (JT e FV). O número de colaboradores cresceu paulatinamente, atingindo um pico de 12 pessoas durante o ano de 2014. Ao todo, o estudo envolveu 15 profissionais² com diferentes tarefas: triagem e identificação de elementos carpológicos, identificação de carvões de madeira, informatização de dados e elaboração de relatórios.

O trabalho laboratorial de base e a preparação dos respetivos relatórios decorreu até ao início do terceiro trimestre de 2015. Como os trabalhos laboratoriais decorreram antes do término dos relatórios de escavação, os relatórios de Arqueobotânica não puderam, na maioria dos casos, incorporar informações

² Ana Jesus, Ana Luísa Ramos, Ana Paula Portela, Cláudia Oliveira, Cristiana Alves, Filipe Vaz, Ginevra Coradeschi, Inês Martins, Joana Leite, João Pedro Tereso, Juliana Monteiro, Leonardo da Fonte, Luís Seabra, María Martín Seijo, Valentina Bellavia.

detalhadas sobre os contextos onde as amostras foram recolhidas. Muitos destes documentos consistiam, assim, em tabelas de dados em bruto com limitada componente interpretativa, que serviam para fins administrativos e financeiros. Como tal, depois de finalizados os trabalhos laboratoriais, iniciou-se a grande fase de tratamento de dados e preparação de elementos de divulgação científica. Esta decorreu com uma equipa reduzida que, até ao início de 2017, fez uma ampla revisão de dados e, desde então e até hoje, se tem dedicado a preparar um extenso conjunto de publicações e comunicações em congressos, assim como dissertações académicas, sempre em articulação com os coordenadores dos estudos sectoriais do Baixo Sabor ACE.

3. Amostragem e métodos laboratoriais

Com vista a capacitar as equipas de campo relativamente a estratégias de amostragem, métodos de recolha e processamento de amostras sedimentares e ainda homogeneizar, na medida do possível, os procedimentos em campo, foram realizadas duas ações de formação nas instalações do Baixo Sabor ACE em maio de 2012. A primeira sessão foi direcionada aos coordenadores sectoriais e a segunda a membros selecionados das equipas de escavação.

Depois destas ações, as recolhas de amostras foram efetuadas pelas equipas de campo, sob orientação dos coordenadores sectoriais e apenas ocasionalmente com indicações diretas da equipa de coordenação arqueobotânica. Com o crescente número de equipas em campo e a pressão e complexificação inerente a este tipo de projetos, a distância entre equipas de campo e especialistas de Arqueobotânica dificultou a uniformização e implementação dos critérios e procedimentos de amostragem e recolha previamente determinados.

No total foram estudadas cerca de 2800 amostras, recolhidas em 22 sítios (Figs. 1 e 2), nas quais se identificaram cerca de 700 000 macrorrestos vegetais (Quadro 1). Porém, o número e características das amostras variou muito entre os diferentes sítios estudados em função do tipo e extensão das intervenções, assim como a natureza de cada sítio, tendo-se verificado fortes disparidades nas dimensões das áreas de escavação, assim como na potência e complexidade estratigráfica entre eles. Como exemplos extremos referem-se os sítios do Abrigo Natural de Lombo das Relvas e Quinta de Crestelos. Se o primeiro foi alvo de uma sondagem de 8 m², que colocou a descoberto uma estratigrafia simples que não ia além dos 0,2 m de profundidade, na Quinta de Crestelos, pelo contrário, foram intervencionados c. 10 800 m² (Pereira & *alii*, 2015) numa potência sedimentar que, em algumas áreas ultrapassava os 4 m. Para além de registar ocupações sequenciais, quase ininterruptas, entre o final do III milénio a.C. e o século XX (Fig. 2), documentaram-se também uma grande diversidade de estruturas domésticas de diferentes tipos, estruturas defensivas, fornos de produção metalúrgica e de cerâmica, lixeiras, contextos de armazenagem e duas necrópoles. Por outro lado, alguns terraços fluviais intervencionados no vale foram alvo unicamente de sondagens de caracterização, manuais e mecânicas, onde a recolha de amostras serviu propósitos distintos, como o da recolha de elementos para obtenção de datações de radiocarbono.

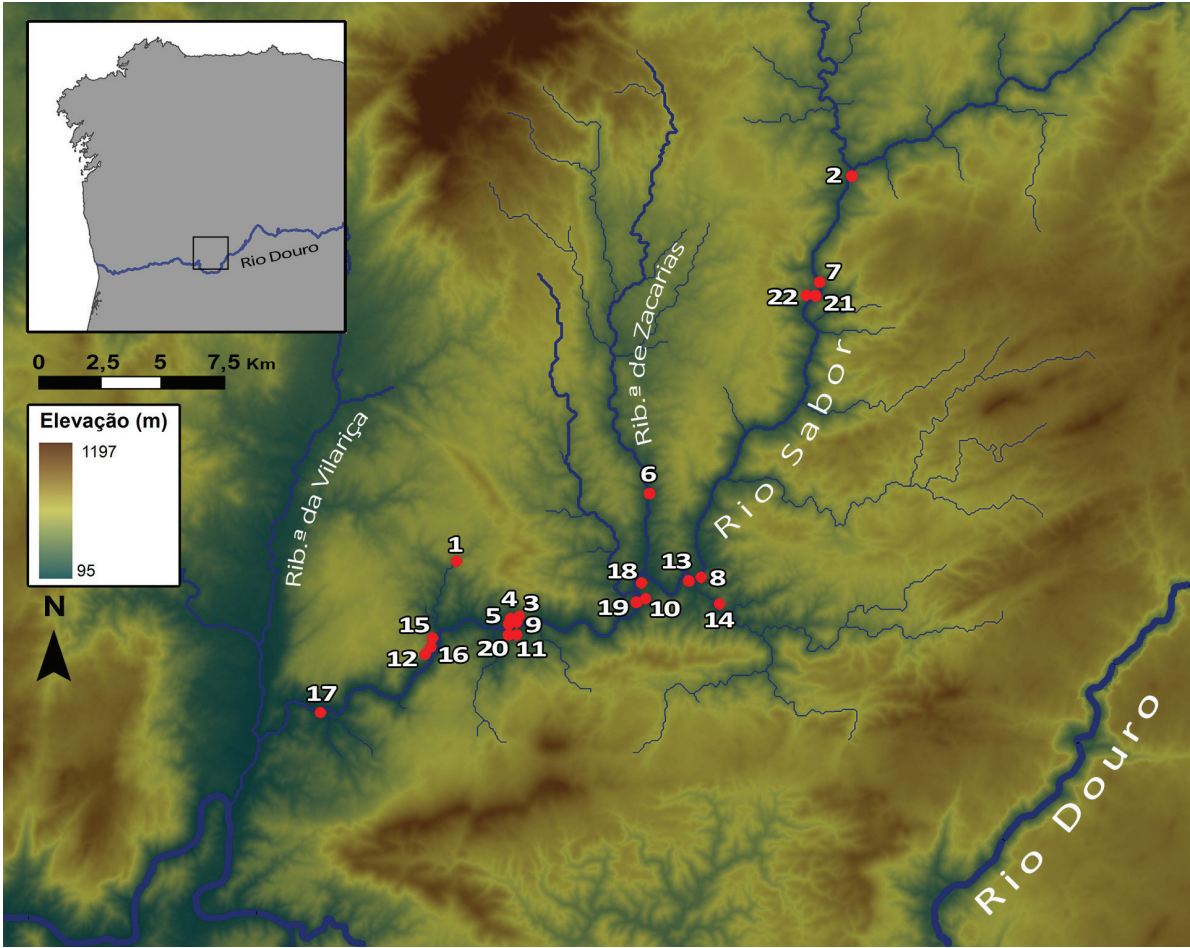


Fig. 1 – Distribuição espacial dos sítios arqueológicos com amostras de arqueobotânica analisadas no âmbito do AHBS. Legenda no Quadro 1.

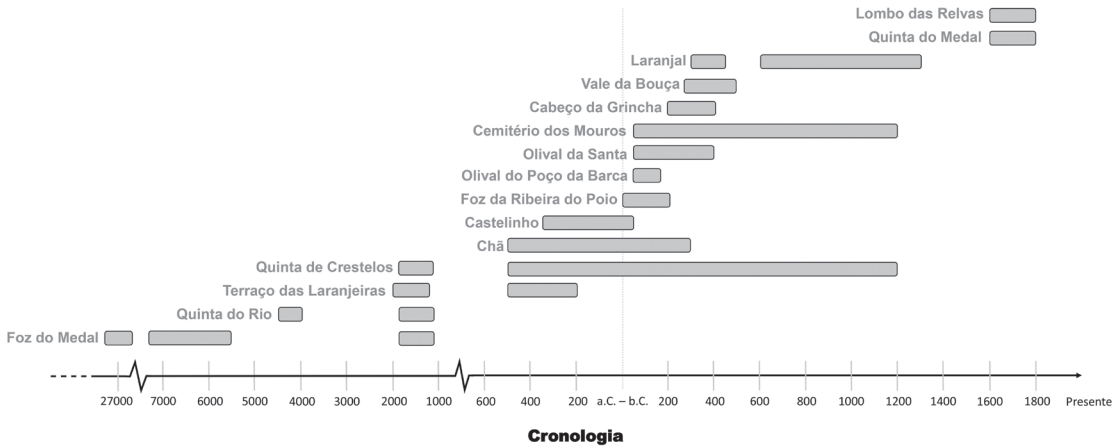


Fig. 2 – Distribuição cronológica dos sítios arqueológicos com amostras de arqueobotânica analisadas no âmbito do AHBS.

Sítios estudados		21
Amostras		2801
Carvões de madeira		93 000*
Sementes/frutos	Unidades	200 000*
	Fragmentos	400 000*
Sítio		Amostras
1	Abrigo Natural de Lombo das Relvas	3
2	Cabeço da Grincha	35
3	Capela de S. Lourenço	2
4	Castelinho	977
5	Cemitério dos Mouros	23
6	Chã	42
7	Foz da Ribeira do Poio	66
8	Foz do Medal	138
9	Laranjal (Necrópole)	24
11	Olival do Poço da Barca	7
12	Quinta da Zaragata	23
13	Quinta de Crestelos	997
14	Quinta do Medal	26
15	Quinta do Rio 14	22
16	Quinta do Rio 15/16	10
17	Terraço das Laranjeiras	243
18	Terraço Fl. da Quinta dos Barrais 2	2
19	Terraço Fluvial da Amarela	6
20	Terraço Fluvial do Pido 3	2
21	Vale da Bouça	10
22	Vale da Bouça	94

Quadro 1 – Síntese dos trabalhos realizados. *valores aproximados. A localização de cada sítio pode ser consultada na Fig. 1.

Além das análises acima referidas, foi efetuado um estudo de base palinológica e pedoantracológica em duas sequências sedimentares do sítio da Quinta de Crestelos. Uma das sequências foi obtida num corte da área de escavação, a outra de uma sondagem mecânica localizada na proximidade, mas no exterior, da área de concentração de vestígios arqueológicos. No entanto, os dados obtidos revelaram pouca importância interpretativa.

As amostras sedimentares foram processadas por flutuação manual no estaleiro de obra, por parte da equipa do Baixo Sabor ACE. As resultantes frações leves e as recolhas manuais foram enviadas para o laboratório da FCUP onde foram analisadas nas suas componentes antracológicas e carpológicas. As análises laboratoriais seguiram procedimentos standardizados, descritos na bibliografia específica de cada sítio e estudo produzido. Destaca-se, porém, o uso de descritores dendrológicos nas análises antracológicas que, à altura, eram pouco comuns na Arqueobotânica portuguesa. Estes descritores, aplicados a cada fragmento de carvão de madeira analisado, têm o potencial de fornecer importantes

informações sobre a utilização e gestão de recursos lenhosos, fatores ambientais relacionados com o crescimento do indivíduo de onde provêm ou processos tafonómicos relacionados com fenómenos biológicos ou mecânicos que atuaram sobre a madeira antes ou durante a sua carbonização (e.g. Dufraisse & *alii*, 2022).

4. Principais resultados

Em consequência do grande volume de trabalho realizado, decorrente do número de sítios, da sua diversidade e, naturalmente, do potencial científico de muitos dos dados obtidos, os estudos arqueobotânicos deram origem a um elevado número de produções científicas (Quadro 2). A divulgação dos resultados iniciou-se ainda na fase de execução da componente laboratorial, mas aumentou substancialmente após o seu término em 2015 e, em particular, desde 2017. Paralelamente, foi também empreendido um grande esforço na sua divulgação em congressos e outros eventos científicos, assim como na publicação de artigos em revistas internacionais e com a integração em dissertações académicas. Estes resultados foram igualmente incluídos em ações de divulgação direcionadas para públicos não especializados.

Seguem-se, de forma muito sucinta, alguns dos principais dados e conclusões resultantes dos estudos realizados. A descrição detalhada das metodologias, resultados e conclusões de cada sítio analisado estão disponíveis na ampla bibliografia produzida (Quadro 2).

Estudos de sítio
FONTE, Leonardo; TERESO, João; DORDIO, Paulo; RAIMUNDO, Francisco; CARVALHO, Susana (2017) – A flora arqueológica da Quinta do Medal (Mogadouro) e a exploração de recursos vegetais durante os séculos XVIII/XIX no vale do Sabor. In ARNAUD, José; MARTINS, Andrea, eds. – <i>Arqueologia em Portugal / 2017 – Estado da questão</i> . Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1967–1977.
GASPAR, Rita; MAY, Andrew; DONOSO, Glòria; TERESO, João (2014) – O Abrigo Natural do Lombo das Relvas um local de enterramento do Neolítico final / Calcolítico inicial? <i>Al-Madan Online</i> . 19, pp. 25–35.
JESUS, Ana; TERESO, João; GASPAR, Rita (2020) – Interpretative trajectories towards the understanding of negative features using Terraço das Laranjeiras Bronze Age site as a case study. <i>Journal of Archaeological Science: Reports</i> . 30, 102222.
SEABRA, Luís; SANTOS, Filipe; VAZ, Filipe; LEITE, Joana; TERESO, João (2020) – Crops behind closed walls: Fortified storage at Castelinho in the Late Iron Age of NW Iberia. <i>Journal of Archaeological Science: Reports</i> . 30, 102200.
TERESO, João; VAZ, Filipe; JESUS, Ana; PEREIRA, Sérgio; ESPÍ, Israel; SASTRE-BLANCO, José (2018) – Os horrea na Quinta de Crestelos (Mogadouro) na Idade do Ferro e Romanização: dados arqueobotânicos sobre armazenagem e construção. <i>Cadernos do GEEvH</i> . 7, pp. 95–137.
TERESO, João; VAZ, Filipe; PEREIRA, Sérgio; MATEOS, Rosa; PEREIRA, José (2018) – Recursos vegetais num sítio rural: dados arqueobotânicos no sítio romano da Foz da Ribeira do Poio (Mogadouro, Nordeste de Portugal). In ROQUE, Ana; MELO, Cristina; AMORIM, Inês; FREITAS, Joana; TORRÃO, Maria, eds. – <i>Alterações ambientais em perspetiva histórica</i> . CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, pp. 149–179.
TERESO, João; VAZ, Filipe; SEABRA, Luís; COSME, Susana; PEREIRA, Sérgio (2016) – Os níveis medievais do sítio de Quinta de Crestelos (Mogadouro): agricultura e paisagem. <i>Arqueologia Medieval</i> . 14, pp. 101–118.

VAZ, Filipe; TERESO, João; MARTÍN SEIJO, María; PEREIRA, Sérgio; GASPAR, Rita; SEABRA, Luís; SASTRE BLANCO, José (2017) – Iron Age ovens and hearths from the hilltop of Quinta de Crestelos, Sabor Valley (NE Portugal): An archaeobotanical approach on typology, functionality and firewood use. <i>Quaternary International</i> . 458, pp. 75–93.
VAZ, Filipe; TERESO, João; PEREIRA, José; PEREIRA, Sérgio (2016) – O potencial interpretativo de contextos secundários e terciários: o caso do estudo arqueobotânico de Chã (Alfândega da Fé). <i>Cadernos do GEEvH</i> . 5, pp. 7–28.
VAZ, Filipe; TERESO, João; PEREIRA, Sérgio; SASTRE BLANCO, José; LARRAZABAL GALARZA, Javier; COSME, Susana; PEREIRA, José; ESPI, Israel (2020) – O uso de madeira como combustível no sítio da Quinta de Crestelos (Baixo Sabor): da Idade do Ferro à Romanização. In <i>Arqueologia em Portugal. 2020 - Estado da Questão</i> . Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses e CITCEM, pp. 1191–1206.
Sínteses
MARTÍN SEIJO, María; TERESO, João; VAZ, Filipe; GASPAR, Rita; RODRÍGUEZ RELLÁN, Carlos (2017) – Early-Middle Bronze Age communities and wood resources management in northeast Portugal: The Sabor valley. <i>Quaternary International</i> . 458, pp. 28–43.
TERESO, João (2020) – Agricultura no final da Idade do Ferro e Romanização no Noroeste Peninsular. In: CENTENO, Rui; MORAIS, Rui; SOEIRO, Teresa; FERREIRA, Daniela, eds. – <i>Cultura Castreja: identidade e transições: Atas do Congresso Internacional Cultura Castreja: Identidade e Transições. 15-17 novembro 2018</i> . Santa Maria da Feira: Câmara Municipal, pp. 153–173.
TERESO, João; PEREIRA, Sérgio; SANTOS, Filipe; SEABRA, Luís; VAZ, Filipe (2020) – Cultivos de Época Romana no Baixo Sabor: continuidade em tempos de mudança? In <i>Arqueologia em Portugal. 2020 - Estado da questão</i> . Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses e CITCEM, pp. 1207–1220.
VAZ, Filipe (2020) – <i>O uso e gestão de recursos lenhosos no norte de Portugal no final da Idade do Ferro e Época Romana. Uma abordagem arqueológica e antracológica</i> . Tese realizada no âmbito do Doutoramento em Estudos do Património, especialização em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Quadro 2 – Trabalhos publicados até ao momento com dados arqueobotânicos do Baixo Sabor.

4.1. Pré-História

Os dados arqueobotânicos de períodos anteriores à Pré-História Recente restringem-se a poucos carvões de zimbro (*Juniperus* sp.) e do género *Quercus* provenientes de uma estrutura de combustão gravetense e aos três níveis mesolíticos da Foz do Medal (VIII–VI milénios a.C.). Este último sítio forneceu igualmente um conjunto de contextos do Bronze Médio, com especial destaque para algumas fossas, nas quais foram recolhidos fragmentos de carvão de madeira, assim como vestígios carpológicos. Escassos materiais de níveis desta cronologia foram igualmente escavados na Quinta de Crestelos, localizado nas proximidades da Foz do Medal, na Quinta do Rio 14 e, principalmente, no Terraço das Laranjeiras (Martín & alii, 2017). Este último sítio forneceu um amplo conjunto de frutos e sementes, recolhido principalmente nas abundantes fossas aí descobertas (Jesus & Gaspar, 2020). Embora tenham sido intervencionados contextos do Neolítico ou Calcolítico no sítio da Quinta do Rio 14, estes forneceram poucos carvões de madeira, recolhidos em contextos de difícil interpretação.

Deste modo, é difícil traçar o cenário da exploração de plantas durante o Holocénico inicial e médio no vale do Baixo Sabor. Contudo, o sítio da Foz do Medal permite contrastar dois períodos bem distintos da história do vale. Os níveis mesolíticos forneceram principalmente madeiras de azinheira/ sobreiro (*Quercus* sp. – perenifólia), freixo (*Fraxinus* sp.) e pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*). Pelo contrário,

tanto nos níveis da Idade do Bronze deste sítio, como nos da mesma cronologia do Terraço das Laranjeiras (Martín & *alii*, 2017), os conjuntos antracológicos apresentavam mais biodiversidade, destacando-se uma presença regular de táxones arbustivas, principalmente urzes (*Erica* spp.), estevas (*Cistus* sp.) e leguminosas (Fabaceae). Acresce ainda a presença de cereais em ambos os sítios, destacando-se o trigo mole/duro (*Triticum aestivum/durum*) e a cevada (*Hordeum vulgare*), aos quais se juntariam outros cultivos como a papoila (*Papaver somniferum*), favas (*Vicia faba*), ervilha (*Pisum sativum*) e linho (*Linum* sp.) raros nos conjuntos analisados.

A recorrente presença de madeira de diferentes arbustos, frutos/sementes de cultivos, assim como, no Terraço das Laranjeiras, de uma grande diversidade de flora ruderal, testemunham um ambiente antropizado, com matos, áreas agrícolas, áreas de pousios e outros espaços de fruição humana. O conjunto carpológico desta jazida permitiu mesmo colocar a hipótese de os campos cerealíferos se encontrarem no terraço, nas imediações da área escavada.

4.2. Idade do Ferro e Romanização

O período cronológico compreendido entre a Idade do Ferro e a Romanização, com 11 sítios analisados, concentra a maioria das evidências arqueobotânicas analisadas no vale do Baixo Sabor. Os sítios do Castelhinho e Quinta de Crestelos destacam-se dos demais pela dimensão da área intervencionada, importância e amplitude cronológicas das suas ocupações (Pereira & *alii*, 2015; Santos, 2015).

Para além de uma grande variedade de contextos secundários e terciários referentes a aterros, pisos, enchimentos de estruturas negativas, entre outros, o esforço de amostragem recaiu especialmente em estruturas de armazenagem (*horrea*) e estruturas de combustão. Estas últimas correspondiam principalmente a lareiras/fornos de reduzida dimensão, dos séculos IV a.C.–I d.C. (Sastre & *alii*, 2022), mas também grandes fornos destinados à produção cerâmica, metalúrgica e à confeção de alimentos, de cronologias dos séculos I e II d.C. (Pereira & *alii*, 2015; Vaz, 2020).

O estudo carpológico evidenciou uma presença abundante de trigo mole/duro, seguido do milho-miúdo (*Panicum miliaceum*) e, em menor quantidade, de cevada. Estes cereais surgem associados aos *horrea* do final da Idade do Ferro e início de Época Romana do Castelhinho (Seabra & *alii*, 2020) e Quinta de Crestelos (Tereso & *alii*, 2018), onde seriam armazenados já processados, em forma de grão limpo. A existência de numerosas estruturas de armazenagem nestes dois sítios testemunha a vocação cerealífera destas áreas onde o vale assume um perfil mais aberto e mais apto a uma grande produção agrícola. A eventual concentração da função de armazenagem em dois locais deverá ser interpretada à luz da crescente evidência desta prática no noroeste peninsular nas cronologias em questão.

Nos séculos I–II d.C. verifica-se uma alteração significativa no povoamento do vale, com a fundação de diversas pequenas quintas com lagar (como o Olival da Santa ou a Foz da Ribeira do Poio), o abandono do grande celeiro fortificado do Castelhinho e modificações estruturais na Quinta de Crestelos (Pereira & *alii*, 2015; Santos, 2015). Apesar da identificação de lagares, a existência de áreas de vinha e/ou olival não se encontra bem testemunhada do ponto de vista arqueobotânico. Aliás, as evidências diretas de cultivos são raras nas pequenas quintas, salientando-se um só grão de centeio (*Secale cereale*) em níveis dos séculos II–III d.C. do Cabeço da Grincha, o mais antigo até agora descoberto no vale (Tereso & *alii*, 2020).

Porém, a leitura integrada dos conjuntos arqueobotânicos e restantes dados arqueológicos, permite sugerir a existência de áreas agrícolas diversificadas, com produção de cereais e outros cultivos, num sistema direcionado principalmente para a autossubsistência e pequeno comércio local ou regional.

Como tal, não seria expectável a existência de grandes áreas florestadas nas imediações dos locais de habitação, onde se encontrariam as principais áreas de produção.

O estudo antracológico sugere a exploração de uma flora e de unidades de vegetação diversificada, entre as quais teriam tido destaque os bosques dominados por sobreiros e/ou azinheiras, que concentram grande parte das espécies alvo de recolha identificadas neste estudo, mas cuja extensão é difícil de atestar. O pinheiro-bravo terá sido recolhido frequentemente, pelo que é provável que existisse em abundância no vale, não sendo, no entanto, possível deduzir se este sinal reflete a existência de áreas de pinhal bem desenvolvidas na região (Vaz, 2020). Foram igualmente explorados matos em diferentes etapas subseriais, desde as mais desenvolvidas, onde estaria, por exemplo, o medronheiro (*Arbutus unedo*) e algumas leguminosas arbustivas, até áreas mais degradadas, como os urzais e, em especial os estevais, cuja madeira surge frequentemente nos sítios destas cronologias. A presença de espécies de ambientes ribeirinhos foi também registada, destacando-se o freixo e o amieiro (*Alnus* sp.), mas também choupo (*Populus* sp.) e salgueiro (*Salix* sp.). No entanto, a extensão destas formações deveria ser já muito limitada atendendo ao enquadramento fisiográfico dos sítios arqueológicos no vale e a longa história de ocupação do mesmo. Foram ainda identificadas madeiras de espécies que poderão ter sido cultivadas e/ou geridas para fins alimentares, como oliveira/zambujeiro (*Olea europaea*), videira (*Vitis vinífera*), figueira (*Ficus carica*) e noqueira (*Juglans regia*) (Vaz, 2020).

A análise específica dos resultados antracológicos observados, quer por tipologia de estrutura de combustão (lareiras/fornos e fornos especializados), quer cronologicamente, não demonstrou a existência de qualquer padrão de seleção de madeira para fins de combustível (Vaz & *alii*, 2017; Vaz, 2020). Por outro lado, parece ter-se verificado uma preferência pelo uso madeira de azinheira/sobreiro e pinheiro-bravo para a construção da componente perecível, em madeira, dos *horrea* (Tereso & *alii*, 2018; Seabra & *alii*, 2020; Vaz, 2020).

4.3. Idade Média e Moderna

O material arqueobotânico analisado de contextos de cronologia pós-romana provém principalmente de dois sítios arqueológicos: a Quinta de Crestelos (Tereso & *alii*, 2016) e a Quinta do Medal (Fonte & *alii*, 2017). No primeiro foram recolhidas amostras em contextos domésticos da Antiguidade Tardia (séculos V–VIII) e de Época Medieval (séculos X–XII). O segundo apresenta uma cronologia bem mais recente, já dos séculos XVIII–XIX. Na necrópole do Laranjal foram igualmente recolhidas amostras em sepulturas medievais, mas considerando que este cemitério se encontra implantado numa área com prévia ocupação romana, a cronologia dos macrorrestos recuperados nas sepulturas é pouco fiável. No Cemitério dos Mouros, igualmente localizado em Cilhades, poucos níveis de época medieval foram intervencionados, fornecendo escassos macrorrestos vegetais. Por fim, no Abrigo Natural de Lombo das Relvas, alguns carvões de madeira e sementes/frutos foram identificados e, embora o local tenha uma ocupação da Pré-História Recente, a datação obtida aponta para uma cronologia dos séculos XVIII–XIX (Gaspar & *alii*, 2014).

Os dados obtidos na Quinta de Crestelos sugerem a exploração de uma grande diversidade de flora para obtenção de lenha, durante a Antiguidade Tardia e a Idade Média. A madeira de azinheira/sobreiro parece ter sido a mais visada, seguida do freixo e de vários arbustos, em especial as leguminosas e as estevas. Os cultivos são pouco abundantes, mas documenta-se a presença de centeio logo nos níveis dos séculos V–VI, assim como de trigo de grão nu, milho-miúdo e cevada. A vinha surge representada por uma só grainha e um fragmento de madeira carbonizada. Infelizmente, as fontes escritas medievais

para esta região são mais recentes, sendo necessário apresentar cautelas na sua comparação. Estas documentam a relevância do centeio no século XIII, assim como os restantes cultivos documentados no estudo carpológico (Marques, 1968). Deste modo, os níveis medievais representam alguma continuidade face às ocupações anteriores na secção do vale onde se implanta a Quinta de Crestelos, ainda que com uma presença mais evidente do centeio.

Ao contrário do que seria expectável, não se verificam fortes diferenças na composição arqueobotânica das amostras recolhidas na Quinta do Meda, ainda que sujam algumas novidades (Fonte & *alii*, 2017). As formações vegetais exploradas para lenha no dia-a-dia terão sido semelhantes às das fases anteriores, surgindo, com recorrência, a madeira de esteva, medronheiro, azinheira/sobreiro, leguminosas e freixo. Porém, foi o único sítio até agora estudado onde foram recolhidos fragmentos de castanheiro (*Castanea sativa*) e de uma espécie ornamental, a árvore-do-fumo (*Cotinus coggygria*). Acresce que a madeira do género *Prunus*³ aqui recorrentemente utilizada, poderá advir de plantas domésticas. É uma hipótese que não conseguimos comprovar, mas a sua abundância e ubiquidade contrasta com os restantes sítios na diacronia registada no vale.

5. Arqueobotânica no Baixo Sabor: um balanço

Os estudos arqueobotânicos realizados no âmbito do PSP do Empreendimento Hidroelétrico do Baixo Sabor não têm precedente na Arqueologia portuguesa. Como seria de esperar, tal volume de trabalho resultou na obtenção de um conjunto de informações extremamente relevante acerca da paisagem e da exploração de recursos vegetais por parte das comunidades humanas que habitaram o vale ao longo de vários milhares de anos.

Este aporte de dados permitiu colmatar uma lacuna de informação do nordeste português e integrar a região no debate acerca da evolução das práticas agrícolas e de armazenagem e sua relação com dinâmicas paisagísticas e sociais no noroeste peninsular, em especial no período entre a Idade do Ferro e a Época Romana (Tereso, 2020; Vaz, 2020).

No entanto, ao longo da execução de uma empreitada desta envergadura verificaram-se constrangimentos que limitaram o alcance dos resultados obtidos e que merecem ser abordados de forma crítica. Estas reflexões permitem-nos avaliar os trabalhos realizados e repensar estratégias de abordagem a projetos desta magnitude de forma a melhorar os procedimentos a adotar em projetos com características semelhantes que se venham a realizar no futuro. Serão abordadas questões relacionadas com o trabalho de campo, as análises laboratoriais e a estratégia de divulgação de dados.

5.1. Trabalhos de campo

Um dos principais problemas dos conjuntos analisados prende-se com a heterogeneidade das estratégias de amostragem aplicadas nos vários sítios. Esta falta de homogeneidade verificou-se até entre diferentes áreas de cada sítio arqueológico, em especial quando intervencionado por mais do que uma

³ Género que pode incluir espécies domésticas (cerejeira, pessegueiro, amendoeira e ameixeira), assim como silvestres (cerdeira, abrunheiro, espinheiro).

equipa e/ou em diferentes campanhas. Foi evidente a escassez de amostras em alguns casos ou em determinados sectores de sítios com intervenções de maior extensão. O volume de sedimento recolhido foi várias vezes insuficiente e o seu registo não foi realizado sistematicamente. A escassez de dados espaciais mais detalhados para muitas amostras impediu igualmente a realização de estudos de maior detalhe e pormenor. Pelo contrário, foram recolhidas amostras em contextos superficiais e/ou com evidentes sinais de revolvimentos que apresentam pouco potencial informativo.

Estas situações devem ser, no entanto, enquadradas no tipo de intervenção em causa. O elevado ritmo de trabalho e a pressão inerente a intervenções de arqueologia preventiva ou de salvamento constituem, demasiadas vezes, sérios entraves à constituição e aplicação de estratégias de amostragem pré-definidas e permitem, menos ainda, o seu repensar e a sua adaptação quando necessário. Por outro lado, o processamento das amostras e o seu estudo podem só acontecer após o término dos trabalhos de campo, impossibilitando que os procedimentos sejam revistos de forma a ter em conta o potencial dos contextos intervencionados.

A solução para este tipo de problemas deverá passar por melhorar a comunicação entre as equipas de arqueólogos e arqueobotânicos, realizando reuniões de campo com maior frequência. Estas permitirão avaliar a forma como os trabalhos estão a decorrer e adaptar a estratégia de amostragem à realidade arqueológica encontrada e às contingências dos trabalhos de campo, também elas em constante mutação. Deste modo será possível otimizar o esforço inerente ao processo de recolha e amostragem e, por outro lado, o tempo despendido durante a análise em laboratorial. Projetos de grande magnitude poderão mesmo incorporar a tempo inteiro um especialista em Arqueobotânica ou, simplesmente, designar elementos concretos da equipa, sem outras tarefas de coordenação, para acompanhar a amostragem e interagir de forma mais próxima com a equipa laboratorial.

5.2. No laboratório

A principal contingência verificada durante o trabalho laboratorial prendeu-se com a escassez de especialistas em carpologia e antracologia. Aquando do início deste estudo, existiam no ativo em Portugal quatro especialistas nestas áreas, entre os quais os autores. Contudo, o volume de amostras e sítios a estudar, assim como os prazos de execução exigidos neste projeto, requereram a formação de novos antracólogos e carpólogos, bem como a incorporação de investigadores de fora de Portugal, alguns com ampla experiência. No momento de maior volume de trabalho, a equipa de Arqueobotânica chegou a integrar 12 membros com distintos níveis de experiência, tendo o trabalho laboratorial sido escalonado em tarefas sequenciais de diferentes exigências técnicas.

Entre os investigadores que iniciaram o seu percurso em Arqueobotânica com o estudo do Baixo Sabor, quatro continuaram os seus percursos nesta área tendo terminado, ou estando a finalizar, os seus doutoramentos em instituições portuguesas e estrangeiras. No contexto do subfinanciamento crónico das atividades de investigação em Portugal, este projeto foi atípico e determinante para o incremento e afirmação da Arqueobotânica. Consideramos, no entanto, crucial, criar condições para a continuação destes investigadores no sector, considerando o manifesto atraso que ainda se verifica no nosso país face à investigação arqueobotânica de outros países europeus.

5.3. Divulgação de resultados

Como referido, foram extensas e diversificadas as ações de divulgação dos resultados obtidos com o estudo arqueobotânico do Baixo Sabor, destacando-se o grande número de comunicações em eventos científicos, as inúmeras publicações e a integração destes dados em duas teses de doutoramento. Devem ser salientadas, ainda assim, algumas dificuldades que podem passar despercebidas face ao que os números parecem evidenciar.

Durante este estudo verificou-se um desfasamento temporal entre o tratamento de informação arqueológica e as análises arqueobotânicas. Na verdade, o trabalho laboratorial terminou antes de muitos relatórios de escavação estarem finalizados e antes de quase todos os estudos arqueológicos mais aprofundados terem sido realizados. Acresce que a equipa coordenadora das intervenções e estudos sectoriais de arqueologia foi desmobilizada pouco depois de terminados os trabalhos de campo e apresentados os relatórios finais de cada intervenção. Sínteses finais com mais detalhe, relativas não só a cada sítio, mas também aos vários períodos cronológicos identificados no Vale estão ainda por realizar, o que dificultou a preparação e divulgação dos dados arqueobotânicos, que tiveram que se basear nas interpretações arqueológicas disponíveis na altura, muitas vezes ainda em fase preliminar. Como tal, algumas das reflexões acerca dos sítios realizadas no âmbito das publicações dos dados arqueobotânicos deveriam ser consolidadas com abordagens mais cuidadas e detalhadas em função das diversas materialidades recuperadas em cada sítio arqueológico.

Deve ser referido, porém, que os coordenadores sectoriais estiveram diretamente envolvidos em todos os estudos focados nos sítios e períodos cronológicos que coordenaram, chamando para a autoria dos mesmos, sempre que acharam conveniente, outros membros das equipas de campo.

6. Lições para o futuro: do Sabor para o país

Apesar das questões acima referidas, o estudo arqueobotânico do Baixo Sabor levou à obtenção de um volume de dados substancial que, devidamente publicado, contribuiu decisivamente para o melhor conhecimento arqueológico da região. A importância científica dos dados resulta do potencial informativo que estes encerram a diferentes escalas de análise e na abordagem de questões de grande relevância para a compreensão da evolução do vale e das comunidades que ali habitaram ao longo de um amplo período cronológico.

Ao nível do sítio arqueológico e até da unidade estratigráfica, os estudos arqueobotânicos ajudaram à compreensão da natureza de estruturas e contextos e ao melhor entendimento dos processos de formação de diferentes depósitos. Neste sentido, as análises realizadas apresentaram, em alguns casos, o potencial de influenciar a interpretação dos sítios, fosse porque este tipo de elementos vegetais e alimentares teria tido um papel fundamental nos mesmos, fosse porque ajudaram a compreender os processos de formação de alguns contextos.

Ao nível regional, os estudos realizados permitiram, como vimos, obter perspetivas geográfica e cronologicamente mais amplas, que fortaleceram o nosso entendimento das grandes tendências de povoamento e sua relação com dinâmicas paisagísticas e socioeconómicas.

Os ganhos científicos resultantes da integração da componente Arqueobotânica no Plano de Salvaguarda Patrimonial do Baixo Sabor são evidentes, pelo que as lições que dela resultam deveriam ser tidas em conta no planeamento dos estudos arqueológicos de grandes obras públicas ou privadas em

curso ou a realizar no futuro em Portugal.

Tendo a Arqueologia como finalidade o estudo das sociedades humanas através dos seus vestígios materiais, e entrando num novo paradigma de investigação arqueológica, já não é aceitável a exclusão sistemática a que os macrorrestos vegetais, como constituintes desta materialidade, têm sido vetados no nosso país. Face ao que tem sido exposto acerca do alcance do estudo do Baixo Sabor, não é preciso ter uma visão positivista da investigação arqueológica para reconhecer o potencial informativo, a diferentes escalas, do estudo sistemático de madeiras, frutos e sementes em articulação com os restantes elementos que constituem os espólios arqueológicos. Neste sentido, o estudo destes vestígios pode ser crucial para alcançar os objetivos básicos a que se propõe qualquer investigação arqueológica.

Desta forma, entendemos que os estudos arqueobotânicos deveriam ser uma parte integrante de todas as escavações arqueológicas, sendo eles ainda mais pertinentes em projetos que assumem uma dimensão regional, uma vez que constituem uma oportunidade única para obter grandes conjuntos de dados, de forma metodologicamente coerente e em períodos de investigação relativamente curtos. Ao incidirem sobre grandes áreas territoriais, as grandes empreitadas apresentam um potencial informativo que extravasa a pequena escala inerente aos sítios arqueológicos. Possibilitam, desta forma, extravasar a própria Arqueologia e ajudar a compreender as dinâmicas ecológicas atuais na longa-duração e, inclusivamente, e caso a investigação evolua para modelos interdisciplinares mais integradores e de maior espectro, influenciar tomadas de decisão no que respeita a estratégias de conservação e restauro ambiental (Dietl & *alii*, 2015; Natlandsmyr & Hjelle, 2016). Os dados e discursos arqueobotânicos podem ainda contribuir para o enriquecimento de ações de divulgação junto do grande público e mesmo de discursos museológicos.

Para tal, é necessário que se verifique uma mudança profunda na prática arqueológica que, como tivemos já hipótese de defender, deveria ser liderada pela tutela e secundada pelas universidades (Tereso & *alii*, 2015). A tutela só excecionalmente exige a incorporação de estudos de Arqueobotânica nos planos de trabalho associados a Pedidos de Autorização para Trabalhos Arqueológicos (PATA) e Projetos de Investigação Plurianual em Arqueologia (PIPA). Isto conduz à sua desvalorização junto da comunidade arqueológica, só contrariada pela crescente visibilidade que alguns estudos têm conseguido granjear, financiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia através de concursos competitivos. Entre estes, contam-se projetos individuais de doutoramento e pós-doutoramento, assim como projetos de investigação com equipas vastas, como o projeto B-Roman (PTDC/HAR-ARQ/4909/2020) que articula investigação em Arqueobotânica e Zooarqueologia. A recolha de amostras e o seu estudo, mesmo que parcial, deveria ser regulamentada e tornada obrigatória, à semelhança das melhores práticas europeias, o que permitiria parar a atual situação de perda irreparável de património arqueobotânico e das informações paleoecológicas e paleoetnobotânicas que este pode fornecer. Urge, por isso, iniciar este debate junto da comunidade arqueológica, incrementando o número de estudos e parametrizando os seus procedimentos básicos (Tereso & *alii*, 2015).

Esta discussão deverá incidir na inclusão de outras arqueociências nos procedimentos básicos das intervenções arqueológicas, desenvolvendo-se soluções de compromisso que deverão almejar uma harmonização entre os diferentes constrangimentos inerentes à prática arqueológica e a obtenção de informação por diversos meios e sobre distintas materialidades antrópicas e naturais, bióticas e abióticas, que deveria ser parte constituinte da prática arqueológica.

Bibliografia citada

BUGALHÃO, Jacinta (2011) – A Arqueologia portuguesa nas últimas décadas. *Arqueologia e História*. 60–61, pp. 19–43.

BUGALHÃO, Jacinta (2021) – *A Arqueologia em Portugal entre o final do século XX e o início do século XXI (1970–2014)*. Doutoramento no ramo de História, na especialidade de Arqueologia, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

COSTA, Cláudia; DUARTE, Cidália; TERESO, João; VIEGAS, Catarina; LAGO, Miguel; GRILO, Carolina; RAPOSO, Jorge; DINIZ, Mariana; LIMA, Alexandra (2014) – *DISCO – Discovering the Archaeologists of Portugal 2012–14*. Porto: Associação Profissional de Arqueólogos.

DIETL, Gregory; KIDWELL, Susan; BRENNER, Mark; BURNEY, David; FLESSA, Karl; JACKSON, Stephen; KOCH, Paul (2015) – Conservation paleobiology: leveraging knowledge of the past to inform conservation and restoration. *Annual Review of Earth and Planetary Sciences*. 43, pp. 79–103.

DORDIO, Paulo (2014) – Investigação e Desenvolvimento no Plano de Salvaguarda do Património do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor. In SEBASTIAN, Luís, BRAGA, Alexandra, eds. – *1.ª Conferências do Museu de Lamego/CITCEM*. Porto: Direcção-Regional de Cultura do Norte; Lamego: Museu de Lamego.

DUFRAISSE, Alexa; COUBRAY, Sylvie; PICORNELL-GELABERT, Llorenç; ALCOLEA, Marta; GIRARD-CLOS, Olivier; DELARUE, Frédéric; NGUYEN TU, Thanh-Thuy (2022) – Taming trees, shaping forests, and managing woodlands as resources for understanding past societies. Contributions and current limits of dendro-anthracology and anthraco-isotopy. *Frontiers in Ecology and Evolution*. 10, pp. 1–10.

FIGUEIRAL, Isabel (2012) – Relembrar a Serra da Aboboreira: um projeto de arqueologia inovador na génese dos estudos de antracologia em Portugal. In SANCHES, Maria de Jesus; RIBEIRO, João Pedro Cunha; RODRIGUES, Sérgio Monteiro, eds. – *Discursos em Arqueologia. Textos oferecidos ao Professor Vítor Oliveira Jorge*. Coimbra; Porto: CEAUCP, pp. 33–42.

FIGUEIRAL, Isabel (1990) – *Le nord-ouest du Portugal et les modifications de l'écosystème, du Bronze final à l'époque romaine, d'après l'anthracanalyse de sites archéologiques*. Tese de Doutoramento apresentada à l'Université des Sciences et Techniques du Languedoc.

FONTE, Leonardo; TERESO, João; DORDIO, Paulo; RAIMUNDO, Francisco; CARVALHO, Susana (2017) – A flora arqueológica da Quinta do Medal (Mogadouro) e a exploração de recursos vegetais durante os séculos XVIII/XIX no vale do Sabor. In ARNAUD, José; MARTINS, Andrea, eds. – *Arqueologia em Portugal / 2017 – Estado da questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1967–1977.

GASPAR, Rita; MAY, Andrew; DONOSO, Glòria; TERESO, João (2014) – O Abrigo Natural do Lombo das Relvas um local de enterramento do Neolítico final / Calcolítico inicial? *Al-Madan Online*. 19, pp. 25–35.

MARQUES, António Oliveira (1968) – *Introdução à história da agricultura em Portugal*. 2ª Edição. Lisboa: Cosmos.

MARTÍN SEIJO, María; TERESO, João; VAZ, Filipe; GASPAR, Rita; RODRÍGUEZ RELLÁN, Carlos (2017) – Early-Middle Bronze Age communities and wood resources management in northeast Portugal: the Sabor valley. *Quaternary International*. 458, pp. 28–43.

MATEUS, José (2003) – Arqueologia ambiental sob tutela da Cultura: uma experiência com 20 anos, um desafio para a nossa Arqueologia. In MATEUS, José; MORENO GARCÍA, Marta, eds. – *Paleoecologia Humana e Arqueociências. Um programa multidisciplinar para a arqueologia sob a tutela da Cultura*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 21–32.

NATLANDSMYR, Brith; HJELLE, Kari (2016) – Long-term vegetation dynamics and land-use history: Providing a baseline for conservation strategies in protected Alnus glutinosa swamp woodlands. *Forest Ecology and Management*. 372, pp. 78–92.

PEREIRA, Sérgio; SASTRE, José; GASPAR, Rita; ESPÍ, Israel; PEREIRA, José; MATEOS, Rosa; LARRAZABAL GALARZA, Javier (2015) – O Povoado da Quinta de Crestelos (Meirinhos, Mogadouro, Portugal): Fortificação e controlo de um território. In RODRÍGUEZ

MONTERRUBIO, Óscar; PORTILLA CASADO, Raquel; SASTRE BLANCO, José Carlos; FUENTES MELGAR, Patricia, eds. – *Fortificaciones en la Edad del Hierro: control de los recursos y el territorio*. Valladolid: Glyphos, pp. 277–289.

SANTOS, Filipe (2015) – Arquitecturas da Idade do Ferro. A evolução do sistema defensivo do sítio fortificado do Castelinho (Cilhades, Felgar, Portugal). In RODRÍGUEZ MONTERRUBIO, Óscar; PORTILLA CASADO, Raquel; SASTRE BLANCO, José Carlos; FUENTES MELGAR, Patricia, eds. – *Fortificaciones en la Edad del Hierro: control de los recursos y el territorio*. Valladolid: Glyphos, pp. 242–276.

SANTOS, Filipe; AREZ, Luís; SOARES, António Monge; DEUS, Manuela de; QUEIROZ, Paula; VALÉRIO, Pedro; RODRIGUES, Zélia; ANTUNES, Ana; ARAÚJO, Maria (2008) – O Casarão da Mesquita 3 (S. Manços, Évora): um sítio de fossas “silo” do Bronze Pleno/Final na Encosta do Albardão. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 11, pp. 55–86.

SASTRE BLANCO, José (2014) – Da Idade do Ferro à Romanização da área de Crestelos. In DINIS, António, ed. – *Actas do I Encontro de Arqueologia do Mogadouro*. Mogadouro: Câmara Municipal, pp. 79–94.

SEABRA, Luís; SANTOS, Filipe; VAZ, Filipe; LEITE, Joana; TERESO, João (2020) – Crops behind closed walls: Fortified storage at Castelinho in the Late Iron Age of NW Iberia. *Journal of Archaeological Science: Reports*. 30, 102200.

SILVA, António Carlos (2002) – Avaliação dos impactes arqueológicos em Alqueva: a formação do “Quadro Geral de Referência”. *Al-Madan*. IIª Série. 11, pp. 56–62.

SILVA, António Rodrigo Pinto da (1988) – A paleoetnobotânica na arqueologia portuguesa. Resultados desde 1931 a 1987. In QUEIROGA, Francisco; SOUSA, Isabel; OLIVEIRA, C. M., eds. – *Paleoecologia e Arqueologia*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, pp. 13–29.

TERESO, João (2020) – Agricultura no final da Idade do Ferro e Romanização no Noroeste Peninsular. In CENTENO, Rui; MORAIS, Rui; SOEIRO, Teresa; FERREIRA, Daniela, eds. – *Cultura castreja: identidade e transições: atas do congresso internacional cultura castreja: identidade e transições. 15–17 novembro 2018*. Santa Maria da Feira: Câmara Municipal, pp. 153–173.

TERESO, João; COSTA, Cláudia; ALMEIDA, Nelson; CABAÇO, Nelson; CARDOSO, João; DANIELSEN, Randi; DAVIS, Simon; DETRY, Cleia; FERREIRA, Cristiana; FONTE, Leonardo da; GABRIEL, Sónia; JESUS, Ana; LEITE, Joana; LÓPEZ DORIGA, Inés; MENDES, Patrícia; PEREIRA, Vera; SEABRA, Luís; VALENTE, Maria João; VAZ, Filipe (2015) – Grupo de Trabalho de Arqueobotânica e Zooarqueologia. Resultados da primeira reunião. *Al-Madan Online*. 19:2, pp. 45–48.

TERESO, João; QUEIROZ, Paula; SOARES, Joaquina; SILVA, Carlos Tavares da (2011) – Charcoal analysis from Porto das Carretas: the gathering of wood and the palaeoenvironmental context of SE Portugal during the 3rd millennium. *Saguntum*. N.º Extra 11, pp. 145–146.

TERESO, João; VAZ, Filipe; JESUS, Ana; PEREIRA, Sérgio; ESPÍ, Israel; SASTRE BLANCO, José (2018) – Os horrea na Quinta de Crestelos (Mogadouro) na Idade do Ferro e Romanização: dados arqueobotânicos sobre armazenagem e construção. *Cadernos do GEEvH*. 7, pp. 95–137.

TERESO, João; VAZ, Filipe; SEABRA, Luís; COSME, Susana; PEREIRA, Sérgio (2016) – Os níveis medievais do sítio de Quinta de Crestelos (Mogadouro): agricultura e paisagem. *Arqueologia Medieval*. 14, pp. 101–118.

VAZ, Filipe (2020) – *O uso e gestão de recursos lenhosos no norte de Portugal no final da Idade do Ferro e Época Romana. Uma abordagem arqueológica e antracológica*. Tese realizada no âmbito do Doutoramento em Estudos do Património, especialização em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

VAZ, Filipe; TERESO, João; MARTÍN SEIJO, María; PEREIRA, Sérgio; GASPAS, Rita; SEABRA, Luís; SASTRE BLANCO, José (2017) – Iron Age ovens and hearths from the hilltop of Quinta de Crestelos, Sabor Valley (NE Portugal): an archaeobotanical approach on typology, functionality and firewood use. *Quaternary International*. 458, pp. 75–93.

VERNET, Jean-Louis; FIGUEIRAL, Isabel (1993) – The highlands of Aboboreira (north-west Portugal): ecological conditions from Middle/Late Neolithic to Early Bronze Age. Evidence from charcoal analysis. *Oxford Journal of Archaeology*. 12, pp. 19–28.



Proteção legal de património arqueológico (2021): procedimentos

Povoado Fortificado de Cossourado ou Forte da Cidade

Classificação como Sítio de Interesse Nacional / Monumento Nacional

Decreto n.º 15/2021, de 2021-06-07

O Povoado Fortificado de Cossourado distribui-se pelos lugares do Forte da Cidade, em Paredes de Coura, e do Monte da Cidade, em Vila Nova de Cerveira, assim nomeados em função deste antigo castro da Idade do Ferro. Implantado numa área elevada e em posição estratégica de domínio sobre a paisagem circundante, o povoado desenvolve-se por uma área de cerca de 10 hectares, sendo constituído pela habitual zona habitacional, que integra construções de planta circular e alongada com distintas funcionalidades, onde se destaca um torreão de pedra e terra, e um forte sistema de defesa, formado por três linhas de muralhas adaptadas ao relevo do terreno.

O espólio recolhido no local é bastante específico desta cronologia, e igualmente denunciador das atividades económicas de base agropastoril que dominariam o quotidiano da comunidade, permitindo, em conjugação com os vestígios arquitetónicos das estruturas defensivas e domésticas, de uso residencial, económico e comunitário, compreender melhor a cultura castreja.

Dotado de estruturas com algumas características e dimensões invulgares, e situado numa área de sensibilidade arqueológica de altíssimo valor cultural, o Povoado Fortificado de Cossourado constitui, assim, um sítio excecional no panorama nacional e internacional.

[extrato do *Diário da República* n.º 109/2021, Série I, de 2021-06-07, pp. 56–57]

Villa Romana do Rabaçal

Classificação como Sítio de Interesse Nacional / Monumento Nacional

Decreto n.º 12/2021, de 2021-06-07

A *Villa Romana do Rabaçal* foi classificada como sítio de interesse público, conforme Portaria n.º 431-D/2013, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 124, 2.º suplemento, de 1 de julho de 2013.

Posteriormente a esta classificação, a Direção Regional de Cultura do Centro, no seguimento de uma iniciativa conjunta com a Câmara Municipal de Penela, apresentou uma proposta de reclassificação como sítio de interesse nacional, bem circunstanciada e reveladora da importância e singularidade do sítio arqueológico.

A *Villa* tardo-romana do Rabaçal constitui um modelo exemplar da conceção de vida, da variedade e da riqueza material das residências rurais aristocráticas da Antiguidade Tardia da Lusitânia, reproduzindo modelos arquitetónicos urbanos e eruditos que se conjugam com a sua implantação, subordinada à necessidade de cativar os recursos naturais existentes para o funcionamento das estruturas hidráulicas do complexo termal e de uma quinta agrícola.

Na residência senhorial destaca-se a peculiaridade da complexa planta orientada, de características

orientais e eruditas, nomeadamente no que respeita ao seu esquema radial e aos espaços de planta centrada, octogonais e absidados, bem como o sistema construtivo, em abóbada de tubaria, e o aparato decorativo de grande requinte. Estes elementos expressam claramente uma conceção unitária, na qual a arquitetura, de modelo áulico, se interliga com o programa iconográfico dos baixos-relevos e dos pavimentos de mosaicos, estabelecendo paralelos com as *villae* e outras construções coevas do antigo território da Lusitânia romana.

Os excepcionais mosaicos, considerados como o único conjunto de arte proto-bizantina até agora descoberto em Portugal, e um dos poucos exemplares conservados na Europa, remetem, em termos programáticos, para uma dimensão cosmológica, traduzindo igualmente a dimensão cultural, filosófica e estética da civilização romana da época, e espelhando o período de recuperação económica que caracterizou o século IV.

A *Villa Romana* do Rabaçal apresenta-se, por conseguinte, como uma notável representação física do poder económico e das vivências sociais e culturais do seu proprietário e da sociedade onde se inseria, configurando um importante documento da história e da evolução da arquitetura doméstica desta área da Península Ibérica e um testemunho das suas ligações ao mundo romano como um todo.

[extrato do *Diário da República* n.º 109/2021, Série I, de 2021-06-07, pp. 41–43]

Sítio Arqueológico do Alto da Vigia

Classificação como Sítio de Interesse Público

Portaria n.º 198/2021, de 2021-05-14

O Sítio Arqueológico do Alto da Vigia regista ocupações na época romana, islâmica e moderna. No local subsistem os vestígios arqueológicos do que corresponderá ao templo romano dedicado ao Sol Eterno, à Lua e ao Oceano. Testemunhos epigráficos permitem apreender que este santuário terá sido integrado no culto imperial, num sincretismo entre o culto astral e imperial através do qual os astros zelavam pela eternidade do império e pela saúde dos imperadores.

Trata-se de um arqueossítio único na arqueologia nacional e com raros paralelos em todo o mundo romano. De uma fase mais tardia, ainda durante a época romana, registam-se os vestígios de um pequeno templo, igualmente voltado ao oceano, que aproveita nas suas estruturas elementos das antigas construções alto-imperiais.

Neste mesmo local foram reconhecidas as estruturas do *ribat* de Alconchel, integrando nos seus paramentos elementos pétreos provenientes das construções do santuário romano. O edifício, com dupla função religiosa e defensiva, dispõe -se em três divisões consecutivas, uma das quais uma pequena sala de oração com *mirhab* orientado para Meca. Num espaço contíguo, identificou-se uma área de necrópole com sepulcros escavados no substrato geológico, em fossa, de forma retangular e, muitas vezes, delimitados por esteios de pedra dispostos em cutelo.

Na Época Moderna existiu uma torre de vigia, ou de facho, integrada na defesa da linha de costa. Os vestígios remanescentes materializavam-se em alicerces de edifício de planta quadrangular, com cerca de 6,5 metros de lado, que apresentavam, a nascente, as fundações da escada de acesso ao terraço, onde seria aceso o luzeiro.

[extrato do *Diário da República* n.º 94/2021, Série I, de 2021-05-14, pp. 105–107]

Estrutura em que se integra o Aron Hakodesh, ou Ekhal

Classificação como Monumento de Interesse Público

Portaria n.º 329/2021, de 2021-08-19

O Aron Hakodesh, Ekhal ou «armário judaico» encontrado num cómodo da habitação principal de um complexo rural de arquitetura vernacular, com provável fundação quinhentista, em alvenaria de xisto, tijolo e argamassa, é composto por dois largos nichos sobrepostos ladeados por outros dois de menor dimensão. Destinava -se a guardar o rolo da Torah, a *menorah* e outros elementos litúrgicos utilizados durante o culto judaico do Shabat. O Ekhal, designação ibérica da arca tradicional, terá sido edificado no século XVI, numa época em que os judeus portugueses foram perseguidos e forçados a converterem -se ao Cristianismo, continuando, no entanto, a praticar os ritos e culto judaicos em segredo, no interior das suas habitações.

A presença deste armário, significativamente encimado por uma cruz, é um raro testemunho da existência do criptojudaísmo na região de Ovar, seguramente praticado por uma família de cristãos -novos pertencente a uma pequena comunidade, que habitaria esta casa de lavoura.

Trata -se, assim, de um espaço muito significativo para a história e a simbólica do culto judaico em Portugal, apresentando evidentes semelhanças com outras estruturas do mesmo género encontradas em judiarias de outras regiões do país, justificando -se plenamente a sua valorização no contexto nacional.

[extrato do *Diário da República* n.º 161/2021, Série II, de 2021-08-19, pp. 107–108]

1. Astrolábios (3) de São Julião da Barra, Cascais

2. Pirogas monóxilas (6) do rio Lima

3. Canhões (10) da Ponta do Altar

Classificação como Bens de Interesse Nacional / Tesouro Nacional

Decreto n.º 11/2021, de 7 de junho

A arqueologia e o património subaquático vistos, respetivamente, como uma prática científica e um recurso cultural, têm vindo a ser objeto de uma atenção acrescida em todo o mundo, tanto pelo público em geral, como pelas entidades públicas responsáveis neste domínio.

Em Portugal, a gestão pública da arqueologia subaquática iniciou-se nos anos 80 do século XX, no quadro do Museu Nacional de Arqueologia, beneficiando, desde essa altura, da experiência pioneira de diversas personalidades e instituições como resposta aos desafios da sua salvaguarda, estudo e valorização.

Só em 1997, com as profundas modificações da arqueologia portuguesa, decorrentes do movimento de preservação das gravuras rupestres de Vale do Côa, viria a ser criado o Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (CNANS), no âmbito do então Instituto Português de Arqueologia.

Desde então, compete à Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) através do CNANS a gestão da atividade arqueológica subaquática, de processos de achados fortuitos, projetos de investigação, de situações de emergência, assim como as ações de fiscalização técnica e de peritagem e as intervenções no quadro de grandes obras do litoral, sem prejuízo das numerosas iniciativas no âmbito da divulgação científica e cultural, desenvolvidas tanto no plano nacional como internacional.

A arqueologia subaquática vem-se, assim, afirmando progressivamente como atividade científica e recurso patrimonial ímpar, competindo ao CNANS, não só a definição das normas a que deve obedecer o impacto arqueológico de obras públicas ou privadas, em meio subaquático e a fiscalização e acompanhamento técnico da realização dos trabalhos arqueológicos em meio aquático, mas também a promoção da salvaguarda e valorização dos bens arqueológicos náuticos e subaquáticos, móveis e imóveis classificados ou em vias de classificação, bem como os não classificados situados ou não em reservas arqueológicas de proteção.

(...)

Assim, no que concerne aos três astrolábios, provenientes de recolha arqueológica subaquática, incorporados nos espólios arqueológicos do CNANS, encontravam-se associados aos destroços de um naufrágio que se supõe ser da Nau Nossa Senhora dos Mártires, ocorrido em São Julião da Barra a 14 ou 15 de setembro de 1606.

Relativamente às seis pirogas monóxilas, ou seja, pequenas embarcações construídas a partir de um único tronco de árvore, neste caso o Carvalho (*Quercus robur* L.), foram sendo identificadas no rio Lima a partir de 1985.

Trata-se de um conjunto que, no contexto da Península Ibérica, não possui paralelo tendo em conta o número de embarcações envolvidas, constituindo um testemunho notável da navegação que se praticava no rio Lima desde a Idade do Ferro, até à Baixa Idade Média, datações estas obtidas por radiocarbono. Refira-se que a maior parte das pirogas foi encontrada perto de um local onde, curiosamente, persiste até hoje o topónimo Lugar da Passagem. Esta tradição, historicamente comprovada por uma inscrição gravada num bloco de granito com a data de 1742, que ainda hoje se conserva, refere-se ao local onde pessoas e mercadorias eram transportadas e onde, mais tarde, surgira uma ponte de ligação entre as duas margens do Lima.

No que alude aos 10 canhões que surgiram na Ponta do Altar, embocadura do rio Arade, em Portimão, foram recuperados entre os anos de 1992 e 2006. Tendo em conta os estudos efetuados, considera-se que estes canhões deveriam estar associados ao naufrágio de um navio espanhol ou português, ainda não detetado, que terá ocorrido após 1605, data inscrita numa das peças.

Em termos de dimensão e calibre, a maioria das peças filia-se num modelo de colubrina dito de Habsburgo, apresentando uma interessante variedade de elementos, nomeadamente decorativos como insígnias, cartelas, inscrições etc. Refira-se que cinco destes canhões foram fundidos em Lisboa, por Fernando de Vallestros, personagem oriunda de uma família espanhola mas ativa na cidade entre os finais do século XVI e a primeira metade do século XVII.

[extrato do *Diário da República* n.º 109/2021, Série I, de 2021-06-07, pp. 35–40]

Arqueologia



REPÚBLICA
PORTUGUESA
CULTURA

**PATRIMÓNIO
CULTURAL**
Direção-Geral do Património Cultural



WWW.PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT



22246601
REVISTA PORT ARQUEOLOGIA 25